

SÉRGIO OLIVEIRA

**O LIVRO
BRANCO
SOBRE A
CONSPIRAÇÃO
MUNDIAL**



Capa: Márcio Rodrigo da Silva

Agosto de 1998

REVISÃO DO TEXTO: o autor

© SÉRGIO OLIVEIRA

Militar, pesquisador da História
membro da Academia Sul-Brasileira de Letras
membro da Casa Brasileira de Cultura
membro do CNPH - Centro Nacional de
Pesquisas Históricas

Autor dos livros:

- * O Massacre de Katyn
- * Hitler - Culpado ou Inocente?
- * Sionismo x Revisionismo
- * A Face oculta de Sacramento
- * Getúlio Vargas depõe:
O Brasil na II Guerra Mundial
(Prêmio Nacional de Pesquisa
Histórica 1996)
- * O Cristianismo em Xequê
Prêmio Revisão Histórica 1996)
- * O Livro Branco sobre a
Conspiração Mundial

OLIVEIRA, Sérgio

O LIVRO BRANCO sobre a
Conspiração Mundial

Revisão Editora e Livraria Ltda.

Cx. postal, 10466

Cep: 90.001-970 Porto Alegre - RS - Brasil

302 páginas 16x23cm. - 1998

ISBN Nº 85-7246-015-2

1. Judaísmo 2. Sionismo 3. maçonaria
4. comunismo 900-909-940.5

Dedico esta obra aos revisionistas do mundo inteiro, que afrontando pressões e vicissitudes quase insuperáveis, têm prosseguido no propósito de resgatar a verdade e desmistificar os obreiros da “verdade conveniente”;

– ao pesquisador-historiador e editor S. E. CASTAN, pela persistência e coragem de remar contra a maré, produzindo e editando obras que enfrentam, invariavelmente, as tormentas da intolerância;

– aos meus familiares que, afinal de contas, venceram a terrapia de “desintoxicação mental”, percebendo o mundo sem o direcionamento único imposto pelos meios de comunicação de massa, e, em razão disto, proporcionaram-me um clima de apoio e tranquilidade para escrever;

*– aos membros da Diretoria e Conselho da **Academia Sul-Brasileira de Letras**, que me acolheram em seu seio, proporcionando-me o mais grato prêmio que um escritor pode conquistar – o reconhecimento de seus pares;*

– aos meus amigos, e principalmente às centenas de leitores que me escrevem, apoiando e/ou criticando o meu trabalho; deles recebo alento para prosseguir, mas também incentivo para a reflexão e revisão de pontos de vista.

“A questão judaica continua de pé. É estúpido negá-lo. A questão judaica existe praticamente, onde quer que residam judeus em número perceptível. Onde ainda não exista, é imposta pelos judeus no decorrer de suas correrias. É natural que nos traslademos para lugares onde não sejamos perseguidos, mas uma vez ali, nossa presença também invoca perseguições. O infausto judaísmo é que introduziu na Inglaterra o anti-semitismo, como já tinha ocorrido na América no Norte.”

(Theodore HERZL, fundador do sionismo político, em **“O Estado Judeu”**, p. 4)

“A expressão-conceito ‘judeu internacional’ admite duas interpretações; uma delas é a de que o hebreu, onde quer que habite, continua sempre judeu; a outra é a de que o judeu exerce um domínio internacional. O verdadeiro impulso que move o anti-semitismo provém desta última interpretação.”

(Henry FORD. **“O Judeu Internacional”**, p. 37)

“Temos como certo que nós, os judeus, somos uma nação peculiar, de que cada judeu é súdito incondicionalmente, qualquer que seja sua residência, seu ofício ou seu credo.”

(Luís BRANDEIS – Do Supremo Tribunal dos Estados Unidos. In: Henry FORD. Op. Cit. p. 167)

SUMÁRIO

Introdução	11
I – Judaísmo-sionismo para principiantes	21
II – O judaísmo antes de Cristo	51
III – Cristo e o judaísmo.....	67
IV – O judaísmo depois de Cristo.....	75
V – A conspiração organizada	103
VI – O judaísmo na Rússia e União Soviética.....	131
VII – O judaísmo no Brasil.....	159
VIII – O judaísmo nos Estados Unidos e outros países.....	185
IX – O judaísmo na Alemanha Nacional-Socialista.....	203
X – Judaísmo-sionismo hoje.....	227
Conclusão	265
Bibliografia.....	267
Anexos	277

INTRODUÇÃO

A época atual, por força de inúmeras circunstâncias, dentre as quais pontifica o grande desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, tornou a Terra – utilizando-se sentença já batida pelo uso – uma verdadeira “aldeia global”. Não há mais povos isolados, sociedades imunes às influências exógenas, mesmo que os fatos históricos ocorram em lugares longínquos, em locais de nomes exóticos e até então desconhecidos. O relacionamento cultural, político e econômico pode ser mínimo, e até inexistir, para ainda assim persistirem as influências do mundo exterior.

Para citar um exemplo recente, basta lembrar que a alta dos preços do petróleo, durante a década de 1970, pôs fim ao “milagre brasileiro” e seus efeitos foram sentidos inclusive pelos esquimós da Groenlândia, que vivem no “topo da Terra”, numa vastidão desértica de gelos eternos, denominada cabo Morris Jesup. A modernidade substituíra, em grande parte, as matilhas de cães de tiro por trenós movidos à gasolina. E também o petróleo alimentava os motores dos barcos que singravam a baía de Baffin, levando-os à ilha vizinha de Ellesmere. Usavam, muitos deles, derivados do petróleo em substituição ao óleo de foca ou de morsa que lhes aquecia e iluminava os iglus nas longas noites do Ártico.

Nenhum ser vivo do planeta se pôs a salvo, ontem, no auge da “guerra fria”, quando a insanidade de um governante ou mesmo de um subalterno, poderia ter desencadeado uma hecatombe nuclear de proporções imprevisíveis.

Vivemos todos nós, homens e seres irracionais, e até mesmo o reino vegetal, sob o fio cortante de uma Espada de Dâmocles, prestes a cair sobre nossas cabeças.

Hoje, perdura o risco tanto quanto antes, porque embora por um breve momento tenham se desarmado os espíritos belicosos, permanecem intatos os arsenais. Dissensões, litígios, desentendimentos, desentendimentos, incapacidade de transigir, intolerância, ideologias de superioridade racial ou até mesmo de predestinação divina, põem em risco, a cada minuto, o futuro da humanidade.

Enquanto os “verdes” se põem em guarda contra o risco menor da poluição ambiental, os governos das super-potências e mesmo das que não se enquadram entre elas, mas que gozam do seu beneplácito, aumentam seus arsenais atômicos, fazendo crescer o risco, não da degradação ambiental, mas o da sobrevivência de toda e qualquer espécie de vida no planeta.

Por que a mobilização em torno de um problema perigoso, mas nem tanto, e a inércia ante outro capaz de extinguir todas as formas de vida da Terra?

A resposta é simples: os “verdes”, os Movimentos de Justiça e Direitos Humanos, enfim, a totalidade dos órgãos congêneres, não foram criados para defender os interesses da humanidade, mas os daqueles que se julgam, por escolha divina, senhores de todos os homens e proprietários, únicos e exclusivos, dos recursos naturais do planeta.

Uma organização denominada B’nei B’rith gerou em seu útero diabólico todos esses organismos serviçais, e os pariu a serviço daqueles que “um dia beberão a seiva da Terra, o leite das gentes, no peito dos reis”. (Isaías, LX, 16)

Existe, hoje, como em épocas passadas denunciarem os Papas, santos da Igreja e os reformadores, como Lutero, uma **“questão judaica”**?

Estavam com razão estadistas do presente século, como Adolf Hitler, Stálin (nos extortores da vida), Getúlio Vargas, dentre outros; pensadores renomados de outras e desta época, como Santo Agostinho, Martinho Lutero, Leão XIII, Gregório III, Bento IV, Friedrich Nietzsche, Houston Chamberlain, Eugen Düring, Gottfried Feder; e historiadores-pesquisadores como Henry Ford, Gustavo Barroso, Salvador Borrego, Louis Marschalko, Robert Faurisson, David Irving e,

mais recentemente, o filósofo francês Roger Garaudy, com o aval do Abade Pierre (a personalidade mais popular da França, na atualidade – candidato ao Prêmio Nobel da Paz, em 1991), ao trazer à lume a **“questão judaica”**, seja em nível local ou internacional?

Sabem todos quantos se aventuraram a puncionar este tumor, não hoje, mas em todas as épocas, como é difícil romper com as barreiras impostas pela comunidade judaica e pela opinião pública não-judaica, mas tornada filo-semita por força da imprensa manipulada pelos hebreus.

Negam os hebreus e filo-semitas a existência de uma **“questão judaica”**, ignorando o que confessou Theodore Herzl, o fundador do sionismo político, em sua obra **“Um Estado Judeu”** (p. 4):

“A **questão judaica** continua de pé. É estúpido negá-lo. A **questão judaica** existe praticamente, onde quer que residam judeus em número perceptível. Onde ainda não exista, é imposta pelos judeus no decorrer de suas correrias. É natural que nos traslademos para lugares onde não seremos perseguidos, mas uma vez ali, nossa presença também invoca perseguições. O infausto judaísmo é que introduziu na Inglaterra o anti-semitismo, como já tinha ocorrido na América do Norte.”

Pode-se escrever livremente contra o nazismo, o comunismo, o capitalismo, o anarquismo, mas, não, contra o sionismo.

É vedado, também, argumentar contra o judaísmo extremado, embora este alimente planos milenares de conquista e dominação. Em contrapartida, há plena liberdade para criticar o catolicismo, o protestantismo, o budismo, o islamismo, o espiritismo, as igrejas evangélicas...

Sionismo e judaísmo são colocados em redoma especial. Constituem entidades supra-legais, protegidas, muitas vezes, por legislação caustica, em escancarada contrariedade ao princípio da isonomia formal.

Sionismo – expressão ideológica, e judaísmo – designativo de uma confissão religiosa, são equiparados à raça, com o fito de enquadrar seus críticos e/ou detratores na qualidade de racistas.

Simplificando, o crítico, não importa se acerbo ou moderado, do sionismo ou do judaísmo, é tachado de anti-semita ou de racista, numa confusão terminológica que só pode ser engolida pelos incautos ou pelos mal-intencionados.

Ignora-se, muitas vezes deliberadamente, que o sionismo foi equiparado, pela ONU, ao racismo! E que, portanto, a crítica a ele dirigida não está solitária, mas identificada com o pensamento da maioria dos Estados que têm assento naquele organismo internacional.

Por outro lado, se fosse certo que o judeu não se diferencia do resto da humanidade senão pela sua profissão de fé, toda a crítica ao judaísmo não teria outro significado do que pura expressão de hipocrisia. Mas não é isto o que ocorre. Comprova sobejamente a história que o judaísmo não se resume a uma simples expressão de fé. Desvia-se ele do caráter transcendental, comum à todas as religiões, para incorporar pretensões seculares, que não constituem segredo, porque estão registradas em seus livros sagrados (Torah e Talmud).

Convive a humanidade com uma **“questão judaica”** que se arrasta através dos séculos. Não há como ignorá-la, principalmente se for levado em conta o que disto resultou para o resto dos homens, isto é, para aqueles que os hebreus denominam **“goyns”** (não judeus ou ímpios).

“Ao melhor dos ímpios, matai-o!” (A Boda Sara, 26b, Tosephot – extraído do Talmud)

“Que é uma prostituta? Qualquer mulher que não seja hebréia.” (Eben Há Eser, 6/8 – extraído do Talmud)

“Deus exhibe-se na Terra nas semelhanças do judeu. Judeu, Judas, Judá, Jevah ou Jeová são o mesmo e único ser. O hebreu é o Deus vivente, o Deus encarnado; é o homem celeste, o Adão Kadmon. Os outros homens terrestres, de raça inferior só existem para servir o hebreu. São pequenas bestas. (Kabala ad Pentateucum, Fls. 97, col. 3)”*

Em todas as épocas registraram-se movimentos de reação contra o intento judaico de assenhorar-se do mundo, de escravizar os povos da Terra e de **“alimentar-se no peito dos reis”**, o que equivale dizer que

* Fonte: PRANAITS, I. B. (Sacerdote Católico Romano, Doutor em Teologia. Professor de idioma hebreu em São Petersburgo – Rússia.) **El Talmud Desenmascarado**. Lima (Peru), Editorial La Verdad, 1981. (Tradução em espanhol de obra publicada anteriormente na Rússia, onde teve mais de 5 milhões de exemplares vendidos. N. A.)

a “**questão judaica**” não é fato contemporâneo, mas tradição histórica que se arrasta no tempo, desde que Abraão semeou sua descendência.

Remando contra a correnteza dos que negam a existência de uma “**questão judaica**”, quer no passado como no presente, muitas obras têm sido escritas e publicadas, com o objetivo de denunciar a trama diabólica urdida e posta em prática através da ideologia messiânica judaico-sionista. Embora em tese o **sionismo prático** date de 1882 (quando grupos de jovens que se denominavam Hoveve-Zion o fundaram), e Theodore Herzl tenha incrementado o **sionismo político** em 1897, a simples leitura do Antigo Testamento demonstra, com o máximo de clareza, que o **sionismo** não nasceu no final do século XIX, mas existiu sempre, pari passu com a história do povo israelita. Assim como os romanos organizaram e codificaram o Direito esparso, transferido de geração a geração pelo costume, não o criando, mas apenas lhe dando formas, também os grupos Hoveve-Zion e Theodore Herzl não fundaram o **sionismo**, limitando-se a organizar e codificar algo que existia desde Abraão.

Foi o **sionismo** que colocou nas mãos de Judite a espada que decapitou Holofernes. (Diz o comentário à **Bíblia** publicada pela Editora Vozes, Petrópolis, 20ª edição, 1993, p. 542: “Judite personifica os ideais **religiosos** e **nacionais** do judaísmo, que resiste às potências pagãs e opressoras.”) (Entenda-se a expressão “potências pagãs” como “goyns”, ou não-judeus.)

Foi igualmente o **sionismo** que infiltrou Ester no harém de Assuero (rei persa), provocando, pelo mesmo expediente utilizado contra Holofernes (favores e fúricas de alcova), a morte de 75.000 inimigos de Israel, ou seja, de goyns que se negavam a “**cortar pedras nos montes e carregá-las às costas**”. Maravilhoso dia este catorze de Adar!

Muitas obras foram publicadas, desde o início da Idade Média até hoje, com o intuito de denunciar o que ocorre, de como se pereniza a “**questão judaica**”, combatida às vezes com maior empenho, mas via de regra passada despercebida.

Hoje, muito mais difícil se tornou a tarefa dos que se atrevem a remar contra a correnteza. Grande número de pessoas se encontra hipnotizada pela propaganda judaica ou filo-judaica que invadiu os meios

de comunicação de massa. Uma das técnicas mais freqüentemente utilizada pelos judeus é a de se fazerem passar por vítimas. Foram **“bodes expiatórios”** em todos os países de onde foram expulsos. Foram **“bodes expiatórios”** da Igreja, que os acusou “caluniosamente”, de blasfemar contra Cristo e a Virgem Maria, de praticar assassinatos rituais, de envenenar poços, de realizarem missas negras e que, não contente com isso, queimou-os em fogueiras. Foram **“bodes expiatórios”** do nazismo, que cometeu contra eles o bárbaro Holocausto. Foram **“bodes expiatórios”** de Getúlio Vargas, que proibiu a entrada de judeus no Brasil, e determinou que os que haviam ingressado irregularmente fossem expulsos. Estão sendo **“bodes expiatórios”** dos ingratos palestinos, que se negam a aceitar o despejo de suas próprias terras...

Oh! mundo ingrato, que não aceita os desígnios de Jevah!

Esta obra talvez persiga um objetivo pretencioso, pois a **“questão judaica”** já mereceu a atenção de muitos analistas de grande expressão, como nosso eminente patricio Gustavo BARROSO, por duas vezes presidente da Academia Brasileira de Letras, agraciado com dezenas de títulos e comendas nacionais e internacionais, que legou à posteridade um grande número de obras sobre o tema.

Ocorre que as obras de BARROSO sumiram, misteriosamente, das prateleiras de boa parte das bibliotecas. Bateram-lhes as traças, comeram-nas os ratos ou surripiaram-nas os censores da “verdade conveniente”?

Não fosse o editor S. E. CASTAN ter reeditado alguns títulos, Gustavo BARROSO teria sido confinado para sempre no limbo das almas perdidas.

Além da escassez das obras de Gustavo BARROSO em circulação, outra circunstância nos animou a escrever este livro: todo o acervo de nosso mais importante historiador antecede os fatos acontecidos durante e posteriormente à Segunda Guerra Mundial, época em que a **“questão judaica”** ganhou invulgar relevância. Dispõe-se, hoje, de fontes bibliográficas e de uma ótica que não estiveram ao alcance de BARROSO. Em sua época, o rádio era o principal meio de comunicação de massa que invadia os lares brasileiros. Jornais lia-se pouco. Os livros eram privilégio de uma minoria. Como, aliás, sempre ocorreu aqui. Ouvia-se “O direito de nascer”, do cubano Félix Cagnet, ria-se com as trapalhadas dos moradores do “Edifício balança-mas-não-cai”,

torcia-se para os calouros do Renato Murse ou do Ari Barroso. E era-se informado, invariavelmente, que o selecionado brasileiro perdera a Copa devido a roubalheira dos juizes e a truculência dos adversários. Época boa aquela da desinformação total! Hoje, o tira-teima são os noticiários da Globo. Naquela época, a cartilha amansa-burro não era o dicionário, mas uma revista norte-americana a “Seleções, de Reader’s Digest”. Bastava alguém afirmar: “– Li nas Seleções!” para pôr uma pá de cal em qualquer discussão. Exceção houve quando aqui chegou o Zé Carioca. Nas calçadas da Cinelândia, no Rio de Janeiro, as filas dobravam esquina, com todos ansiosos para ver o papagaio falante ensinar o Pato Donald a dançar o samba e beber cachaça.

Os livros de BARROSO e de um grande número de grandes escritores de sua época, mofaram nas prateleiras.

Quem iria se importar com a **“questão judaica”**?

“– O único judeu que conheço” – afirmavam todos – “é o comprador de roupas usadas e bagulhos imprestáveis” ou “o vendedor de coisas à prestação...” E arrematavam: “– Lá quero eu saber do que aprontaram por aí!”

Gustavo BARROSO não foi lido no seu tempo, porque quase ninguém lia naquela época. Vendiam-se livros, sim. Os folhetins tinham boa aceitação popular. Eram levados os fascículos de porta em porta pelos mesmos comerciantes de coisas à prestação, que tinham bom tino para negócios. As obras de Madame Dely eram as mais solicitadas. Liam-nas as moçoilas à espera de marido, aguardando o dia da repartição dos fascículos com a mesma fidelidade das noveleiras de hoje.

Repetir as observações de Gustavo BARROSO, de Henry FORD, de Santo Agostinho, de Martinho Lutero e de outros tratadistas que se reportaram à **“questão judaica”**, não resulta, portanto em “chover no molhado”.

Poucos são os que estiverem antes debaixo de chuva.

A grande maioria dos brasileiros continua desconhecendo a existência de uma **“questão judaica”** com que devam se preocupar. Repetem, como a cinqüenta anos atrás: “– Lá quero eu saber do que os judeus aprontaram por aí!”

Pois saibam esses incrédulos que eles aprontaram **também por aqui!** Encarapitaram-se nas caravelas de Cabral e vieram tomar conhe-

cimento do que lhes poderia dar a nova terra, antes mesmo de que o rei português recebesse a carta de Pero Vaz de Caminha. Em lá chegando os atentos observadores, trataram de solicitar um feudo ao boníssimo rei, que tão bem os acolhera quando foram banidos da Espanha (1492).

Antes da concessão das capitanias hereditárias a portugueses de gema, o judeu (apelidado de cristão-novo) Fernando de Noronha abocanhava um bom naco de terra e recebia carta branca para instalar aqui um “trust”: o da exploração e comércio do pau-brasil.

Disto se conclui que no descobrimento do Brasil houve empate. Portugueses e judeus aqui chegaram ao mesmo tempo. Desempate houve quando se tratou de explorar a terra recém-descoberta. Desta circunstância saíram perdedores os portugueses. Não foram vencidos no “photo-chart”. Perderam, como diz o linguajar gaúcho, por “légua e meia”.

Também pudera. Todos sabem que os hebreus são campeões mundiais em “tino comercial”. Azar de D. Manoel, que era Venturoso, mas desinformado.

Estamos colocando a carroça na frente dos animais de tração. A “**questão judaica**” no Brasil será tratada no devido tempo. Vamos abrir um capítulo só para isso. Mas importava dizer ao leitor, nesta introdução, que o Brasil também se deparou com a “**questão judaica**”. Não quando estava crescendo, robusto e faceiro, mas antes mesmo de nascer. O batismo e o nome Brasil vieram muito depois. Depois de quê? Depois dos judeus se terem apropriado de um bom naco da ilha de Vera Cruz, ou da Terra dos Papagaios.

De certo modo, estamos sendo atrevidos. Não convém dar nome aos bois. Devíamos falar através de meias-palavras. Abusar do eufemismo, como fizeram Getúlio, antes de desferir um tiro no coração, e Jânio por ocasião da renúncia. Nos bilhetes deixados à posteridade, os dois ex-Presidentes omitiram o designativo dos responsáveis por suas derrubadas. Fizeram referência, suavizando a expressão de suas idéias, às “forças ocultas”.

A “**questão judaica**”, caro leitor, existe lá, bem longe de nossas fronteiras, como agora em que Israel oferece aos palestinos uma entre duas alternativas: a de aceitar o jugo ou a de partir. A ONU, por unanimidade, se pôs ao lado dos palestinos. Nem assim foi possível equilibrar o fiel da balança. Do lado de Israel se postou um peso pesado ca-

paz de nocautear Mike Tyson e mais uma centena de adversários. Não um de cada vez, mas todos a um tempo só! Resultado: os palestinos contam com o apoio de centenas de países, mas Israel dá a última palavra sob o manto protetor dos Estados Unidos e de seu arsenal nuclear. (Ver Anexo 1)

Existe uma **“questão judaica”** a nível internacional.

De igual modo, pode-se afirmar que ela existe aqui em nosso País. Existe porque 150.000 judeus desfrutam do poder de calar 150.000.000 de brasileiros. Existe porque nos obrigam a saldar uma dívida externa absurda, imoral, responsável pelo estado de inanição e miséria em que vivem milhões de brasileiros.

Existe porque estão nos sugando até a medula dos ossos, como no caso da telefonia (CRT), da siderurgia (CSN – Companhia Siderúrgica Nacional) e da Vale do Rio Doce, a maior e a mais rica de nossas empresas. (Vide Anexo 3 e 4) Existe porque os principais órgãos de comunicação de massa do País, através de drible ao artigo 222 da Constituição Federal, caíram nas mãos de “brasileiros natos”, mas que trazem no coração outra nacionalidade.

“Eles têm nas mãos o rosário, e no coração as contas...” (TAUNAY. *Na Bahia Colonial*, p. 291)

Parece óbvio que existe uma **“questão judaica”** no Brasil e que merece atenção inclusive dos que afirmam que nada têm a ver com o que os judeus aprontam por aí.

Dom Manoel, o Venturoso, se mostrou desinformado, mandando para cá uma “mancheia” de cristãos-novos. Nos aprontaram poucas e boas, lançando nas costas dos lusitanos o opróbrio da responsabilidade.

“Escravidão, tráfico negreiro, contrabando, descaminho, concluído com os holandeses, guerra dos emboabas, guerra dos mascates... Tudo isso – juram os **eternos injustiçados** – foram coisas de português!” E contam com o aval dos “historiadores”!

E como os brasileiros que não querem saber de nada, dão de ombros, cruzam os dedos (às costas, naturalmente) e afirmam:

“– Nós nem estávamos aí! Para tudo o que de mal acontece, escolhem logo os judeus para **‘bode expiatório’**! Shalom, meu... Vai ver que você é anti-semita!”

Neste ponto, o Comendador Acácio, na falta de inspiração, retira da algibeira de guardados uma pérola rara:

“– E tudo ficou como d’antes no Quartel de Abrantes...”

Seu conterrâneo Bocage, menos comedido no linguajar, trocaria Abrantes por uma parte pudica de mãe Joana. Não deixaria por menos o nosso ferino Gregório de Matos, apelidado de “Boca de Inferno”, mas que às vezes falava sério:

“Quantos com capa de cristão, professam o judaísmo, mostrando hipocritamente devoção à lei de Cristo!” (Gregório de MATOS. *Obras*, p. 182)

Pode ser que o Comendador Acácio esteja coberto de razão. É possível que tudo permaneça como d’antes no Quartel de Abrantes, mas nem por isso temos a obrigação de calar. Tampouco nos podem calar os guardiões da “verdade conveniente”.

Tudo o que se irá relatar está calcado em bibliografia merecedora de crédito. Bibliografia que poderá ser consultada pelos cépticos. Aliás é interessante que o façam, mesmo porque a História não é uma ciência exata, que os mestres enfiam goela abaixo dos alunos; é uma ciência que desafia a reflexão crítica, permanentemente aberta ao diálogo e a interpretação/reinterpretação crítica.

O verdadeiro historiador não se limita a coletar dados, reunir documentos, precisar datas, encadear a seqüência dos fatos. Ele faz isto, sim. Mas não pára aí. Ele analisa criticamente as circunstâncias sócio-econômicas, políticas e culturais que, em conjunto ou isoladamente, contribuíram para o acontecimento de interesse histórico. Se assim não fosse, a História seria uma ciência meramente descritiva, acrítica e inerte no tempo e no espaço.

Por isto, pedimos escusas aos que vêem a História como ciência estática, imutável, exata como a Física e a Matemática, e pedimos, humildemente, permissão para externar nossos pontos de vista.

Sempre que alguém emite opinião sobre assuntos sujeitos a juízo ou deliberação, como no caso do fato histórico, haverá de agradar a alguns e a desagradar outros. Não cabe aos desagradados, o direito de calar a voz dos que os contrariam.

JUDAÍSMO-SIONISMO PARA PRINCIPIANTES

Certa feita, quando fui intimado a depor como testemunha em processo movido pelo Sr. Henry Nekricz contra meu editor,¹ perguntou-me, de chofre, a Ex^{ma} Juíza de Direito encarregada do feito precatório:

– O senhor é anti-semita?

Respondi sem pestanejar:

– Não! Nada tenho contra os etíopes, os iraquianos, os jordanianos, os libaneses, ou sauditas, os sírios, os turcos e muitos dos povos residentes no norte da África. Também não alimento qualquer tipo de restrição contra os antigos assírios, os babilônios e os fenícios... todos eles povos semitas.

A insigne magistrada foi mais direta:

– E contra os hebreus? O senhor tem restrições aos hebreus?

– Nenhuma. Nada tenho contra a etnia semita, hebraica ou outra raça qualquer. Minhas críticas são a aspectos culturais.

– Por que, então, escreve obras contrárias aos judeus?

– Veja bem, se V. Excia. está empregando o termo “judeus” como sinônimo de “hebreus”, está cometendo um equívoco. Minhas obras não reprovam a conduta de uma raça, de uma etnia, de um povo. Con-

¹ Henry Nekricz (Bem-Abraham) registrou queixa-crime contra S. E. Castan na 27ª Vara Criminal da Comarca de São Paulo, alegando que o escritor e editor gaúcho havia infringido o Art. 139 do Código Penal (difamação), por tê-lo acusado de “mentiroso” em “SOS para Alemanha”.

deno ao sionismo e não faço mais do que comungar com decisão da ONU que o considerou “expressão de racismo”, contando, inclusive, com o apoio do Governo brasileiro. Se V. Excia. perguntar se sou anti-sionista, minha resposta será SIM! Sou anti-sionista, anti-comunista, anti-capitalista, anti-globalista (a globalização da economia está em moda) e contrário a um sem número de ideologias que andam por aí e de outras que passaram e foram esquecidas.

Este é um exemplo de como se confunde alhos com bugalhos. Faz-se jogos de palavras para confundir as pessoas, para enredá-las na trama que os marxistas tão bem dominaram a fim de tornar o dito como não dito e vice-versa – a dialética, definida pelos lexicógrafos como “arte de argumentar ou discutir na busca da verdade”, mas que os comunistas redefiniram como “a arte de chegar às nossas próprias verdades”.

Faurisson, Borrego, Bardèche, Duprat, Barnes, Belgion, Zündel, Castan e dezenas de outros revisionistas acusados de anti-semitas são, em realidade, anti-sionistas. Limitam-se a denunciar, no plano das idéias, da argumentação lógica e racional, uma ideologia milenar cujo objetivo, confesso em suas múltiplas cartilhas (Torah, Talmud, Cabala, Protocolos, etc.) é dominar o mundo.

É comum confundir judaísmo com sionismo e isto por uma razão muito simples: basta consultar o Antigo Testamento e o Talmud para certificar-se de que os hebreus escreveram sua história com um olho voltado para Deus e outro para a Terra.

Em outras palavras: judaísmo e sionismo se confundem, jamais aparecem dissociados.

Por conseguinte, o anti-sionismo não pode apartar-se do anti-judaísmo. A liberdade de culto é consagrada, hoje, pela maioria das Constituições. O Cristianismo, por exemplo, fracionou-se ao longo do tempo: catolicismo romano, catolicismo ortodoxo, calvinismo, luteranismo, anglicanismo, etc. Centenas de cultos, cristão e não-cristãos, convivem sem grandes traumas ou antagonismos. Ocorre que todas essas religiões respeitam os espaços das demais. Não encetam planos de destruição de suas congêneres. O mesmo não se pode dizer do judaísmo. Este, desde o nascimento de seu “filho espúrio” – o Cristianismo, moveu-lhe, e move ainda hoje, um combate sem tréguas com o fito

de destruí-lo. A razão é muito simples: dezenas de profetas, segundo registro do Antigo Testamento, haviam prometido aos judeus um Messias que lhes traria riquezas e poder.

“E os filhos dos estrangeiros edificarão os teus muros, e os reis te servirão... E abrir-se-ão de contínuo as tuas portas: elas não se fecharão nem de dia e nem de noite, a fim de que te seja trazida a fortaleza das nações, e te sejam conduzidos os seus reis. Porque a gente e o reino que não te servir, perecerá; na verdade, aquelas nações serão totalmente devastadas... E sugarás o leite das gentes, e serás criada ao peito dos reis.” (Isaías, LX, 10-16)

Pois eis que o Messias nascido de Maria, a virgem concebida pelo Espírito Santo, lhes vinha dizer:

“Todo aquele que fizer a vontade de meu Pai, que está nos Céus, esse é meu irmão e irmã.” (Mateus, XII, 50)

Não eram os judeus e tão-somente os judeus os filhos de Deus! – afirmava Jesus Cristo. Não eram os judeus os “apaniguados da sorte”, mas todos os homens da Terra, sem distinção de raça ou credo! Era isto que afirmava Cristo, desmanchando milhares de séculos de sonhos de riqueza e poder. Aquele filho de carpinteiro só podia ser um falso messias! Um falso messias desmancha-prazeres a sepultar as promessas de rios de leite e mel, de reis prostrados de joelhos, de intermináveis legiões de escravos mourejando a seu serviço – foi o que concluíram os judeus.

“Fez Salomão, pois, tomar a rol todos os homens prosélitos, que havia na terra de Israel, e destes escolheu setenta mil, para que levassem as cargas às costas, e oitenta mil para que cortassem pedra dos montes...” (Crônicas, II, 17-18)

Que fazer com aquele mágico multiplicador de pães, com aquele ressuscitador de mortos, com aquele agente de subversão a apregoar a igualdade entre os homens?

Urge calar a sua voz! É imperioso impedir, o mais que depressa, que continue a lançar ao solo sementes da tomada de consciência, da rebeldia contra o opróbrio e a dominação.

Que fazer, senão matá-lo?

E matá-lo de uma maneira terrível! É preciso impedir, pelo exemplo, que outros “falsos messias” apareçam!

Pilatos, o governador romano, não vê crime algum na conduta de Cristo. Propõe que os judeus o soltem, que crucifiquem a Barrabás, criminoso notório. Entre o criminoso empedernido, entre o assassino cruel e o agente de subversão, a elite judaica nem pestaneja:

– Soltem Barrabás! Crucifiquem o Cristo!

Consuma-se o maior dentre todos os crimes cometidos na história da humanidade: o **deicídio** – definido pelos lexicógrafos de todo o mundo como “A MORTE QUE OS JUDEUS DERAM A CRISTO”. (Vide Aurélio Buarque de Hollanda FERREIRA.)

Como cristão que sou, batizado, crismado e educado no catolicismo, não me restou outra alternativa se não responder à Ex^{ma} Juíza de Direito:

– Não sou anti-semita, mas V. Excia. pode me considerar anti-sionista e contrário àqueles que mataram o Filho de Deus! Os mesmos que repetiram a chacina do Purim através de Bar Kohba, assassinando mais de 104.000 cristãos antes de serem expulsos pelos romanos da Palestina! Os mesmos que arregimentaram as graças de Nero, por meio de uma nova Ester – a cortesã Popéia, provocando três séculos de terrível perseguição e martírio para os cristãos! Os mesmos que assessoraram, aos magotes, Lênine e Stálin, dizimando – segundo Alexandre Soljenítsin e outras fontes não contestadas pelo atual Governo russo – 60 milhões de soviéticos! Não sou anti-eslavo ou anti-russo porque nem todos os membros daquela etnia compactuaram com o bolchevismo. Sou anti-bolchevista que é uma espécie da qual os russos eram o gênero. De igual modo, não sou anti-semita (no sentido de hebreu), porque tal como em relação aos russos, nem todos os hebreus são sionistas e/ou seguem, na qualidade de judeus, o Torah, o Talmud, a Cabala e os Protocolos ao pé da letra! Nem todos os hebreus participaram do **deicídio**.

Generalizar, tomando o anti-sionismo e o anti-judaísmo como sinônimos de anti-semitismo é abusar da inteligência das pessoas; equivale a afirmar que todo aquele que repudia o nazismo é anti-germânico! Será que os “remanescentes do Holocausto”, por serem, com toda a certeza, anti-nazistas, extrapolam a sua repulsa a todo o povo alemão?

Admitem, pelo fato de criticar o nazismo, serem tachados de anti-germânicos?

É claro que não, porque se assim fosse não teriam retornado para a Alemanha no após-guerra, **adonando-se do poder político e econômico e assenhorando-se dos espólios que restaram do país arrasado!**

Eis aí o grande e incompreensível absurdo que se montou em torno da pessoa e da obra de S. E. Castan, o mais importante revisionista brasileiro da atualidade. Pode-se ser anti-nazista, sem ser anti-germânico. Pode-se ser anti-comunista, sem ser anti-russo. Mas não se pode ser anti-sionista, ou discordar das pretensões de “povo eleito” e das estratégias de destruição dos adversários, posta em prática de forma explícita ou implícita por muitas das frações extremistas do judaísmo, sem ser chamado de anti-semita!

Qual o cristão ou indivíduo de sã consciência que baterá palmas a colocações como estas?

“Jesus enganou, corrompeu e destruiu Israel” (Sanhedrin, 107b)

“Todas as coisas pertencentes aos goyns (não-judeus) são como o deserto; a primeira pessoa que as encontre as pode levar como sendo suas.” (Bahba Bathra, 54b)

“O sêmen de um goyn tem o mesmo valor que o de uma besta.” (Kethuboth, 3b)

“Se um judeu é capaz de enganar aos cristãos, simulando ser um devoto de Cristo, pode fazê-lo.” (Iore Dea, 157, 2)

“Que é uma prostituta? Qualquer mulher que não seja hebréia.” (Eben Há Eser, 6 e 8)

“Ao melhor dos ímpios, matai-o!” (A Boda Sara, 26b, Tosephot)²

Anti-semitismo e anti-judaísmo traduzem uma opinião, um juízo ou sentimento manifestado sobre assunto sujeito à deliberação. Segundo Cândido de FIGUEIREDO, lexicógrafo, e Darcy AZAMBUJA, ci-

² Extrato do **Talmud** autêntico. (Os que se encontram em circulação foram devidamente depurados de “inconveniências”.) In: I. B. PRANAÏTIS (Sacerdote Católico). **El Talmud Desenmascarado**. Editorial La Verdad, Lima, 1981.

entista político, opinião é uma convicção de caráter especial. Esclarecem: quando dizemos – o calor dilata os corpos – emitimos uma verdade científica, passível de comprovação líquida e certa. Quando afirmamos – a democracia é a melhor condição de realização de governo – não emitimos uma verdade científica, ainda que possa ser verdadeira, isto porque não haverá consenso em torno de nossa afirmação e, além disto, será impossível provar, de forma líquida e certa, que estamos com razão.

O primeiro julgamento, referente à dilatação dos corpos por ação do calor, é uma **verdade**. O segundo, concernente à democracia, é uma **opinião**.

A opinião é um estado de espírito que consiste em julgar verdadeiro um fato ou uma afirmação, mas admitindo que talvez estejamos enganados. É uma convicção mais ou menos profunda, que nos leva a afirmar uma coisa ou a proceder de um certo modo; mas é uma convicção que não se apoia na infalibilidade, que não tem o sustentáculo da verdade científica.

Sendo o procedimento dos indivíduos em sociedade baseado em opiniões, a tolerância e o respeito mútuo se revelam como prova de bom senso e critério.

Sob o império da democracia e da liberdade de pensamento e expressão, tanto a opinião da maioria, como a da minoria, têm de encontrar espaço, porque em se tratando de **opinião**, maioria não é sinônimo de certeza.

Opiniões – como anti-sionismo, anti-judaísmo extremado, anti-comunismo, anti-capitalismo, anti-nazismo, anti-catolicismo, etc... – não podem ser amordaçadas, passíveis de censura ou de arbítrio. Quando muito, podem ser rebatidas, contrariadas, desmitificadas por força de argumentos. À opiniões se opõem opiniões, jamais o poder de polícia.

Os sociólogos, os psicólogos e os cientistas políticos reconhecem que mesmo uma opinião majoritária pode ser errônea, provocada artificialmente, viciada, desorientada da verdade. Isto ocorre principalmente nos dias atuais em que os meios de comunicação de massa desfrutam de um poder que supera, inclusive, o poder do Estado.

O passado brasileiro recente demonstrou com propriedade esta afirmação. A mídia colocou presidentes e depôs presidentes. Vetou a eleição de outros. Provocou a cassação de parlamentares, segundo interesses até hoje não perfeitamente identificados. Afirma-se que foi para o bem do povo e felicidade geral da Nação. Pode ser que sim, mas também pode ser que não.

Os meios de comunicação de massa do mundo inteiro estão firmemente concentrados em mãos de uma mesma central de poder. Em gênero, esta central de poder é representada pelos hebreus; em espécie, pode-se afirmar que o controle é exercido pelo sionismo e pelo judaísmo, incluindo aqui as facções extremistas.

“O poder dos judeus repousa sobre os meios de comunicação, que estão à sua disposição em várias partes do mundo.”³

A consequência deste monopólio é inevitável: a opinião pública mundial é levada a consolidar-se em torno das “verdades”, valores e pontos de vista emitidos segundo a ótica judaico-sionista.

No Brasil não se foge à regra. Os principais canais de televisão, os jornais de grande circulação, as mais importantes revistas e a esmagadora maioria das editoras estão nas mãos dos judeus, ou sobre o controle de títeres por eles monitorados. As pessoas só conhecem um lado da medalha ou uma versão da história. São impedidas de inteirar-se da versão contrária. Mesmo porque esta é impedida de vir à lume. O Direito consagrou a indisponibilidade da defesa. Mas, na prática, isto tem, no Brasil, adquirido o caráter de ficção em se tratando da questão sionismo x revisionismo.

Os sionistas têm o direito de falar; os revisionistas, o de calar! E de arcar, por tempo indeterminado, com os prejuízos decorrentes do arbítrio.

Minha primeira obra revisionista – **“O Massacre de Katyn”** não menciona hebreus, judeus ou sionistas em um parágrafo sequer. Mesmo assim, foi tachada de mentirosa (dava nova versão a crime ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial). Capitaneou a caça às bruxas o Sr.

³ Cardeal Josef GLEMP. Primaz da Igreja Católica Polonesa. In: **Polônia – Fogueira acesa: Cardeal acirra conflito com os Judeus**. In: Revista “Veja”, 6-9-1989.

Jair Krischke, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Abriu-lhe espaço para o exercício de tiro ao alvo o jornal **“Zero Hora”**, da família Sirotsky. Esta e outras obras da Revisão Editora Ltda., incluindo livros de ampla circulação e tiragem internacional, começavam a desagradar à pequena parcela de 0,1% dos “brasileiros” – se é que podem ser considerados brasileiros – que detêm mais de 75% dos meios de comunicação de massa em suas mãos.

“Nós somos uma única nação. Não somos judeus americanos, nem judeus soviéticos. Nós somos apenas judeus.” (Theodore Herzl – Fundador do Sionismo Político).

Menos de dois anos depois dos agravos morais e lucros cessantes sofridos, os soviéticos confessaram a autoria do crime (assassinato de milhares de oficiais poloneses, até então atribuído aos alemães), sem que o Sr. **Krischke** ou **“Zero Hora”** cumprissem o dever de resgatar o dano perpetrado.

Está aí um claro exemplo do guante que imobiliza e cala a voz de 150 milhões de brasileiros, submetidos a uma imprensa controlada por 150 mil privilegiados, que devem tomar conhecimento, com extrema urgência, do recado que lhes mandou, através de memorável sentença, o Ex^{mo} Sr. Desembargador João Andrades Carvalho:

“A Constituição é brasileira, feita para brasileiros. Somos um povo pobre, mas dispensamos os guardiões de nossa consciência.”

Infelizmente, o açambarcamento dos órgãos de imprensa, denunciado pelo cardeal polonês Glemp, e que no Brasil se tornou realidade nua e crua, não é fenômeno recente. Os Governos brasileiros não aprenderam as lições da história. Não examinaram, por exemplo, o que aconteceu nos Estados Unidos e na Alemanha na década de 1920, época em que os hebreus, reconhecendo o grande poder que emanava dos meios de comunicação de massa, assenhoraram-se dos principais órgãos, manipulando a seu bel prazer a opinião pública e pressionando os governos no rumo de seus interesses.

Na Alemanha, com a Primeira Guerra Mundial em curso (1914-1918), os judeus através do **“Berliner Tageblatt”**, do **“Munchener Neueste Nachrichten”** e do **“Frankfurter Zeitung”**, dentre outros

importantes jornais, todos sob seu rígido controle, disseminaram o derrotismo, preparando a famosa “punhalada pelas costas” que insuflaria às massas, em futuro próximo, através dos inflamados discursos de Adolf Hitler.

Não paira, hoje, qualquer dúvida quanto as sementes do nacional-socialismo alemão. Elas foram plantadas pela imprensa judaica, pela paz judaica imposta à Alemanha em Versalhes, e pela camarilha judaica que se apossou do espólio político e econômico do pós-guerra.

Os usurpadores do Governo Imperial montaram um gabinete em que dos seis componentes, três eram judeus. Dentre estes, dois deles, Haase e Landsberg, exerciam influência absoluta. Haase dirigia os negócios exteriores, assessorado por outro judeu – Kautsky, que em 1918 nem sequer possuía cidadania alemã. O judeu Shiffer ocupou o Ministério da Fazenda, tendo o judeu Bernstein por subsecretário. O Ministério do Interior tinha à frente o hebreu Preuss, assessorado pelo compatriota Freund. Na Prússia, o gabinete formado no pós-guerra era presidido por Hirsch e Rosenfeld. Simon foi nomeado Secretário do Estado no Ministério da Fazenda; Futran, diretor de Ensino; Meyer-Gerhard, Diretor do Departamento das Colônias; Kastenberg, Diretor de Letras e Artes; Wurm, Secretário da Alimentação; Cohen, Presidente do Conselho de Operários e Soldados (assessorado por Stern, Herz, Loewenberg, Frankel, Israelowitz, Laubenheim, Seligsohn, Katzenstein, Lauffenberg, Heimann, Schlesinger, Merz e Weyl); Ernst, Chefe da Polícia de Berlim; Sinzheimer, Chefe de Polícia de Frankfurt; Lewi, Chefe de Polícia de Essen; Eisner, Presidente do Estado da Baviera, etc...

Para dispensar o leitor da maçante consulta a uma relação interminável, basta dizer que a assessoria de Cohen no Conselho de Operários e Soldados se fez repetir, em gênero e número, numa infinidade de órgãos públicos.

O estado alemão que emergiu de Versalhes estava arrazado por imposições draconianas. Sofrera sanções territoriais, industriais, comerciais, financeiras, militares e morais que só suportou pelo tempo necessário de respirar e reunir novas forças.

Foram também judeus os responsáveis pela ignominia que se convencionou chamar de Tratado de Versalhes. Independentemente da assessoria dos adversários da Alemanha, que se jogaram como abutres ou hienas esfameadas sobre os despojos, instigados pelo espírito de vingança, a delegação germânica, para não fugir à regra, estava contaminada pela presença de hebreus.

Deixemos que Henry FORD descreva o caráter e composição da delegação alemã em Versalhes:

“Judeus eram dois plenipotenciários alemães na conferência da paz, ao mesmo tempo que um terceiro não passava de conhecido instrumento incondicional do judaísmo. Além disso, pululavam na delegação alemã judeus peritos, tais como Max Warburg, Strauss, Merton, Oscar Oppenheimer, Jaffe, Deutsch, Brentano, Pernstein, Struck, Rathenau, Wassermann e Mendessohn-Bartholdy.”⁴

Alguém põe dúvida quanto à quantidade de lenha que isto representou para a fogueira nacional-socialista que arderia mais tarde?

Hitler não se cobriu de razões para exigir, sem rodeios, subterfúgios ou meias-palavras: “Fora os judeus!”?

Enquanto na Alemanha vencida isto ocorria, do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos vencedor, a mesma coisa se passava. O grupo pioneiro de judeus, que se trasladara do Brasil para a região de Nova Iorque, na época da invasão holandesa, tinha se multiplicado. De 50.000 em 1870, passara a 3.300.000 em 1920. Em todo o Império britânico viviam 300.000; na Palestina, não mais do que 100.000. O centro nevrálgico das decisões sionistas, representado pelo Kahal, não mais se localizava em Praga ou em outras metrópoles européias; trasladara-se para os Estados Unidos. Mas não eram só idéias e ordens para o empreendimento de ações que partiam do lado de cá do Atlântico. Segundo o serviço secreto americano de contra-espionagem e imprensa, importantes banqueiros judeus tinham financiado Lênine e seus camaradas, possibilitando que a revolução bolchevista se consumasse: Jacob Schiff, Guggenheim, Max Breitung, a casa bancária de

⁴ “Henry FORD. **O Judeu Internacional**. Porto Alegre, Revisão Editora Ltda., 1989, p. 22.

Kuhn, Loeb & Cia, Felix Warburg, Otto Kahn, Mortimer Schiff, S. H. Hanauer e outros. Durante os anos que antecederam a revolução bolchevista, o jornal judaico-comunista de Nova Iorque – **“Daily Forward”** – publicou inúmeros artigos solicitando apoio financeiro da comunidade judaica americana para o movimento bolchevista e descrevendo, de forma minuciosa, como quantias vultuosas de dinheiro foram transferidas para a Rússia, através de contas do Sindicato Westphalian-Rhineland.

Também os judeus ricos do continente europeu se engajaram no esforço de subvencionar o bolchevismo. Às contribuições provenientes dos Estados Unidos, juntaram-se às da casa bancária Lazare Brothers, da França, do Banco Gunsbourg, de São Petersburgo, da casa bancária de Speyer & Co., da Inglaterra e do Nya Banken, da Suécia.

Sem a entrada maciça das contribuições judaicas, a revolução bolchevista não teria saído do papel.

Concluída esta rápida digressão, convém voltarmos à questão principal de onde nos desviamos. A análise dos conluios judaicos do presente século será aprofundada adiante. Nesta altura, importa examinar como os judeus se apoderaram da imprensa mundial, justificando o que afirmou o cardeal Glemp em setembro de 1989.

Entende a totalidade dos analistas do judaísmo e do sionismo, que os hebreus tiveram sempre uma idéia muito precisa das vantagens que podem ser tiradas da imprensa. Estar informado de antemão, inteirar-se do que está por acontecer antes dos não-judeus, foi sempre uma prerrogativa da qual jamais abriram mão. Colocando observadores nas proximidades de Waterloo, Nathan Rothschild, desde sua sede bancária em Londres, inteirou-se antes dos demais da sorte da batalha derradeira de Napoleão, apossando-se, a preço de banana, da quase totalidade das ações negociadas na Bolsa londrina.

Não apenas Nathan Rothschild, mas todos os judeus foram sempre ávidos pesquisadores de notícias. Desde muito tempo, conforme observa Henry FORD, revelaram-se astutos pesquisadores de informações, cuidando em divulgar o que lhes traz proveito e em sonegar o que pode resultar em prejuízo. Assevera FORD:

“Durante séculos os judeus foram o povo mais bem informado do mundo inteiro. De suas secretas fontes nas cortes e chancelarias, essa raça obteve inteiro e exato conhecimento dos acontecimentos mundiais. Sempre tiveram espiões em toda a parte... O orbe foi espiado em seu proveito...”⁵

As estratégias de conquista e manipulação dos meios de comunicação de massa estão claramente formuladas nos Protocolos – documento satânico que os judeus juram falso, mas que vem se cumprindo com absoluta fidelidade. Embora tenham sido elaborados no final do século passado, retratam a realidade dos dias de hoje com a exatidão de uma imagem refletida por espelho. Não é sem razão que os judeus de todo o mundo procuram evitar o quanto podem que a leitura dos Protocolos seja difundida. Muitas das edições que tentam circular, são compradas por eles e destruídas para que os não-judeus continuem desconhecendo as maquinações neles contidas.

“O curioso é que Flávio (Koutzi), judeu e marxista, jamais se preocupou em censurar obras ou odes a Stálin ou Lénine. Pelo contrário, insistia em divulgá-las na livraria Universitária, antes de jogar-se na aventura suicida e romântica que o levou aos cárceres da Argentina. E tem mais: nos círculos do livro, todos conhecemos aquele militante do PC que sempre inundava a Feira do Livro com os Protocolos. **“Caixinha para o partido”** – me confessava. – **“O Bom Fim compra tudo para depois queimar.”**⁶ (O Bom Fim é um bairro porto-alegrense, habitado majoritariamente por hebreus. – Nota do Autor)

Um documento falso, destituído de fundamento, seria merecedor de tamanhos cuidados?

Até alguns dias atrás, conhecíamos a existência da Máfia, da Camorra e de organizações similares japonesas. Filmes como **“O Poderoso Chefão”** e **“Chuva Negra”** retrataram com fidelidade essas organizações. Hoje, depois de assistir **“Era Uma Vez na América”** (**Once upon a time in America**), de Sérgio Leone (produzido em 1984), nos deparamos com uma nova realidade: os judeus tiveram suas organiza-

⁵ Henry FORD. Op. cit., p. 130.

⁶ Janer CRISTALDO. **Intifada Pode**. Artigo publicado em **“RS – Jornal do Jockymann”**, 16/09/1989.

ções mafiosas. Não destinadas a explorar não-judeus, mas os próprios judeus!

Será que na capital gaúcha também proliferam mafiosos desta estirpe? O artigo de CRISTALDO diz que sim.

Nos Estados Unidos, a imprensa açambarcada pelos hebreus no final do século passado e primeiro decênio deste, fez prodígios. Levou o capitalismo americano a acasalar-se com seu antônimo – o bolchevismo, manipulou a opinião pública contra o nacional-socialismo alemão, forjou histórias, alimentou futricas, difundiu inverdades e, por fim, manipulou governantes no rumo de seus interesses.

A História da humanidade escrita e divulgada durante o presente século, por razões que a esta altura se mostram bastante óbvias, está calcada na ótica judaica. Judeus controlam a maioria absoluta dos órgãos de comunicação de massa, incluindo os jornais, as revistas, o rádio, a televisão, o cinema e as editoras de livros, manipulando a opinião pública a seu bel-prazer.

Todo aquele que ousa recitar versos fora da cartilha, sofre sanções de variada espécie. Nega-se a participação de anunciantes, sonega-se o fornecimento de tintas de impressão, pressiona-se as distribuidoras, e, como último recurso, apela-se à esfera judicial, afrontando o mais sagrado de todos os direitos humanos – o de liberdade de pensamento e expressão.

Tomando por base as declarações do Ex^{mo} Sr. Desembargador João Andrades Carvalho, anteriormente referenciadas, chega-se à conclusão de que as garantias constitucionais brasileiras estão a serviço, não do interesse dos nacionais, mas da minoria que tem a proteção da imprensa, e utiliza-se dela em larga escala para orquestrar campanhas, para divulgar opiniões que são unicamente suas, como se estas traduzissem o clamor popular.

Foi o que aconteceu, por exemplo, quando da abertura de baterias contra as obras revisionistas.

Sr. Samuel Burd afirma uma inverdade e cria uma nova figura de crime, não tipificado pela legislação brasileira: o de **“conspiração contra a história”!!!**

Processo pede fechamento da editora Revisão

A Federação Israelita do Rio Grande do Sul entrou na luta contra a editora Revisão, de Siegfried Ellwanger, e vai encaminhar um processo cível à Justiça pedindo o fechamento da editora, que publica títulos contra os judeus. O presidente da federação, Samuel Burd, explicou que o pedido é um desejo da sociedade, que condena o genocídio nazista.

Para Burd, o editor, que assina suas obras com o codinome de S.E. Castan, conspira contra a história ao negar o assassinato em massa pelos nazistas de minorias étnicas e políticas. Ellwanger também apela à Justiça contra a Câmara de Vereadores da capital, que o considerou "persona non grata".

2 — SEXTA-FEIRA, 1º de setembro de 1989

Rio vigia com rigor nazistas e anti-semitas

Por determinação do governador Moreira Franco (RJ), os livros anti-semitas que estavam expostos na IV Bienal do Livro foram apreendidos e se encontram no Instituto de Criminalística para perícia. Ele mandou instaurar inquérito policial para que seja apurada a propagação de idéias racistas no material.

Além disso, solicitou que o promotor carloca, Elío Fishberg, visitasse seu colega gaúcho para averiguar que providências estão sendo tomadas aqui. Na cidade do Rio, estão proibidas a fabricação e comercialização da cruz suástica.

CORREIO DO POVO

Ele afirma que o fechamento da Revisão Editora é um desejo da sociedade. Isto é um grande exagero! A sociedade gaúcha soma vários milhões de habitantes. A parcela da sociedade que se arvora em "guardiã de nossa consciência" não ultrapassa 20 mil indivíduos. E nem sequer pode ser chamada de gaúcha, depois do que afirmou Theodore Herzl.

Em resposta à "operação silêncio", ou "caça-às-bruxas", capitaneada pelo Sr. Burd e assessores prestimosos, a sociedade gaúcha deu o troco:

Leitor quer livros anti-semitas

APREENSÃO GERA PROCURA E PÚBLICO PEDE RETORNO DOS TÍTULOS

A apreensão de 11 livros da Editora Revisão, realizada terça-feira na Feira do Livro pelo delegado da 1ª DP, Roque Vilande, serviu para aumentar a procura pelos livros anti-semitas. Se antes eram vendidos cerca de três exemplares de cada um, ontem a procura foi imensa, garantiu o proprietário da Livraria Palmirinha (barracas 15 e 40), Rul Gonçalves. Boa parte dos leitores e intelectuais sentiram-se incomodados pela atitude, pois não sabem os contornos que pode alcançar a censura às publicações.

A apreensão dos títulos continuou na sede da Editora Revisão. Lá, em cumprimento à segunda etapa da ordem judicial assinada pelo juiz de plantão Luiz Felipe Santos, foram recolhidos 8.858 exemplares de "O Judeu Internacional"; "Quem Escreveu o Diário de Anne Frank?"; "Hitler, Culpado ou Inocente?"; "Os Con-



Foram recolhidos 8 mil exemplares

quistadores do Mundo"; "Os Protocolos dos Sábios do Sião"; "Brasil Colônia de Banqueiros"; "Holocausto Judeu ou Alemão?" (de autoria do dono da editora) e "Acabou o Gás". O valor desse material chega a Cr\$ 10 milhões.

O proprietário da Editora Revisão, Sigifried Ellwanger, que considerou a medida "uma violência". afirmou que o seu advogado, Marco Giordani, entrará com um mandado de segurança para obter a devolução das obras.

Enquanto isso, o público aguarda o retorno dos títulos antes do final da Feira do Livro. Rul Gonçalves afirmou que está recebendo manifestações de solidariedade de várias partes do país, inclusive da Assembléia Legislativa do Paraná. Numa das prateleiras da barraca 40, contudo, permanecem os exemplares do livro "Minha Luta", de Adolf Hitler, da editora Moraes, e que havia sido editado pela primeira vez em 1936 pela Editora Globo. "Essa atitude é perigosa porque pode dar margem a apreensões de várias outras obras", comentou Júlio Vieira, da livraria Ao Pé da Letra, sobre o episódio.

A "vigilância contra os nazistas e anti-semitas", comandada pelo então governador Moreira Franco levou ao cometimento de um dos maiores contra-sensos jurídicos de todos os tempos. Coisa de provocar "frouxos de riso" no Boca-Larga, aquele comediante da era pastelão que não mostrava os dentes nem por decreto. Referimo-nos a proibição de fabricação e comercialização da Cruz Suástica.

Igualdade, segundo o Direito, constitui o signo fundamental da democracia. A igualdade, como isonomia formal, trata a todos igualmente, sem levar em conta distinções de grupo, de etnia, credo religioso ou ideologia. Nenhuma lei pode abonar uns em detrimento de outros. Os mesmos ônus ou vantagens devem gravar ou quinhonar situações idênticas. Isto faz parte do be-a-bá do Direito. Reconhecem-no tanto os advogados quanto os simples rúbulas. Pois se atentou contra a isonomia formal com a finalidade única e exclusiva de satisfazer o ódio judeu contra a suástica, símbolo do nazismo, que "terria ceifado milhões de vidas".

Por que, em cumprimento ao princípio da isonomia formal, não se proibiu a fabricação da Cruz de Malta, sob a qual se perpetuou o bárba-

ro genocídio dos negros africanos, arrancados de seus lares e para aqui trazidos como escravos?

Por que não estender a proibição ao brasão de Castela, responsável pelo genocídio das civilizações Inca, Maia e Asteca?

Por que excluir da interdição o símbolo da foice e do martelo, ignorando o maior de todos os genocídios do presente século?

Por que não proibir a fabricação e comercialização da Cruz de Cristo, que tanto desagrada aos judeus, e, por via de consequência, as da Estrela de David, que desgosta aos cristãos?

É fácil deduzir deste acontecimento insólito e ridículo, que é proibido, no Brasil, contrariar o ponto de vista ou interesse dos judeus, podendo estes, em contrapartida, criticar e até mesmo silenciar a voz dos nacionais autênticos. Como ocorreu na Polônia, a partir de 1287, quando se instituiu o “Estatuto de Kalisz”, em inúmeros casos **“os judeus podem e os brasileiros não podem”!**

Enquanto muitas obras revisionistas são retiradas arbitrariamente de circulação, textos escritos por autores judeus, que criticam ostensiva e descabidamente ações soberanas do Governo brasileiro (referimo-nos a **“Os Judeus do Vaticano”**, da autoria de Avraham MILGRAM, publicado pela Editora Imago do Rio de Janeiro, em 1994 e a artigos divulgados pela revista “Shalon”, por exemplo), têm livre trânsito, comprovando a vigência aqui do “estatuto da desigualdade”.

O livro de MILGRAM critica Getúlio Vargas e vários de seus ministros por haverem restringido a entrada de judeus no Brasil durante o transcurso da Segunda Guerra Mundial, assacando contra eles a tradicional pecha de “anti-semitismo”.

Com toda a certeza não era “anti-semita”, na época, apenas o Governo brasileiro. Governo algum aceitava imigrantes judeus às toneladas. Nem mesmo o dos Estados Unidos, que se transformara no “paraíso terrestre” dos hebreus!

O Secretário Geral das Relações Exteriores do Brasil, Ciro de Freitas Vale, endereçou correspondência ao Vaticano (que intercedera pela entrada de hebreus, “convertidos ao catolicismo”, em território brasileiro), justificando em nome do Governo Vargas:

“O Brasil tem aberto suas portas a imigrantes de todas as nacionalidades, que se mostrem dispostos a dedicarem-se à agricultura. Os judeus ti-

veram esta oportunidade. Fundaram colônias em 1904 e 1911 (Philippon e Quatro Irmãos, respectivamente), hoje, praticamente abandonadas. Eles se encontram infiltrados na imprensa, no comércio, nas finanças, nas profissões liberais e até no serviço público, concorrendo com os nacionais. (...) Trouxeram para o Brasil idéias comunistas, contrárias aos interesses da Nação e de seu Governo. Demonstraram aversão ao trabalho agrícola. (...) A lista de Sua Santidade, atendida em boa parte, não fez mais do que repetir a frustrada experiência anterior..."

Vinte anos antes do Governo brasileiro dar-se conta da inadaptação dos hebreus às lides agrícolas, Henry FORD escreveu:

"Em tempo algum os judeus imigrados para os Estados Unidos afastaram-se um átimo de suas originalidades. Não se dedicaram nem aos ofícios comuns e nem à agricultura. Nunca se esforçaram ou se esforçam, ainda hoje, por produzir objetos de qualquer natureza. Tratam de adquirir produtos prontos, para negociar com eles, conforme o costume."⁷

Henry FORD não se limita a emitir sua opinião pessoal. Cita trecho da "Nova Enciclopédia Internacional":

"Entre as características mais salientes da raça hebréia, devemos citar:

- aversão acentuada a todo trabalho manual que importe em fadiga;
- instinto religioso inato e conceito muito elevado de irmandade e de tribo;
- excelente predisposição para o comércio;
- astúcia e perspicácia para a especulação, principalmente em assuntos de dinheiro;
- paixão oriental pelo luxo, o gozo íntimo do poderio e dos prazeres decorrentes de uma elevada posição social;
- faculdades intelectuais bem equilibradas."⁸

O autor de **"O Judeu Internacional"** conclui:

"Há 2000 anos, em razão dessas características raciais, os judeus vêm despertando, de forma consciente ou inconsciente, o sentimento de anti-semitismo por parte dos não-judeus."⁹

E nem poderia ser diferente, pois a petulância destes se faz pública e notória, como no artigo de Roberto GRAETZ, publicado na revista **"Shalon"**, de agosto de 1989:

⁷ Henry FORD. Op. cit., p. 31.

⁸ Idem, p. 11.

⁹ Ibidem, p. 11.

“A dependência do mercado externo levou o Brasil a esfriar suas relações com Israel e fazer grandes negócios com o mundo árabe; aderir, em segredo, ao boicote e votar pela infame resolução das Nações Unidas que equiparou o sionismo ao racismo.”

Note bem o leitor! Sionismo pode! Nazismo não pode!

É de estranhar que o Governo brasileiro da época tenha condenado o sionismo, se levarmos em conta o que se passava nos bastidores da política do País. Eis o que revela o articulista Roberto GRAETZ no mesmo órgão judaico (“Shalon”, agosto de 1989):

“Durante os anos da ditadura (militar) tivemos ‘amigos’ poderosos nos centros de decisão.”

Parece que esses “amigos poderosos”, filo-semitas ou quinta-colunas infiltrados, não eram tão poderosos assim!

Entre o discurso e a prática dos hebreus, sionistas ou não, mas, certamente, judeus, passa um abismo de enormes proporções. Prega-se a plena liberdade de imprensa, mas age-se em sentido contrário quando se trata de defender interesses próprios.



Editores defendem direito dos jornais à plena liberdade

□ O I Encontro Regional no Guarujá foi aberto com a defesa da democracia e da livre expressão nos veículos de comunicação

Guarujá (SP) — Editores dos mais expressivos jornais brasileiros estão reunidos no Guarujá (São Paulo) no I Encontro Regional de Jornais promovido pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), quando se comemora também os 100º aniversário de *A Tribuna*, editado em Santos. O presidente da ANJ e presidente do Conselho de Administração da RBS, Jayme Sirotsky, abriu o encontro reafirmando que não existe democracia sem liberdade de expressão e que “liberdade de expressão é questão fundamentalmente relacionada à liberdade de imprensa em todo o mundo”.

Enquanto o Presidente da Associação Nacional de Jornais e Presidente do Conselho de Administração da RBS proferia o discurso acima, reafirmando que “**não existe democracia sem liberdade de expressão**”, o jornal “Zero Hora”, órgão da RBS, publicava dezenas de artigos e reportagens contra a livre circulação das obras revisionistas. Apenas no período de 30 de julho de 1995 a 2 de agosto de 1995, 10

páginas, incluindo chamada de capa, foram dedicadas ao combate às obras revisionistas e ao “ressurgimento do nazismo” no País.

Como não poderia deixar de ser, a crítica atingiu inclusive ao ex-Presidente Getúlio Vargas, que além de opor-se à entrada dos “judeus do Vaticano”, ainda decretou a **proibição do ingresso no País de imigrantes judeus de qualquer procedência**. (Em “Getúlio Vargas depõe: O Brasil na Segunda Guerra Mundial” e “O Cristianismo em Xeque”, examinamos esta questão com maior profundidade.)

Getúlio mereceu a seguinte farpa:

PORTO ALEGRE, DOMINGO, 30 DE JULHO DE 1993

ZERO HORA

Política ambígua de Vargas incentivou nazismo

Se a “política ambígua” de Vargas tivesse incentivado o **comunismo** ou o **sionismo**, “Zero Hora” estaria lançando farpas, hoje?

A jornalista Clarinha GLOCK, que assina os textos da matéria em questão parece desconhecer que **nazismo**, **comunismo** e **sionismo** são farinha do mesmo saco. São ideologias e, como tal, passíveis de aceitação por uns e de contestação por outros. Embora o **sionismo** tenha sido equiparado, pela ONU, ao **racismo**, entendemos que ninguém pode ser criticado ou proibido de considerá-lo como a ideologia ideal. Tampouco se pode agir contra os que o criticam. O mesmo se aplica em relação ao comunismo e ao nazismo. Não há como depurar o mundo de ideologias incômodas, mormente em sociedade onde se aspira o ar democrático. O que incomoda a uns, agrada a outros e vice versa. Esta é a regra geral do mundo das idéias, no qual impera tudo menos o consenso.

Atribuir a alguém que comunga com as idéias nacional-socialistas o título de “nazista” em sentido pejorativo, ofende-o tanto quando designar um marxista de “comunista”.

Ao argumento de que o nazismo assassinou 6 milhões de judeus, o “nazista”, sem a necessidade de refutar tal afirmativa, se limitaria a contrapor: o judaísmo-bolchevismo da União Soviética **multiplicou por dez** este número! Além disto, na China, as hordas de Mao Tse-Tung assassinaram outros 30 milhões! (Consultar, em caso de dúvida, as últimas obras de Alexandre Soljenítsin e **“Tempos Modernos – O Mundo dos Anos 20 aos 80”**, de Paul JOHNSON, publicada pela Bibliex, Rio de Janeiro, 1994.)

Por que **“Zero Hora”** e os demais órgãos de comunicação do País, que zelam tanto pela exorcização do nazismo, não assestam baterias contra o marxismo-comunismo-bolchevismo?

Esta resposta nem precisa ser formulada!

É assim, pois, caro leitor, que agem as lideranças dos imigrantes judeus e/ou descendentes destes, hoje residentes no País, e que detêm nas mãos os principais órgãos de imprensa, contando com o aval do Estado. A obra de Daniel HERZ – **“A História Secreta da Rede Globo”** – (14. Ed., Editora Ortiz, São Paulo, 1991) oferece ao leitor desejoso de se enfronhar do assunto um claro relato de como a camarilha constituída pelo “Grupo Time-Life” se apossou da principal rede de televisão do País. E de como arregimentou filo-semitas obsequiosos e fiéis no “cumprimento do dever”. Aquele velho símbolo da RCA-Vitor, com a sigla **“A Voz do Dono”**, os caracteriza bem.

Samuel Wainer, Herbert Moses, Bloch, Abravanel, Sirotsky e muitos outros controlaram ontem e controlam hoje os principais órgãos de comunicação do País. Moses presidiu por vários anos a ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Jayme Sirotsky preside a ANJ (Associação Nacional de Jornais).

O nordestino Assis Chateaubriand, brasileiro de gema (Chateaubriand foi sobrenome adotado), liderou por largo tempo a imprensa nacional, através de jornais, rádios e revistas. Foi o pioneiro da televisão no País. Getúlio Vargas anotou, por duas vezes, em seu Diário: **“Parece ter sangue judeu”**.

Como Chateaubriand não tinha sangue judeu, acabou vendo seu império ruir até os alicerces. E passar para as mãos daqueles que, seguindo a regra geral denunciada pelo cardeal Josep Glomp, açambarcavam, em nível mundial, os meios de comunicação de massa.

Os hebreus jamais conquistaram a simpatia dos países por onde andaram ou se fixaram. É o que demonstra a história. Não há como negar este fato, embora eles se esforcem para chegar a uma explicação satisfatória. Aprontaram na Babilônia, no Egito, em Susa... Na era cristã, foram expulsos do Império Romano, da França, da Inglaterra, da Espanha, da Áustria, da Tchecoslováquia, da Rússia e da Alemanha...

Teriam essas expulsões resultado da pura e simples antipatia daqueles povos contra os hebreus? Ou vieram como forma de reação a atos praticados contra os nacionais?

A verdade é que em tempo algum o judeu se preocupou com a amizade ou a inimizade dos demais povos. Sua preocupação foi única e exclusivamente auferir lucro, como lhes recomendava o Talmud. Sempre procuraram isolar-se dos goyns (não-judeus). Condenaram os casamentos mistos, preservaram sua cultura, rebelaram-se contra todo e qualquer processo de assimilação. E invariavelmente, julgaram-se uma raça superior a todas as outras. Que lhes importava se os povos murmurassem contra eles, desde que conquistassem a amizade dos reis e das cortes?

Foi partindo deste princípio que conseguiram os privilégios do Estatuto de Kalisz (Polônia, 1287),¹⁰ modelo que, sem sombra de dúvida, procuraram conquistar por onde andaram no passado e por onde andam no presente.

Não é de estranhar que os judeus tenham se transformado em eternos andarilhos. Qual a sociedade que os queria?

Por onde quer que andaram, perseguiu-os sempre, como maldição, a antipatia das gentes. Isto foi a regra geral e não a exceção. Não somos nós, os revisionistas, quem afirma. Atesta a História com **fatos**, e não com a opinião de alguns.

Para concluir esta abordagem inicial, que como o título indica, teve por objetivo colocar o leitor a par das estratégias judaico-sionistas

¹⁰ O Estatuto de Kalisz estipulava, por exemplo: Se um cristão entregasse a um judeu um objeto qualquer como penhora, e o judeu jurasse que o perdera ou se privara dele por furto, o cristão estava obrigado a saldar o débito acrescido de juros, enquanto o judeu ficava desobrigado de restituir a coisa. Privilégios deste tipo foram incluídos em grande número no Estatuto de Kalisz, dando origem aos "pogrons".

engendradas para calar a voz de seus opositores, é interessante reproduzir o que opinaram diversos cardeais católicos romanos, sob o pseudônimo de Maurice PINAY, na obra “**Complô contra a Igreja**”:

“A manobra de amordaçamento dos judeus consiste basicamente no seguinte:

Primeiro passo: Conseguir a condenação do anti-semitismo, tornando-o, inclusive, sujeito às penas legais, por meio de hábeis campanhas e de pressões de todo o gênero, granjeando a simpatia de outros segmentos (como o dos negros, por exemplo);

Segundo passo: Conseguir que os dirigentes políticos e religiosos, um após outro, passem a condenar o anti-semitismo;

Terceiro passo: Depois de conseguirem essas condenações ao anti-semitismo, os judeus tratam de dar a esse vocábulo um significado muito diferente. Serão então considerados anti-semitas:

- aqueles que defendem seus países das agressões do imperialismo judaico;

- aqueles que criticam e combatem a ação das forças judaicas (cinema e TV por exemplo, que destróem a família e degeneram a juventude, com a difusão de falsas doutrinas ou de toda a classe de vícios);

- aqueles que, de qualquer forma, censuram ou combatem o ódio e a discriminação racial, que os judeus praticam contra os cristãos, embora o neguem hipocritamente;

- aqueles que desmascaram o judaísmo como dirigente da franco-maçonaria e de outras instituições cujo objetivo é destruir o Cristianismo.”¹¹

Informado que está o leitor acerca das estratégias judaico-sionistas, principalmente no que concerne à confusão terminológica, utilizada com o objetivo de considerar expressão de **anti-semitismo** inclusive as críticas ao **judaísmo** e ao **sionismo**; do açambarcamento dos meios de comunicação em todos os países onde se fixam; das táticas utilizadas para calar a voz dos opositores, dispomo-nos a prosseguir na análise do tema proposto.

Antes, convém bater um pouco mais na tecla **racismo**, a bandeira desfraldada pelos inimigos do movimento revisionista.

¹¹ Maurice PINAY. **Complô contra a Igreja**. Vol. I. Porto Alegre, Revisão Editora Ltda., 1994, p. 155/161.

De acordo com Aurélio Buarque de Hollanda FERREIRA, o mais conceituado lexicógrafo brasileiro, e com renomados sociólogos e antropólogos, dentre os quais Darcy RIBEIRO, **racismo** é uma doutrina que admite a supremacia de certas raças sobre outras. **Raça**, no entender dos especialistas, pressupõe caracteres somáticos, jamais aspectos culturais. Afirmam todos estes especialistas que, em confundindo fatores **biológicos** com **culturais**, o racismo passa a nada ter que ver com ciência. (Consultar Aurélio Buarque de Hollanda FERREIRA, definição do termo “racismo”).

O comum de acontecer quando os tribunais se vêm obrigados a decidir sobre questões que fogem à sua alçada de conhecimento, é recorrer ao laudo técnico de especialistas. O tribunal que julgou S. E. CASTAN sobre “**prática de racismo**”, deveria antes de mais nada, inquirir sociólogos e antropólogos de renome, acerca do que constitui e do que não constitui **racismo**. Se o fizesse, saberia que críticas ao **sionismo** e ao **judaísmo**, por configurarem os mesmos **aspectos culturais** e não **raciais**, não configuram **prática de racismo**, mas a **expressão de um juízo**.

Note-se que os lexicógrafos, antropólogos culturais e historiadores não acusam os **hebreus** pela prática do **deicídio**. O crime não é imputado à **raça hebraica**, mas a uma espécie desta – os **judeus** (praticantes do judaísmo). E isto é óbvio, porque Cristo, seus discípulos e os primeiros cristãos eram **hebreus**.

Daí o absurdo de enquadrar o crítico do **judaísmo** e do **sionismo** à categoria de **racista**.

O simples fato de alguém ser **hebreu** não o qualifica como **judeu** e/ou **sionista**. Um exemplo disto foi o ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Era **hebreu**, pelo lado materno, mas não **judeu**, porque católico praticante. E certamente **sionista** também não era, porque suspendeu o pagamento das dívidas externas brasileiras, atitude inequívoca de nacionalista descomprometido com o capital internacional.

Pois é construindo um samba-enredo em cima do significado de racismo que os guardiões da “verdade conveniente” tentam deter o movimento revisionista da História, e fundamentalmente da História da Segunda Guerra Mundial.

É preciso que a totalidade das pessoas se libertem do simplismo de absorver notícias prontas, e procurem por esforço próprio, refletir criticamente sobre o mundo que as cerca. E entender, sobretudo, que a arte literária só prospera e se desenvolve sob duas circunstâncias. Em primeiro lugar, é preciso que exista uma elite de escritores dispostos a pesquisar criteriosamente (quando se trata de não-ficção) e a soltar a imaginação, esta faculdade desregrada e errante, rebelde a limitações e incapaz de comedimentos (quando se trata de ficção). Em segundo lugar, é imprescindível a vigência plena da liberdade de pensamento e expressão, sem a qual os produtores da arte literária não poderiam dar vazão ao que constróem e pretendem transmitir a seus leitores.

A liberdade de pensamento e expressão já foi assacada e violentada em muitas épocas e lugares durante o desenrolar da História da Humanidade.

Queimaram-se livros durante a Idade Média sob as mais diversas alegações, até mesmo a de que o demônio teria inspirado seus autores. Galileu Galilei, por ter contrariado as versões “oficiais”, afirmando que a Terra girava em torno do Sol e não este em redor de nosso planeta, foi preso, julgado pelo tribunal da Inquisição, e condenado à morte na fogueira. Só teve a pena comutada para a de prisão perpétua porque abjurou publicamente sua crença na teoria de Copérnico.

Mais recentemente, na Alemanha nazista e na União Soviética stalinista, queimaram-se livros e seus autores foram encarcerados como na Idade Média. O crime de pensar contra os interesses dos regimes vigentes, obrigou a um sem número de escritores a emigrar de seus países e buscar refúgio onde pudessem expressar livremente aquilo que pensavam. Foi assim, por exemplo, que Stefan Zweig foi obrigado a abandonar a Áustria e refugiar-se no Brasil, e Alexander Soljenitzyn se viu compelido, depois de experimentar os horrores do Gulag, a homiziarse nos Estados Unidos.

Por mais paradoxal que possa parecer, enquanto no Brasil o Governo Vargas recebia Stefan Zweig e Otto Maria Carpeaux, em nome da liberdade de pensamento e expressão que lhes fora negada pelo nazismo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), encarregava-se de fechar jornais e revistas e censurar os órgãos que continuavam em circulação.

Mais recentemente, durante a ditadura militar, pedagogos, filósofos, sociólogos e até artistas foram obrigados a deixar o Brasil para que pudessem exercer livremente o sagrado direito da liberdade de pensamento e expressão.

Dentre os que buscaram asilo político no estrangeiro encontrava-se o atual Presidente da República. A experiência por que passou deveria tê-lo marcado com o sinete indelével do repúdio ao arbítrio. Mas não foi isto o que ocorreu, como se verá adiante.

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em outubro de 1988, foi cantada em prosa e verso, principalmente pelos constituintes liderados por Ulisses Guimarães, como a mais liberal de todas as Constituições brasileiras.

No papel, a “Constituição Cidadã”, como a apelidaram os ufanistas, deve ter chegado muito perto do ideal, mas, na prática, tem se revelado letra morta, verdadeira balela, em muitos aspectos. Nem bem se passaram nove anos e o atual Governo se empenha em reformá-la a toque de caixa e troca de benesses.

Todos reconhecem a impossibilidade de uma família sobreviver condignamente com um salário mínimo, todavia, isto entra em choque com o texto constitucional brasileiro.

O item IV do art. 7º de nossa Constituição diz que o salário mínimo, “fixado em lei, nacionalmente unificado, deverá ser capaz de atender as necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o valor aquisitivo”.

Pois para que o trabalhador assalariado com o mínimo pudesse recuperar o poder aquisitivo, conforme estipula a norma constitucional, o Governo acaba de conceder um reajuste de exatamente R\$ 8,00 (oito reais)!

As normas referentes à saúde, à educação, à segurança e a assuntos de interesse social mereceram a atenção dos constituintes.

A liberdade de pensamento e expressão foi agraciada com uma norma clara, abrangente e categórica:

“Art. 5º – IX – É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.”

Naturalmente que esta liberdade haveria de ser condicionada e o é. Embora qualquer pessoa goze da liberdade de expressar-se, este direito acaba quando se choca com o direito de outrem. É vedada a calúnia, a injúria e a difamação, e nem se poderia pensar ao contrário. Aquele que expressa seu pensamento não poderá ofender a outra ou outras pessoas. Se o fizer, poderá ser processado na forma da lei.

Em outras palavras, é livre a expressão do pensamento, ficando o autor sujeito à penalidades legais desde que calunie, difame ou assaques injúrias contra outrem.

Fora disto, não há como impedir alguém de difundir suas idéias, seja pela mídia escrita (livros, jornais, revistas), seja pela mídia eletrônica (rádio, televisão, cinema).

Na prática, infelizmente, não é isto o que ocorre, embora recentes manifestações do Sr. Presidente da República e de prestigiados órgãos da imprensa.

Vejamos dois fatos recentes.

Em 6 de agosto de 1996, a imprensa noticiava que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, reunido com os presidentes dos Estados Unidos, Argentina, México e diversos outros países do continente, assinara a “Declaração de Chapultepec”, assegurando o livre exercício da manifestação de pensamento e expressão. (Vide Anexo 5)

Afirmava o subtítulo da notícia: “A censura prévia e as restrições à circulação dos meios de comunicação devem ser banidos”.

Em outras palavras, os chefes-de-Estado americanos reunidos em Chapultepec, no México, asseguravam a livre circulação de toda e qualquer obra, responsabilizando-se os autores e editores pelos conceitos veiculados.

Os autores e suas editoras só podem ser responsabilizados perante a Justiça pelo cometimento de crimes de **calúnia**, **injúria** ou **difamação**. Não cabe prejudicar obras de qualquer natureza. Cabe àquele ou àqueles que se julgarem ofendidos procurar a via legal, processando, quando for o caso, os ofensores.

A par das resoluções de Chapultepec, os editores brasileiros dos mais expressivos jornais do país, reuniram-se em Guarujá, São Paulo, no I Encontro Regional de Guarujá, defendendo o direito à plena liberdade de expressão.

Jayme Sirotsky – na qualidade de presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), abriu o encontro reafirmando:

“Não existe democracia sem liberdade de expressão, e liberdade de expressão é questão fundamentalmente relacionada à liberdade de imprensa em todo o mundo.”

Como em relação ao que ocorre com a Constituição brasileira, o discurso do presidente da Associação Nacional de Jornais está longe de corresponder à realidade do órgão que ele próprio dirige, isto é o jornal “Zero Hora”. (Vide págs. 38/39 desta obra.)

O referido órgão lidera, expressa e decididamente, a campanha de “caça às bruxas”, que prospera em pleno final do segundo milênio.

Talvez seja cansativo ao leitor, mas é preciso enfatizar que a História só poderá ser equiparada às ciências exatas e transformar-se em dogma quando aponta, acriticamente, datas, locais, personalidades, efemérides. Isto não ocorre quando o historiador questiona os porquês, os fatores, as circunstâncias, as causas que determinaram a sucessão dos acontecimentos.

Se ele chegar à conclusões errôneas, destituídas de fundamento, deverá ser contestado. Mas o fato de que tenha se equivocado não significa que sua obra deva ser apreendida, impedida de ser lida. Afinal de contas, ele emitiu um juízo, não uma certeza. A apreensão sumária de obras desta natureza (emissoras de juízo) levam a que mesmo as pessoas pouco dotadas de perspicácia cheguem a uma conclusão:

a) os juízos emitidos não são absurdos, fruto de insânia ou desvario, porque se o fossem, ninguém se preocuparia com a sua divulgação;

b) os argumentos apresentados não podem ser facilmente rebatidos, daí a preocupação de torná-los inacessíveis ao público.

A análise histórica de guerras é uma das tarefas mais difíceis com que se defrontam os historiadores. Ao fazê-lo, eles estarão, invariavelmente, influenciados por uma ideologia – a sua própria ótica, seu modelo de crenças, valores, suposições e explicações de causa e efeito.

Nenhum indivíduo vivendo em sociedade consegue, por mais que queira, permanecer imune à influência de ideologias. De modo que, por mais que se esforce, o historiador não expõe o **que é**, mas o que sua reflexão crítica, seu juízo particular, **entende que é**.

Se as ideologias existentes influem o historiador, um cientista que se vale do método racional, que se poderá dizer em relação ao leitor comum, afeito muito mais à leitura informal, e não à leitura crítica?

Quando se trata do relato de histórias de guerras, todo leitor deverá estar atento para um detalhe. O vencedor narrará o sucedido de acordo com o seu ponto de vista. O mesmo se dará em relação ao lado perdedor. Um e outro se colocarão na posição de “vítima da agressão”, atribuindo ao outro contendor, o papel de agressor. A Guerra do Paraguai é um exemplo. Na versão da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), Solano Lopez foi o vilão da história, o grande responsável pelo conflito. Na versão paraguaia, Lopez aparece como grande herói nacional e os países da Tríplice Aliança como agressores açulados pela Inglaterra desejosa em exterminar a industrialização nascente da nação guarani. Com quem está a verdade?

Costumamos comparar o relato de guerras a um divórcio litigioso, onde aparecem nos autos do processo duas versões diferentes – a do marido e a da mulher. A verdade, provavelmente, não estará com um nem com outro, mas num ponto intermediário, desconhecido, que caberá ao juiz, usando de argúcia, localizar.

A verdade, quando se trata do relato de guerras, também está localizada em um ponto intermediário entre a versão das duas partes. Difícilmente um historiador consegue manter-se neutro à influências. Ele próprio possui uma ideologia, mesmo que esta permaneça escondida, em estado latente.

Portanto, nos casos de relatos de guerras, para que se possa chegar o mais próximo possível da verdade, é preciso antes de mais nada, inteirar-se das duas versões.

Em relação à Segunda Guerra Mundial, as fontes colocadas ao alcance dos leitores brasileiros são única e exclusivamente aquelas que contêm a versão dos vencedores. As obras que procuram relatar a versão da banda perdedora – como ocorreu em relação a “**O Massacre de Katyn**” – são perseguidas, apreendidas, retiradas de circulação. Deste

modo, o leitor se vê na contingência de conhecer apenas uma das faces da verdade.

Muitos hão de perguntar como o historiador e editor revisionista S. E. CASTAN consegue suportar as terríveis pressões que contra ele se avolumaram desde o lançamento de **“Holocausto – Judeu ou Alemão?”**. Como autor e editor, ele poderia ter escolhido a via mais fácil – a do editorial comercializável do agrado de seus detratores. Provavelmente se abririam para ele as páginas dos grandes jornais, das redes de televisão e revistas, da mídia brasileira, enfim, quase toda ela sob um mesmo férreo controle. O enveredo pela “contra-mão da História” tem-lhe trazido sensíveis prejuízos. Mas ele fez de sua postura uma devoção e perseguiu o destino indiferente às dificuldades e tropeços. Chegaram a insinuar, em determinada época, que seu editorial era subvencionado por “órgãos ocultos”.

Quem sabe a ODESSA?

Talvez, para os que veneram o Bezerra de Ouro seja difícil entender o que seja dedicação íntima, compromisso com a verdade, preocupação com o destino do País e de seus nacionais, dedicação à causas cujo objetivo final não seja a pecúnia, mas a paz interior de ter contribuído para o despertar dos hipnotizados.

Quem não se lembra de Samuel Bronstein – aquele personagem da “Escolinha do Professor Raimundo”? E do bordão por ele popularizado: “Mais vale qualquer coisa do que um prejuízo no bolso”?

Chico Anísio criou o personagem e o bordão para caracterizar uma espécie de gente. Gente que não acredita que o revisionismo histórico é uma cruzada cívica, humanística, e não um negócio.

O JUDAÍSMO ANTES DE CRISTO

Os primeiros cinco livros bíblicos – Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio – narram a história do povo hebreu desde a criação do mundo até a morte de Moisés. Os cristãos denominam ao conjunto destes cinco livros de Pentateuco e os judeus de Torá (Torah). A autoria do Pentateuco ou Torá foi atribuída pela tradição cristã e judaica a Moisés. Hoje, os especialistas em história da Bíblia concluíram que o Pentateuco provém de diversas fontes, incluindo pelo menos quatro diferentes ciclos de tradições, denominadas Javista, Eloísta, Deuteronomista e Sacerdotal. A redação desses livros em sua definitiva versão ocorreu no século V a.C. Entendem os especialistas que a redação final do Pentateuco conservou o estilo, o espírito e a teologia das tradições.

No Pentateuco segundo o comentário à **Bíblia** (São Paulo, Editora Vozes, 20. ed., 1993, p. 26), “Israel olha para seu passado e descobre Deus como alguém que o **elege**, protege e conduz...”

Surge, aqui, portanto, a pretensão alimentada, em todos os tempos, pelos judeus, de que o Senhor Deus lhes concedeu a graça de “**povo eleito**”, e, conseqüentemente, o direito de domínio sobre os “**não eleitos**” (goyns).

No Deuteronômio, o último dos livros do Pentateuco, a nítida correlação entre religião e nacionalismo começa a transparecer de forma explícita. Moisés é a figura dominante de todo o livro. Sendo o Pentateuco um conjunto de leis, sua aplicação efetiva exigiu interpretação, ampliação e adaptação. Isto se materializou através do Talmud, um conjunto de leis orais, passadas de geração à geração pela tradição. Na

época de Jesus Cristo, já os escribas e fariseus exigiam uma observância minuciosa de todos os detalhes da legislação talmúdica. Para eles era ela mais importante do que a matéria contida no Torá. Em oposição aos talmudistas, os saduceus opunham-se a isto e aceitavam apenas o Pentateuco. Alegavam que o texto bíblico representava a palavra de Deus, enquanto o Talmud expressava tão-somente o pensamento dos rabinos.

Por volta do ano 200 da era cristã, 130 anos depois que os romanos destruíram a cidade de Jerusalém, o rabino Judas Hanassi compilou as leis esparsas, compondo a parte do Talmud denominada “Mishnah” (instrução).

Reportando-se ao período que antecedeu a vinda de Jesus Cristo, Maurice PYNAY diz que “o povo hebreu foi escolhido por Deus como depositário da verdadeira religião, cuja conservação lhe foi confiada, no meio dos povos idólatras, até a vinda do Messias prometido, com o qual se cumpririam as profecias do Antigo Testamento. Mas os judeus começaram, já antes da vinda de Cristo, a tergiversar as profecias, dando-lhes uma interpretação **falsa, racista e imperialista**”.¹²

A promessa de um reinado verdadeiro de Deus na Terra, reinado espiritual da religião autêntica, interpretaram-na os judeus como o reinado material de sua raça, como a promessa de Deus aos israelitas de um domínio mundial e da escravização por eles de todos os povos da Terra.

Já no Gênesis, o primeiro dos livros bíblicos, começam as distorções da Palavra de Deus. O Anjo do Senhor diz a Abraão:

“Abençoar-te-ei e multiplicarei a tua descendência como as estrelas do céu e como a areia que está no fundo do mar. Tua posteridade possuirá as portas dos teus inimigos. E nas tuas sementes serão benditas todas as nações da Terra.” (Gênesis, XXII, 17/18)

O imperialismo judaico deu a estes versículos uma interpretação material, ao considerar que Deus lhes oferecia, como descendentes consangüíneos de Abraão, o direito de se assenhorar das portas do seu

¹² Maurice PYNAY. Op. Cit. Vol. I, p. 121.

inimigo, e que só através deles poderiam ser abençoadas as demais nações da Terra.

As palavras de Jesus Cristo, consignadas nos Evangelhos e nos Atos dos Apóstolos, daria a verdadeira interpretação desta passagem bíblica. A vitória consignada no Gênesis tinha caráter espiritual e não material. O inimigo a que Deus se referia era Satanás e os pecados oriundos de suas tentações. E além disso não eram especificamente os hebreus os beneficiários da benção divina:

“Quem é minha mãe e quem são meus irmãos (filhos de Deus)? E estendendo a mão para seus discípulos, disse Jesus: Vede aqui a minha mãe e os meus irmãos. Porque todo aquele que fizer a vontade de meu Pai, que está nos céus, esse é meu irmão, irmã e mãe.” (**Mateus**, XII, 49/50)

Ainda no Gênesis, o episódio de José do Egito caracteriza bem o caráter judaico: ódio, ganância por dinheiro, atração pela magia e a adivinhação, uso de cortesãos e cortesãs para conquistar a boa graça dos poderosos, habilidade no aproveitamento das técnicas da quinta-coluna...

O cortesão José seria reeditado por diversas vezes na história antiga dos hebreus, sendo que as figuras mais notórias foram Judite e Ester. A tática da quinta-coluna (minar o inimigo através de ação subreptícia em um país em guerra ou em vias de entrar em guerra) foi largamente utilizada pelos hebreus em todos os tempos.

As cortesãs ou cortavam cabeças elas próprias (Judite) ou convenciam outros a fazê-lo, concedendo-lhes favores de leito (Ester, Salomé, Popéia).

Dentre todas, Popéia deve ter sido, em números, a que mais estragos causou à humanidade. Mas não era de descendência hebréia, apenas filo-semita e, por isso, cedeu lugar na galeria de heroínas para Ester, a trêfega sobrinha de Mardoqueu. O amante, Assuero, não lhe trouxe numa bandeja a cabeça de João Batista; ofereceu-lhe muito mais: 75 mil apêndices de “inimigos”, devidamente degolados!

A cortesã do Purim mereceu, sem qualquer tipo de contestação, o mérito que lhe deram! O 14 de Adar proporciona a que milhares de jovenzitas hebréias se “fantasiem” de Ester e dancem com seus irmãos de raça sobre a memória dos cadáveres de seus “inimigos”. A tradição se

perpetua no tempo, desde o massacre dos persas até os dias de hoje, em todas as comunidades judaicas.

Os profetas Esdras e Neemias não fizeram mais do que repetir as exortações do Deuteronômio, consolidando o sentimento racista e sanguinário dos judeus:

“Quando o Senhor Deus te introduzir na terra que vais possuir, expulsando da frente muitos povos, os hititas, os gerseseus, os amorreus, os cananeus, os fereus, os heveus, os jebuseus, sete nações mais numerosas e mais poderosas do que tu; e quando o Senhor teu Deus as entregar a ti e tu as derrotares, deverás condená-las ao extermínio. Não farás pactos com elas nem lhes terás compaixão. Não contrairás matrimônio com eles, não darás tua filha a um de seus filhos nem tomarás uma de suas filhas para teu filho...” (Deuteronômio, VII, 1, 3)

“Enquanto Esdras rezava e confessava, reuniu-se em redor dele um grande número de israelitas. Eram homens, mulheres e crianças, todos chorando. Então Sequenias tomou a palavra e disse a Esdras: ‘Fomos infiéis a Deus, casando-nos com mulheres estrangeiras, mas ainda resta esperança para Israel. Mandaremos embora as mulheres estrangeiras e os filhos delas que nasceram.’ (Eram muitos os casamentos mistos e grande o número da prole deles resultante.) Todos os que se tinham casado com mulheres estrangeiras mandaram-nas embora, assim como a seus filhos.” (Esdras, X, 1-44)

“Cada um de vós está extorquindo juro do próprio irmão... Nós resgatamos os irmãos estrangeiros, e agora vós tornais a vendê-los para que nós os tenhamos de recomprar. (A máfia judaica novaiorquina, mostrada por Sérgio Leone, em **“Era uma vez na América”**, já existia cerca de dez séculos antes de Cristo!) E disse Neemias: ‘Deveríeis deixar-vos guiar pelo temor de Deus, para não passarmos vergonha perante os estrangeiros, nossos inimigos.’ E concluiu: ‘Assim Deus sacuda de sua casa e sua propriedade todo aquele que explorar o seu irmão.’” (Neemias, V, 7/9, 13)

Para que a exortação de Neemias não fosse tomada em sentido demasiado amplo, livrando não só os judeus, mas também os não-judeus, da exploração, o Talmud dirimiou as dúvidas:

“Todas as coisas pertencentes aos goyns (não-judeus), são como o deserto; a primeira pessoa que as encontre as pode levar como sendo suas.”
(**Bahba Bathra**, 54b)

Em reforço à medida tomada por Esdras em relação aos casamentos mistos, o Talmud acrescentou:

“O sêmem de um goyn tem o mesmo valor que o de uma besta.”
(**Kethuboth**, 3b)

“Que é uma prostituta? Qualquer mulher que não seja hebréia.”(**Eben Há Eser**, 6 e 8)

Para que os hebreus não pensassem que os frutos de casamentos mistos representavam um entrave apenas temporal, fadado a desaparecer sob efeito da hereditariedade, o autor do **Deuteronômio** deixou bem claro:

“O amonita ou a moabita não entrarão jamais na congregação do Senhor, nem depois da décima geração.” (**Deuteronômio**, XXIII, 3)

Acusam Hitler de ter aplicado, em face à questão racial, a Lei de Talião (dente por dente, olho por olho) contra os judeus. Não é verdade! O **Deuteronômio** estipulava que nem dez gerações eram suficientes para judaizar um estrangeiro. Hitler achava que três gerações eram suficientes para germanizar os descendentes de judeus.

Os judeus, durante o período aqui considerado, foram pródigos no tratamento desumano dado aos goyns: selecionavam milhares de escravos para cortar pedras e carregá-las às costas; serravam pelo meio os inimigos; passavam sobre eles carroças ferradas; faziam-nos aos pedaços com o uso de cutelos; coziavam-nos vivos em fornos... (Consultar **Isaías**, **Crônicas** e **Samuel**.)

Considerando-se sempre uma “**raça superior**”, predestinada a exercer o domínio sobre as demais, segundo o relato do Antigo Testamento, escravizaram, exploraram, mataram e destruíram as outras raças, não apenas por “dever religioso” mas por acreditar firmemente que isto era um direito da nação judaica. Em outras palavras, judaísmo e sionismo estiveram sempre juntos.

“Assim fala o Senhor Deus: Olha, eu aceno com a mão às nações, e aos povos hasteio minha bandeira, e eles trarão nos braços os teus filhos, nos ombros carregarão as tuas filhas. Os reis serão seus tutores e suas esposas as suas amas; com o rosto em terra se prostrarão diante de ti, lambendo o pó dos teus pés. Então saberás que sou o Senhor e que aqueles que em mim esperam não ficarão frustrados.” (Isaías, XLIX, 22, 23)

A “**questão judaica**”, em razão da essência sionista do judaísmo haveria de acompanhar os hebreus através do tempo, por onde quer que andaram. Qual o povo que iria submeter-se, docilmente, à dominação?

Houston Stewart Chamberlain, um dos mais renomados filósofos do início do presente século, por razões óbvias colocado no rol dos “anti-semitas”, afirmou: “**Os judeus plasmaram o seu próprio destino!**”

Miquéias, o profeta de desgraças, preveniu, sem sucesso:

“Ai dos que planejam a iniquidade e tramam o mal em seus leitos! Ao amanhecer o praticam, porque isto está em seu poder. Cobiçam campos e os roubam, cobiçam coisas e as tomam; oprimem o homem e sua casa, o dono e sua herança. Por isso, assim diz o Senhor: ‘Eis que planejo contra essa gente uma **desgraça**, da qual não podereis caminhar de cabeça erguida, porque este será um tempo de **desgraças!**’...” (Miquéias, II, 1/3)

A primeira grande “desgraça” que se abateria sobre os hebreus afinados com o judaísmo-sionismo seria a vinda do Messias. Para estes, Cristo traria a negação de todos os anseios de conquista e domínio. Para outros, um pequeno grupo a princípio, o Messias trouxe as sementes de uma nova religião.

Desde o ano 63 a. C., Pompeu conquistara Jerusalém, e os judeus foram submetidos ao domínio romano. Foi nesta circunstância de dominação da Palestina pelos romanos, que o Messias anunciado pelos profetas, ao longo do Antigo Testamento, veio à Terra. Ao contrário do que esperavam os judeus através de vários milênios, não sancionou o judaísmo como a religião “oficial” de seu Pai. Pelo contrário, condenou suas práticas, rebelou-se contra a atitude dos sumo-sacerdotes (rabinos), expulsou os vendilhões do templo, denunciou a hipocrisia dos escribas e fariseus. Abjurou o ódio e semeou o amor.

Quando da vinda de Cristo, estava profundamente arraigada entre os judeus a crença de que o Messias prometido apareceria na forma de um rei ou de um chefe guerreiro, que, com a ajuda de Deus, conquistaria todas as nações da Terra, proporcionando-lhes dominar materialmente o mundo inteiro.

Quando Jesus pregou a igualdade de todos os homens perante Deus, os judeus se convenceram de que “o filho do carpinteiro José e da prostituta Maria” estava a demolir as suas crenças acerca de Israel como povo escolhido para dominar os outros povos do mundo. Jesus punha em risco o brilhante futuro de Israel!

“Jesus enganou, corrompeu e destruiu Israel.” (**Sanhedrin**, 107b)

“Que nunca tenhas um filho ou um discípulo que por colocar tanto al na comida, destrua seu paladar publicamente, como Jesus, o Nazareno.” (**Sanhedrin**, 103b)

“Perguntou o rabino Eliezer aos Anciãos: ‘Por acaso o filho de Stada (a prostituta) não praticou magia egípcia? Não fez introduzir amuletos em sua carne?’ Responderam-lhe os Anciãos: ‘Ele era um nécio e não lhe prestamos atenção’.” (**Sanhedrin**, 67a)

“Os sumo-sacerdotes foram a Pilatos e lhe disseram: ‘Senhor, lembramo-nos do que aquele **impostor** disse em vida’: ‘Depois de três dias ressuscitarei’.” (**Mateus**, XXVII, 62/63)

Antes de passarmos ao próximo capítulo, que examina o judaísmo (por que não dizer judaísmo-sionismo?) na época de Cristo, é interessante traçar uma síntese da história de Israel.

De acordo com o relato bíblico, Abraão, o “pai” do povo judeu, foi um dos primeiros homens a adorar o Deus Uno. A Bíblia chama-o de “Abraão – o Hebreu”. Por isso, seus descendentes são também chamados de hebreus. Abraão, seu filho Isaac e seu neto Jacó são conhecidos como os “patriarcas” do povo hebreu. Jacó, também chamado de Israel, teve doze filhos: Rubem, Simeão, Levi, Judá, Zabulão, Isaachar, Dan, Gad, Aser, Neftali, José e Benjamim. As doze tribos que mais tarde formaram o povo judeu descendiam todas dos filhos de Jacó (Israel). Origina-se daí o designativo “israelita”.

A Bíblia narra que os filhos de Jacó venderam seu irmão José, como escravo, aos egípcios. Levado à corte do faraó, despertou as atenções da mulher deste. Tendo rejeitado as propostas da esposa de seu amo, teria sido caluniado e preso. Durante a época em que esteve preso, o faraó teve um sonho e José o decifrou, evitando que a fome se abatesse sobre os egípcios. O faraó, agradecido, nomeou José seu primeiro-ministro.

José perdoou os irmãos que o haviam vendido e os levou para o Egito, juntamente com o pai.

Durante muitos anos, os israelitas viveram em prosperidade no Egito. Mais tarde, um faraó fez dos israelitas escravos, obrigando-os a trabalhar na construção de grandes cidades e palácios. Os pesquisadores acreditam que os descendentes de José e seus irmãos viviam no Egito na época em que os hicsos, um povo vindo da Ásia, conquistaram aquele país.

Moisés, o grande líder israelita, retirou os judeus do Egito em 1.200 a.C. Esse movimento é chamado de Êxodo.

Durante um espaço de 40 anos, os israelitas vagaram pelo deserto, entre o Egito e a terra de Canaã. Nessa época, receberam os Dez Mandamentos, no monte Sinai. Moisés teria morrido sozinho no monte Pisgah, sem alcançar a “terra prometida de Canaã”, e seu túmulo permaneceu em local desconhecido, “a fim de que seus seguidores não tentassem adorá-lo”.

Antes de morrer, Moisés teria escolhido Josué como seu sucessor. Este – ainda na conformidade do relato bíblico – teria guiado as doze tribos para a terra de seus antepassados.

Os israelitas (hebreus) estabeleceram-se em Canaã, por volta de 1160 a. C., mas os cananeus, os filisteus e os arameus lutaram contra eles durante muitos anos.

De início, os governadores israelitas eram denominados “juizes”. Os mais importantes destes foram Gedeão, Débora e Sansão (aquele que se deixou tosquar por Dalila). Para enfrentar o perigo que os ameaçava, os israelitas uniram-se, criando um reino. O profeta Samuel advertia o povo contra a formação de uma monarquia, mas por fim submeteu-se aos desejos do povo e escolheu Saul para rei. O povo admirava Saul por sua coragem, mas convenceu-se de que lhe faltavam

sabedoria e firmeza. Com o decorrer do tempo, voltou-se de Saul para Davi, um jovem pastor que tinha vencido Golias, o guerreiro gigante filisteu. Tendo Saul morrido em batalha, Davi tornou-se rei. Salomão, filho de Davi, sucedeu-lhe no trono. Construiu o primeiro grande templo.

Após a morte de Salomão, dificuldades econômicas e políticas acabaram dividindo o reino em dois. Seu filho Roboão, aumentou os pesados impostos e, revoltadas, dez das tribos se rebelaram, criando seu próprio reino sob o governo de Jeroboão. Este reino tomou o nome de Israel. As duas tribos remanescentes, Benjamim e Judá, criaram o reino de Judá, no sul. Os cidadãos deste reino eram chamados de “judeanos”. Daí vem o nome “judeu”.

Muitos grandes profetas, inclusive Isaías, Jeremias, Amós e Oséias, pregavam ao povo. Censuravam tanto os judeus como os governantes pelo seu nacionalismo exacerbado, sua ganância e abusos. Os profetas ensinavam – basta consultar a Bíblia, que **Deus era de toda a humanidade e não apenas dos judeus**.

Em 721 a. C., Israel foi destruído pela Assíria. Seu povo foi deportado para outras regiões do Império Assírio e aos poucos assimilou-se aos seus vizinhos. Os judeus se referem a esses israelitas como “as dez tribos perdidas”.

Em 587 a. C., os babilônios invadiram Judá e destruíram o Templo de Jerusalém. Levaram alguns judeus cativos, mas deixaram no reino boa parte da população. Este período é chamado de “exílio babilônico”. Diferentemente do que aconteceu com os membros das dez tribos dispersas, os “judeanos” preservaram suas práticas religiosas, mesmo quando se achavam no cativeiro da Babilônia.

Os “judeanos” passaram muitos anos no exílio babilônico. O profeta Ezequiel reanimava-os, profetizando que um dia voltariam à sua terra. Em 538 a.C., cerca de 50 anos após a destruição do Templo, Ciro, imperador da Pérsia, permitiu que os judeus voltassem para Jerusalém e reconstruíssem o Templo. A reconstrução deste se completou por volta de 516 a. C.

A seguir, os judeus foram guiados por Esdras e Neemias e os homens da Grande Assembléia, um corpo legislativo composto de eruditos.

Em 334 a. C., Alexandre, o Grande, conquistou a Judéia. Um de seus sucessores, Ptolomeu do Egito, permitiu que os judeus praticas-

sem a sua religião, dando-lhes autonomia para dirigir seus assuntos comunitários. Neste período, a Bíblia foi traduzida para o grego (esta versão, conhecida até hoje, denomina-se Septuaginta).

Mais tarde, a Judéia passou para o domínio dos reis selêucidas da Síria, que de início seguiram a mesma política tolerante de Ptolomeu. Mas em 168 a. C., Antíoco IV (Epífano) tentou forçar os judeus a abandonar sua religião. Sobreveio uma revolta, e um pequeno grupo, liderado por Judas, o Macabeu, obteve a vitória sobre os sírios (165 a.C.). Em seguida, os judeus estabeleceram seu próprio reino na Judéia, sob a dinastia dos hasmoneus, da família de Judas Macabeu. Os hasmoneus (ou macabeus) governaram o país durante cerca de cem anos.

Nesse período, surgiram entre os judeus duas correntes antagônicas. De um lado, os “fariseus”, que sentiam a necessidade de interpretar a fé de seus antepassados. De outro lado, os “saduceus” aceitavam apenas a lei escrita, negando-se a reconhecer a autoridade da lei oral. Um grupo à parte – os “essênios” – extremistas religiosos, provavelmente agia na mesma época, tendo existido até o ano 100 da era cristã.¹³

Disputas internas enfraqueceram os judeus. Em 63 a.C., Pompeu conquistou Jerusalém e os judeus foram submetidos ao domínio romano por 133 anos. No ano 66 da era cristã os judeus se revoltaram contra os romanos, mas foram derrotados. Os romanos recapturaram Jerusalém no ano 70 e destruíram o Templo.

Desde aquela época até a criação do Estado de Israel, em 1948, os judeus não tiveram um Estado independente. Deslocaram-se, inicialmente, para o Egito, para a Grécia e para Roma. Chegaram à França, à Alemanha, à Inglaterra, à Europa central, Polônia e Rússia. Mais tarde, instalaram-se alguns na Espanha e Portugal. Vieram para a América com os descobridores e com os primeiros colonizadores.

Diziam de si próprios que viviam na “**diáspora**” (de maneira dispersa), ou exílio.

¹³ Nas décadas de 1940 e 1950, foram encontrados, em cavernas próximas ao Mar Morto, manuscritos provavelmente deixados pelos essênios. Esses documentos incluem aquilo que alguns eruditos consideram como os mais antigos manuscritos da Bíblia até hoje encontrados, além dos escritos considerados apócrifos – não bíblicos. (Nota do autor).

A destruição do Templo e a diáspora não foram fatos imprevistos na história do judaísmo. Muitos profetas tinham se antecipado aos acontecimentos, prevendo, com absoluta exatidão, o que iria acontecer aos judeus se continuassem movidos pelo intento de dominar o mundo e de escravizar os outros povos.

“Ouvi agora isto, vós, chefes da casa de Jacó, e vós, maiores da casa de Israel, que abominais o juízo e perverteis tudo o que é direito, edificando o Sião com sangue, e a Jerusalém com injustiça. Os seus chefes dão as sentenças por presentes, e os seus sacerdotes ensinam por interesse, e os seus profetas adivinham por dinheiro...” (**Miquéias**, III, 9/11)

“Para tua perda, ó Israel, te rebelaste contra Mim... Pelos teus pecados tens caído.” (**Oséias**, XIII, 9; XIV, 1)

“Aumentam as maldições, as mentiras, os assassinatos, ou roubos e os adultérios; os derramamentos de sangue se sucedem. Por isso, a terra secará. Todos os seus habitantes desfalecerão, perecerão junto com os animais selvagens, com as aves do céu e até com os peixes do mar.” (**Oséias**, IV, 1/3)

“O povo que não tem entendimento caminha para a perdição.” (**Oséias**, IV, 14)

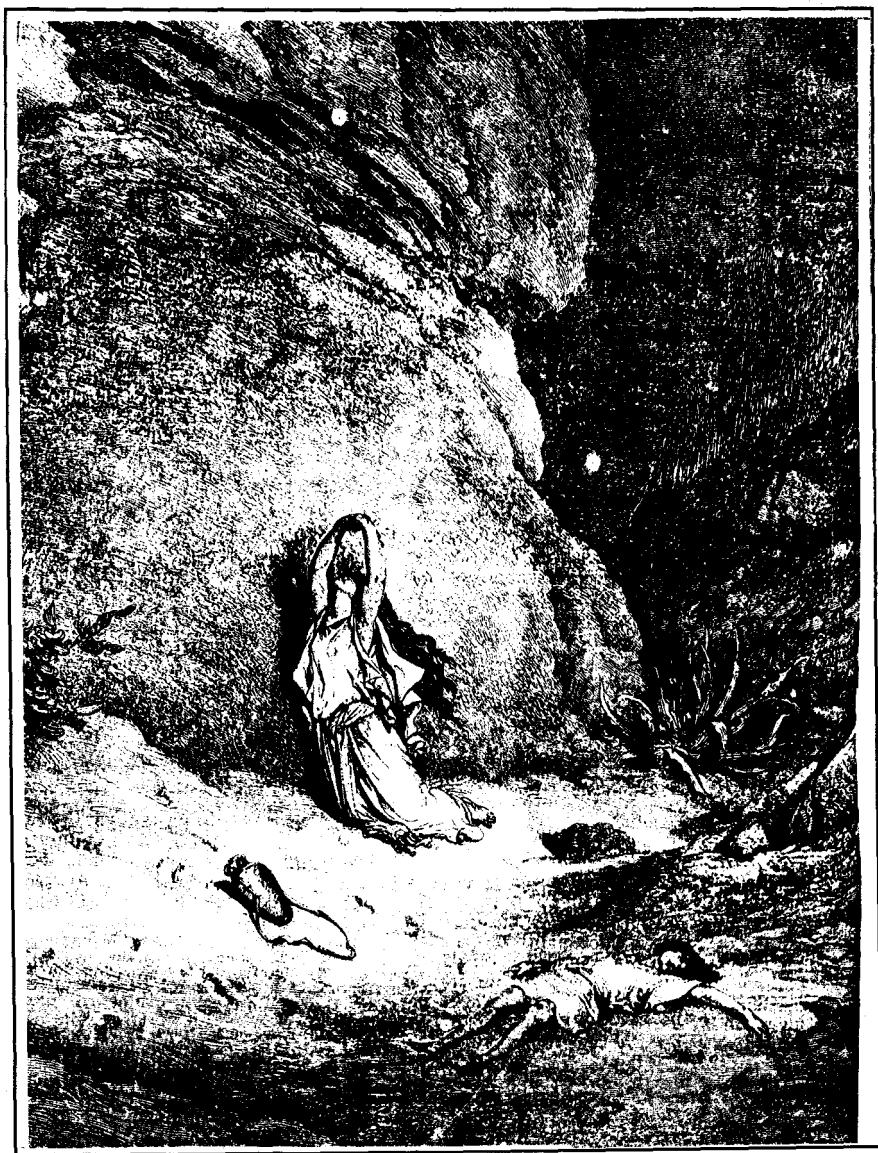
“O orgulho de Israel testemunha contra o seu povo, mas ele não se converte ao Senhor seu Deus.” (**Oséias**, VII, 10)

“Jerusalém se tornará um monte de ruínas e a montanha do templo uma colina coberta de mato!” (**Miquéias**, III, 12)

“Com ira e com cólera, ó Israel, tomarei contra ti uma tal vingança das nações como jamais alguém suportou!” (**Miquéias**, V, 14)

Percebe-se, com clareza, pelo relato bíblico, que a destruição do Templo, a expulsão dos judeus da Palestina e a diáspora foram fatos previstos pelos profetas. Não se trataram esses acontecimentos de uma reação gratuita, mas provocada pelos judeus. Resultaram de sua pretensão sionista de escravizar os demais povos.

O racismo judaico remonta ao primeiro dos livros bíblicos. Abraão, a “semente” do povo israelita, depois de viver em concubinato com sua escrava egípcia Agar, com a aprovação da mulher, Sara, recebe daquela um filho – Ismael. Escorraçada por Sara, Agar foge para o deserto.



Agar no deserto



Judite decepa a cabeça de Holofernes

A utilização de mulheres na função de quinta-coluna foi estratégia largamente empregada pelos judeus. Ester provocou a morte de 75.000 persas. Popéia levou Nero a imputar aos cristãos a culpa pelo incêndio de Roma. A partir de então, por dois séculos e meio, um número incalculável de cristãos foi martirizado.



O Profeta Jeremias

“E disse Deus, referindo-se aos judeus: ‘Eu vos expulsarei de minha presença como expulsei todos os vossos irmãos e toda a raça de Efraim’.” (VII, 15)

“Deviam envergonhar-se por praticarem coisas abomináveis. Eu vos enviarei serpentes venenosas, contra as quais não há encantamento, e elas vos morderão.” (VIII, 12 e 17)

“Ai de ti, Jerusalém que não te purificas. Quanto tempo durarás ainda?” (XIII, 27)

O Torah, inequivocamente, foi o principal causador da empáfia israelense perante os demais povos. Hoje, as Igrejas Cristãs dão outra interpretação ao texto bíblico, considerando como “povo de Deus” não os israelitas especificamente, mas, sim, todos aqueles dedicados ao Senhor Deus. Foi esta, aliás, a mensagem de Cristo em sua breve passagem pelo mundo dos homens. Por ter essa mensagem contrariado os desígnios de Israel, os judeus renegaram o Messias, considerando-o nada mais do que um impostor, filho de “prostituta”, semeador de cizânia, cuja passagem na Terra outra consequência não teve senão “corromper e destruir Israel”. (Sanhedrin, 107b)

CRISTO E O JUDAÍSMO

A época contemporânea a Cristo está registrada nos quatro Evangelhos bíblicos (São Mateus, São Marcos, São Lucas e São João). Estes livros compõem a base do Novo Testamento, complementado pelos Atos dos Apóstolos (escrito entre os anos 80 e 90 da era cristã), pelas Epístolas (Paulinas, em número de 14, e Católicas, num total de 7), e pelo Apocalipse, uma revelação feita por Deus a um profeta (provavelmente João).

O termo “Evangelho” vem do grego “euangelion” e significa “a recompensa pela boa notícia trazida”. Em português, pode ser traduzido por “alvissara”, cujo significado é “anunciar a boa nova da salvação”.

Nos quatro Evangelhos foram recolhidos os fatos e ditos de Jesus, conservados durante cerca de 40 anos pela tradição oral.

A “boa nova da salvação” anunciada por Cristo se mostrou totalmente antagônica à ideologia judaico-sionista. Não havia nos planos de Deus a benção a um “povo eleito” por características raciais, mas por comunhão espiritual. O Messias não adquirira, como os judeus imaginaram através dos séculos, a figura de um guerreiro, de um agente de destruição e morte, mas a de um avatar pacífico, cheio de bondade, a exprobrar o ódio e a pregar a cordialidade, o entendimento, a igualdade e o amor entre os homens.

Aquele filho do carpinteiro José e da Stada (prostituta) Maria, punha-se a difundir a negação das profecias bíblicas, a destruir os sonhos milenares de dominação, a semear entre os próprios judeus as bases de

uma nova religião, em tudo e por tudo contrária aos desígnios de Samuel, Esdras, Neemias e Isaías.

Será ele o Messias? – começaram a perguntar desde que Jesus se pôs em cumprimento de sua missão.

“Em seguida, andava Jesus pela Galiléia. Não queria andar pela Judéia porque os judeus dali o queriam matar.” (João, VII, 1)

“Saindo da barca, na região de Dalmanuta, os fariseus começaram a discutir com Jesus e, para prová-lo, exigiam um sinal do céu. Jesus lhes disse: ‘Por que esta gente busca um sinal do céu? Em verdade vos digo: não haverá sinal algum’.” (Marcos, VII, 10/12)

“Jesus disse para seus discípulos: ‘Abri os olhos e tomai cuidado com o fermento dos fariseus e de Herodes’.” (Marcos, VIII, 15/16)

“Os sumos sacerdotes, os escribas e os anciãos procuravam prender Jesus mas não o faziam porque tinham medo do povo.” (Marcos, XII, 12)

“Falando aos escribas e fariseus, lhes disse Jesus: ‘Ai de vós, que pagais o dízimo da menta, da arruda e de todo o legume, mas negligenciais a justiça e o amor a Deus!’... ‘Ai de vós que gostais das primeiras cadeiras nas sinagogas e das saudações em praças públicas!’... Tomando a palavra, um doutor da Lei lhe disse: ‘Mestre, assim falando, ultrajas também a nós’. E Jesus disse: ‘Ai também de vós, doutores da Lei, que lançais pesadas cargas sobre os homens!’... ‘Ai de vós, que edificais os sepulcros dos profetas, que, aliás, vossos pais mataram!’...” (Lucas, XI, 37/47)

A destruição do Templo e a expulsão dos judeus de Jerusalém, fato que iria ocorrer no ano 70 da era cristã, foram vaticinados por Jesus:

“E saindo do Templo, Jesus ia embora, quando seus discípulos se aproximaram a fim de chamar-lhe a atenção para as construções que se faziam. Ele, porém, lhes disse: ‘Vedes tudo isso? Em verdade vos digo: não ficará aqui pedra sobre pedra; tudo será destruído’.” (Mateus, XXIV, 1/2)

“Saindo Jesus do templo, disse-lhe um dos discípulos: ‘Mestre, olha que pedras e que construções!’ Jesus lhe replicou: ‘Vês este grande edifício? Não ficará pedra sobre pedra que não tenha sido derrubada’.” (Marcos, XIII, 1/2)

Essas palavras saídas da boca de Cristo vergastavam aos judeus muito mais do que as previsões de Miquéias (700 anos antes de Cristo). Quem ousaria destruir-lhes o Templo? Os romanos? Caifás, o sumo sacerdote, Anás, o poderoso sogro de Caifás, o sinédrio (tribunal supremo dos judeus), os fariseus e os escribas mantinham boas relações com os romanos e não havia, por aí, razões para temores.

Enquanto a cúpula religiosa e política judaica começava a tramar a morte daquele que eles apontavam como o “falso messias”, Jesus lhes dizia:

“Bem sei que sois descendentes de Abraão, mas quereis matar-me porque minha palavra não é acolhida por vós. (...) Vós tendes como pai o diabo. Não sois filhos de Deus.” (João, VIII, 37 e 44/47)

“Alegaram os judeus: ‘Nós é que temos razão em dizer que és samaritano e estais possesso do diabo’. Replicou-lhes Jesus: ‘Eu não tenho demônio, ao contrário, honro o Pai e vós me desonrais. Não busco minha glória.’” (João, VIII, 48/49)

Reportando-se à época contemporânea a Cristo e ao que iria se suceder durante a aurora do Cristianismo, Maurice PINAY afirma:

“É absurdo identificar o primitivo povo hebreu de Abraão, Isaac, Moisés, Maria Santíssima e os Apóstolos com os judeus posteriores, apóstatas, criminosos, autores de maldades, ignomínias e terríveis heresias. Estes se tornaram autênticos sectários da Sinagoga de Satanás.”¹⁴

Os cardeais e bispos contrários à judaização da Igreja através do Concílio Vaticano II, esclarecem:

“O privilégio de povo escolhido de Deus foi herdado pelo Cristianismo, pela Santa Igreja de Cristo, verdadeira sucessora espiritual do primitivo povo hebreu dos tempos bíblicos. Considerar Israel, e não os cristãos, como povo de Deus, é negar os efeitos da vinda de Cristo e, por consequência, a validade do Cristianismo.”¹⁵

A aliança judaica com Satanás (João, VIII, 44 e outros registros dos Evangelhos) foi denunciada e combatida pela Igreja durante quase

¹⁴ Maurice PINAY. Op. cit. Vol. II, p. 167.

¹⁵ Idem, p. 168.

dois mil anos. A expressão “Sinagoga de Satanás”, contida no Apocalipse, foi largamente empregada tanto pela igreja Católica quanto pelos ramos protestantes do Cristianismo. Martinho Lutero escreveu um tratado famoso, intitulado “Dos Judeus e suas mentiras” (1543).

Todavia, dentre aqueles que têm combatido o judaísmo, ninguém superou a Jesus Cristo na acritude das palavras. Daí a razão porque o “ninho de víboras” o considera como o “símbolo do anti-semitismo”.

“Que há de surpreendente em que se façam no Talmud ataques contra Jesus? O que há de estranhar é que esses ataques não sejam maiores.”¹⁶

Pois a Igreja Católica, através das estranhas e comprometedoras decisões do Concílio Vaticano II (assunto que será abordado adiante), renegando aspectos de seu passado e condenando o anti-semitismo, reprovou as palavras e ações de Jesus Cristo, de seus Apóstolos, Santos e Papas, concedendo aos judeus uma carta de corso que será, com toda a certeza, utilizada contra toda a humanidade.

Os judeus do mundo inteiro, reproduzirão a figura patética de Neville Chamberlain, regresso de Munich, a brandir papéis e anunciar a “paz em nossos tempos”. Paz inglória aquela, à semelhança desta! Em ambas as vezes, a paz teve um custo pusilânime: o da capitulação!

Os membros do Concílio Vaticano II, dentre as deliberações filo-semitas adotadas, incluíram a **“absolvição dos judeus pelo crime de deicídio”**.

Ignoraram aquilo que é fundamental em qualquer julgamento. Decidiram em flagrante contrariedade às provas. Desconsideraram:

- que Jesus Cristo, em todos os registros feitos pelos evangelistas, sempre acusou os judeus, e não os romanos, de o quererem matar;
- que foram os judeus, e não os romanos, que planejaram a prisão e morte de Jesus;
- que foram unicamente os judeus os instigadores do crime;
- que a descrição dos acontecimentos da paixão e morte de Jesus Cristo não deixam qualquer dúvida sobre a autoria intelectual do crime.

Vejam os que registram os “autos” (Evangelhos):

¹⁶ Isidore LOEB. Secretário a Aliança Israelita Universal. **Revue de Etudes Juives**, Tomo I, p. 256.

(Após Jesus ter realizado uma cura num dia de sábado): “Mas os fariseus, saindo dali, imediatamente puseram-se a conspirar para matá-lo.” (Marcos, III, 6)

(Depois de Jesus ter realizado um outro milagre): “O homem foi contar ao chefe dos judeus que fora Jesus quem o havia curado. E eles começaram a perseguir Jesus. Com mais afinco os judeus lhe procuravam tirar a vida.” (João, V, 15 e 18)

“Depois disto, andava Jesus pela Galiléia, porque não queria passar à Judéia, porquanto os judeus o buscavam para matar.” (João, VII, 1)

“E estava já próxima a festa de Azymos, que é chamada Páscoa, e os príncipes dos sacerdotes e os escribas procuravam como fariam morrer Jesus.” (Lucas, XXII, 1/2)

“E assim, desde aquele dia pensaram (os judeus) em como lhe dariam a morte. Pelo que já não se mostrava Jesus em público entre os judeus.” (João, XI, 53/54)

“E Satanás entrou em Judas, que tinha por apelido Iscariote, um dos doze. E foi e tratou com os príncipes dos sacerdotes e com os magistrados de como o entregaria. E folgaram e concertaram em dar-lhe dinheiro. E ficou com eles de acordo. E buscava motivo para o entregar sem o concurso de gentes.” (Lucas, XXII, 3/6)

“Então o destacamento de soldados com seu comandante, bem como os guardas judeus, prenderam Jesus e o amarraram. Conduziram-no primeiro a Anás, por ser sogro de Caifás, Sumo Sacerdote daquele ano. Foi Caifás quem tinha aconselhado aos judeus: ‘Convém que um homem morra pelo povo’.” (João, XVIII, 12/14)

“Levaram pois Jesus desde a casa de Caifás até o pretório, e era pela manhã; e eles não entraram no pretório para não se contaminarem e para poder comer a Páscoa. (Disse Pilatos, a autoridade romana): ‘Costume tendes vós de que se solte alguém pela Páscoa. Quereis que solte a Cristo?’ E então voltaram a gritar: ‘Não a este, mas a Barrabás!’ E Barrabás era um ladrão.” (João, XVIII, 28, 39, 40)

“Outra vez Pilatos saiu para fora e lhes disse: ‘Eis que vô-lo trago para que saibais que não acho nele nenhum crime’. (...) Quando o viram, os sumo sacerdotes e os guardas exclamaram dizendo: ‘Crucifica-o! Crucifica-o!’ Disse-lhes, então, Pilatos: ‘Tomai-o vós e crucificai-o, pois não

acho nele crime.’ Os judeus retrucaram: ‘Nós temos uma Lei, e segundo a Lei, deve morrer porque se diz Filho de Deus’. (...) Então Pilatos o entregou a eles para que fosse crucificado. Levaram então Jesus consigo. E, carregando a cruz, saiu para o lugar em hebraico chamado Gólgota, onde o crucificaram juntamente com outros dois, um de cada lado e Jesus no meio.” (João, XIX, 4,6,7,16,17)

“Seguia-o grande multidão de povo (a caminho do Gólgota). Mulheres batiam no peito e se lamentavam. Virando-se para elas, Jesus disse: ‘Filhas de Jerusalém, não choreis por mim, chorais por vós mesmas e por vossos filhos. Pois dias virão em que se dirá: felizes as estéréis e os ventres que não geraram e os seios que não amamentaram’.” (Lucas, XXIII, 27/29)

Na verdade, esta maldição de Deus iria acontecer trinta e sete anos após. Os romanos, depois de permitir a saída dos cristãos de Jerusalém, arrasariam a cidade e o Templo, matando milhares de judeus e expulsando os sobreviventes. Começaria a diáspora, em cumprimento aos desígnios de Deus, sem que os judeus, em momento algum buscassem a reconciliação com o Senhor e com os demais povos.

Condenara-os Deus a purgar através dos tempos o mais hediondo dos crimes da humanidade. Caberia a alguém mais, senão o Criador dos Céus e da Terra, decidir sobre o tempo propício à absolvição?

Por mais incrível que possa parecer, uma entidade humana se arvorou ao direito de **“corrigir o erro de Deus”**! Não foi uma entidade satânica, atéia. Muito pelo contrário, foi a cúpula da Igreja Católica: o Papa e seus cardeais, reunidos em um Concílio capitaneado pela maçonaria!

Nas condições normais de um tribunal de Justiça, a sentença que resultou na absolvição dos judeus do crime de “deicídio” seria passível de apelação. O motivo é simples: a estapafúrdia decisão é **manifestamente contrária à prova dos autos**.

Ocorre que o órgão que prolatou a referida sentença – Concílio Vaticano II – é, pelo menos na Terra, tribunal de última alçada. A nível temporal não há como recorrer.

Mas, em se tratando de matéria religiosa, o tribunal de instância superior existe no plano transcendental: a Justiça Divina, Será esta o

foco emanador de providências contra aqueles que afrontaram a vontade de Deus.

Com respeito à **absolvição dos judeus do crime de deicídio**, há que considerar uma circunstância: a faculdade de perdoar pecados, de absolver os que assacam contra a lei divina, e de conceder indulgências, bênçãos, ministrar os sacramentos, rezar a missa, etc..., é uma prerrogativa concedida por Deus. Ele tanto pode conferi-la como suprimi-la.

Os ministros de Deus, no exercício do sacerdócio – e aqui se inclui a figura de Sua Santidade, o Papa –, não perdoam pecados ou absolvem pecadores em seu nome. Fazem-no **“em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”**. A Santíssima Trindade é invocada, como exigência formal, sempre que isto ocorre.

Sem qualquer sombra de dúvida, a decisão tomada pelo Concílio Vaticano II em relação aos judeus e ao crime de deicídio, é absolutamente **nula**. E trata-se de nulidade insanável, já que o texto dos Evangelhos, em tese, não pode ser contestado.

Em pecado grave estão, hoje, os mentores do Concílio Vaticano II e de sua diabólica “Nostra Aetate”, elaborada e trazida à luz pela ala maçônica infiltrada junto ao Trono de São Pedro.¹⁷

Por enquanto, para encerrar este capítulo, parece suficiente transcrever um trecho da obra de Maurice PYNAY:

“Enquanto a Fera (o judaísmo-sionismo) permaneceu acorrentada, segundo os termos do Apocalipse, limitou-se a sacrificar crianças indefesas, a cuspir em crucifixos e imagens de Maria Santíssima, a ultrajar objetos sagrados (como a hóstia) e a tentar enlamear a memória de Jesus e de Maria com blasfêmias e calúnias horrendas. Mas quando a Fera se soltou, em princípios do século XVI, acabou por assolar o mundo.”¹⁸

Cometido o crime de “deicídio”, os judeus acreditavam ter assestado uma flecha mortal no Cristianismo. Morto o líder rebelde, as coisas voltariam ao lugar. Não sealaria mais de um povo eleito pela co-

¹⁷ A obra de Sérgio OLIVEIRA, “O Cristianismo em Xequê”, examina com maior profundidade a maçonziação do Vaticano e a capitulação da Igreja Católica ao judaísmo. (Nota do Editor)

¹⁸ Maurice PYNAY. Op. cit. Vol. II, p. 176.

munhão em Deus, mas do povo eleito bíblico — o hebreu, filho de Abraão, descendente de Isaac e de seu neto Jacó.

O “falso messias” que veio, eles o crucificaram em favor da ideologia político-religiosa da preponderância racial.

Acreditaram, por curto espaço de tempo, que a “semente má” não iria germinar. Enganaram-se. A terra era boa, o Espírito santo a regou e o arbusto nasceu. Deitou raízes profundas e, como gigantesca sequóia, desenvolveu-se frondosa.

Hoje, enquanto o judaísmo reúne cerca de **30 milhões** de adeptos, o Cristianismo congrega **2 bilhões**!

Essa enorme superioridade numérica, todavia, não assegura tranquilidade para os cristãos. Para cada judeu existem 67 cristãos. Mas estes, como se verá adiante, têm, em todos os tempos, subestimado a capacidade de superação dos judeus e, fundamentalmente, aberto a guarda para suas estratégias diabólicas.

O JUDAÍSMO DEPOIS DE CRISTO

Os Atos dos Apóstolos, segundo a tradição, foram escritos por Lucas, o mesmo autor do terceiro Evangelho. Esta obra e mais as Epístolas (14 atribuídas a São Paulo e 7 denominadas “Católicas”), assim como o último dos livros bíblicos – o Apocalipse de João, descrevem os primeiros anos do Cristianismo, mostrando de forma clara e inequívoca, a verdadeira guerra levada a cabo pelo judaísmo, com o objetivo de destruir a Igreja logo no seu nascedouro.

Foi uma guerra sem provocação de parte dos cristãos, cujo único motivo era impedir que a mensagem de Cristo fosse difundida, subvertendo as gentes contra o desiderato judaico de supremacia racial.

Durante pelo menos três séculos, os judeus abusaram de forma cruel da mansidão dos primeiros cristãos. Sendo estes hebreus em sua maioria, consideravam-nos desertores e/ou traidores do judaísmo. Nessa época, os cristãos se limitaram a combater os seus mortais adversários simplesmente com as mensagens de Cristo e com bem fundamentados argumentos. O registro bíblico mostra que foram usadas contra os cristãos armas da mais variada espécie, desde os encarceramentos, os assassinios, as perseguições, até a infamante calúnia. A fim de prevenir as gentes contra o Cristianismo, que apesar de tudo, começava a aprofundar suas raízes, acusaram os cristãos de realizar sacrifícios rituais em que eram assassinadas crianças. (Na realidade, esses sacrifícios iriam acontecer séculos mais tarde, realizados, não pelos cristãos, mas pelos próprios judeus, como será visto mais adiante.)

Não satisfeitos com a morte de Cristo, prosseguiram com os assassinatos brutais.



Martírio de S. Estevão

Em Atos dos Apóstolos encontra-se descrito em todo o seu horror, desde o planejamento do crime, urdido no segredo das sinagogas, passando pelo suborno, emprego de testemunhas falsas, até o assassinato de Santo Estevão, o protomártir do Cristianismo.

O mesmo se dá em relação a Tiago, irmão do apóstolo João, e de Pedro, aquele que fora sagrado por Cristo como o primeiro Papa:

“Por aquele tempo, o rei Herodes mandou prender alguns membros da Igreja para torturá-los. Assim matou à espada Tiago, irmão de João. Vendo que agradava aos judeus, mandou prender também Pedro.” (Atos, XII, 1/3)

Não contentes em iniciar o assassinio dos propagadores do nascente Cristianismo, os judeus se lançaram na realização de cruéis perseguições que redundaram em tremendas matanças dos primeiros cristãos.

Paulo (Saulo em hebraico) era um judeu natural de Tarso, cidadão romano de nascença. De início perseguiu os discípulos de Jesus, mas acabou por converter-se ao Cristianismo, tornando-se o “apóstolo dos pagãos”. Empreendeu três grandes viagens missionárias. A ele são atribuídas catorze epístolas (Epístolas Paulinas).

Como não poderia deixar de ser, os judeus o perseguiram com grande insistência. Escrevera na sua primeira Epístola, endereçada aos Tessalonicenses:

“Com efeito, irmãos, vós vos tornastes imitadores das igrejas de Deus, que estão na Judéia, das igrejas de Jesus Cristo. Tivestes que sofrer da parte de vossos compatriotas o mesmo que eles sofreram dos **judeus**, os quais não somente **mataram o Senhor Jesus e os profetas**, mas também nos perseguiram; **eles não são do agrado de Deus, e são inimigos de todos os homens.**” (Primeira Epístola de Paulo aos Tessalonicenses, II, 14/15)

Por inúmeras vezes os judeus tentaram matar São Paulo, com o objetivo de calar-lhe a voz.

O relato bíblico mostra, por um lado, a tolerância religiosa das autoridades romanas e a falta absoluta de interesse em hostilizar o Cristianismo nascente. O episódio a seguir ilustrado demonstra que, em muitos casos, os romanos não se limitavam à simples tolerância, mas agiam em defesa de cristãos ameaçados pelos judeus. Por outro lado, verifica-se que os judeus eram quem constantemente procuravam, através de calúnias e intrigas, lançar os governantes romanos contra os cristãos.



*São Paulo ameaçado de morte:
os centuriões romanos intervêm e expulsam os judeus.*

Não se pode duvidar da veracidade desses fatos, visto que o Novo Testamento os registra com a mais absoluta clareza.

Vejam, através do confronto de fatos distantes com os da atualidade, como as estratégias judaicas de ontem se repetem, hoje, com fidelidade.

“No fim dos sete dias, os judeus vindos da Ásia viram Paulo no Templo e amotinaram todo o povo. Agarrando-o, clamavam: ‘Israelitas, ajudai-nos; este é o homem que, em toda parte, **anda falando contra o povo**, contra a Lei e contra este lugar...” (Atos, XXI, 27/28)

Durante a vigência do bolchevismo-judaísmo na União Soviética e nos países satélites, todas as vezes em que os organismos do Estado pretendiam prender ou matar alguém, a acusação era a de que o indivíduo era **“inimigo do povo”** ou das **“classes trabalhadoras”**. Cometia este, o mesmo “crime” em que incidira Paulo. O “servo de Jesus Cristo”, chamado a ser apóstolo, não falava **contra o povo**; limitava-se a pregar o Evangelho, atividade que contrariava, não ao povo, mas ao Sumo Sacerdote, ao sínédrio, aos fariseus e aos escribas, enfim, à cúpula dirigente do judaísmo.

Certamente **“andam falando contra o povo”** também os revisionistas!

Afirma Maurice PINAY:

“Desde essas longínquas datas os judeus praticavam o sistema de assassinar no caminho os presos, ao serem transladados de uma povoação para outra, e observa-se que até os romanos tinham medo das calúnias dos judeus, a quem sem dúvida conheciam como mestres nesta maléfica arte. Para que se conheçam as atividades sinistras do judaísmo, não é necessário consultar os Protocolos. Bastam os ensinamentos da Bíblia Sagrada.”¹⁹

Como já foi dito, os romanos eram tolerantes em matéria religiosa. Tanto os hebreus tinham plena liberdade de praticar o culto judaico, quanto os cristãos de professar a nova religião. Isto é um fato historicamente comprovado. Nos primeiros anos da Igreja, jamais hostilizaram os cristãos, como aliás bem demonstrou a posição de Pilatos no

¹⁹ Maurice PINAY. Op. cit. Vol. II, p. 200.

caso de Jesus Cristo. Inúmeras foram as intervenções dos romanos, com o intuito de proteger os cristãos da fúria judaica.

O Imperador Cláudio chegou a publicar um édito “ameaçando de morte aqueles que molestassem os cristãos”.

No ano IX de seu Império, expulsou os judeus de Roma, porque estes tinham arregimentado Agripina, sua mulher, para o judaísmo. Além disso, as perseguições por eles movidas contra os cristãos, traziam intranquilidade aos romanos.

A filo-semita Agripina não teve sucesso na tentativa de voltar o Imperador contra os cristãos. Logrou êxito, porém, a terrível Popéia, introduzida à moda Ester, na corte de Nero. Convenceu o amante a inculpar os cristãos pelo incêndio de Roma, desencadeando contra estes, 249 anos de martírio. Decorria o ano 65 da era cristã. (As perseguições prosseguiram até o ano de 314.)

Um ano depois do incêndio de Roma, os judeus residentes na Palestina se revoltaram contra os romanos. Depois de quatro anos de lutas, que culminaram com um prolongado e terrível cerco, os romanos tomaram Jerusalém e destruíram o Templo. Antes, permitiram que todos os cristãos deixassem a cidade sitiada. Todos esses acontecimentos estavam previstos na Bíblia.

Foram poucos os judeus sobreviventes ao sítio e tomada de Jerusalém, mas muitos deles haviam emigrado antes para outras partes do Império. Mais de 1 milhão de judeus viviam no Egito; outros na Grécia e em Roma. Os antigos habitantes da Palestina emigraram para a França, Alemanha, Inglaterra, Europa Central, Polônia e Rússia.

Durante o período de três anos (132 a 135) os judeus, chefiados por um falso messias, Bar Kohba, conquistaram momentaneamente sua independência do Império romano. Nesse curto espaço de tempo, nada mais, nada menos, do que 104.000 cristãos, foram assassinados.

Por três séculos, até a conversão do Imperador Constantino, os cristãos resistiram heroicamente tanto à perseguição dos judeus quanto à dos romanos. Até então os seguidores da doutrina de Cristo se limitaram a imitar o exemplo do Mestre resignado: ofereciam a face esquerda aos que lhe batiam na direita. A partir da conversão de Constantino, os cristãos mudaram de atitude. Passaram a agir com como o Cristo em face aos vendilhões do Templo: muniram-se de cordoalhas e foram à

luta, enfrentando os inimigos com o mesmo vigor com que estes os atacavam.

Os judeus sofreram na Europa centenas de anos de perseguição. Alegam que como a lei lhes proibia de possuir terras e de exercer a agricultura, assim como de pertencer às comunidades artesanais, foram obrigados a viver do comércio e dos empréstimos de dinheiro (usura). Estranho é que quando lhes ofereceram terras (Estados Unidos e Brasil, por exemplo), desprezaram a prática agrícola e foram viver dos mesmos expedientes das Idades Antiga e Média, como se verá adiante.

Vendo-se impotentes para enfrentar o Cristianismo de peito aberto, passaram os judeus a utilizar-se da quinta-coluna em larga escala. A própria religião descambou para o misticismo oriental. Desenvolveu-se a Cabala com sua magia, enigmas numerológicos, ritos secretos, missas negras, ritos satânicos, sacrifícios rituais de crianças, etc. Enquanto isso, difundiam-se heresias e infiltravam-se elementos desagregadores no seio do clero.

A primeira seita herética que pôs em perigo a vida da Igreja foi a dos gnósticos. Foi seu fundador Simão, o Mago, judeu **“convertido ao catolicismo”**. O gnosticismo propagou doutrinas que servem de base, hoje, para muitos movimentos subversivos judaicos. A “Nova Era” é um deles. Os gnósticos do passado chegaram às mesmas conclusões dos modernos marxistas em relação aos sistema social ideal.

Santo Irineu foi o grande chefe da Igreja que “enfiou uma estaca de madeira” no coração do Drácula denominado “gnosticismo”.

A Igreja, na época, vivenciou uma situação das mais graves, porque então o Cristianismo era muito mais débil do que na atualidade. Pode-se afirmar, sem qualquer exagero, que Santo Irineu foi o grande responsável pela sobrevivência do Cristianismo. É merecedor da devoção e reconhecimento de todos os cristãos da atualidade. Sem sua ação firme e denodada, hoje não mais existiria o Cristianismo.²⁰

Desbaratada a heresia gnóstica, não se deram por vencidos os judeus. Hábeis na criação de crenças e ideologias, trouxeram à lume o

²⁰ O “gnosticismo” está ressurgindo, hoje, através do movimento “Nova Era”, conspiração monumental comandada de algum escritório secreto, de algum lugar também desconhecido, orquestrada pelos mesmos instrumentadores do passado. (Nota do Autor)

arrianismo, heresia que desagregou a cristandade durante três séculos e meio. Novamente o responsável por essa prova a que se submeteu o Cristianismo foi um judeu subterrâneo, que em público praticava a doutrina de Cristo: Arrio – o “judeu católico”, que atacaria a divindade de Cristo.

Desta vez foi Santo Atanásio o principal exorcista do cancro herético que se propunha a destruir a Igreja.

Reportando-se a essas duas grandes heresias, Voltaire denunciou em várias de suas obras a atividade judaica como “propagadora da magia negra e do satanismo”.

No ano de 360, os judeus conseguiram o apoio do Imperador Juliano, que lhes autorizou a reconstrução do Templo de Salomão, em Jerusalém. Embora Juliano, a princípio assegurasse manter a liberdade de culto, acabou cedendo às pressões dos judeus: empregou todas as classes de meios para conseguir a destruição do Cristianismo, situação que deu lugar a muitos martírios.

A reconstrução do Templo de Salomão fracassou, devido entre outras causas, a que saíam da terra chamas misteriosas que queimavam os trabalhadores das obras. (Este fato é confirmado tanto por historiadores cristãos como hebreus, dentre estes, Graetz.)

Por obra da fortuna, Juliano morreu antes de poder causar um mal maior à cristandade. Foi ferido por uma flecha, numa batalha travada contra os persas. Registram alguns historiadores que teria exclamado nos estertores: “Venceste, Galileu!”

Graetz comenta em uma de suas obras: “A morte de Juliano nas cercanias do rio Tigre (junho de 363), privou os judeus de seu mais importante aliado e protetor no século IV.”²¹

Durante o longo período em que a Igreja se viu obrigada a enfrentar as heresias, defrontou-se o Cristianismo, além do inimigo externo, com um tumor solerte, semelhante ao câncer: “Os Santos que salvaram o Cristianismo naqueles difíceis tempos, tiveram de sofrer um doloroso calvário, não só da parte do judaísmo, contra o qual com tanta resolução combateram, mas também dos que, dentro do clero,

²¹ GRAETZ. *History of the Jews*. Tomo II, p. 234.

estiveram servindo aos interesses judaicos. A quinta coluna filo-semita foi, sem sombra de dúvida, o inimigo mais perigoso.”²²

Tendo em vista o apoio do Império Romano ao Cristianismo, o judaísmo, vendo-se impossibilitado de lutar às claras, em campo aberto, recorreu às heresias e à ação solerte da quinta-coluna.

Inúmeros foram os Santos da Igreja que se notabilizaram, nessa época, pela erradicação dos males que punham em risco a sobrevivência do Cristianismo. Dentre eles, podem ser citados, além de Santo Irineu e de Santo Atanásio, já referidos, São Cirilo – o Patriarca de Alexandria (que se notabilizou pelo combate à heresia de Nestório), São Simão Estilita (que denunciou o sacrifício de uma criança cristã pelos judeus, em Imnestar, durante a festa do Purin), São Jerônimo e Santo Agostinho – o notável bispo de Hipona.

A conquista, por parte do Império Romano do Oriente, de grandes territórios dominados pelos hereges de Arrio e a conversão ao Cristianismo de todos os monarcas germanos, modificaram a situação da Europa. Depois de uma longa época de abusos e desmandos cometidos pelos judeus e pelos hereges filo-semitas, verificou-se uma verdadeira reação antijudaica nos países novamente conquistados para a Igreja de Roma.

Tentou a Igreja provocar a conversão dos judeus, empregando meios desde o convencimento pacífico até o uso da violência, o que representou tremendo erro. Essa tentativa se deu inicialmente nas terras do rei visigodo Sisebuto, que ordenou aos judeus que se submetessem ao batismo cristão ou abandonassem o reino. Isto não fez senão fomentar as conversões fingidas, aumentando enormemente as fileiras da quinta-coluna judaica no seio da Igreja e das nações cristãs. Os historiadores israelitas revelam que, com a conversão realizada nos tempos de Sisebuto e do Imperador Basílio, mais de mil comunidades judaicas se viram obrigadas a submeter-se ao batismo cristão, voltando todas elas à sua religião primitiva com as mortes do rei visigodo e do imperador romano.

Alarmados os Papas e muitos reis cristãos com os danos trazidos à Igreja e às nações pela enxurrada de falsos conversos, tomaram diver-

²² Maurice PAINAY. Op. cit. Vol. II, p. 262.

sas medidas para impedir que se convertessem os judeus pela força. Leão VI restaurou a liberdade religiosa, com o objetivo de evitar a existência de falsos cristãos. Igual providência tomou o Papa São Gregório. Alguns Papas e reis deram liberdade aos judeus para que praticassem em público a sua religião, tratando-os com tolerância e até outorgando-lhes proteção contra injustas agressões.

Se as medidas coercitivas não tinham dado resultado, o mesmo aconteceu em relação à nova política baseada na liberdade de culto. Logo se viu que o judaísmo, com maldade e perfídia, longe de agradecer àqueles que o beneficiaram, não perdeu tempo em preparar toda a classe de conspirações contra a Igreja e os Estados.

Entrou novamente em ebulição o relacionamento entre o mundo cristão e a comunidade judaica. Para tentar resolver o problema que se tornava crônico, a Igreja convocou o III Concílio de Toledo. Eis algumas das deliberações tomadas:

- “Não se confirmem cargos públicos aos judeus;
- Não se permitam os casamentos entre hispano-latinos e demais etnias cristãs com judeus;
- Não seja permitido aos judeus comprarem escravos cristãos;
- Não sejam realizadas ou mesmo tentadas conversões forçadas de judeus.”

O IV Concílio de Toledo, reunido por convocação de Santo Isidoro de Sevilha, proibiu, terminantemente, que sacerdotes ou cristãos leigos patrocinassem a causa judaica, sob pena de cometimento de sacrilégio. Aqueles que desobedecessem ao Cânone LVIII, fonte de tal deliberação, seriam **excluídos da comunhão da Igreja Católica e reputados como estranhos ao reino de Deus, separados do corpo de Cristo, porque patronos dos inimigos deste Senhor.**

Observe o leitor que essas deliberações contaram com o aval de um Santo da Igreja Católica – Santo Isidoro de Sevilha. Pois bem, o recente Concílio Vaticano II, patrono da degradante “Nostra Aetate”, simplesmente ignorou o Cânone LVIII do IV Concílio Toledano, **patrocinando a causa judaica** e, conseqüentemente, incidindo na pena de **exclusão da Igreja!**

Estão os católicos obrigados a acatar uma decisão manifestamente sacrílega?

A atitude firme e decidida de Santo Isidoro e dos membros do IV Concílio de Toledo não só conjurou a tempo mais uma ameaça judaica, como permitiu a Igreja defender-se das maquinações urdidas em seu próprio seio. (As sanções do Cànone LVIII, do IV Concílio Toledano, não se aplicam aos cardeais, arcebispos e bispos filiados, hoje, à maçonaria?)

Afirma Maurice PINAY:

“As decisões do IV Concílio Toledano tinham por objetivo destruir definitivamente a quinta-coluna judaica introduzida na sociedade cristã; e as suas decisões teriam resultado mais eficazes se não fosse essa ancestral habilidade política e diplomática dos hebreus, que têm o dom de enganar por meios de adulações, simulações de perfeita lealdade, argumentações falsas e comédias inspiradoras de confiança. Além disso, têm sido muito hábeis em semear a discórdia entre os seus adversários...”²³

Uma nova técnica – segundo a fonte acima citada – começou a ser largamente empregada pelos judeus: a do suborno. Teria sido Simão, o Mago, o precursor dessa prática. O lexicógrafo Aurélio Buarque de Hollanda FERREIRA assim define o termo “**simonia**”: “Tráfico criminoso de coisas santas ou espirituais, como sejam os sacramentos, dignidades, benefícios eclesiásticos, etc.; venda ilícita de coisas sagradas.”

Bela contribuição! Depois de “**deicídio**”, “**simonia**”...

Lamenta Maurice PINAY: “Desgraçadamente, não se pôs uma barreira eficaz para impedir que os conversos do judaísmo e seus descendentes pudessem introduzir-se no clero; e à medida que mais se infiltravam, aumentavam os casos de simonia...”²⁴

Asseguram os juristas e os cientistas políticos que todos os povos têm direito natural à legítima defesa, e se emigrantes estrangeiros, fazendo mau uso da hospitalidade, criam problemas graves às nacionalidades que os acolhem, não cabe qualquer tipo de censura à reação destas.

Assim entenderam a Igreja e os monarcas cristãos da Europa quando, em determinado momento, viram baldados seus esforços no

²³ Maurice PINAY. Op. cit. Vol. II, p. 303.

²⁴ Idem, p. 308.

sentido de deter o polvo judaico-sionista que os estrangulava com seus tentáculos.

Alerta Maurice PINAY:

“Os judeus sempre foram mestres na arte de comprar, a preço de ouro, a cumplicidade dos governantes cristãos e gentios, e também dos sacerdotes ou seculares da Igreja, Estes padeceram com freqüência do mal crônico de se venderem à Sinagoga de Satanás.”²⁵

Várias foram as denúncias de que as embaixadas de Israel estiveram fazendo suspeitos convites a cardeais, arcebispos e altos dignitários da Igreja Católica, seduzindo-os com interessantes viagens à Terra Santa, com todas as despesas pagas e um itinerário habilmente elaborado, nos meses que antecederam o Concílio Vaticano II. Existem fundadas razões para se supor que a adesão à atitude de condenação ao anti-semitismo, a absolvição dos judeus do crime de deicídio, o repúdio ao passado da Igreja, a condenação de atos praticados por Santos, etc..., resultou de uma **simonia** perpetrada pela **ala maçônica do Vaticano**, engrossada pelos **prelados turistas**.

Antes da realização do Concílio Vaticano II, ao denunciar o que se passava nos bastidores (atividade da ala maçônica e suborno de membros da alta hierarquia da Igreja), os cardeais, arcebispos e bispos autores da obra **“Complô contra a Igreja”**, rogavam a Deus para que os ardis satânicos não tivessem sucesso, e para que **“nenhum dos sucessores dos Apóstolos incorresse no pecado de Judas, vendendo a Igreja por trinta moedas de prata.”**²⁶

Entre os anos de 711 e 718, contando com o apoio decisivo dos judeus residentes na Espanha, os quais cooptaram a simpatia de Witiza, os muçulmanos se apoderaram do reino visigodo. Os hebreus haviam-se multiplicado de maneira assombrosa na Espanha gótica, tal como havia acontecido no antigo Egito. Desde o ano de 694, descobrira-se uma vastíssima conspiração dos falsos cristãos, praticantes em segredo do judaísmo, com vistas a destruir a nação visigoda. Tal era a amplitu-

²⁵ Maurice PINAY. Op. cit. Vol. II, p. 318.

²⁶ Infelizmente, neste episódio as forças satânicas triunfaram, ocasionando uma cisão na Igreja Católica. (Ler a obra **“O Cristianismo em Xequê”**, publicada pela Revisão Editora Ltda.)

de desse movimento subterrâneo, que os esforços de São Félix de Toledo não se mostraram suficientes para evitar a catástrofe. Por um período de 774 anos, a Espanha, um dos principais baluartes do Cristianismo daquela época, caiu sob o domínio muçulmano. Viveram os judeus durante sete séculos e meio a sua **“idade de ouro na Espanha”**, com apogeu no período que vai de 1000 a 1300. Irradiaram dali as novas heresias destinadas a minar o Cristianismo e destruí-lo em todo o território europeu.

A diplomacia hebraica é clássica: pinta com negras cores as “perseguições” ou as “matanças de que foram vítimas”, para provocar compaixão, ocultando, no entanto, com todo cuidado, os motivos que as provocaram. São os eternos **“bodes expiatórios”**, a sofrer expulsões, “pogrons”, confinamentos, assassinatos em massa (em fogueiras ou câmaras de gás), sem **“nada ter feito para despertar a ira dos Estados e das sociedades”**.

Witiza embarcou nessa canoa. A história o haverá de desculpar porque corria, então, o início do século VIII. Não há como eximir de culpa, isto sim, aqueles que em pleno século XX, desprezando as lições da história, continuam a deixar-se ludibriar.

Foi justamente na época em que os judeus residentes na Espanha atingiam o zênite de sua **“idade de ouro”** (expressão constante na Enciclopédia **“Delta Universal”** – Verbete: Judeus; Vol. 9, p. 4637), exportando heresias, ideologias utópicas e cizânia entre os povos, que a Igreja se viu obrigada a adotar medidas defensivas de caráter drástico.

O parágrafo anterior, redigido em relação a fatos sucedidos no início do século VIII, teria a seguinte redação em face a acontecimentos do presente século: Foi justamente na época em que os judeus residentes na Rússia alcançavam o pináculo de seu plano de bolchevização, exportando o marxismo-leninismo para todas as nações do mundo ocidental, que a Alemanha nacional-socialista se viu obrigada a adotar medidas defensivas de caráter drástico.

No passado distante, no passado imediato e no presente, a história vem se repetindo com a fidelidade de uma cópia-xerox. A “questão judaica” foi sempre a mesma, na História Antiga, Medieval, Nova e Contemporânea. De um lado, os anti-sionistas empedernidos a cometer toda a sorte de barbarismos; de outro, inocentes judeus, a “pagar o

pato” por tudo o que de mal acontece, entronizados na triste condição de “bodes expiatórios”.

A Inquisição foi um esforço empreendido pela Igreja Católica no sentido de identificar hereges, judeus e filo-semitas empenhados em destruir a sementeira de Cristo. Ela teve lugar em muitos países da Europa e em suas colônias. Começou no final do século XII e início do século XIII, a partir do Concílio de Verona (1184), quando ficou estabelecido que os bispos deveriam visitar duas vezes por ano as paróquias suspeitas de heresia. Em 1231, o Papa Gregório IX criou um tribunal especial para investigar a vida dos suspeitos e obrigar os hereges a mudar de convicções. Em 1542, a Congregação do Santo Ofício passou a controlar a Inquisição. Frades dominicanos e franciscanos atuavam como juízes.

Atualmente, após a realização do Concílio Vaticano II, a cúpula da Igreja passou a condenar a Inquisição, alegando que esta violava os padrões modernos de Justiça. Conseguiram os altos prelados maçons e filo-semitas abalar os alicerces da Igreja Católica. Levaram-na a contradizer-se a si mesma, perdendo com isso autoridade sobre os fiéis.

A unânime doutrina dos Grandes Vultos da Igreja, emanada do “*unanimis consensus Patrum*”, sempre considerado como fonte de Fé, condenou os judeus e sua nefanda ação, e declarou boa e necessária a luta contra eles, luta de que participaram Santo Ambrósio, São Jerônimo, Santo Agostinho, São João Crisóstomo, Santo Atanásio, São Gregório, São Basílio, São Cirilo, Santo Isidoro, São Bernardo e muitos outros.

Durante dezenove séculos, a Igreja lutou energicamente contra os judeus, como o demonstram documentos fidedignos – Bulas Papais, Atas de Concílios, as doutrinas de São Tomás de Aquino, de Duns Scott e de vários doutores da Igreja. Essa luta é confirmada inclusive pela historiografia hebraica.

Pois bem, os conspiradores infiltrados no cerne do Concílio Vaticano II voltaram as costas para esses dezenove séculos de história. Afirmaram sem cerimônia: “A Igreja estava errada; a Inquisição foi um equívoco; os judeus não cometeram o crime de deicídio; não praticaram

o sacrifício ritual de crianças; não profanaram a hóstia sagrada; não envenenaram poços e mananciais; não conspiraram contra a Igreja...”²⁷

Em outras palavras, escreveram e assinaram em baixo da seguinte declaração: **“A história da Igreja não passa de uma farsa. Foi toda ela escrita em cima de calúnias, de equívocos, de assassinatos cruéis. Muitos de seus Santos devem ser esconjurados da veneração, porque não se encontram no Céu, como até aqui se pensava, mas ardem nas chamas do Inferno!”**

A Inquisição que ficou mais conhecida foi a espanhola, embora só tenha sido implantada em 1480 (praticamente três séculos depois do Concílio de Verona). A razão do atraso é conhecida do leitor. A Espanha encontrava-se ocupada pelos muçulmanos e os judeus viviam a sua **“idade de ouro”**.

Em 1469, Fernando de Aragão se casara com Isabel de Castela e os muçulmanos começavam a ser expulsos da península Ibérica. Isto só iria acontecer por completo em 1492, mas já em 1480 as flâmulas de Aragão e Castela tremulavam sobre boa parte do território espanhol. Igreja e Estado tinham sobradas razões para ir à forra contra os aliados do invasor. Afinal de contas, haviam experimentado sete séculos e meio de opressão.

A primeira providência dos reis espanhóis foi editar uma ordem a ser posta imediatamente em vigor. Limitava-se a dois artigos, curtos e grossos:

“1 – Judios, fuera!

2 – Revocan-se las disposiciones en contrario.”

Não se tratava de nenhuma novidade.

O mesmo édito fora proclamado pelo Imperador romano Cláudio, no ano 9 da era cristã. E repetido por Vespasiano, no ano 70.

Igual providência tinham tomados os franceses em 1254 e os ingleses, em 1290.

O exemplo seria repetido pelos berlinenses em 1573, pelos austríacos em 1670, pelos tchecos em 1745 e pelos russos em 1891.

²⁷ Consultar a obra **“Estudos da CNBB nº 46 – Guia para o diálogo Católico-Judaico no Brasil”**. São Paulo, Paulinas, 1986, p. 33/34 e 51.

A partir de 1936, os judeus foram “convidados” a deixar a Alemanha por parte do regime nacional-socialista.

No início da década de 1940, Getúlio Vargas **proibiu o ingresso de judeus no Brasil, e determinou a expulsão dos que aqui haviam entrado ilegalmente.**

Em janeiro de 1953, estavam para ser deportados para a Sibéria, por parte de Stálin, o que não chegou a acontecer por obra e graça desses “mistérios insondáveis” que ajudam a modificar a História da Humanidade. O “Homem de Aço” sofreu uma hemorragia cerebral, partindo desta para o Inferno, sem tempo de realizar a deportação pretendida.

Em todos esses casos, as medidas resultaram da intolerância dos povos contra os judeus, É o que juram estes, com o aval dos filosemitas.

Para os que perguntam quais as razões, respondem como se estivessem a recitar a Ladaíinha de Nossa Senhora: “– **Fomos os ‘bodes expiatórios!’**, os **‘bodes expiatórios!’**, os **‘bodes expiatórios!’...**”

Os que acreditam que fatos ocorridos uma vez são obras da fatalidade; duas, da coincidência; três, de chegada o momento dos cétricos duvidarem da veracidade da história; e, dez, da certeza, por parte tanto de cétricos como de simplórios, da existência de embuste, são acusados de **anti-semitas.**

Esta é a regra geral. A Igreja, os governantes romanos, franceses, espanhóis, austríacos, tchecos, russos, Adolf Hitler, Getúlio Vargas e Josef Stálin tomaram medidas contra o judaísmo **sem nenhuma razão.** Simplesmente antipatizavam com essas “**pobres criaturas eternamente perseguidas**”...

Além da Espanha, a Inquisição atuou principalmente na França, Alemanha, Itália e Portugal. Neste último país, ela foi estabelecida em 1536. Em 1761, foi executado na fogueira o último judeu português (cristão-novo) condenado pela Inquisição. E, em 1765, realizou-se o último Auto-de-Fé (cerimônia em que se proclamavam e executavam sentenças).

A Inquisição nunca chegou a instalar um tribunal em caráter oficial, no Brasil. Todos os casos referentes ao país eram tratados pela Inquisição de Lisboa, que aqui atuava por intermédio de visitantes, co-

União Soviética para a Espanha por Ehrenburg, Primakoff, Skoblewski, Tupolyev, Bischtzki, Ovejenko, Rosenberg, Jacobson, Friedlander, Miratvilles, Stillermann, Fratkin, Shapiro e outros agentes comunistas, **todos judeus**.

No México, a revolução bolchevista, liderada pelos judeus Plutarco Elias Calles e Aron Saez, resultou no martírio de **vinte mil católicos**, entre os quais **trezentos sacerdotes**.

Na União Soviética, foram assassinados **vinte e oito bispos** e cerca de **seis mil e oitocentos sacerdotes**. **Dez mil igrejas** foram fechadas.

Sob a Inquisição-geral de Torquemada teriam sido executadas cerca de 2 mil pessoas, sob a acusação de heresia e atividades contrárias aos interesses do Estado. A maioria dos sentenciados era de origem hebréia, praticantes do judaísmo e arquitetos de trama contra a Coroa de Aragão e Castela.

A dimensão dada à figura de Torquemada, principalmente pelos judeus, prima pelo exagero. Torquemada não passou de um principiante se comparado a Ester e Bar Kohba! E também a Salomão que batia recordes 600 anos antes do nascimento de Cristo!

Laurenti Pavlovitch Beria e sua assessoria suplantaram a todos eles. Seu feito – 60 milhões de “hereges do regime comunista” – “justiçados” sob a alegação de que eram “inimigos do povo” e/ou das “classes trabalhadoras”, ou por estarem alienados pela religião – o “ópio do povo”, dificilmente será suplantado a curto prazo.

Tomás de Torquemada ganhou notoriedade imerecida. Não passou de atleta de segundo quadro, de “cabeça-de-bagre”, sem as mínimas condições de disputar titularidade entre os verdadeiros azes que foram Ester, Bar Kohba, Popéia, Beria & Cia. e Bela Kuhn, este último, o notável inquisidor judaico-bolchevista que cruzava a Hungria, levando consigo caminhões-patíbulo para enforcar os “inimigos do povo”.

Em 1130, a quinta-coluna exportada da Espanha quase logrou êxito na tentativa de destruir a Igreja. O cardeal Pierleone, um judeu “convertido” ao Cristianismo, conseguiu eleger-se Papa. Derrubado do Trono de São Pedro por uma cruzada sob o comando de São Bernar-

do, colocou um sucessor – Victor IV. O catolicismo esteve à pique de desaparecer da face da Terra.

Hoje, a ala maçônica do Vaticano e os altos próceres filo-semitas infiltrados na cúpula da Igreja, intentam repetir o feito do século XII. O cardeal Jean-Marie Lustiguer, arcebispo de Paris, judeu “convertido” ao catolicismo, reencarna Pierleone. Se vier a ser eleito pelo próximo conclave, é provável que o decano, cumprindo o rito tradicional, venha à sacada da basílica de São Pedro, para anunciar: “– Habemus papam: Sua Santidade Anacleto III (ou Victor V), revividos para a definitiva destruição da Igreja”.

“A história é um profeta com os olhos voltados para trás; pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será” – diz a sábia lição de Eduardo Galeno, infelizmente ignorada por muitos. A estratégia de hoje é a mesma de ontem: renegar o passado, condenar palavras e atos de Santos e Papas, admitir que a Igreja errou ao combater o judaísmo, absolver os judeus dos crimes de deicídio, assassinios rituais de crianças, prática de magia negra, blasfêmias, difusão de heresias e conspiração contra a Igreja, a fim de minar-lhe a credibilidade. Como pode provir de Deus e nutrir-se do Espírito Santo uma Igreja que admite ter cometido erros crassos? E que os autores desses erros não foram simples praticantes, mas muitos de seus Santos e Papas?

Durante a Idade Média, para fugir aos tribunais da Inquisição, mais e mais os judeus privilegiaram os ritos secretos e o misticismo. A conquista árabe do século VIII pôs os judeus espanhóis em contato com a magia e as teologias orientais. Surgiu, então, o primeiro movimento cabalístico, sendo Isaac, o Cego, considerado como seu fundador. A cabala era tida pelos judeus como a chave para interpretação das Sagradas Escrituras. A base de sistemas numéricos e várias combinações fundadas nas letras dos versículos, “decifravam” a Bíblia segundo os seus interesses, isto é, retirando dela a confirmação dos israelenses como “povo eleito” e predestinado a realizar grandes conquistas. Valiam-se da cabala os ocultistas, os fabricantes de talismãs, os astrólogos, os mágicos e os curandeiros.

Sobre os ritos cabalísticos e sua propagação no tempo, assim se posiciona L. de GÉRIN-RICARD:

“Qualquer que tenham sido os esforços no sentido de depurar os ritos cabalísticos das práticas satânicas, todos os rituais satânicos, toda a feitiçaria e exploração do magnetismo e dos fenômenos psíquicos ainda têm fiéis seguidores no século XX. Os feitiços e as missas negras nunca deixaram de ser praticados... Basta consultar as crônicas policiais ou consultar os funcionários das delegacias de polícia para inteirar-se de quantos crimes se cometem através das práticas satânicas e da feitiçaria, mesmo nos dias de hoje.”²⁹

Os sacrifícios rituais de crianças, práticas satânicas da qual os judeus tentaram incriminar os primeiros cristãos, durante a aurora do Cristianismo, foram realizados por eles durante séculos a fio. Os anais da Igreja registram dezenas de casos plenamente comprovados, começando por Santo André de Lucena, imolado em 1198, até o menino André Yustchinsky, assassinado em Kiev no ano de 1911. Oito Santos da Igreja – Santo André (de Lucena), São Domingos (de Saragoça), São Hugo (de Lincoln), São Werner (de Wessel), Santo André (de Rinn), São Simão (de Trento), Santo Nino (de La Guardia) e São Joannet (de Colônia) compõem a lista de Mártires. Vários outros foram beatificados. (Ver relação completa, com nome, local e ano de imolação em “O Cristianismo em Xequê”.)

Foi contra essas práticas satânicas, foi para defender-se de um inimigo solerte e hábil em maquinações, que a Igreja se viu obrigada a recorrer à Inquisição. O Tribunal do Santo Ofício não teve um caráter ofensivo, mas defensivo. Legitima-o tanto o direito canônico como o direito secular. Tanto o direito natural (proveniente de Deus) como o direito positivo consagram o instituto da legítima defesa. Não tem a Igreja Católica motivos para se envergonhar de seu passado. Tampouco há razões para renegar atos de seus Santos e Papas. Fazê-lo, como alguns tentam hoje, é confessar de público que a Igreja de Cristo não passou de uma fraude monumental. Qual o fiel que se resignará em ver seus Santos serem retirados do Céu e mergulhados nas chamas do Inferno?

²⁹ L. de GÉRIN-RICARD. *História do Ocultismo*. Rio de Janeiro, Edições Bloch, 1966, p. 254 e 256.

Se isto ocorrer, como pretendem os artífices do Concílio Vaticano II e de seu apêndice diabólico, intitulado “Nostra Aetate”, os católicos não terão outra alternativa senão reconhecer que **veneraram a Sata-nás, e não a Cristo, durante muitos séculos!**

Sobreviverá uma Igreja impregnada de tal certeza?

É claro que não! Seus templo se esvaziarão para gáudio de seu grande e tradicional inimigo. Terão, neste caso, os judeus concretizado à primeira parte de seu plano de conquista do mundo. Destruída a religião Católica, principal baluarte do Cristianismo, muito mais fácil se tornará a tarefa de remover do caminho o Protestantismo. A ignominiosa rendição da pluralidade de Judas infiltrada entre os membros do Concílio Vaticano II, como só os simplórios podem ignorar, cravou um punhal no coração do Cristianismo. Sua destruição transformou-se em mera condição de tempo, desde que o Espírito Santo não intervenha, espargindo sua Luz, e fazendo com que se corrijam os erros.

O Catolicismo hoje, de forma clara e inequívoca, voltou as costas para Cristo. Negou suas afirmações de que os judeus cometeram o “**deicídio**”. Assimilou a utopia esquerdista dos judeus, preferindo antes comunizar e depois catequizar. Muitos de seus sacerdotes, ao invés de empunhar a bandeira branca da paz, da solidariedade entre os homens, da concórdia, da esperança de salvação, preferem brandir as bandeiras vermelhas da convulsão social, do ódio entre as classes, do acirramento dos conflitos.

Dói a nós, cristãos que somos, denunciar o que hoje se passa. Ocorre-nos que poderíamos estar incorrendo em pecado ao escrever “**O Cristianismo em Xequê**” e esta obra síntese do plano judaico de conquista do mundo. Procuramos sacerdotes, não aqueles comprometidos com a destruição da Igreja, mas os que fizeram do sacerdócio uma opção de vida, uma missão sublime de servir a Cristo. E eles disseram, sem exceção: “**Ide em frente, porque reconhecemos que a cúpula da Igreja está infiltrada por inimigos. A lição de “Complô contra a Igreja” resultou vã. Escasseiam os Pedro, os João, os Marcos, os Lucas, os Paulo, os Tiago, e sobram os Judas Iscariote.**

O último livro da Bíblia, o Apocalipse de João, reporta-se a vinda do anti-Cristo no final do presente milênio.

Estará isto por ocorrer com a eleição do próximo Pontífice, quando um colégio eleitoral maciçamente dominado pela maçonaria terá a incumbência de decidir os destinos da Igreja, ou encontram-se já em pleno curso as profecias apocalípticas?

Muitos altos prelados abandonaram o catolicismo romano, após a traição cometida contra os Santos e Papas da antiga Igreja, fundando um novo ramo (Igreja Católica, Apostólica e Palmariana, com sede em Sevilha, na Espanha). Para estes secessionistas o anti-Cristo já está presente desde a divulgação dos resultados do Concílio Vaticano II.

Nossa obra **“O Cristianismo em Xequê”** já estava circulando quando nos chegou às mãos um exemplar de **“Tercer Milenio – El Misterio del Apocalipsis”**, da autoria de B. Caviglia CAMPORA e Antonio van RIXTEL.

Em **“O Cristianismo em Xequê”**, à luz da História e de fatos recentes noticiados fartamente pela imprensa, procuramos alertar os cristãos – e especialmente os católicos, sobre o que se passa na cúpula cardinalícia da Igreja Católica nos dias de hoje. A infiltração maçônica, a genuflexão ante o judaísmo, as manobras políticas à socapa do Papa doentio (e às vezes com a participação deste), permitiram concluir que se trama a entrega do Trono de São Pedro ao cardeal, Arcebispo de Paris, Jean-Marie Lustiger, **“judeu convertido”**, repetindo a nefasta experiência do século XII.

A obra de CAMPORA & RIXTEL chega à mesma conclusão, embora fundamentando-se em uma linha de raciocínio totalmente diferente da nossa. Os referidos autores (RIXTEL é um sacerdote católico, já falecido), interpretam o Apocalipse, diversas profecias de Santos da Igreja (São Malaquias, São João Bosco, dentre outros) e revelações da Virgem Maria e concluem que “este cambio de milenio implica una encrucijada de caminos para la humanidad”. (Op. cit. p. 15) E revela quem será, segundos as fontes enunciadas, o próximo Papa: “... el Cardenal Lustiger, actual Arzobispo de Paris, judío convertido”. (Op. cit. p. 338).

Dentre as evidências apontadas por CAMPORA & RIXTEL é interessante ressaltar a que se fundamenta nas profecias de São Malaquias. Por volta do ano de 1140, Malaquias, nascido em 1094, em Armagh, na Irlanda, e que havia sido ordenado sacerdote aos 25 anos,

elaborou por inspiração divina uma lista dos 113 Papas que sucederiam os **“judeus convertidos”**, Anacleto II e Victor IV, catalogados pela Igreja como anti-papas.

A lista começa por Celestino II, que reinou de 1143 a 1144, prossegue até o 110º nomeado – João Paulo II (De labore solis), **sem cometer um erro sequer**, e indica mais três Papas.

A lista profética de São Malaquias, com cento por cento de acerto até o 110º ocupante do Trono de São Pedro, identifica o sucessor de João Paulo II pelo lema **“De gloria olivae”** e prevê, coincidentemente com esse pontificado, o **advento do Anti-Cristo!**

O 112º Papa seria **“In persecutione extrema”**, isto é, aquele cuja missão seria a de perseguir o Anti-Cristo.

O último Papa da lista de São Malaquias – designado pelo lema **“Petrus Romanus”** – “regeria suas ovelhas em meio a muitas tribulações, passadas as quais, a cidade das sete colinas – Roma, seria destruída... E o Juiz Supremo julgará a seu povo... Fim.” (In: CAMPORA & RIXTEL. Op. cit. p. 338)

A respeito do sucessor de João Paulo II, CAMPORA & RIXTEL (Op. cit. p. 338), depois de analisar o significado do lema **“De gloria olivae”** – **Glória das oliveiras**, concluem que a oliveira é, segundo São Paulo, o símbolo do povo judeu, o que implica dizer que o 111º ocupante do Trono de São Pedro será um descendente da etnia hebraica.

Os acontecimentos na esfera religiosa entram em ebulição a partir deste pontificado, até que eclode a Parúsia (segunda vinda de Cristo à Terra, conforme o texto apocalíptico).

Não vamos aqui aprofundar considerações sobre o significado disto para a humanidade. Uma análise desta natureza implicaria em um mergulho no terreno da escatologia, sobre a qual nosso conhecimento não vai além do perfunctório. O leitor interessado em conhecer melhor este assunto deverá consultar algumas das obras existentes. Indicamos **“Tercer Milenio – El Misterio del Apocalipsis”**, de B. Caviglia CAMPORA & Antonio van RIXTEL, à venda em livrarias católicas. Não se trata de uma obra especulativa e sensacionalista como outras do gênero escatológico, mas de um estudo embasado no texto bíblico, em profecias de Santos da Igreja e em revelações da Virgem Maria em suas diversas aparições comprovadas pela Igreja Católica.

Acerca dos acontecimentos mundiais que hoje estão ocorrendo, e daqueles que estão por vir, CAMPORA & RIXTEL afirmam em sua obra (Op. cit. p. 17):

“Conhecendo a problemática total da flutuante política norte-americana e admitindo-se que a crise econômico-social da antiga União Soviética não trouxe, como consequência, o desmonte dos arsenais nucleares, não se pode esperar para um futuro próximo a distensão das relações entre as grandes potências. Tampouco almejar uma paz duradoura... Os frutos desta paz aparente, que em realidade não passa de um armistício, estão sendo colhidos pelos **superpoderes mundiais que estão por trás e acima de todos os grandes blocos de nações.**”

A Parusia prevista pelo Apocalipse e pelos profetas, e que interessa aos intérpretes da escatologia (doutrina dos fatos que deverão acontecer no fim do mundo), passa a constituir assunto de interesse mesmo para os homens dedicados às ciências temporais. As intransigências políticas, a ganância econômica e o desprezo para com a sorte dos povos já não leva os homens, hoje, às guerras de outrora.

O profeta do Apocalipse vê na Parúsia o mundo consumido pelas chamas. Vê os espaços cortados por “pássaros sem asas” (foguetes?) a semear destruição e morte. Pode alguém imaginar outra causa para esta hecatombe que não uma guerra nuclear?

À luz dos fatos de nosso tempo, a existência de **“superpoderes mundiais que estão por trás e acima de todos os grandes blocos de nações”** não constitui visão de escatologistas – como CAMPORA & RIXTEL, ou fruto da “imaginação desvairada” de “anti-semitas” à caça de bodes expiatórios.

O órgão máximo das nações – a ONU, criada para o arbitramento na esfera diplomática dos litígios e desavenças internacionais, tal como ocorreu no passado com a Liga das Nações, vem comprovando sua total impotência contra os **“superpoderes mundiais”**. Suas resoluções valem para o Iraque, para os Países Bálticos, para as Repúblicas das Bananas, para as nações emergentes do continente africano, para a Argentina (Guerra das Falklands/Malvinas), mas não têm qualquer significado para Israel. (Vide Anexo 1)

Aqui nas fronteiras do Brasil, os **“superpoderes mundiais”**, representados por agentes infiltrados, derrubam Ministros de Estado

(Rodolfo Barra, Ministro da Justiça, substituído por Elías Jassan, de origem judaica) – (Vide Anexo 6), e substituem Gabinetes (Vide Anexo 7), afrontando as soberanias nacionais e demonstrando que as nações já não podem decidir livremente os seus destinos.

Tudo isso são **fatos**. Não se trata – como alegaram Juízes do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – de **opinião particular de “anti-semitas”**.

São **fatos**, como o são a existência de uma conspiração organizada contra a humanidade não-judaica e como a diáspora não se deu por ojeriza gratuita contra os descendentes de Abraão, mas porque eles lhe deram causa. Sua expulsão de várias dezenas de países, cidades e regiões, não redundou de uma busca tresloucada de **“bodes expiatórios”**, mas da reação dos nacionais à milenar pretensão judaica de explorá-los ou escravizá-los até o limite do possível.

Repetir não custa. Pelo contrário, é absolutamente necessário enfatizar: a ideologia judaico-sionista de supremacia racial, “avalizada por Deus” (sob muitos designativos que os judeus lhe deram no curso da História), jamais arrefeceu. Hoje, tal como nos albores da História, eles se consideram os apaniguados da vontade divina. Agem como tal. Mantêm-se insensíveis à sorte dos “goyns”, como ocorreu sempre. Vejam um exemplo: apoderaram-se de uma boa parcela da telefonia gaúcha, e logo trataram de aplicar um calote nos acionistas minoritários. Ao invés de ações valorizadas em mais de 100%, querem lhes retribuir apenas com o montante aplicado. E mais: assim que se apossaram de 35% das ações da empresa, elevaram a taxa mínima de uso de 3 reais para 13 reais! Como sempre, transferiram a responsabilidade da alta para outros. Não são eles culpados pela suba de 433% num tempo de **inflação zero**, mas a Telebrás, que ainda não passou às suas mãos.

Multiplique-se a diferença de R\$ 10,00 (dez reais) pelo número de telefones existentes no Rio Grande do Sul e se terá uma noção de quanto representou a sangria dos gaúchos em proveito dos novos proprietários da telefonia rio-grandense.

Os efeitos da privatização da Vale do Rio Doce, entregue ao Sr. Benjamin Steinbruch, serão sentidos logo ali, tão logo tome posse de sua fatia. (Inúmeras ações movidas por entidades brasileiras tentam embargar na Justiça a entrega da superestatal ao megaempresário, des-

cedente de judeus vindos da Bessarábia.) (Vide reportagens publicadas em **Manchete**, nº 2.534, de 17 de maio de 1997, e **Veja**, edição nº 1.495, de 14 de maio de 1997.)

Mas não se iludam. Antigamente as demandas em Justiça eram contra pessoas, todavia o judeu inventou as sociedades anônimas e se abrigou de envolvimento diretos. As sociedades por ações escondem os verdadeiros responsáveis por quebras, açambarcamentos, formação de trusts, monopólios e outros procedimentos vedados por lei. (Vide **“O Judeu Internacional”**, de Henry FORD.) Tanto no caso da telefonia gaúcha como no concernente à Vale do Rio Doce, as demandas movidas pelos prejudicados se darão contra empresas e não contra seus cabecilhas.

Alerta Henry FORD (**O Judeu Internacional**, p. 17): “A crítica que com razão se faz contra os financistas judeus não se funda tão-somente em motivos de raça. Desgraçadamente, esta aversão racial, que como preconceito conduz facilmente a equívocos, deriva do fato certo de que, na cadeia financeira internacional que envolve o mundo inteiro, cada elo ostenta certa família financeira judia, um capitalista judeu ou um sistema bancário judeu.”

Voltemos atrás no tempo para acompanhar como se deu o plantio dos alicerces e desenvolvimento da conspiração organizada ora em marcha.

A CONSPIRAÇÃO ORGANIZADA

Durante os últimos quarenta séculos da história da humanidade, às vezes os judeus conseguiram viver em aparente harmonia com os outros povos; outras vezes – e essas não foram raras, despertaram a repulsa dos hospedeiros, obrigando estes a adotar medidas drásticas contra eles. Quando os governos não tomaram a iniciativa de “baixar a crista” dos usurpadores ou mesmo de expulsá-los, o povo agiu de moto próprio, forçando-os a recuar em sua petulância ou compelindo-os a procurar novos locais de residência. Tratou-se, invariavelmente, de reações provocadas, motivadas, e não como os judeus pretendem incutir, hoje, nas pessoas, através de filmes, livros e utilização maciça dos meios de comunicação de massa, de vandalismo gratuito contra inocentes.

Essas ações empreendidas pelas sociedades nacionais em represália ao parasitismo judaico, receberam a designação de “pogrom”, vocábulo que tem o significado de “maltrato, perseguição ou extermínio de grupos étnicos ou religiosos”. Embora a maioria das pessoas associem o termo “pogrom” apenas ao judeus, este tipo de ação se aplica a quaisquer situações. Durante a Primeira Guerra Mundial, as perseguições turcas aos armênios constituíram autênticos “pogrons”. O mesmo ocorreu em larga escala nos dias de hoje na antiga Iugoslávia conflagrada por dissensões étnicas, políticas e religiosas. Os “pogrons” foram e são, ainda hoje, ações deploráveis, mas, infelizmente, comuns. Os atentados terroristas são uma forma moderna de “pogrom”. Seu objetivo é idêntico aos das antigas correrias e depredações levadas a cabo por sociedades que se sentiam prejudicadas pelo hóspede judeu. Pouco importa discutir se essas ações eram justas ou injustas, éticas ou conde-

náveis pela moral, o que interessa aqui é indagar se os “pogrons” resultavam de uma antipatia gratuita ou se os judeus lhes davam motivo.

Os “pogrons” mais comuns foram os acontecidos na Rússia e na Polônia. Na Rússia, a perseguição aos judeus se acentuou durante o século XIX. Na Polônia, os “pogrons” existiram em todas as épocas, amainando às vezes, recrudescendo outras. Como na Espanha, também na Polônia, os judeus ora viviam “idades de ouro” (como durante a vigência do Estatuto de Kalisz, posto em vigor pelo príncipe Boleslau), ora amargavam a perda de status. Em 1264, estando os cofres da Grã-Polônia arruinados pela invasão dos tártaros, Boleslau incentivou os judeus do Ocidente europeu e se transferirem para seu país. Para tanto criou o famoso Estatuto de Kalisz, concedendo imensos privilégios aos judeus em detrimento dos nacionais. Já falamos anteriormente sobre o Estatuto de Kalisz, mas convém, estando o leitor a par de novos esclarecimentos, falar sobre o disposto em seu artigo 32.

Como foi visto no capítulo anterior, a Europa inteira vinha acusando os judeus da prática de “sacrifícios rituais”. No artigo 32 do Estatuto de Kalisz, o príncipe Boleslau, cognominado pelos judeus como o “**Piedoso**”, ordenava aos seus súditos:

“(…) e se um judeu for acusado de assassinar alguma criança cristã, deverá isso ser provado por três cristãos e pelo mesmo número de judeus, e assim será o fato provado; então receberá o judeu o castigo convencionado para este crime. Mas se através das testemunhas acima citadas não ficar provado o crime, receberá o cristão, por sua má ação, o castigo que o judeu deveria haver recebido.”³⁰

Em suma: a palavra de 50 cristãos de nada valia, desde que o queixoso não dispusesse do testemunho de 3 judeus! Poderia ter uma criança raptada e morta à vista de dezenas de cristãos, mas se não encontrasse 3 judeus dispostos a depor contra o autor ou autores do crime, outra alternativa não lhe restava senão renunciar a denúncia. Se a levasse adiante, sem o testemunho dos 3 judeus, ia parar no patíbulo no lugar do criminoso!

³⁰ MARGULIES, Marcos. **Gueto de Varsóvia**. Rio de Janeiro, Documentário, 1974, p. 40.

missários, bispos e vigários. Em geral, a investigação se ocupava da prática de bruxaria, heresias e tendências judaizantes. Os réus e seus respectivos processos eram enviados para Lisboa para fins de julgamento. Os cristãos-novos (judeus “convertidos” ao catolicismo) constituíram o alvo principal dos visitantes portugueses no Brasil. (A obra de Gustavo BARROSO, **“História Secreta do Brasil”**, em 6 volumes, editada pela Revisão Editora Ltda., examina, em detalhes, a atividade da Inquisição no Brasil.)

Na época das invasões holandesas, a Inquisição concentrou-se mais sobre inimigos políticos do que religiosos. Como muito bem relata Gustavo BARROSO, os judeus, tal como ocorrera na Espanha dominada pelos mouros, também viveram no Brasil a sua **“idade de ouro”**. Esta ocorreu durante a ocupação holandesa do Nordeste. Quando da expulsão dos holandeses, para felicidade do Brasil e desgraça dos Estados Unidos, milhares de judeus residentes do Nordeste brasileiro, emigraram para a cidade de Nova Iorque. Se aqui permanecessem, repetiriam a sina de seus ancestrais residentes na Espanha de Aragão e Castela.

Mas, como os judeus são peritos na arte do camaleão, nem todos se foram. A porção que preferiu ficar adotou a tática do disfarce, de **“ostentar na mão o rosário e no coração as contas”**, como denunciou o poeta baiano Botelho de Oliveira.

Foi para combater a “arte do camaleão” que a Inquisição espanhola utilizou o máximo de rigor. Destacou-se, dentre todos os inquisidores de qualquer época, a figura de Tomás de Torquemada, sacerdote católico, inquisidor-geral da Inquisição espanhola, durante 15 anos. Torquemada, sob o ponto de vista judaico, só teve um êmulo em todos os tempos: Adolf Hitler!

Segundo a história, sob a ação inflexível de Tomás de Torquemada, várias dezenas de milhares de judeus e hereges judaizantes teriam sido executados. É claro que os **historiadores oficiais** vêem o célebre inquisidor espanhol como o Adolf Eichmann da Idade Média e primeira década da Idade Moderna.

Passar carroças ferradas sobre os inimigos vencidos, escravizar outros para cortar e carregar as pedras dos montes, não é atitude con-

denável. Merece reprovação, isto sim, reagir para que isto não aconteça.

Os judeus não têm aliados perenes. Jamais os tiveram. Suas alianças sempre foram ocasionais, a serviço de seus interesses. Assim como haviam traído os espanhóis, acabaram destilando sua peçonha contra os muçulmanos. Relata Maurice PINAY:

“Desde o século X, os judeus atraíram os muçulmanos e começaram a semear a decomposição na sociedade islâmica, procurando dominá-la por meio de organizações secretas e heresias, a principal das quais foi a criminosa seita dos assassinos, a verdadeira precursora da maçonaria moderna, cujo poder secreto se estendeu pelo Islão e inclusive pela Europa cristã.”²⁸

A dinastia dos Almoádas (que sucedeu no Norte da África e na Espanha islâmica à dos Almorávidas), procurando salvar o Islão da catástrofe, iniciou uma guerra de morte contra o judaísmo, que provocou, como de costume, milhares de conversões fingidas.

Como se percebe, tanto os espanhóis, submetidos por vários séculos aos judeus, transformados em senhores de Córdoba, Granada, Málaga e muitas outras cidades, como seus antigos aliados, passaram a combatê-los.

Os cristãos espanhóis guardavam na memória terríveis recordações, como a do Domingo de Ramos do ano 712, em Toledo. Na manhã daquele dia, os judeus receberam os muçulmanos com aclamações e juras de fidelidade. Realizaram, em regozijo, uma grande matança de cristãos, fato que se repetiu por vezes sem conta, à medida em que as tropas muçulmanas os “libertavam”.

Durante a Revolução Espanhola do presente século (1936-1939), os judeus infiltrados nas tropas republicanas (comunistas) ou seguindo-lhe os passos, praticaram barbarismos idênticos aos do século VIII. **Doze bispos e sete mil sacerdotes foram assassinados. Milhares de freiras foram estupradas e mortas** pelas hordas vermelhas. (Consultar obras como “A Guerra Civil de Espanha” de Hellmuth Gunther DAHMS, ou “Hitler y la Guerra Civil Española”, de Wilfred von OVEN.) A ideologia judaico-bolchevista fora trazida da

²⁸ Maurice PINAY. Op. cit. Vol. III, p. 393.

O que restava à sociedade polonesa, entregue por Boleslau, o **Piedoso**, nas mãos de um forasteiro detentor das mais absurdas regalias, senão apelar para os “pogrons”?

Para os que entendem que os privilégios concedidos por Boleslau não foram suficientes para justificar o desencadeamento de “pogrons”, convém ir ao fundo da história. MARGULIES acrescenta:

“Além destes privilégios, vários métodos medievais da comprovação de crimes não se aplicavam aos judeus, como ordálio ou torturas, pois era sabido que de qualquer modo – os judeus seriam ajudados nestas provas pelo diabo. Tampouco eram os judeus sujeitos aos processos contra a honra alheia, já que seu comportamento, mesmo quando ofensivo, não era considerado como atentador à honra de um cristão.”³¹

Morto Boleslau, os poloneses que não o consideravam **Piedoso**, mas **Corrupto** e **Entreguista**, trataram de livrar-se do opressor. Uma grande peste graçava na Europa e os cristãos acusavam os judeus de estarem envenenando os poços. Hoje e sempre juram de pés juntos que tudo não passou de uma monstruosa calúnia. Ocorre que a peste só atacava as comunidades cristãs. (Consultar MARGULIES, Op. cit. p. 42. A obra em referência é totalmente filo-semita.) O “**povo eleito**”, sob a “**proteção divina**”, escapava ileso do mal que matou, só na Inglaterra, 1.600.000 pessoas; na Polônia, 450.000; na Alemanha, cerca de 600.000. Num encadeamento contínuo, as cidades da Europa Ocidental trataram de expulsar os judeus:

- Em 1361, foram expulsos de Neisse;
- Em 1388, de Estrasburgo;
- Em 1399, de Glogau;
- Em 1418, de Tréviro;
- Em 1421, de Viena;
- Em 1424, de Colônia;
- Em 1435, de Speir;
- Em 1438, de Mogúncia;
- Em 1446, de Augsburg;
- Em 1446, da Brandebúrgia;
- Em 1447, de Liegnitz;

³¹ Idem, p. 41.

- Em 1450, da Baviera;
- Em 1457, de Hildesheim;
- Em 1458, de Erfurt;
- Em 1475, de Bamberg;
- Em 1478, de Regensburg;
- Em 1493, de Magdeburg;
- Em 1499, de Ulm.

A pergunta que deve ocorrer a todos aqueles que examinam tão longa lista é: “Por quê?”

Seria impossível examinar no corpo desta obra um tão grande número de “porquês”. Em todos os casos houveram razoáveis motivos para expulsões, eliminando o mito do “**bode expiatório**”.

Continuemos examinando o que se passou na Polônia. O exemplo histórico do que ocorreu na terra de Boleslau, o Piedoso, pode ser extrapolado para todos os lugares em que os governos acabaram se vendo obrigados a tomar medidas drásticas. Os motivos que deram causa às expulsões podem ter diferido no tempo e no espaço geográfico, mas eram gêmeos vitelinos na natureza.

Depois da debandada ocorrida quando da morte de Boleslau, houve um paulatino retorno dos enjeitados. Por volta de 1420, um sínodo reuniu-se em Kalisz, e por pressão do cardeal Olesnicki, o rei retirou todos os privilégios novamente concedidos aos judeus. Alegava o cardeal: “Os judeus não só incitam ao pecado, como também corrompem. Não são honestos; humilham e rebaixam.”³²

As medidas adotadas pelo rei não foram suficientes para conter a ira do povo.

- Em 1420, os judeus foram massacrados em Kalisz;
- Em 1445, em Bochnia;
- Em 1454, em Varsóvia;
- Em 1455, na Cracóvia;
- Em 1464, em Pozman.

Nesse meio tempo, entre a debandada do século XII e os massacres do século XV, os judeus tinham inventado a oitava maravilha do mundo: a maneira simples e fácil de os Estados se apoderarem dos re-

³² “Marcos MARGULIES. Op. cit p. 48.

cursos de seus cidadãos. Os reis poloneses entregaram aos judeus o encargo de cunhar e distribuir moedas, e eles bolaram um artifício genial. De tempo em tempos, recolhiam a moeda circulante e a substituíam por um novo padrão.

Os 182,5 gramas de prata permitiam no século X, a cunhagem de 120 denaros; no tempo de Miesko III, a mesma quantia de prata servia para a cunhagem de 1.400 denaros.

Eis a origem da inflação, terrível arдил destinado a sangrar o povo em proveito dos Estados, ou dos intermediários destes, zelosos em obrar em causa própria!

Àqueles que perguntam por que os judeus preferem viver na Diáspora, ao invés de fixarem-se em Israel, a resposta é bem simples: em Israel, não podem auferir lucros maiores do que 3% ao ano, porque lhes é proibido explorar “irmãos”. Espalhados pelo mundo, o lucro não lhes é tabelado. Em relação aos não judeus, o céu é o limite, porque **“as coisas pertencentes aos goyins são como o deserto; a primeira pessoa que as encontre as pode levar como sendo suas”**.

Em cada país onde se registraram “pogrons”, jamais os judeus foram simples **“bodes espiatórios”**. Invariavelmente lhes deram causa. Foi assim nos Países Bálticos. Na Tchecoslováquia, nos Balcões e na Alemanha...

O “pogrom” mais badalado pela imprensa e pelo cinema por razões mais dos que óbvias, como se verá no capítulo IX – O JUDAÍSMO NA ALEMANHA NACIONAL-SOCIALISTA –, é a “Noite dos Cristais”, ocorrido na Alemanha, em 11 de novembro de 1938.

Naquela ocasião, o apredrejamento de vitrines de bancos e casas comerciais de propriedade de hebreus, não representou outra coisa senão o revide a um ato provocativo do judaísmo internacional, em franca “queda-de-braço” com o Governo alemão.

Depois de lançarem a Alemanha na guerra (1914-1918) e de realizarem a sua partilha em Versalhes, defrontavam-se com um Governo disposto a livrar a Alemanha, de uma vez por todas, do inimigo interno, insuflado pelos **“superpoderes mundiais”** estabelecidos junto aos governos e centros nevrálgicos da economia internacional, que haviam arruinado a República de Weimar.

Hitler poderia ter agido com cautela, desmantelando o judaísmo atuante na Alemanha, escondido nas sombras, como este fazia, mas repudiou a calhordice dos que dão o tapa e escondem a mão. Mesmo antes de assumir o poder tornou públicas as suas intenções a respeito da questão judaica. Seu livro **“Minha Luta”** e seus discursos jamais deixaram dúvidas do que pretendia. O mundo inteiro tomou conhecimento de que, em caso de triunfo do nacional-socialismo, na Alemanha não vigoraria o Estatuto de Kalisz!

Por ora, cabe examinar como se deu o desenvolvimento da conspiração organizada pelo judaísmo internacional. (O termo **“judeu internacional”**, empregado por vários autores, dentre eles, Henry FORD, admite duas interpretações diferentes. Uma delas é a de que o judeu, onde quer que habite, continua praticando sua religião. A outra é a de que o judeu espalhado pelo mundo busca assegurar o domínio, principalmente econômico, de todas as demais nações. O verdadeiro impulso que move o anti-judaísmo e o anti-sionismo vem desta última interpretação.)

Para os que teimam em confundir anti-judaísmo com anti-semitismo, convém atentar para a seguinte colocação de Henry FORD, comungada, aliás, por todos aqueles que discutem a questão judaica:

“Este tipo judaico internacional, que anela o domínio de todos os povos, ou já o possui e exerce, significa para sua raça um apêndice verdadeiramente pernicioso. O mais desagradável neste judeu internacional, encarado do ponto de vista do hebreu comum, é precisamente ser ele também judeu.”³³

Convém ressaltar mais uma vez que, se fosse certo que os hebreus, em sua totalidade, não se diferenciam do resto da humanidade senão pela religião propriamente dita, toda a crítica ao judaísmo não significava mais do que intolerável fariasismo. Acontece que não é isto o que se observa à luz da História. Desde Abraão, os hebreus associaram religião com nacionalismo fanático e exacerbado. Não satisfeitos com os livros do Antigo Testamento (escritos por eles, às vezes por inspiração divina, e outras, certamente que não), criaram o Talmud

³³ Henry FORD, Op. cit. p. 37.

onde extravasaram o ódio imenso voltado contra os não-judeus em geral.

Estas duas fontes (Torah e Talmud) contêm, embora de forma dispersa e até mesmo caótica, os pilares da conspiração para a conquista do mundo. Não traçam planos, mas fixam distinções, identificam os litigantes que irão defrontar-se:

“O sêmen de um goyn (não-judeu) tem o mesmo valor que o de uma besta.” (Kethubot, 3b)

“Todas as coisas pertencentes aos goyns são como o deserto; a primeira pessoa que as encontre as pode levar como sendo suas.” (Bahba Bathra, 54b)

Acontece que as “bestas” são muito mais numerosas do que aqueles que as querem dominar, domesticar e explorar. Como proceder, neste caso, já que os goyns não se curvam aos “desígnios de Jeová”; aceitando a cangalha de bom grado?

Em lugar da força, há que se valer da astúcia, mesmo porque o Talmud ensina que “em caso de guerra, o judeu deve ser o último a partir e o primeiro a voltar”.

A primeira tentativa de acabar com a desordem e codificar as estratégias de ação, segundo depoimento de diversos pastores protestantes,³⁴ ocorreu em 1773. Naquele ano, a família Rotschild reuniu-se em Paris e estabeleceu as bases para a criação da Panjudéia, uma super-nação que, tal como um polvo, abarcaria o mundo inteiro. Naquela época, os Rotschild teriam se espalhado por cinco centros nevrálgicos da Europa (Londres, Paris, Nápoles, Viena e Frankfurt), comandando a partir dali uma sucessão de ações ordenadas a serem postas em prática pelos hebreus espalhados pelo mundo inteiro. O judeu internacional já não agia segundo o interesse e necessidades locais, mas sob um comando único, que decidia acerca do que fazer e do que deixar de fazer.

Este primeiro grupo dirigente, que auto-intitulou-se de “Os Iluminados”, e que congregava uma chefia exclusiva da família Rotschild,

³⁴ “Nova Era – De Volta ao Passado” – Produção Reborn Vídeo, com depoimentos dos pastores Sérgio Leoto, Lamartine Posella Sobrinho e Paulo Romeiro, do Instituto Cristão de Pesquisas.

evoluiu mais tarde para um comando mais amplo: distribuiu-se um subcomando para doze judeus de posição eminente (cada subcomando correspondendo a uma das doze tribos de Israel), e conferiu-se a chefia deste órgão a um judeu notável. O órgão então criado recebeu o nome de **Kahal**.

Nos primeiros tempos, segundo depoimento de grande número de autores, o Kahal se reunia a cada século, cabalisticamente, no cemitério judaico da cidade de Praga (Tchecoslováquia), a fim de decidir os destinos do mundo.

Segundo inúmeras fontes, a reunião do Kahal no cemitério judaico de Praga ocorria junto ao túmulo do Grão Mestre Caleb (O Cão). Caleb, ou Simeão Bem Judá – de acordo com o historiador brasileiro Gustavo BARROSO – “proporcionava aos eleitos de cada geração poder sobre a terra, e autoridade sobre todos os descendentes de Israel”.

Pois o túmulo de Caleb, pasmem os leitores, não é fruto de visitas por parte apenas dos membros do Kahal ou de judeus devotos. Mesmo personalidades que nada têm a ver com o judaísmo (pelo menos de forma direta, porque há que considerar o filo-semitismo) têm visitado o túmulo de Caleb, rendendo-lhe homenagens ou suplicando-lhe graças.

O jornal “Folha de São Paulo”, edição de 24 de outubro de 1994, noticiou:



O presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, durante visita ao Cemitério Judeu em Praga, na República Tcheca.

Quando senador, manifestando-se a respeito das obras da Revisão Editora, fez questão de **“externar sua veemente condenação às publicações revisionistas e sua solidariedade para com a comunidade israelita”**.

Por que a condenação? Elas são mentirosas, caluniosas ou fundamentadas em falsos argumentos? Está errada a Bíblia? A história da Igreja não é merecedora de crédito? Os Santos e Papas que condenaram o judaísmo são passíveis de crítica?

Não é de estranhar a posição do Ex^{mo} Sr. Presidente, ainda mais se considerarmos sua clara opção: aos credores internacionais e aos banqueiros, tudo! Aos funcionários públicos, ao operariado, nada! Cada brasileiro, como os pobres poloneses sob o Estatuto de Kalisz, devem apertar o cinto, sujeitar-se a uma saúde pública calamitosa, a uma educação em franco processo de degeneração, aos índices de desemprego alarmantes, à internacionalização, ao sucateamento do material de suas Forças Armadas, tudo para encher o pandulho dos que os escorcham desde o ano de 1834, **“quando fomos transformados em colônia da casa bancária judaica Rotschild, em colônia do super-capitalismo internacional, que não tem pátria e que obedece a leis secretas de aniquilamento de todos os povos”**.³⁵

Nos últimos 50 anos, o único Presidente do Brasil que teve a hombridade de colocar os interesses da Nação à frente da ganância dos banqueiros internacionais foi Getúlio Vargas. Mandou às favas os emis-sários de Lazzard, Brother, de Niemeyer, de Linch, e de outros banqueiros hebreus que aqui vieram extorquir o que tínhamos e o que não tínhamos. (Consultar o **“Diário de Getúlio Vargas”**, obra publicada pela Siciliano/Fundação Getúlio Vargas, 1995; ou **“Getúlio Vargas depõe: O Brasil na Segunda Guerra Mundial”**, deste autor, publicada pela Revisão Editora, 1996.)

Tendo voltado ao Governo “nos braços do povo”, depois de ter sido deposto, matou-se com um tiro no peito. No bilhete que deixou à posteridade estava registrado: **“Se as aves de rapina querem o san-**

³⁵ Gustavo BARROSO, **Brasil – Colônia de Banqueiros**. Porto Alegre, Revisão Editora Ltda., 1989, p. 23.

gue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida...”

Estávamos relatando a fundação do “Clube dos Iluminados”, por obra e graça dos Rotschild, o primeiro passo da conspiração organizada pelos dirigentes do judaísmo internacional. Esta primeira célula de decisão – conforme registro de inúmeros historiadores – evoluiu para o **Kahal**, organismo secreto, pelo menos até 1876, quando um judeu convertido (desta vez, como deverá ter notado o leitor, o vocábulo **convertido** não se encontra adornado de aspas), Brafmann, publicou em Vilna, capital da Lituânia, a obra “**O livro do Kahal**”. Brafmann expôs minuciosamente tudo o que se relacionava àquele organismo secreto. A obra não teve melhor sorte do que os exemplares dos “Protocolos” distribuídos nas imediações do Bqm Fim... Sumiu de circulação como num passe de mágica. Igual destino teve o infeliz autor, justificado pela imperdoável tagarelice.

Desta feita, a rapidez em recolher os exemplares do “livro-bomba” de Brafmann não foi suficiente para impedir que meia dúzia deles escapassem da fogueira. O mundo inteiro tomou conhecimento de que os hebreus, embora vivendo na Diáspora, sem dispor de um Estado próprio, haviam estabelecido um governo central incumbido de dirigi-los. Em suma, dentro de cada Estado hospedeiro de hebreus, passava a existir outro Estado.

O livro de Brafmann informava:

“O Kahal é o governo administrativo dos judeus e o Beth Dine é o tribunal judiciário introduzido pelo Talmud. A essas duas autoridades estão submetidos os judeus de todo o mundo, obrigados a executar cegamente suas prescrições... É um Estado oculto dentro de cada Estado...”³⁶

No ano de 1897, o Kahal teria realizado um encontro (congresso) na cidade de Basileia, Suíça. As deliberações tomadas pelos treze congressistas foram manuscritas e distribuídas, em forma de ata, a cada um dos participantes. Tratava-se de um detalhado plano a ser posto em prática, internacionalmente, visando concretizar as previsões bíblicas do Torah e as do Talmud.

³⁶ In: Gustavo BARROSO. **Os Protocolos dos Sábios de Sião**. 1ª reedição, Porto Alegre, Revisão Editora Ltda., 1989.

O referido documento, mundialmente conhecido como **“Os Protocolos dos Sábios de Sião”**, passou a ser conhecido por não-judeus no ano de 1902, quando Sérgio Nilus publicou a primeira edição em russo do terrível plano, sob o título de **“O Anti-Cristo como possibilidade imediata”**.

Inúmeras são as versões sobre como teria uma das cópias da ata de Basiléia caído nas mãos de Sérgio Nilus. A versão mais comum e convincente é a que afirma ter sido esta furtada de Theodore Herzl (um dos participantes do congresso de Basiléia). Conforme inúmeras obras, como a do francês Roger LAMBELIN e a do brasileiro Gustavo BARROSO, o próprio Herzl teria confirmado o furto através de carta endereçada à Comissão Sionista, no ano de 1901.

A obra foi reeditada por inúmeras vezes. O exemplar existente no catálogo público do Museu Britânico de Londres data de 1905. (Registro nº 3.926 – D/17)

O plano ou programa contido nos **“Protocolos”** não indicava apenas os objetivos sucessivos a conseguir; preconizava também os métodos e estratégias a serem adotados.

Antes de apresentarmos um resumo das estratégias escolhidas pelos congressistas de Basiléia, convém lembrar ao leitor que os **“Protocolos”** datam do final do século passado, época em que os jornais e as revistas eram os únicos meios de comunicação de massa existentes. O telefone e o telégrafo tinham alcance restrito, porque a propagação se fazia através de fio. O rádio se encontrava em fase experimental, e só iria desenvolver-se a partir de 1915. Portanto, nem de longe se poderia imaginar que o teor diabólico contido na ata do Congresso de Basiléia pudesse tornar-se exeqüível. Hoje, confrontando a realidade com os textos de um século atrás, percebe-se com absoluta nitidez que dificilmente outro plano de tamanha magnitude, engendrado pelo homem, tenha se cumprido com tamanha fidelidade.

Os judeus, como não poderia deixar de ser, negam-lhe a autoria. Tentaram, sem sucesso, provar sua falsidade em dois importantes julgamentos. Num deles, no do Cairo, não tiveram sucesso. No de Berna, obtiveram sucesso por curto espaço de tempo. Sentença prolatada em 14 de maio de 1935 declarou os **“Protocolos”** falsos. Todavia, o Tribu-

nal Suíço de Apelação Criminal anulou o julgamento de Berna, em 1º de novembro de 1937.

Não importa discutir o sexo dos anjos. O fato desse terrível documento copiar trechos de uma obra de Maurice Joly, pseudônimo do hebreu Moses Joel, não prova sua falsidade. Este argumento é tão absurdo como alegar-se que a Constituição brasileira de 1937 é falsa porque repete artigos da polonesa de 1935!

Eis um resumo das técnicas preconizadas pelos **“Protocolos dos Sábios de Sião”**, a fim de possibilitar aos judeus a concretização de suas aspirações bíblicas:

- Corromper a mocidade pelo ensino subversivo;
- Destruir a vida da família;
- Dominar as pessoas pelos seus vícios;
- Envilecer as artes e prostituir a literatura;
- Minar o respeito pela religião; desacreditar os sacerdotes, reverendos e pastores, espalhando contra eles histórias escandalosas; encorajar a alta crítica, a fim de corroer a base das crenças e de provocar cismas e disputas no seio da Igreja; renegar o passado, os Santos, as encíclicas papais e os atos praticados por seus homens ilustres;
- Propagar o consumismo desenfreado, as modas fantásticas e as despesas loucas, eliminando, gradualmente, a faculdade de gozar as coisas simples e sãs;
- Distrair a atenção das massas pelas diversões populares, jogos, competições esportivas, música alienante, teatro do absurdo, pornografia, etc., para impedi-las de pensar;
- Envenenar os espíritos com teorias utópicas e nefastas, a fim de provocar discórdia entre as classes;
- Arruinar o sistema nervoso das pessoas com barulheira incessante, a fim de stressá-las;
- Criar um clima de descontentamento universal e provocar o ódio e a desconfiança entre os povos e as classes sociais;
- Despojar a aristocracia das velhas tradições e de suas terras, gravando-as com impostos formidáveis ou desapropriando-lhes as propriedades;
- Substituir as pessoas de sangue nobre pelos homens de negócios, estabelecendo, por toda a parte, o culto ao Bezerro de Ouro;

- Empeçonhar as relações entre patrões e empregados pelas greves e “lockouts”, eliminando as possibilidades de acordo;
- Desmoralizar as classes dirigentes por todos os meios e provocar o furor das massas pela visão das torpezas estupidamente cometidas por elas;
- Permitir à indústria que estrangule a agricultura, levando os agricultores a abandonar a atividade agrícola e entregar-se à louca especulação;
- Bater palmas a todas as utopias, de maneira a meter os incautos num labirinto de idéias impraticáveis;
- Aumentar os salários sem vantagem alguma para o operário, majorando paralelamente os preços e o custo de vida, por intermédio da inflação;
- Fazer surgir incidentes que provoquem suspeitas internacionais; dar forma e vida aos antagonismos entre os povos; despertar ódios e multiplicar os armamentos ruinosos;
- Conceder o sufrágio universal, a fim de que os destinos das nações sejam confiados a gente sem capacidade de discernir entre o certo e o errado;
- Organizar vastos monopólios internacionais, a fim de que as economias nacionais sejam estranguladas;
- Destruir toda a estabilidade financeira, multiplicar as crises econômicas e preparar a bancarrota universal; concentrar todo o ouro do mundo nas mãos dos judeus; estagnar os capitais; suspender todos os créditos e provocar o pânico das bolsas;
- Esgotar a capacidade de resistência da humanidade pelo sofrimento, nagústia, incerteza e privações.

Como não poderia deixar de ser, os judeus negam a autenticidade desse plano diabólico. Surpreendente seria se admitissem. Por serem tidos como “falsos” pelas mentes entorpecidas, é que estão se realizando com a mais absoluta fidelidade aos originais.

Qual das estratégias enunciadas não vêm se concretizando?

Qualquer pessoa capaz de examinar os vários pontos contidos nos “**Protocolos**” verifica que eles coincidem exatamente com a realidade atual. Assemelham-se muito mais a uma **descrição** do que a uma **pre-**

visão. Exatamente um século depois da realização do Congresso de Basiléia, boa parte da humanidade continua a assistir o trem correr rapidamente em seus trilhos, cumprindo rigorosamente os horários e rumando para o destino sabido.

Para facilitar o entorpecimento dos goyns, os judeus se valem de inúmeros expedientes, dentre os quais destacam-se os seguintes:

- Açambarcamento dos principais órgãos de comunicação de massa do mundo inteiro;

- Controle dos principais órgãos financeiros (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, etc.);

- Controle de instituições secretas, como a maçonaria, os rosacruzes, o movimento Nova Era, etc.;

- Controle de Movimentos de Justiça e Direitos Humanos (B'nei Brith), Órgãos Não-Governamentais (ONGs), instituições ecológicas (Verdes e outras);

- Ação de Confederações e Federações Israelitas, com a finalidade de **“combater manifestações anti-religiosas e contra os judeus”**.³⁷

Já no ano de 1920, vários senadores norte-americanos denunciaram que inúmeros pontos dos **“Protocolos”** estavam plenamente confirmados e outros em via de realização. Um pouco antes, coincidindo com o término da Primeira Guerra Mundial, uma reedição da obra saíra das rotativas da casa Eyre e Spottiswoode, impressoras oficiais do Governo britânico (Casa da Moeda). Ante os protestos da imprensa judaica, o **“Times”** de Londres declarou que todos os contra-ataques dos judeus tinham se mostrado insuficientes para provar que eles nada tinham a ver com os acontecimentos. Alegou o jornal londrino que **“os defensores judeus passavam por alto o conteúdo textual do documento, alegando tão-somente ser ele apócrifo”**.

Esta, aliás, seria a tática empregada quando do julgamento de Berna.

Sobre os **“Protocolos”**, assim se posiciona Henry FORD:

“Esses “protocolos anônimos”, na sua maior parte em forma de manuscritos, copiados à mão, estudados minuciosamente nas chancelarias

³⁷ A apreensão de obras revisionistas e processos movidos contra o editor S. E. CASTAN foram de iniciativa desta instituição.

dos vários governos, entre cujos altos funcionários passavam de mão em mão, continuam a dar sinais de vida e tornam-se cada vez mais significativos e convincentes, graças à persuasiva clareza do seu conteúdo. Uma obra deveras admirável, se de fato se deve a um criminoso ou a um louco! A prova irrefutável de sua legitimidade, ela contém em si mesma; e nessa íntima força comprovadora, como bem diz o 'Times', deveria concentrar-se inteiramente a atenção pública. Entretanto, é justamente neste ponto que se inicia a manobra de dissuasão dos judeus."³⁸

A imprensa internacional nas mãos dos judeus, as finanças por eles controladas, as ideologias por eles difundidas (como o marxismo), os "jeitinhos" por eles inventados para ludibriar os incautos (como as sociedades anônimas), as leis elaboradas em seu favor (repetindo o Estatuto de Kalisz), a arte e a literatura prostituídas, o cinema e as novelas de televisão promovendo o ode à pornografia, à desestruturação da família e aos valores cristãos, a disseminação de seitas diabólicas (como a Nova Era), tudo se soma para comprovar que a existência de uma **conspiração organizada** não é fruto de alucinações, mas uma inexorável realidade, capaz de despertar as consciências adormecidas.

Como na década de 1920, quando Henry FORD denunciou a existência dessa **conspiração organizada** para a conquista do **mundo por parte dos judeus**, sem encontrar receptividade, ainda hoje, a maioria das sociedades continua ignorando o perigo. Para isso contribuem várias circunstâncias, mas principalmente os meios de comunicação de massa, manobrados segundo as necessidades ocasionais. Às vezes são utilizados como agentes de dissuasão, de alienação; outras vezes, como fontes de estímulo, de convencimento. Em todo mundo, sempre que alguma nuvem tolda o celeste céu judaico-sionista, a mídia é mobilizada e as populações recebem um bombardeio de informações/desinformações. A fábrica de sonhos e mentiras, que é Hollywood, está continuamente de prontidão para produzir belas histórias ("A Noviça Rebelde", por exemplo) ou terríveis dramas ("Shoa", "A Lista de Shindler", "Amor e Guerra", "War and Remembrance", por exemplo), a fim de levar as platéias a verter lágrimas pela **vítima de sempre** e a se mobilizarem contra o **vilão de sempre**.

³⁸ Henry FORD. Op. cit. p. 68/69.

O nazismo não representa na dicotomia “bem x mal” apenas o que parece. O nazismo representa todas as forças que combatem o judaísmo-sionismo. Os judeus nem chegam a disfarçar esta atitude: todos os que contrariam sua vontade ou denunciam seus planos são tachados de **nazistas** ou **neonazistas**! Em outras palavras, ou se está do lado dos judeus, a lhes bater palmas, e, portanto, com o “**bem**”, ou se está contra, e, conseqüentemente, mancomunado com o “**mal**”.

O método-matriz dos “**Protocolos**” pode resumir-se numa única palavra: **decomposição**. Destruição de todos os valores morais existentes, começando pelo Cristianismo, principal baluarte de resistência à dominação nos últimos vinte séculos. O primeiro ataque dirige-se sempre contra as opiniões coletivas, isto é, contra grupos de idéias que juntam as massas de seres humanos numa atitude política, religiosa, social e étnica. Sobre esse método, observa Henry FORD:

“Quem estudar o desenvolvimento da idéia de liberdade, tal como se manifestou na história da Rússia, do seu ponto de partida filosófico (criado pelos judeus Marx, Lênin, Trotsky, etc.), até o seu fim atual, poderá compreender facilmente esses processo.”³⁹

“**Há muito tempo já desacreditamos o clero dos infiéis, mas resta destruir-lhes a Igreja**” – diz o Protocolo 17. Esta estratégia encontra-se, hoje, prestes a concretizar-se, no caso dos cristãos não despertarem do torpor em que se encontram. (Em nossa obra “**O Cristianismo em Xequê**”, o tema é abordado em profundidade. No capítulo final da presente obra, intitulado “**JUDAÍSMO-SIONISMO HOJE**”, o leitor terá uma exposição sucinta do que está ocorrendo na época atual.)

A conspiração organizada não é recente. Ela recua no tempo e remonta ao ano 43 da era cristã, época em que o rei Herodes Agripa I reinava na Palestina. Havia decorridos apenas dez anos desde a morte de Cristo, mas as sementes por Ele plantadas começavam a germinar viçosas e davam mostras de que haveriam de transformar-se em árvores robustas.

³⁹ Henry FORD. Op. cit. p. 100.

Naquele ano, Hiran Abiud, conselheiro de Herodes Agripa I, elaborou um plano visando a destruição do Cristianismo nascente. Apresentou-o ao rei, alegando:

“Majestade, quando me dou conta de que os seguidores do ‘impostor’ Jesus estão aumentando seu número, e que estão tramando confundir o povo judeu com suas pregações, propus-me a elaborar e a submeter a vossa apreciação o estabelecimento de uma sociedade secreta, cujos objetivos seriam os de atacar esses perturbadores, valendo-nos de todos os meios que estiverem a nosso alcance.”⁴⁰

Nascia, assim, a “Força Misteriosa” – como resolveram denominar a sociedade secreta – que se espalharia por todas as sinagogas, e cuja primeira sede foi o Templo de Jerusalém.

Naquela época, apenas os fariseus e os sumos sacerdotes dispunham de tempo para educar-se. O rei e os dirigentes da “Força Misteriosa” difundiram a informação de que todos os que ingressassem na instituição iriam aprender o ocultismo e receber ajuda demoníaca. (Os judeus acreditavam que iriam todos para o Céu, mesmo que invocassem a ajuda de Satanás, pois como “povo escolhido” por Deus, tinham a salvação garantida.) No conceito do judeu iletrado o fato de obter a ajuda dos demônios para destruir seus inimigos ou obter ganhos fáceis, constituía-se em artifício que não poderia ser desprezado. Em pouco tempo, a instituição criada por Herodes Agripa I e Hiran Abiud ganhou uma multidão de adeptos.

Os nove cabecilhas da “Força Misteriosa” (Herodes Agripa I, Hiran Abiud, Mohab Levy, Johanan, Antipas, Jacob Abdon, Salomon Aberon, Adoniran e Ashad Abia – segundo Awad KHOURY (Op. cit. p. 25) –, apropriaram-se dos segredos da instituição, incluindo os seus objetivos, planos, estratégias de ação. Dos demais exigiu-se a obediência cega. A primeira cerimônia ritualística a que se submetiam os iniciantes era um juramento de fidelidade, em que se comprometiam a “combater todos aqueles que seguiam os ensinamentos do ‘impostor Jesus’, matando-os se fosse preciso”. O perjúrio, a indisciplina e a traição eram punidos com a morte.

⁴⁰ Awad KHOURY. *A Origem da Maçonaria*. México, Ver. Gaudze, s. d., p. 23.

De sua fundação, em 43, até o ano de 70, quando os romanos tomaram Jerusalém, destruíram o Templo, e obrigaram os judeus sobreviventes a emigrar, a “Força Misteriosa” ceifou a vida de milhares de cristãos, na vã tentativa de liquidar com o Cristianismo.

Por onde quer que se instalaram os judeus, a “Força Misteriosa” foi revivida. Durante a Idade Média ela esteve mais vigorosa do que nunca. O satanismo, naquela época, ganhou grande intensidade. A “missa negra”, os sacrifícios rituais, às ofensas à Hóstia Sagrada, à Virgem Maria e ao Filho de Deus eram atos freqüentes, combatidos intensamente pelos agentes do Santo Ofício.

Awad KHOURY, em “**A Origem da Maçonaria**”, afirma que os judeus sempre foram peritos em enganar mediante o truque da troca de nomes. Assim, a palavra “Franco-Maçonaria” substituiu em determinado momento a milenar “Força Misteriosa”. Franco-Maçonaria não passou de um simples plágio à custa da União Italiana de Arquitetos existente desde o século XII. Os continuadores da “Força Misteriosa” formaram um monograma com instrumentos próprios do arquiteto e colocaram, ao centro, a letra “G”, de God (Deus). O autor dessa mudança de nome foi o judeu Joseph Levy (1655-1717) que, segundo Awad KHOURY, herdara um manuscrito contendo os princípios e doutrina da “Força Misteriosa”. Eis como se originou a Maçonaria, filha direta da “Força Misteriosa”, e que com o correr do tempo se ramificaria: Inglesa, Escocesa, Templária, Holandesa, Alemã, Francesa... De acordo com Gustavo BARROSO (**História Secreta do Brasil**), Vol. 3, p. 4), de sementes caídas do tronco principal da árvore maçônica, nasceram arbustos mais ou menos independentes, como o Iluminismo e os Rosa-Cruzes. (Estes últimos surgiram na Alemanha entre 1614 e 1616.)⁴¹

Tal como ocorria em relação à “Força Misteriosa”, os maçons, mesmo os Presidentes de Loja, mesmo os que galgam o grau 33 e pensam ter conquistado o galardão máximo, continuam escravos de ordens superiores, emanadas da bruma, do desconhecido. É claro que esta “bruma” não é tão densa como parece, e tampouco são desconhecidos

⁴¹ Consultar a obra “**Enciclopédia do Sobrenatural**”, de Richard CAVENDISH, publicada pela L&PM, Porto Alegre, 1993, p. 406-412 e **História Secreta do Brasil** (6 vol.), publicada pela Revisão Editora, Porto Alegre.

os centros donde emanam as ordens que comandam a Maçonaria. Muitas obras têm denunciado estas fontes de controle, inclusive escritas por judeus horrorizados com os malefícios causados por seus irmãos. A própria Virgem Maria, através de manifestações realizadas nos Estados Unidos, denunciou a Maçonaria como instituição diabólica, a serviço da causa judaica. (Quem desejar inteirar-se de detalhes, escreva para “The Cross and the Flag” – P. O. Box 27895, Los Angeles, Califórnia, 90027.) Nossa Senhora não apenas confirmou a subordinação da Maçonaria aos judeus, como atestou a autenticidade dos “Protocolos dos Sábios de Sião”, afirmando que o plano de conquista do mundo, urdido pelos judeus, foi inspirado pelo próprio Lúcifer. (Será a Virgem anti-semita?)

Inúmeras revelações de Nossa Senhora, ocorridas em Bayside, nos Estados Unidos (os interessados devem escrever para Box 712, St. Louis, Missouri-USA, 63188), dão conta de que a Maçonaria se apoderou do Vaticano, desde meados da década de 1960, e que hoje a Igreja não passa de um brinquedo dos judeus. Prepara-se o terreno político para que um cardeal que se diz “judeu convertido” assumo o Vaticano. Prepara-se uma repetição da intentona de 1130-1143 quando os anti-papas judeus Anacleto II e Victor IV ocuparam o Trono de São Pedro e quase destruíram a Igreja. Confirmam este risco tanto os sinais do mundo temporal quanto o Apocalipse, os grandes profetas e a própria Virgem Santíssima em recentes e freqüentes revelações.

A Maçonaria foi responsável por muitos fatos históricos de trágicas conseqüências. A Revolução Francesa de 1789, por exemplo, foi obra sua. Em um único dia, duas mil freiras foram guilhotinadas pelo simples fato de praticarem o Catolicismo. Em frente à Catedral de Notre Dame, em Paris, encontra-se o monumento que recorda essa atrocidade, e que constitui uma acusação permanente contra os maçons.

A Maçonaria-mãe, de Joseph Levy, tinha por objetivo principal a destruição do Cristianismo; A Maçonaria-filha alargou suas metas: além da luta de vida e morte contra os seguidores de Jesus, passou a solapar todos os sistemas de governo, sejam eles ditatoriais ou liberais, monárquicos ou presidencialistas. A meta é a implantação de um governo mundial único, sob a égide do anticristo. Os **“Protocolos dos Sábios de Sião”** contêm os mínimos detalhes deste plano.

As ações da Maçonaria-mãe chegaram ao Brasil e transformaram a sua História. Os maçons e os filo-maçons procuram dimensionar positivamente essa participação, mas a realidade é bem outra. (Consultar a obra **“História Secreta do Brasil”**, de Gustavo Barroso.)

Sobre a maçonização do Vaticano, além do estabelecido no Concílio III de Jerusalém, realizando no ano 57 (26 de agosto a 19 de setembro), sob a chefia de São Pedro, com a participação dos Apóstolos e de um grande número de prelados, quando **“se declarou a ruptura total da Igreja de Cristo com a apostasia judaica, ou sinagoga de Satanás, e com todas as instituições e/ou organizações a ela ligadas”**, há que considerar o teor do **Canon 2335**, que estabelece: **“Aqueles que se unem a seita maçônica ou a qualquer outra sociedade secreta incorrem, ipso facto, em excomunhão.”**

De 14 de agosto de 1957 a 2 de abril de 1970, nada menos do que 11 (onze) cardeais tinham ingressado na Maçonaria: Sebastiano Baggio (14 de agosto de 1957), Ciorenzo Angelini (14 de outubro de 1957), Levi Virgílio (4 de julho de 1958), Alessandro Gottardi (15 de agosto de 1958), Virgilio Noe (3 de abril de 1961), Annibale Bugnini (15 de agosto de 1962), Franco Biffi (12 de janeiro de 1963), Lienart (15 de outubro de 1963), Mario Brini (13 de julho de 1969), Mario Rizzi (16 de setembro de 1969) e Pio Vito Pinto (2 de abril de 1970).

Em setembro de 1978 esta lista inicial, incluindo bispos e altos prelados além dos cardeais, tinha aumentado para 124 (cento e vinte e quatro). Incluía praticamente a íntegra dos dignitários no exercício dos mais importantes cargos do Vaticano. Foi de um Sacro Colégio Pontifício assim constituído que emergiram os verdadeiros achincalhes intitulados **“Nostra Aetate”** e **“Novus Ordo”**.

São Pedro e os Apóstolos haviam consagrado no Concílio III de Jerusalém: **“Se declarou a ruptura total da Igreja de Cristo com a apostasia judaica, ou sinagoga de Satanás, e com todas as instituições e/ou organizações a ela ligadas”**. A **“Nostra Aetate”**, integrante do Concílio Vaticano II, afirmava que São Pedro e os Apóstolos estavam equivocados: **“A Igreja deplora os ódios, as perseguições, as manifestações anti-semitas contra os judeus em qualquer época e por qualquer pessoa.”** Esta expressão **“qualquer pessoa”** deplora não apenas as decisões tomadas por São Pedro e os Apóstolos, mas

também as de dezenas de Papas, muitos deles santificados, que combateram a heresia judaica através do Santo Ofício (Inquisição).

Deplorar – verbo usado pelos mentores da “**Nostra Aetate**” – significa “lamentar com profundo sentimento de piedade, dó ou dor; lastimar-se, queixar-se, prantear”.

Em outras palavras, significa afirmar que **a Inquisição foi um erro, um desvio da Igreja**. Significa retirar do altar da veneração mais de uma dezena de Santos que se notabilizaram no combate às heresias e à sinagoga de Satanás, jogando-os no inferno onde penam os criminosos!

Os resultados desta traição ao passado da Igreja está produzindo resultados que saltam aos olhos de qualquer observador, mesmo dos menos perspicazes. No Brasil, talvez o maior país católico do mundo, as igrejas se esvaziam enquanto os templos Evangélicos se multiplicam e se enchem de fiéis que abandonam a religião de seus ancestrais.

Em edição de 1º a 7 de dezembro de 1996, a “**Folha Universal**”, semanário com tiragem de **940 mil exemplares**, notificava em manchete de capa: “**UNIVERSAL INAUGURA UMA IGREJA POR DIA**”.

Eis o resultado da **CONSPIRAÇÃO ORGANIZADA** que se encontra em pleno curso, apesar das negações veementes dos conspiradores e dos filo-semitas infiltrados no cerne da Igreja, sob a capa da Maçonaria.

Mas já não é apenas a Maçonaria-mãe, de Joseph Levy, que dá as cartas. A Maçonaria-filha tem objetivos mais ambiciosos, como já se afirmou. Seus mentores não mais se contentam em destruir a Igreja Católica. Querem mais. Aproveitam a demolição de todos os governos para que possam dominar o mundo inteiro. Para isso, seguindo fielmente o que foi traçado nos “**Protocolos**”, dominaram os meios de comunicação de massa, aproveitando-os para incitar a ira das pessoas por meio de doses diárias de informações deformadas. As diferenças religiosas, raciais, culturais e políticas, acompanhadas de comentários sobre atos de barbárie, de discriminação e violências contra minorias, são o ingrediente para suscitar a atitude beligerante das massas. (O episódio em que um bispo da Igreja Universal teria chutado, em público, a imagem de Nossa Senhora, foi amplamente divulgado não porque feriu a

susceptibilidade dos dirigentes dos órgãos sensacionalistas, mas tendo em mira desencadear uma “guerra religiosa” entre Católicos e adeptos da Igreja Universal do Reino de Deus. Os instigadores – Rede Globo e SBT, por exemplo – compõem o batalhão de choque dos candidatos a dominadores do mundo; a primeira é capitaneada pelo grupo “Time & Life” e a segunda por Senor Abravanel (Sílvio Santos), ex-camelô, hoje milionário. (“Tuto buona gente” – como dizem os italianos quando se referem aos integrantes da Máfia ou da Camorra). Para infelicidade dos instigadores, católicos e evangélicos não morderam a isca e a “guerra santa” deu em nada.

O Governo brasileiro conduz a economia do País em marcha batida para a subordinação ao capital internacional. O que se construiu a custo em cinco séculos, está passando às mãos de estrangeiros num passe de mágica. Houdini estremece de vergonha em seu túmulo. A estratégia dos que se assenhoram das grandes empresas brasileiras é a mesma dos que se apoderaram das plantações canavieiras e dos engenhos nordestinos brasileiros durante o século XVI. Por volta de 1577, depois de ter proibido por algum tempo a vinda de cristãos-novos (judeus) para o Brasil, D. João III revogou a proibição, subornado pelo Kahal de Lisboa pela soma de 25 mil cruzados. Os pioneiros da agroindústria açucareira tinham se endividado devido aos altos custos das instalações, dos transportes e da dificuldade de mão-de-obra (os indígenas tinham se revelado inaptos ao trabalho sedentário). Vieram os credores aos borbotões apoderar-se do que fora plantado e construído pelos pioneiros. Receberam o espólio como pagamento das dívidas ou mediante um custo quase que simbólico. (Consultar **“História Secreta do Brasil”**, Vol. I, de Gustavo BARROSO.)

Hoje se repete a estratégia e os compradores são os mesmos do século XVI. Ao invés de moeda sonante, pagam com “dinheiro podre”: títulos da dívida brasileira para com os credores internacionais. Títulos que Nathan Rothschild começou a acumular quando o Brasil comprou o reconhecimento de sua Independência. Títulos que já foram pagos pela sangria dos juros exorbitantes, mas que continuaram, misteriosamente, nas mãos dos credores. Vez por outra, algum político desmancha-prazeres traz à tona a questão da dívida externa brasileira. Propõe que seja reexaminada, revisada, balanceada... O resultado todos conhe-

cem. A grita é como tormenta de verão. Vem e se vai com a rapidez do corisco. Há “fórmulas” infalíveis para calar a voz dos oponentes. A mais corriqueira é a que garantiu a aprovação da emenda constitucional que oportuniza ao atual Presidente pendurar-se na teta por tempo indeterminado, como o bicho-preguiça. (Se os brasileiros vão repetir o erro nas urnas é um outro caso.)

O que se nota hoje, em relação ao passado, é que as preocupações com as “camuflagens”, com o ludíbrio da opinião pública, estão sendo dispensados. Ri-se às escâncaras das massas que esboçam protesto contra o entreguismo. (Quem não se lembra do riso sardônico de Kadir quando da venda da Vale do Rio Doce?)

A ganância é tanta que às vezes o tiro sai pela culatra.

Quem não se lembra da corrida de Israel e dos judeus em disputa do **“ouro dos nazistas”**, depositado nos bancos da Suíça? Especulava-se em torno da existência de barrotes e mais barrotes fundidos com jóias e dentes dos gaseados. Pois, eis que agora o Governo suíço vem de revelar a lista de titulares dessas contas inativas desde o final da Segunda Guerra. Surpresa mais do que desagradável para os gananciosos. Em meio a não mais do que duas dezenas de “nazistas”, aparecem espanhóis, residentes em Xangai, Ekaterinburgo e Restov do Dom... Mas o pior mesmo foi a constatação do predomínio de depositantes judeus que **“não morreram no Holocausto”** como fora apregoado, mas estavam, segundo informações da lista, **domiciliados nos Estados Unidos!**

Eis o que acrescenta de interessante a notícia (In: **Diário Popular**, 25/julho/1997, p. 20):

“Vinte e quatro horas depois da publicação, em 60 jornais e na Internet, de dois mil nomes, a presença nesta lista de ex-nazistas, ex-franquistas, de um colaborador da Alemanha hitlerista ou de pessoas que não residiam no continente europeu durante a guerra poderia criar uma nova polêmica.

Em Genebra, certos bancos já criticaram seus colegas por não terem rastreado severamente os nomes constantes da lista.

O jornal suíço “Neue Zuercher Zeitung” destaca que certo número de possuidores de contas ou poderes sobre elas estavam, segundo a lista, domiciliadas nos Estados Unidos, pessoas que **‘certamente não morreram no holocausto’.**”

Como foram descuidados os suíços! Tornaram a emenda pior do que o soneto, como diz o velho adágio. Pelo menos, agora, aqueles que reclamavam a posse do “ouro dos nazistas” terão de dar explicações.

Esta notícia certamente não será veiculada pela maioria dos jornais brasileiros e muito menos pelos canais de televisão. Na época em que Israel e os judeus se deixaram ofuscar pela possível existência de uma grande quantidade de “ouro dos nazistas”, o noticiário era farto. Tinha o objetivo de mobilizar a opinião pública mundial a favor de tão **“nobre causa”**: a de permitir que os postulantes se apossassem da fortuna depositada nos bancos suíços. Agora, a coisa mudou de figura. O melhor que há a fazer é impedir que a verdade venha à tona.

Isto, aliás, não é nenhuma novidade.

Em meados de julho passado, ligamos a televisão para assistir o **“Jornal Nacional”**. Pela manhã (17/07/1997), havíamos lido no **“Correio do Povo”** que uma rede de televisão peruana estava orquestrando uma campanha de desmoralização do Governo Fujimori. Em nosso vizinho, o Peru, Governo e uma empresa privada de comunicação de massa – a TV Freqüência Latina, travavam uma queda-de-braço para ver quem tinha mais farinha no saco na tradicional luta pela conquista da opinião pública. A notícia deixava bem claro para quem pendia o fiel da balança. O povo peruano, em grande número, saía às ruas, insuflado pelo superpoder existente dentre do Estado, a bradar: **“Baruch”** (judeu naturalizado, proprietário da TV Freqüência Latina) é peruano, Fujimori é japonês!” Dois ou três dias depois, outros órgãos de imprensa noticiavam: **“Novos Ministros empossados no Peru”**.

O **“Jornal Nacional”** não abriu um segundo sequer de espaço para noticiar a crise em curso no Peru. Além dos acontecimentos de suma importância que se desenrolavam no país vizinho, em diversos estados brasileiros crescia a inquietação originada pela reivindicação de melhoria salarial por parte dos policiais civis e militares. Neste caso, outro assunto de interesse para todos os brasileiros, o noticioso inseriu nada mais do que rápidos **“flashes”**, destacando as providências governamentais contra os grevistas, sem preocupar-se em questionar, em momento algum, a situação angustiante da outra parte.

Em contrapartida, paralelamente a esses acontecimentos, o noticiário da Globo passou a dedicar preciosos minutos para veicular o assassinato, em Miami, do estilista italiano Giani Versace, ilustre desconhecido para mais de 99,9% dos brasileiros, os quais estavam pouco ou nada lixando para o assunto.

Eis a estratégia do embuste, da “distração das massas com futilidades”!

Com relação ao “affair” peruano, ninguém desconhece que a Globo vem se notabilizando por colocar, apoiar e/ou derrubar governos. O Sr. Roberto Marinho, testa-de-ferro do **Grupo Time & Life** (de conformidade com Daniel HERZ – **A História Secreta da Rede Globo** e outras fontes), apoiou a ditadura militar até percebê-la divorciada do apoio popular e incapaz de atender aos seus interesses. Saltou da barca na hora certa, salvando-se do naufrágio com ares de “**Salvador da Pátria**”. Tramou contra a eleição de Brizola, sonegando e falsificando informações, como denunciaram produtores de um filme em que comparam a “raposa brasileira” ao famoso personagem criado por Orson WELLES – “Cidadão Kane”. (Na época, o então diretor do “**Jornal Nacional**”, por não concordar com as falcatuas, pegou o boné e foi cantar noutra freguesia.) O grande homem de comunicações, antinacionalista comprometido com a globalização à toque de caixa, não podia permitir que Lula ou Brizola se elegessem Presidentes, acabando com suas regalias ou, como o dito vulgar, “cortando-lhês a crista”. Tirou da manga – como grande mágico que é – o trunfo Fernando Collor. O Governador de Alagoas, jovem, rompante, “emérito caçador de marajás”, recebeu do Sr. Roberto Marinho uma Presidência de mãos beijadas. Coube ao tempo demonstrar que, como no caso de Frankenstein, a criatura logo escapou ao controle do criador. “Oh! Filho ingrato!” Deve ter dito o Cidadão Kane tupiniquim para seus botões: “Tal como te fiz, oh! esconjurado, tenho poder suficiente para passar-te uma rasteira.” E foi o que fez sem guardar qualquer remorso pelo mal que causou ao povo e à desnaturada criatura. (Considerando-se os baixíssimos índices de preferência do eleitorado, alcançados por Collor no início da campanha e o fato de ter sido lançado por um partido sem projeção alguma, é impossível negar que o superpoder do Sr. Roberto Marinho é capaz de levar de roldão todo e qualquer adversário dentro deste pobre

Brasil. Após a denúncia, comentou-se que Collor tinha planos para acabar com o terrível poder da Globo, e que estaria prevista inclusive a prisão do grande cacique. Como ocorrera em relação aos militares do período ditatorial, o Sr. Roberto Marinho comprovou que suas “paixões” são tão efêmeras como as dunas da orla marinha. Decepcionado com a criatura Collor que fugiu do seu controle, tratou de engendrar outra. Desta vez, os adversários eram, em tese, os mesmos de antes: Lula e Brizola. Ruminando sobre conveniências e possibilidades, escolheu como “apadrinhado” a Fernando Henrique Cardoso. O dito cujo possuía um passado que contrariava a ideologia do “padrinho”, pois tinha escrito uma dezena de obras tidas como “esquerdistas” e defendido acerbamente as idéias socialistas, tanto é assim que se homiziara no estrangeiro durante boa parte do Governo militar. Mas o Sr. Roberto Marinho sabia que o trêfego FH rezava na mesma cartilha de outros esquerdistas da época – como Chico Buarque de Hollanda Caetano Velozzo, por exemplo – que se diziam marxistas, mas continuavam vivendo como nababos, propondo que para reduzir os índices de pobreza se repartisse a coisa alheia. Estava coberto de razão a eminência parda do poder. Assim que tomou posse, FH esqueceu de tudo o que havia escrito e discursado ao longo da vida, deu uma banana para as questões de cunho social, e revelou-se, como imaginara seu criador, um emérito repartidor da coisa alheia. Mas a “coisa alheia” repartida – no caso as grandes empresas nacionais, construídas e desenvolvidas com anos e anos de sacrifício e labor dos brasileiros, não estão indo parar nas mãos dos necessitados e tampouco revertendo em benefício deles. Kandir não sorri porque a venda da Vale do Rio Doce aumentará a ração dos miseráveis ou dará abrigo aos milhões de sem teto. Seu riso sardônico traduz a satisfação pelo sucesso de Steinbruch & Rabinovich.

A omissão de informações sobre a crise peruana se dá por guardar ela estreita relação de similaridade com fatos recentes da realidade brasileira. Lá, tal como aqui, uma poderosa rede de televisão, **dirigida por judeus**, comprova que o poderio superestatal representa uma força formidável, capaz de pôr e depor governos. Não convém que o povo brasileiro se ponha a refletir criticamente. Importa mantê-lo preocupado em saber quem matou o estilista italiano Giani Versace.

A sonegação de notícias sobre as greves e movimentos reivindicatórios, que se espalham por todo o país, semeando a insegurança e trazendo intranquilidade à nação, devem-se à desesperada tentativa de sustentar a falácia de que está tudo bem no feudo administrado por FH sob o monitoramento do Sr. Roberto Marinho. Os resultados das pesquisas encomendadas a fim de ludibriar os incautos, começam – quando analisadas em seus números verdadeiros, a trazer preocupações para o fabricante de Presidentes. Como ele não é dado à fidelidade, mantendo-a enquanto dure a conveniência, começa a dar início à fase do namorico. Muitos já o viram piscando olhos para Jayme Lerner. (Não é à toa que a Globo tem apresentado Curitiba como a melhor cidade do Brasil.)

O Presidente Fernando Henrique, cujo cavalo de batalha é o Plano Real, lançado pelo Presidente Itamar Franco, mas do qual, mesmo tendo assumido o ginete andando, assumiu a paternidade, tende a fazer água logo ali. Como sustentar indefinidamente os contínuos déficits da balança comercial? Qualquer pessoa de mediana inteligência sabe que é impossível prolongar no tempo gastos maiores do que as entradas. Pois esta situação vem sendo sustentada com a venda de empresas nacionais. Atrás de tudo o que já passou às mãos do capital internacional – incluindo a CRT, a Companhia Siderúrgica Nacional, Embraer, Usiminas, Cica, Lacta, Light-Rio, Fertisul, Refripar, Telefonia Paulista do Nordeste, a Vale do Rio do Doce, etc., virão outras vendas: bancos estaduais, Banco do Brasil, Petrobrás... Vai chegar época em que nada mais teremos a vender. (É como se uma família, para equilibrar receita e despesas se desfizesse primeiro do supérfluo e depois do indispensável: ar condicionado, forno de microondas, freezer, máquinas de lavar, televisão, geladeira, rádio, fogão, dormitório...)

Num piscar de olhos, o que se construiu e desenvolveu em cinco séculos não será mais nosso. Viveremos da boa-vontade e estado de humor dos novos senhores da terra, os quais para aqui vêm com a intenção única de colher lucro. Quando uma empresa pertence ao Estado, este pode implementar políticas sociais, aumentando o nível de emprego, abrindo sucursais onde haja mão-de-obra ociosa, distribuindo a produção, enfim, agindo segundo as necessidades sociais.

Para a empresa privada – e muito mais para aquelas que não têm ligação com a nacionalidade do país em que se instalam, as preocupações dessa natureza não existem. Uma unidade pode ser desativada aqui (gerando desemprego) para ser instalada ali, desde que isto lhe traga benefícios estratégicos ou pecuniários. O resto é balela, conversa para boi dormir – como ensina o linguajar gaúcho.

É lógico que a política entreguista de FH deveria gerar descontentamento por parte daqueles que não bebem água servida pelos órgãos de comunicação colocados a serviço do capital estrangeiro, mas que preferem ir ao poço servir-se eles próprios. Uns tentam a via legal do embargo através da Justiça. Outros tentam a tribuna. Mas nada é capaz de deter a marcha batida dos lesa-Pátria. O Presidente Getúlio Vargas, em vão alertara em sua carta-testamento:

“Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.”

Na mesma carta-testamento, ele afirmara: “À campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se a dos grupos nacionais, revoltados contra o regime...”

Talvez em razão da inutilidade de todas as medidas impeditivas ao descarado entreguismo, foi que a Professora Eliane perdeu a paciência e disse o que muitos brasileiros, se tivessem oportunidade, gostariam de dizer:

“– O Brasil é um país de merda, com seus governantes de merda, que venderam a Vale a um judeu safado e sem pátria!”
(Vide Anexo 3)

O JUDAÍSMO NA RÚSSIA E UNIÃO SOVIÉTICA

Os primeiros imigrantes judeus a se instalarem em território russo, chegaram à Ucrânia provenientes da Polônia. Tinham sido expulsos dali, entre os anos de 1420 e 1464, não tanto pelo governo, mas principalmente pelo povo. Segundo Marcos MARGULIES (op. cit. p. 48), “enquanto os nobres se empenhavam para que os judeus não fossem expulsos, os burgueses não concordavam que eles permanecessem nas cidades”. Como a vontade da nobreza se impunha à da sociedade majoritária, os poloneses decidiram a questão à revelia do governo. Em 1420, os judeus foram massacrados em Kalisz; em 1445, em Bochnia; em 1454, em Varsóvia; em 1455, em Cracóvia; em 1464, em Poznan.

Os sobreviventes emigraram para a Ucrânia greco-ortodoxa. Ali, os judeus escoraçados do território polonês acabaram se reencontrando com seus desafetos. Ocorre que o campesinato enfrentava situação de miséria no reino de Casimiro IV. O feudalismo, findo no Ocidente, ressurgia na Polônia, denominada “*infernus rusticorum*” (inferno dos camponeses). Tal como ocorrera com os judeus urbanos, os camponeses maltratados, escravizados e famintos, fugiram em massa para as vastas e despovoadas estepes da Ucrânia.

Os tártaros que haviam ocupado a Ucrânia durante o século XIII tinham sido expulsos pelos cossacos (eslavos) e o solo fértil da região produzia cereais e outros vegetais em abundância, atraindo milhares de camponeses oriundos da Polônia.

Enquanto o imigrante polonês mourejava de sol a sol na lide agrícola, ocupando as zonas rurais, o imigrante judeu tratava do que sabia fazer:

“Na Ucrânia, os judeus se tornaram arrendatários dos bens produtivos e das fontes de fruição de rendimentos. Arrendavam moinhos, destilarias, alambiques e tabernas; cobravam impostos sobre bebidas alcoólicas; cuidavam dos pedágios e recebiam taxas aduaneiras. Enquanto os monarcas dos países europeus participavam de intermináveis debates parlamentares, os judeus os representavam na Ucrânia, na Polônia, na Podólia, na Volínia, na Lituânia, gerindo seus bens, negócios e fazendas e até aplicando sanções...”⁴²

Isto significa dizer que os judeus recém-chegados à nova terra, trataram de açambarcar o controle da economia local, assumindo os mesmos encargos que exerciam na Polônia. As razões que determinaram os pogrons realizados em Kalisz, em Bochnia, em Varsóvia, em Cracóvia e em Poznan, não surtiram outro efeito senão o de obrigar os exploradores a mudar de endereço!

Os poloneses que haviam emigrado da terra-natal a fim de fugir dos escorchadores, defrontaram-se com eles no novo lar.

O resultado não poderia ser outro: novos pogrons, novas violências contra os infelizes “**bodes expiatórios**”. Na primavera de 1648, o ataman cossaco Bohdan Chmielnitski reuniu alguns batalhões, formados por cossacos, ucranianos e agricultores poloneses, e lançou-se contra a Polônia, cuja nobreza vinha investindo sobre fazendas da Ucrânia e explorando-as por meio de seus mandatários judeus.

Os judeus não compreendiam as razões do furor que mais uma vez se levantava contra eles. “Os sábios judeus perscrutavam os desígnios divinos para encontrar a causa da violência. Acreditavam que o sofrimento apocalíptico que lhes era inflingido anunciava a futura vinda do verdadeiro Messias. Ao esperá-lo, compunham elegias e preces pelos mortos e instituíam novos dias de jejum... Considerando-se vítimas, não conseguiam analisar friamente as razões da violência física que os atingia, nem as libertadas energias, antes refreadas, dos cossacos...”⁴³

⁴² Marcos MARGULIES. Op. cit. p. 50/51.

⁴³ Marcos MARGULIES. Op. cit. p. 66.

Só há uma justificativa para os judeus raciocinarem dentro desta ótica: tomavam o Talmud ao pé da letra. Acreditando que o Senhor Deus lhes reservara o direito de explorar aos outros povos, e que, em consequência, a reação dos explorados era conduta que contrariava os desígnios do Altíssimo! Pode a besta corcovear e escoucear a quem lhe põe cangalha?

“O sêmen de um goyn tem o mesmo valor que o de uma besta.”
(Kethuboth, 3b)

Dizimados uns, fugitivos outros, os judeus foram varridos da Ucrânia, seguindo o destino errante de “**bodes expiatórios**”. Emigraram uns para São Petersburgo (futura Leningrado), outros para Moscou. Muitos foram parar na Armênia, na Geórgia, na península da Crimeia.

MERGULIES, autor judeu, relata:

“A um arrendatário judeu, que chamava atenção por sua corpulência, os cossacos abriram o ventre e cortaram a gordura, introduzindo-a na boca ao excluir: ‘Aqui tens a gordura que adquiriste com o trabalho de nossas mãos!’ ...”⁴⁴

Pode-se afirmar que o remédio aplicado tenha sido bárbaro, como a Lei de Talião, mas não que o motivo alegado fosse falso.

MARGULIES revela que, na reação cossaca-ucraniana 400 mil judeus foram mortos e 700 comunidades destruídas.

A título de curiosidade, convém informar que Kiev, a atual capital da Ucrânia, exibe, com orgulho, um monumento de Bohdan Chmielnitski! Uma ordem militar da extinta União Soviética levava o nome do libertador da Ucrânia, do cossaco responsável pela morte de 400 mil judeus e pela expulsão de outros tantos.

Quando o furacão comandado por Chmielnitski varreu os judeus do território ucraniano, os que sobreviveram à chacina além de emigrar para outros locais da Rússia, voltaram aos magotes para a Polônia. Já não tinham, agora, o beneplácito da nobreza e por isto dispersaram-se pela aldeias e cidades iniciando um comércio diminuto e o artesanato

⁴⁴ Idem. p. 67.

familiar. Tornaram-se curandeiros, envolvidos pela auréola de magia que os cercava; montaram tabernas, formaram conjuntos ambulantes, mascatearam roupas e objetos usados.

O judeu regresso da Ucrânia não possuía mais riquezas e já não interessava à nobreza. Esta, quando tomava empréstimos, buscava socorro nos judeus de Paris e de Roma.

Designados por nascimento como grupo à parte, situados dentro de valores hierárquicos preestabelecidos e culturalmente distintos, os judeus passaram a constituir uma casta. E como toda a casta, eles próprios se consideravam como elementos homogêneos, hereditariamente distintos como coletividade. Possuíam ocupações especializadas, vestuário específico, local de residência apartado (gueto – do italiano “ghetto”), língua diferente (ídiche), uma série de símbolos reais ou fictícios que identificavam o membro do grupo como tal. Certos padrões de comportamento e de mentalidade eram esperados dos judeus, e eles correspondiam à expectativa.

No final do século XVIII, a Rússia ao anexar a Polônia, a Ucrânia e a Lituânia, integrou em seus domínios os judeus residentes naqueles territórios.

Certamente que o czar desconhecia o risco a que estava se expondo. No início do século XX, protelando medidas que se faziam necessárias, principalmente depois que Sérgio Nilus divulgou a primeira edição dos “Protocolos” (1902), o czarismo assinou seu atestado de óbito. Nicolau II, que reinou de 1894 a 1917, foi – segundo seus biógrafos – uma personalidade fascinante e bem intencionada, mas um político fraco e inseguro. Ele e os membros de sua família pagaram com a vida pela omissão. Anos mais tarde (1953), o “Homem de Aço”, Joseph Stálin, deu-se conta do ninho de vespas que rondava o Governo Soviético, movendo-se às sombras. Tratou de tomar urgentes medidas profiláticas. Uma comissão especial por ele nomeada, em fevereiro de 1953, planejou a tarefa de remover para a Sibéria os 3,5 milhões de judeus residentes na União Soviética. A drástica medida tomada contra os eternos “**bodes expiatórios**” tinha uma razão de ser. No início de janeiro de 1953, nove médicos da clínica do Kremlin, **todos os judeus**, foram acusados de terem causado, deliberadamente, a morte de dois importantes chefes do Partido – Zhdavov e Sherbakov. O inquérito orde-

nado por Stálin desvendara um plano sinistro em pleno curso: estavam marcados para morrer, em cumprimento de decisão do Kahal, os marechais Vashilevski, Govorov, Chtemenko, Konev e mais de uma dezena de altos próceres do Governo Soviético. Não pairavam dúvidas acerca da grande conspiração em marcha, urdida pelos judeus, a fim de asse-nhorar-se do poder.

Os planos para a execução do expurgo foram apresentados a Stálin no decorrer da última semana de fevereiro de 1953. A última providência seria a ordem para desencadear a operação. Stálin pretendia oficializá-la em 3 de março. Eis que a “mão do destino” age mais rápida: em 1º de março, Stálin sofre um “derrame cerebral” e vem a falecer cinco dias depois. Assume Nikita Krushev, um judeu, e o pretendido expurgo é transferido para as Calendas gregas.

A imprevidência e a omissão constituem a regra geral nessas circunstâncias. A simples denúncia é tachada de anti-semitismo, de discriminação e intolerância contra os judeus. Eles sempre foram vítimas gratuitas da incompreensão dos povos. Jamais deram motivos para reações. Procuraram assimilar-se aos hospedeiros sem segundas intenções. Nas ene vezes em que foram expulsos, ~~massacrados~~, ~~escorraçados~~, considerados personas non gratas, não foram mais do que “**bodes espi-atórios**”...

Morto Stálin, entronizado Krushev, rei deposto, rei posto, tratou-se de destruir a imagem nefanda. A imprensa soviética, concentrada 100% nas mãos de judeus (vide “**O Judeu Internacional**”, de Henry FORD, p. 148), transformou o “Homem de Aço”, o “Pai da Rússia”, o “Líder Invicto” em pó de traque. Enquanto nos servia o homem era bom, a partir do momento em que nos foge do controle, é a encarnação de Satanás – foi o que decidiram os judeus, dando início ao processo de “desestalinização”.

Tudo isso foram acontecimentos de época subsequente. A análise histórica ainda se encontra no início do século XX, quando o czarismo imperava na mãe Rússia. Cabe retomar o fio da meada.

Alguns, na Inglaterra, os judeus alemães Karl Marx e Friederich Engels, ~~escorraçados~~ da mãe-pátria, redigiram o arcabouço de um novo plano judaico de dominação. O segredo da dominação repousa no dividir, diziam os textos talmúdicos, e os artífices teóricos do socialismo

aproveitando a lição lançaram as sementes da luta entre as classes. O capitalismo já não servia à causa judaica com a eficiência de antes. Era preciso criar uma ideologia nova, capaz de apressar os desígnios do Torah.

As idéias básicas do marxismo foram expressas no “Manifesto Comunista” (1848) escrito por Marx em parceria com Engels. A chave para a compreensão dos diversos estágios do desenvolvimento histórico era a relação entre as diferentes classes de indivíduos na produção de bens. Afirmava que os donos da riqueza eram a classe dirigente porque dispunham do poder econômico para manipular os meios de comunicação e impor sua vontade ao povo. Para ele, a luta de classes era o meio pelo qual a história progride de um estágio para outro. Achava que as classes dirigentes jamais abririam mão do poder por livre e espontânea vontade e que, assim, a luta e a violência eram inevitáveis.

Marx esperava que suas teorias fossem testadas na Alemanha, na Inglaterra ou em algum outro país altamente industrializado. Mas foi na Rússia, relativamente atrasada, que os comunistas obtiveram sua primeira vitória, estabelecendo um governo.

No final do século XIX, a Rússia começara a sair do seu atraso milenar. Embora o país ainda fosse basicamente agrícola, começaram a surgir indústrias e, intensificou-se, conseqüentemente, o processo de urbanização. Estes dois fenômenos proporcionaram o crescimento da atividade revolucionária. Em 1898, os marxistas fundaram o Partido Trabalhista Social Democrata, o qual se dividiu em dois grandes grupos em 1903: os “bolcheviques” (a maioria), liderados por Lênin, e os “mancheviques” (a minoria). Em 1918, o grupo de Lênin recebeu a designação de Partido Comunista Russo.

Em 1917 (outono), os bolcheviques, liderados por Lênin, haviam tomado o poder e estabelecido o regime comunista. Vladimir Ilyich Ulyanov (Lênin) era filho de mãe judia, casado com judia; escrevia seus manifestos em dialeto judaico, educava seus filhos no argô judaico; suprimiu o domínio cristão e instituiu o sábadô mosaico, fechou milhares de igrejas e nenhuma sinagoga. Kerensky, o precursor do bolchevismo, filho de pais judeus, tinha Adler por verdadeiro sobrenome. Trotsky, em realidade, se chamava Braunstein. A participação judaica no governo bolchevista jamais desceu a índices menores do que 85%.

Os cardeais e bispos católicos que escreveram “**Complô contra a Igreja**”, sob o pseudônimo de Maurice PINAY,⁴⁵ indentificam nominalmente os judeus integrantes do governo bolchevique. A relação ocupa páginas e mais páginas. Afirmam sem pestanejar (Vol. I, p. 41): “Não há a menor dúvida de que a teoria marxista (comunista) é obra judia, como o é também toda ação orientada no sentido de pôr em prática esta doutrina, e os milhões de assassinatos cometidos.”

A título de simples ilustração, inclui-se a seguinte relação parcial:

1 – Conselhos dos Comissários do Povo:

- **Lênin** (Blank, por parte de mãe);
- **Léon Trotzky**;
- **Joseph Stálin**;
- **Grigore Zinoniev** (Apfelbaum);
- **Chicherin**;
- **Kohen** (Volodarsky);
- **Samuel Kaufman**;
- **Steimberg**;
- **Ethel Knigkisen** (Liliana);
- **Pfeninstein**;
- **Schlichter**;
- **Lurie** (Laurin);
- **Kukor**;
- **Spitzberg**;
- **Urisky** (Radomilsky);
- **Lunacharsky**;
- **Simasko**;
- **Protzian**.

⁴⁵ Consultar esta importante obra publicada, em quatro volumes, pela Revisão Editora Ltda.

2 – Demonstrativo do Primeiro Escalão:

Designativo do órgão	Total de membros	Integrantes Judeus	% de Judeus
– Conselhos dos Comissários do Povo	22	19	86,3
– Comissariado de guerra	43	33	76,7
– Comissariado de Assuntos Exteriores	16	13	81,2
– Comissariado da Fazenda	30	24	80,0
– Comissariado da Graça e da Justiça	21	20	95,2
– Comissariado de Instrução Pública	53	42	79,2
– Comissariado de Socorros Sociais	6	6	100,0
– Comissariado de Trabalho	8	7	87,5
– Delegados da Cruz Vermelha	8	8	100,0
– Comissários de Província	23	21	91,3
– Comissários da Imprensa	41	41	100,0
TOTAL	271	234	86,3

Fontes: Maurice PINAY – **Complô contra a Igreja**, Vol. I;
Henry FORD – **O Judeu Internacional**.

Os dados estatísticos constituem prova irrefutável do predomínio judaico na Rússia Vermelha. Algumas conclusões saltam aos olhos. Por exemplo:

- Somente os judeus conduziram os meios de comunicação de massa durante o bolchevismo soviético; o índice de 100% de participação no Comissariado da Imprensa manteve-se inalterado até a morte de Stálin (1917 a 1953).

- Os oito delegados da Cruz Vermelha, distribuídos em várias capitais da Europa, não passaram de agentes bolchevistas;

- O Comissariado de Socorros Sociais, do qual dependia a existência de milhões de famílias em estado de miserabilidade, era inteiramente judeu;

- A Justiça soviética, responsável pela condenação de várias dezenas de milhões de pessoas, impiedosamente fuziladas ou encarceradas no Gulag, estava firmemente concentrada nas mãos dos judeus (95,2%).

De início, o terror vermelho dedicou-se, sobretudo, a exterminar a intelectualidade russa, o comando militar, o sacerdócio, a liderança operária e os grandes proprietários rurais.

A Comissão Extraordinária, órgão subordinado ao Commissariado da Graça e da Justiça, composta integralmente por judeus, não era – segundo S. P. MELGUNOV e Léon de PONCINS^{46 47} – uma comissão de inquérito, nem um julgado, nem um tribunal, mas um órgão dotado de superpoderes que não julga o inimigo, mas extermina-o; não perdoa o que está do outro lado da barricada, mas esmaga-o.

Durante a sangrenta ditadura de Lênin, uma comissão procedente de Rohrberg, que entrou em Kiev (Ucrânia), depois da tomada desta cidade pelos voluntários, relata o seguinte (In: S. P. MELGUNOV. Op. cit. p. 116):

“Todo o chão de cimento da garagem utilizada como recinto de execução da ‘Tcheca provincial de Kiev’ estava inundado de sangue, e este não corria, mas formava uma camada de várias polegadas; era uma horrível mistura de sangue, de massa encefálica, de pedaços de crânios, de pastas de cabelos e outros restos humanos. Todas as paredes, repletas de buracos de balas, estavam salpicadas de sangue, fragmentos de miolos e de couro cabeludo... Uma vala de 25 cm de largura e 50 cm de fundo e de cerca de 10 metros de comprimento, ia do centro da garagem à entrada de um túnel subterrâneo. Essa vala estava completamente cheia de sangue coagulado... Imediatamente após as matanças, os corpos eram transportados para as cercanias da cidade e enterrados em grande valas comuns. Num recanto do jardim encontramos uma fossa mais antiga que continha uns oitenta corpos; e ali descobrimos nesses corpos sinais evidentes de crueldade e mutilações as mais diversas e inimagináveis. Deparamos com cadáveres com os membros amputados, alguns esquartejados, outros, com os olhos arrancados e a cabeça, o pescoço e o tronco cobertos de feridas... Não é possível saber o número exato de vítimas... No diário de Edimburgo – ‘The Scotsman’, de 7 de novembro de 1923, foram divulgados os seguintes números:

28 bispos;

1.219 sacerdotes;

⁴⁶ S. P. MELGUNOV. *La Terreur Rouge en Russie*. Paris, Payot, 1927.

⁴⁷ Léon de PONCINS. *As Forças Secretas da Revolução*. Madrid, Edições Fax, 1983.

6.000 professores;
9.000 médicos, engenheiros, psicólogos, filósofos, etc.;
54.000 oficiais das Forças Armadas;
260.000 praças;
70.000 policiais;
12.950 proprietários de terras;
193.290 operários da indústria;
815.000 camponeses.”

A cifra divulgada por S. P. MELGUNOV é confirmada pelos cardeais e bispos católicos que escreveram “**Complô contra a Igreja**” (Vol. I, p. 29).

O total das vítimas de Kiev (existiam, na época, pelo menos quinze metrópoles com a população igual ou superior a da capital da Ucrânia, e em todas houve processo de “depuração”), atingiu o número de 1.422.487. (Evidentemente, este número de vítimas não se refere apenas a habitantes de Kiev, mas de toda a Ucrânia, pois o Comissariado da Graça e da Justiça, valendo-se de órgãos criados especialmente para o fim de “aplicar a Justiça” arrebanhava os “inimigos do regime” por todo o território ucraniano.

Os dados a respeito da “**depuração**” em outros territórios são esparsos e contraditórios. As fontes aludem a um mínimo de **11 milhões** e a um máximo de **17 milhões** em todo o território soviético. O número médio é, pois, de **14 milhões**.

Esta cifra impressionante cresceria a números estratosféricos, mais tarde, sob o governo de Stálin: 30% da população camponesa de 105 milhões, durante a “coletivização”; e 10% da população do Gulag, estimada em não menos de 10 milhões de encarcerados, por ano, durante o período que vai de 1933 a 1945. (No caso dos camponeses: 30% de 105 milhões = 31,5 milhões. O total dos mortos no Gulag seria de 12 milhões.)

A soma dos mortos durante a “depuração”, a “coletivização” e a existência do Gulag, seria de:

$14 \text{ milhões} + 31,5 \text{ milhões} + 12 \text{ milhões} = 57,5 \text{ milhões}$

Os números revelados por Alexandre Soljenítzin (60 milhões) não estão longe da realidade. A cifra apontada por Soljenítzin não leva em

consideração a chacina de não-soviéticos, como os oficiais poloneses (parte deles, chacinados em Katyn), os sobreviventes do 6º Exército Alemão, os assassinatos em massa efetivados na Hungria, na Tchecoslováquia, na Romênia, na Polônia e nos Países Bálticos.

A morte de Lênin e a conseqüente subida de Stálin ao poder não modificou a situação desfrutada pelos judeus. Eles continuaram ocupando em esmagadora maioria os altos cargos, e sua participação percentual permaneceu inalterada em relação ao período anterior. Esta comprovação é simples. Basta examinar a nominata dos integrantes da alta cúpula Soviética durante o governo Stálin:

1 – **Maxim Maximovich Litvinoff**, Ministro dos Assuntos Exteriores (até 1939, quando foi substituído por Molotov);

2 – **Andrés Iannarevich Vishinsky**, Ministros dos Assuntos Exteriores e, mais tarde, delegado permanente da URSS na ONU;

3 – **Jacob Malik**, representante soviético na ONU;

4 – **Valerian Zorin**, embaixador da URSS em Londres;

5 – **André Gromiko**, diplomata;

6 – **Alexandre Panyushkin**, embaixador soviético em Washington e em Pequim;

7 – **Zamhinovich (Ustinov)**, embaixador soviético em Atenas;

8 – **Radionovich**, embaixador da URSS em diversos países europeus;

9 – **Constantin Oumansky**, potentado do Ministério dos Assuntos Exteriores;

10 – **Manuilsky**, representante da Ucrânia na ONU;

11 – **Ivan Maisky**, embaixador em Londres durante a Segunda Guerra Mundial e, a seguir, alto funcionário do Ministério dos Assuntos Exteriores;

12 – **Madame Kolontay**, embaixadora em Estocolmo;

13 – **D. Solod**, embaixador no Cairo;

14 – **Lawrenty Béria**, Chefe de Polícia e o grande carniceiro de Stálin.

O próprio Stálin (Djougachvili, que significa “filho de Djou” é descendente de judeu; sua mãe descendia de marranos que emigraram para a ilha de Djou e mais tarde para a Geórgia.)

A relação de judeus que tomaram parte no Governo de Stálin integra várias centenas de nomes. Nos cargos de 1º e 2º escalão, tal como na época de Lênin, eles constituíram maioria absoluta, com índices nunca inferiores a 75%.

Eles estiveram a ponto de “cair do galho” com o expurgo pretendido em 1953 por Stálin. Mas com a providencial morte do Homem de Aço, tudo ficou como d’antes no Quartel de Abrantes.

Sob os governos de Nikita Salomón Krushev (1953-1964) e de Leonid I. Brejnev, que o sucedeu, a participação judaica no Governo soviético continuou inalterada, mesmo porque tanto Brejnev (Chefe do Partido Comunista) como Alexander Kosygin (Primeiro-Ministro) eram eles próprio judeus. Eis a nominata (parcial) dos judeus integrantes dos governos pós-Stálin:

1 – **Leonid I. Brejnev**, Chefe do Partido Comunista;

2 – **Zdanov** (Yadanov), também chamado Liphstiz, membro do Politburo até 1948; um dos autores da resolução que excluiu o Marechal Tito do Cominform em 1948;

3 – **Lawrenty Béria**, o mais sanguinário dos asseclas de Stálin; Chefe de Polícia e da indústria atômica soviética;

4 – **Lazar Kaganovitch**, chefe da indústria pesada soviética, membro de Poliburo de 1944 a 1952, membro do Presidium e, mais tarde, Presidente do Praesidium Supremo da URSS;

5 – **Malenkov** (Georgi Maximilanovich Malenk), membro do Politburo até 1952; membro do Presidium e Presidente do Conselho de Ministros após a morte de Stálin; ministro do Governo de Bulganine desde 1955; casado com a “camarada Schemschuschine”, também judia;

6 – **Nikita Salomón Khrushchev**, membro do Politburo, sucedeu a Stálin, desencadeando o chamado “processo de desestalinização”, que redundou no assassinato em massa dos políticos fiéis ao “Homem de Aço”; com sua subida ao poder, arquivou-se o plano de deportação em massa dos judeus para a Sibéria;

7 – **Nicolai Bulganine**, foi um dos dez judeus encarregados, em 1919, da liquidação dos bancos privados na Rússia;

8 – **Anastas Iosifovich Mikoyan**, membro do Politburo e do Praesidium Supremo a partir de 1952; Ministro do Comércio e Vice-Presidente do governo Malenkov;

9 – **Kruglov**, chefe da Polícia Secreta depois de Béria; foi responsável pela liberdade dos médicos judeus presos por Stálin. (A respeito das ações “profiláticas” de GRUGLOV, a obra publicada sob o pseudônimo de Maurice PINAY “**Complô contra a Igreja**”, Vol. I, p. 63/64) tece interessante comentário:

“Ao morrer Stálin, surgiram pleitos de família entre judeus, ocasionados por ambição de mando... Assim, o judeu Lawrenty Béria foi assassinado por seus irmãos israelitas, como antes os judeus Stálin, Vichinsky, Kaganovich, Béria e os consócios haviam mandado matar os judeus Trotzky, Zinoniev, Kamamef, Radek, Bukarin e milhares dos seus partidários israelitas, na luta intestina, verdadeira guerra civil ocorrida no seio do judaísmo, pelo controle da infeliz Rússia e do comunismo internacional.”

10 – **Alexander Kosygin**, membro do Politburo, ministro da Indústria Ligeira e da Alimentação no governo de Malenkov, Primeiro-Ministro do Governo Soviético, contribuiu na derrubada de Khrushchev, quando uma ala judaica defenestrou outra do poder;

11 – **Andrés Andreievich Andreiev**, membro do Politburo;

12 – **Nicolas Schvernik**, membro do Presidium, do Politburo e do Comitê Central do Partido Comunista;

13 – **P. K. Pomarenko**, membro do Orgburo, do Praesidium Supremo e Ministro da Cultura no governo Malenkov;

14 – **P. F. Yudin** (Yuden), titular do Ministério de Materiais de Construção;

15 – **Mihail Pervukin**, membro do Praesidium e do Comitê Central do Partido Comunista;

16 – **N. Schatalin**, principal diretor do Subsecretariado do Comitê Central do Partido Comunista;

17 – **D. Ustinov** (Zambinovich), Ministro da Defesa no governo Malenkov;

18 – **V. Merkulov**, Ministro do Controle do Estado;

19 – **Cherburg**, chefe da propaganda soviética;

20 – **Milstein**, um dos muitos judeus que exerceram a chefia de espionagem soviética na Europa. (Inúmeras obras, como a autobiografia do espião judeu-soviético Leopold TREPPER – “**O Grande Jogo**”, São Paulo, Portugália-Brasil, s. d. e “**A Orquestra Vermelha**”, de Gilles PERRAULT, São Paulo, Nova Época, s. d., confirmam que a espionagem soviética esteve concentrada, maciçamente, nas mãos de judeus. Leopold Trepper, o famoso líder da “Orquestra Vermelha”, organização responsável por boa parte do desastre alemão no leste, trabalhava principalmente para o Kahal. Trepper, de volta à União Soviética, recebeu de Stálin um prêmio sui-generis. Retornando a Moscou para colher os louros de seu trabalho, foi imediatamente **encarcerado**. Stálin confiava em todos, menos em seus irmãos de sangue! (O filme “**Stálin**”, distribuído pela Warner Home Vídeo, à disposição dos interessados em todas as locadoras, mostra com absoluta clareza o que Stálin pensava deles nos últimos dias de vida.)

21 – **Ferentz Kiss**, chefe do serviço de espionagem soviética na Europa. (A “guerra oculta”, solerte e insidiosa, aperfeiçoada ao longo dos séculos, fazia do judeu o personagem ideal para o desempenho das missões de espionagem.)

22 – **Portschrebitcher** (Poscrebichev), secretário particular de Stálin e chefe dos arquivos secretos do Kremlin;

23 – **Ilya Ehremburg**, deputado no Soviet Supremo e famoso escritor comunista;

24 – **Rosália Goldenberg**, deputada por Birobidjan no Soviet Supremo;

25 – **Mark Spivak**, deputado pela Ucrânia no Soviet Supremo;

26 – **Ana E. Kaluger**, deputada pela Bessarábia no Soviet Supremo;

27 – **K. P. Gorschenin**, Ministro da Justiça durante o governo de Malenkov;

28 – **A. Zasyadko**, Ministro do Carvão, durante o governo de Malenkov.

Desde a tomada de poder na Rússia, os agentes judeus a serviço do bolchevismo (ou da causa judaica de conquista do mundo?) tenta-

ram exportar as idéias marxistas-leninistas para outras partes do mundo, inclusive para a América Latina.

No México, Plutarco Elias Calles, filho de um judeu sírio, maçom de grau 33, possuidor de grande fortuna, assessorado por outro hebreu rico – Aron Saez, deflagrou um movimento armado que resultou na morte de mais de 20 mil pessoas. Dentre os mártires do comunismo mexicano pereceram cerca de 300 sacerdotes e 200 jovens devotos.

Na Argentina (1918), o movimento comunista foi organizado por Salomon Haselman e por sua mulher Julia Fitz, ambos judeus. A revolução comunista argentina estourou em janeiro de 1919, e só em Buenos Aires morreram 800 pessoas e 4 mil resultaram feridas.

Os levantes comunistas do Chile (1931) e da República Oriental do Uruguai (1932) foram igualmente planejados e dirigidos por judeus.

Quando o governo de Getúlio Vargas conseguiu desbaratar o levante comunista de 1935, ficou revelado que os verdadeiros líderes eram todos judeus, com exceção do “testa-de-ferro” Luís Carlos Prestes. O verdadeiro líder da intentona foi Harry Berger (Arthur Ewert), judeu-alemão, membro da Organização Revolucionária Israelita Brazor, assessorado por mais de uma dezena de judeus como Baruch Zell, Zatis Janovisai, Rubens Goldberg, Moysés Kava, Waldemar Roterburg, Abrahão Rosenberg, Nicolau Martinoff, Jaime Gandelsman, Moisi Lippe, Carlos Garfunkel, Waldemar Gutinik, Henrique Jvilaski, José Weiss, Armando Gusiman, Joseph Friedman, Olga Benario Gutman e assim por diante.

As sementes plantadas na Rússia por Lênin e seus asseclas, judeus em sua esmagadora maioria, não germinaram apenas no México, Argentina, Uruguai, Chile e Brasil, mas principalmente em vários países do leste europeu, onde os “expurgos” foram terríveis.

A Hungria, a Tchecoslováquia, a Polônia, a Romênia e a Iugoslávia experimentaram, tragicamente, os frutos do judaico-bolchevismo. Como ocorrera na Rússia, os processos de “depuração” se fizeram presentes, ceifando milhares de vidas. A Hungria foi a principal vítima da ideologia exportada da União Soviética. Ali, o judeu Bela Khun (Cohn), vasculhou todos os recantos do país à frente de um bando de

terroristas, roubando e matando burgueses e camponeses em patíbulos ambulantes transportados na carroçaria de caminhões. Joachim FEST em “**Hitler – Eine Studie uber die angst**”:

“Um tempo lamentável este onde asiáticos circuncidados, inimigos do Cristianismo, erguem em toda a parte suas mãos asquerosas e sangrentas para realizar extermínios em massa. Os massacres de cristãos cometidos pelo judeu Issaschar Zederblum (Lênin), surpreenderiam até um Gêngis Kan. Na Hungria, seu discípulo Cohn, aliás Bela Khun, tem percorrido o infeliz país à frente de um bando de terroristas, dispostos a cometer os crimes mais hediondos, aptos a enforçar burgueses e camponeses em sinistros patíbulos transportados em caminhões. Um faustoso harém conduzido em carros principescos lhe permitiu violar e conspurcar respeitáveis donzelas cristãs. Só seu lugar-tenente, Samuely, fez degolar sessenta sacerdotes num abrigo subterrâneo... Oito padres foram crucificados à porta de suas igrejas... O horror que se apoderou de todos à notícia das atrocidades cometidas no Leste não era injustificado...”^{48 49}

Na Rússia é público e notório que foram os judeus os responsáveis pelo assassinato do czar Nicolau II e de sua família. Sabe-se que os assassinos foram Jacob Swerdlow (que mais tarde se tornaria Presidente da União Soviética), Jacob Jurovskij, Chajin Golocsikin e Peter Jer-nakow. Eles constituíram desde a Revolução de Outubro de 1917 a nata dos carrascos de Lênin e, mais tarde, de Stálin.

De fora da União Soviética vieram os recursos financeiros necessários ao custeio da Revolução. Era preciso comprar armas para o enfrentamento das tropas do czar, sustentar os cabeças intelectuais do movimento e seus grupelhos de apoio, adquirir o controle de alguns órgãos de imprensa e “comprar” o apoio de outros, fomentar a propaganda bolchevista dentro e fora do território soviético e prover uma série interminável de despesas que extrapolavam a capacidade dos cofres do Partido. Juntaram-se os magnatas judeus do mundo das finanças internacionais para resolver esse problema.

⁴⁸ Joachim FEST. **Hitler**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976, p. 101/102.

⁴⁹ Inúmeras fontes situam entre 400 e 500 mil o número de vítimas do “expurgo” realizado pelos comunistas na Hungria.

O serviço de contra-espionagem e imprensa dos Estados Unidos identificou, na época os seguintes banqueiros judeus que enviaram recursos para Lênin e seus camaradas:

- Jacob Schiff;
- Guggenheim;
- Max Breitung;
- Khun, Loeb & Cia.;
- Sindicato Westphalian-Rhineland.

De Paris, vultosas quantias eram “doadas” pela casa bancária Lazare & Brothers.⁵⁰ Contribuíram, também, o Banco Gunsbourg, de São Petersburgo, com filiais em Tóquio e Paris, a casa bancária londrina de Speyer & Co. e o Nya Banken de Estocolmo (Suécia).

Apenas Jacob Schiff contribuiu com 12 milhões de dólares, montante que, com a desvalorização da moeda americana, corresponderia, hoje, a aproximadamente **500 milhões de dólares!**

Sem o grande aporte de recursos promovido pela judiaria internacional, não há dúvida que o bolchevismo jamais teria sido implantado na União Soviética.

De início, conforme Henry FORD e inúmeras fontes, os judeus não negavam a paternidade do movimento bolchevista. Pelo contrário, fizeram sempre questão de ressaltar sua participação física e intelectual na vanguarda da Revolução. Foram exclusivamente penas judaicas que se encarregaram de fazer propaganda da Rússia bolchevista. Foram agentes judeus que vieram para a América lançar as sementes da nova ideologia. Como já foi visto, estiveram no México, na Argentina, no Uruguai, no Chile e no Brasil, difundindo as suas idéias e semeando junto com elas os cardos do terror, da luta fratricida, do assassinato brutal dos “inimigos”. Pelo menos até que os crimes de Lênin e Stálin viessem à lume, os judeus escreveram livros, crônicas, artigos e poemas tecendo rasgados elogios ao marxismo e à Revolução. Começaram a

⁵⁰ Estes banqueiros estiveram no Brasil, na década de 1930, tentando obrigar o Governo brasileiro a saldar débitos. Getúlio Vargas registra o episódio em seu *Diário*, e o autor da presente obra comenta o fato em “**Getúlio Vargas Depõe: O Brasil na Segunda Guerra Mundial**”. (Nota do Autor)

calar-se quando o horror ante aos acontecimentos do Leste europeu apoderou-se da humanidade. Do silêncio passaram ao repúdio e à desfaçatez de afirmar que foram, tal como os milhões de mortos, **vítimas do regime**. Tendo estudado a fundo as estratégias judaicas desde Abraão, Henry FORD diz: “O mundo já estava preparado para ver um dia adulterada a verdade sobre o bolchevismo russo e transformada em ‘perseguições aos judeus’.”⁵¹

Pois a hipocrisia atinge as raias do patético. Nega-se a participação judaica na insânia bolchevista e, ao mesmo tempo, procura-se entronizar personalidades judaico-sionistas que tiveram destaque naqueles acontecimentos. O caso de **Olga Benario Guttman** é um exemplo!

Enquanto os alemães são acusados de “exterminar” prisioneiros soviéticos e **nenhum** cemitério (vala comum) foi até hoje encontrado, volta e meia a imprensa vem divulgando comprovações de barbáries cometidas pelos soviéticos. Katyn não foi um caso isolado. Que fim levaram os remanescentes do 6º Exército, aprisionado em Stalingrado?

Muitos hão de alegar que os soviéticos “exterminados” pelo nazismo tiveram a mesma sorte dos 6 milhões de judeus “vitimados pelo Holocausto”: **foram cremados!** A estes cabe lembrar que os fornos crematórios alemães, trabalhando em sua capacidade máxima, sem paradas para manutenção, só dariam cabo da tarefa de consumir 6 milhões de cadáveres no decorrer do próximo século. (Consultar a obra “**Acabou o Gás!... O fim de um mito**”, da Revisão Editora Ltda.) Como incluir os russos no mesmo balaio?

Valas comuns vêm sendo encontradas seguidamente. Mas não construídas pelos alemães. Em julho de 1997 foi descoberta mais uma. Poucos órgãos de imprensa divulgaram o macabro achado. A Rede Globo, por exemplo, ao invés de informar sobre o terrível crime, preferiu badalar o assassinato de um figurinista homossexual e ligado ao tráfico de drogas.

O “**Correio do Povo**”, tradicional órgão de imprensa da capital gaúcha, não pode ser incluído no rol dos escamoteadores de notícias:

⁵¹ Henry FORD. Op. cit. p. 150.



II GUERRA — Soldados da Bielorrússia encontraram ossadas de militares alemães mortos durante a II Guerra Mundial, próximo a aldeia Stanevo, na região de Minsk. Depois de um confronto, no local, em 1944, os alemães foram tomados como prisioneiros. Após, segundo testemunhas, o Exército Vermelho decidiu executá-los por ordem de um dos seus comandantes.

É comum a observação de que para a inteligentzia comunista, o fim das desigualdades sócio-econômicas parte do pressuposto de que se deva “dividir o que é dos outros”, salvaguardando o que é nosso. Foi o que aconteceu na União Soviética, segundo os analistas descomprometidos com o “povo eleito”. Henry FORD afirma: “Os judeus destruíram na União Soviética apenas o capital não-judaico, ou seja, o que não lhes pertencia; o capital judaico permaneceu imóvel e inatingível.”⁵²

A influência judaica não se limitou à atividade política, ideológica e econômica em território soviético. Iniciada a guerra contra a Alemanha, um superpoder foi introduzido dentro das Forças Armadas da União Soviética. Não eram, na prática, os Generais, os Almirantes ou

⁵² Henry FORD. Op. cit. p. 155.

os Comandantes da Aeronáutica, os responsáveis pela estratégia e tática militares. Acima deles pairava um poder maior criado por Stálin: o dos Comissários. Cada unidade militar possuía um Comissário, designado por Stálin, cuja incumbência era “fiscalizar” e “dirigir” as ações, zelando para que os comandantes e subalternos não se desviassem dos ideais do Partido. Uma das determinações era no sentido de que todo elemento feito prisioneiro, se viesse a ser libertado ou conseguisse escapar, deveria ser considerado “traidor da Pátria” e, em consequência, imediatamente fuzilado. Cuidavam também os Comissários de promover a guerrilha e a sabotagem, atividades proibidas pelas convenções internacionais, de modo a infernizar a retaguarda do exército inimigo. (As convenções internacionais, regulamentadoras dos conflitos bélicos entre as nações, prevêm a pena de morte para o exercício da “guerra irregular”, como as atividades de sabotagem e guerrilha.)

A esmagadora maioria dos Comissários soviéticos era constituída por judeus.

Para defender-se da atividade irregular e criminosa desses Comissários, Hitler criou os “Einsatzgruppen”, cuja missão era capturar e fuzilar esses agentes e combater as ações de sabotagem e guerrilha nos imensos descampados da retaguarda alemã. Era totalmente impossível manter tropas regulares controlando a imensidão das estepes, onde as rodovias e ferrovias indispensáveis ao abastecimento das tropas eram, sistematicamente, sabotadas por guerrilheiros.

Durante a campanha em solo soviético, o exército alemão se viu obrigado a enfrentar a “guerra irregular” – isto é, as ações paramilitares proibidas pelas convenções internacionais. Foram, em consequência disto, inúmeros os fuzilamentos realizados pelos “Einsatzgruppen”. Essa prática, longe de constituir um “crime bárbaro contra a humanidade”, como pretendem os inimigos do nazismo, deu-se sob a mais rigorosa obediência ao direito internacional.



OPERAÇÕES DE GUERRILHAS

Alguns guerrilheiros russos, combatentes da retaguarda, emboscados numa floresta.



AÇÃO NA RETAGUARDA

Guerrilheiros russos, atrás das linhas alemãs, desorganizam os serviços de comunicações do inimigo.

Fonte: Edgar Mc INNIS
— História da Segunda Guerra Mundial, Vol. III, p. 32)

A tentativa do Comando alemão de obter salvo conduto para composições identificadas com o símbolo da Cruz Vermelha Internacional, e fiscalizadas por membros desta instituição, a fim de alimentar centenas de milhares de prisioneiros soviéticos, principalmente nos dois primeiros anos de guerra, foi negada por Stálin. Tendo, obviamente, que dar prioridade à alimentação e suprimento das tropas alemãs e das nações aliadas (principalmente italianos e romenos), Hitler – forçado pela decisão de Stálin, condenou a morte milhares de prisioneiros. Não o fez por indiferença à sorte destes, mas por absoluta impossibilidade logística. Stálin – como comprovam diversos autores (dentre eles Alexander SOLJENÍTSIN, detentor do Prêmio Nobel de Literatura de 1970) – demonstrou durante todo o curso da guerra, autêntica ojeriza a prisioneiros de todas as nacionalidades. Comprovam-no o assassinato dos oficiais poloneses em Katyn, dos remanescentes do 6º Exército aprisionados em Stalingrado, dos milhares de italianos e romenos cativos na Frente do Don... dos alemães assassinados em Stanevo, na região de Minsk. Os soviéticos não tinham melhor sorte. Ex-prisioneiros, quando conseguiam escapar eram aprisionados, severamente interrogados e, na maioria dos casos, fuzilados como “traidores”. Encarregavam-se dessa tarefa os Comissários.

Vejamos algumas revelações de SOLJENÍTSIN em “Arquipélago Gulag”:

“Foi na Guerra da Finlândia que se procedeu a uma primeira experiência: a de processar os nossos soldados que caíram prisioneiros como ‘traidores da pátria’... Essa prática se intensificou durante a Segunda Guerra Mundial.” (p. 86/87)

“Na Lituânia, com a pressa da retirada ante o avanço alemão, foram abandonadas unidades militares inteiras, mas arranjou-se meio de levar alguns milhares de famílias lituanas ‘suspeitas’ (quatro mil dentre elas foram entregues ao saque dos urki – presos comuns – ladrões e outros delinqüentes, que eram utilizados como guardas em campos de prisioneiros políticos). Esqueceram-se de dismantelar fortalezas inteiras, como a de Brest, mas não se esqueceram de fuzilar os presos políticos nas celas e nos pátios de Lvov, de Rovno, de Tálin e de muitas outras prisões do ocidente. No cárcere de Tartu foram fuziladas 192 pessoas e os cadáveres lançados a um poço.” (p. 86/87)

A relação de minorias raciais e classes exterminadas pela insânia stalinista com a contribuição de sua assessoria judaico-sionista é longa. Com base em SOLJENÍTSIN, podem ser citados:

“(…)

- os austríacos membros do Shutzbund (movimento de fevereiro de 1934), que perderam as lutas de classe em Viena e fugiram para a Rússia para ‘salvar-se’;
- os esperantistas;
- os membros da Sociedade Filosófica Independente;
- os professores que discordavam dos métodos das brigadas de laboratório;
- os colaboradores da Cruz Vermelha;
- os montanhese do Cáucaso setentrional, insurgidos em 1935;
- os crentes que se negavam a trabalhar aos domingos (desde Lênin, a União Soviética instituíra o sábado judaico);
- os padres que insistiam em guardar o segredo da confissão;
- os espiões soviéticos que atuavam no estrangeiro;
- os empregados da Estrada de Ferro da China Oriental;
- os coreanos do Extremo-Oriente;
- os estonianos de Leningrado;
- os tchekistas lituanos;
- os ‘espiões imaginários’;
- os crentes de todas as seitas;
- os ‘geneticistas’;
- os gregos de Azov, do Kiban e do Sukhúmi...” (p. 68/81/99/100)

Durante o regime nacional-socialista, nenhuma Igreja foi fechada na Alemanha. Muito pelo contrário, Hitler estabeleceu acordos com todos os credos e seu Governo os subsidiava com expressivas verbas. (Vide “O Cristianismo em Xequê”, deste autor.) Sob o Governo soviético aconteceu justamente o contrário. Eis o que relata SOLJENÍTSIN:

“O extermínio radical da religião do nosso país, tendo sido um dos objetivos prioritários do grupo GPU-NKVD, só poderia ser conseguido com a detenção em massa dos ortodoxos (católicos). Apanhavam-se, encarceravam-se, deportavam-se e matavam-se de modo intensivo os frades e freiras, que tanto ‘enegreciam’ a vida russa. Detinham-se e julgavam-se os círculos de fiéis particularmente ativos... A máxima era: ‘Podes orar

livremente, mas de modo que só Deus te escute'." (As cifras relativas ao assassinato de religiosos já foram registradas anteriormente.) (p. 47/48)

SOLJENÍTSIN faz outras importantes denúncias:

"Onze dias depois de minha detenção três parasitas da contra-espionagem – Smerch (abreviatura de "morte aos espões"), mais preocupados com quatro pesadas malas, cheias na sua maior parte de troféus de guerra, do que comigo, conduziram-me à estação da Bielo-Rússia, em Moscou. As quatro pesadíssimas malas continuam objetos de valor **roubados na Alemanha** por eles e pelos seus chefes da contra-espionagem na Segunda Frente da Bielo-Rússia." (p. 27)

"Já havia três semanas que nossas tropas tinham entrado em território alemão. Todos sabíamos perfeitamente que, **tratando-se de moças alemãs, podiam ser violentadas e fuziladas depois, constituindo isso quase que uma distinção militar...**" (p. 32)

"Às vezes lemos no jornal um pequeno artigo e ficamos boquiabertos: O *Izvéstia* de 24 de maio de 1959 contava que um ano após a subida de Hitler ao poder, Maximilian Hauke foi detido por pertencer ao Partido Comunista. Aniquilaram-no? Não. Condenaram-no a dois anos. Cumprida a pena foi posto em liberdade. Ele continuou a viver em seguida tranqüilamente, organizando a atividade clandestina." (O artigo – esclarece SOLJENÍTSIN – destinava-se a pôr em relevo a intrepidez de Maximilian Hauke, mas, descuidadamente, serviu para demonstrar que na Alemanha as penas eram respeitadas, ao contrário do que ocorria na União Soviética, onde os prisioneiros do Gulag, cumpridos os dez anos de "pena padrão", eram considerados inaptos ao retorno à liberdade, permanecendo confinados sem prazo fixado. Mais tarde, a "pena padrão" foi aumentada para 25 anos – conforme esclarece SOLJENÍTSIN.) (N.A.) (p. 46/47, Nota de Rodapé)

O conceito de "traição" era curioso para Stálin e seus asseclas. O exemplo a seguir é elucidativo:

"A vitória alemã na região de Moscou deu origem a uma nova torrente: a dos moscovitas culpados. Esses moscovitas não fugiram ou foram evacuados, mas ficaram na capital ameaçada e abandonada pelo próprio Governo soviético e autoridades. Eis que deles se suspeitava: quer de solaparem o poder das autoridades, quer de terem esperado pelos alemães. Essa torrente de 'traidores' alimentaria os comissários de instrução de Moscou e Leningrado até o ano de 1945." (SOLJENÍTSIN, Op. cit. p. 89)

Os próprios Aliados, mesmo conhecendo o que se passava na União Soviética, contribuíram para os assassinatos perpetrados por Stálin. Em Nota de Rodapé das páginas 94 e 95 de “**Arquipélago Gulag**”, SOLJENÍTSIN relata que “surpreendentemente, apesar de no Ocidente saber-se do que ocorria em território soviético, dissidentes, ex-prisioneiros, intelectuais, trabalhadores da indústria alemã, mesmo contra vontade, foram recambiados para a União Soviética”. Muitos deles – de acordo com a fonte citada – “eram simples camponeses, com um rancor pessoal contra os bolcheviques”. E conclui: “As autoridades inglesas e norte-americanas portaram-se com eles como se se tratasse de ‘criminosos de guerra’, entregando-os às mãos daqueles de quem não se poderia esperar um julgamento justo.”

A expulsão dos judeus, planejada pouco antes da morte “Homem de Aço”, e só não concretizada em razão do infausto que o vitimou, é confirmada por SOLJENÍTSIN (Nota de Rodapé da p. 101):

“Segundo rumores que circulavam em Moscou, o desígnio era enforcar em começos de março, os médicos assassinos, na Praça Vermelha. Em seguida, os patriotas deveriam, sob a direção de instrutores, lançar-se num pogron contra os israelitas. E então, o Governo, salvando-os magnanimamente do ódio popular, os expulsaria nessa mesma noite de Moscou para o Extremo Oriente e para a Sibéria, onde já estavam sendo preparadas barracas.”

O procedimento dos Aliados é confirmado por outros autores – como Paul JOHNSON – (“**Tempos Modernos – O Mundo dos Anos 20 aos 80**”, p. 360/361):

“O que deu um toque de zombaria aos julgamentos dos criminosos de guerra alemães e japoneses foi o seguinte: justamente na hora em que as provas contra eles estavam sendo recolhidas, a Inglaterra e os Estados Unidos ajudavam Stálin a perpetrar um crime de dimensão comparável ao que teria sido cometido pelos réus de Nurenberg, chegando a empregar força para entregar as vítimas nas mãos de Stálin. Os Aliados sabiam e nada disseram sobre a deportação levada a efeito pelos soviéticos da população inteira de oito países nos anos 1941 e 1943/1944, embora **isso fosse um crime de guerra definido como genocídio**, mais tarde catalogado pelas Nações Unidas (9 de dezembro de 1948). Os soviéticos haviam exigido em 31 de maio de 1944, que qualquer pessoa de nacionalida-

de soviética que caísse nas mãos dos Aliados durante a libertação da Europa deveria ser reencaminhada à Rússia, quisesse ela ou não.”

Um observador britânico relatou – segundo JOHNSON (Op. cit. p. 361):

“Trinta e um prisioneiros foram levados para trás de um armazém, tão logo os ingleses os entregaram e, minutos mais tarde, o pipocar de uma metralhadora foi ouvido. Fuzilaram imediatamente todos eles... Um major prisioneiro de guerra dos alemães entregou cerca de 300 homens liderados por ele. Foram fuzilados sumariamente, se qualquer tipo de julgamento, inclusive o próprio major... Num excesso de zelo, o Ministério do Exterior britânico entregou 50 mil cossacos que viviam no sul da Áustria. Esses homens residiam ali por mais de uma geração e não cabia expatriá-los, mesmo sob a vigência do acordo de Yalta; mesmo assim, eles foram entregues a Stálin como uma espécie de bônus humano, juntamente com suas mulheres e filhos.

Cerca de 25 mil croatas foram da mesma forma ‘devolvidos’ ao regime comunista da Iugoslávia, onde se transformaram num espetáculo de ‘marcha da morte’ pelas cidades. Famintos, sedentos, macilentos, sofrendo e agonizando, foram forçados a correr longas distâncias ao lado de seus ‘libertadores’, que os acompanhavam a cavalo ou em carroças.

Para obrigar esses homens, mulheres e crianças a atravessar as fronteiras, os soldados ingleses usavam suas baionetas, atiravam para matar e faziam uso até de lança chamas. Havia um grande número de suicídios, às vezes de famílias inteiras.”⁵³

Em Nuremberg, os alemães foram proibidos de invocar em sua defesa crimes idênticos aos alegadamente por eles praticados, desde que tivessem sido cometidos pelos Aliados.

Para estarrecer o mundo e desviar os olhos dos verdadeiros criminosos de guerra (cabe lembrar os bombardeios às cidades alemãs – vide a obra **“Holocausto: Judeu ou Alemão?”**, de S. E. CASTAN – e as duas bombas atômicas jogadas sobre cidades japonesas, por exemplo), os Aliados montaram o “linchamento” de Nurenberg, chamando a aten-

⁵³ As fontes de que se valeu Paul JOHNSON foram: José HECOMOVIC – **“Tito’s Death-Marches and Extermination Camps”**, p. 23 e Nicolas BETHELL – **“The Last Secret: Forcible Repatriation to Rus – 1944/1947”**, p. 82, 101, 131/133 e 142/143.

ção dos povos sobre o “mais ignominioso de todos os crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial – o Holocausto”.

Surpreende a todas as pessoas que se dispõem a pensar, algumas atitudes tomadas recentemente (depois que a revisão histórica da Segunda Guerra Mundial tomou corpo no Brasil) pelos legisladores brasileiros. Uma delas – em contrariedade expressa à isonomia formal, consagrada pela Constituição – estabelece a proibição do uso da **suástica**, até mesmo em capas de livros. Com relação ao símbolo da **foice e do martelo**, sob o qual Lênin, Stálin e suas diligentes assessorias judaicas promoveram massacres de inocentes e terríveis crimes contra a humanidade, nenhuma providência se tomou. Possivelmente as etnias sacrificadas pela insânia bolchevista não tenham qualquer significado para os legisladores brasileiros. Recentemente, foi negado registro para um partido político de ideologia nacional-socialista. (Jornal “**Folha de São Paulo**”, 12 de março de 1990, artigo assinado por Jaime SPITZCOVSKY.) Em contrapartida, o símbolo da **foice e do martelo** se faz representar no Congresso e desfila garboso nas ruas e praças do país, conduzido por três categorias de pessoas: os cínicos, os que possuem memória curta e os ignorantes.



O JUDAÍSMO NO BRASIL

O judaísmo entrou no Brasil sob disfarce. Entrou mascarado, enrustido na pele de Joãos, Joaquins e Manuéis, muito bem acompanhados de sobrenomes genuinamente lusitanos. Adotaram o Pereira, o Barros, o Camargo, o Castro, o Gusmão, o Maia, o Pardo, o Noronha, o Pinheiro, o Salgado, o Salinas, o Sant'Anna, o Sereno, o Sória, o Variga... Até do nosso Oliveira se apropriaram.

Em 1492, tendo os reis católicos da Espanha, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, conseguido expulsar definitivamente os mouros, cometeram mais uma das muito injustiças praticadas pelos povos goyns contra os judeus: escolheram-nos como “**bodes expiatórios**” da ocupação moura, considerando-os “*personas non gratas*”, e expulsando-os do território espanhol.

Abriu-lhes os braços o rei de Portugal, sabedor que era de que os judeus para onde iam levavam seus tesouros. A Coroa lusitana tinha em mente vencer os espanhóis na corrida por mercados e colônias, já que a Revolução Comercial despontava desafiando os reinos mais aventureiros e/ou empreendedores.

Os “marranos” espanhóis não tiveram outro trabalho do que atravessar o Tejo, o Douro e o Guadiana e aceitarem o batismo cristão, cruzando os dedos às costas. Assim, num piscar de olhos – ou melhor, num aspergir de líquido batismal, Isaac virou Manuel; Abraam passou a chamar-se Joaquim e Salomon se transformou em João. Sumiram os sobrenomes Rabinovitch, Goldstein, Steinbruch e tantos outros, para dar lugar aos acima nomeados e similares. Foi o que aconteceu com um tal de Noronha, que para zombar do rei que o expulsara, adotou-lhe o

nome. Gaiato, mas também sabido este Fernando de Noronha! Para aqui veio, já em 1501, antes que os portugueses genuínos se avivassem, para morder o seu pedaço da Ilha de Vera Cruz. O cristão-novo (assim eram chamados os judeus em razão do batismo recente) pediu e levou do Rei, que era Venturoso, mas descuidado, não apenas um naco de terra, mas a exclusividade para estabelecer aqui um “trust”. (Sim, já haviam “trusts” naquela época.) Antes que qualquer nobre lusitano recebesse a sua donatária, Fernando de Noronha tomava posse do arquipélago que hoje lhe guarda o apelido. Foi o primeiro felizardo a abocanhar um quinhão da terra brasilis.

Acompanhando a expedição de Cabral, já aqui tinha estado um cristão-novo – Gaspar da Gama. (Fato confirmado por diversos historiadores, inclusive o hebreu Isaac IZECKSOHN, autor de **“Os Marranos Brasileiros”**.)

As informações por ele passadas, não a El Rei Dom Manuel, mas aos capitalistas que o mandaram espionar os feitos cabralinos, renderam dividendos. Fernando de Noronha não só se apossou de um estratégico arquipélago da costa brasileira, como recebeu a concessão de exclusividade para explorar o pau-brasil (ou pau-de-tinta) que era a anilina da época. O Rei se obrigou, ainda, a não permitir a concorrência do produto procedente da Índia.

Principalmente a partir de 1506, segundo Solidônio Leite FILHO (**“Os Judeus no Brasil”**), Pedro CALMON (**“História Social do Brasil”**), Gustavo BARROSO (**“História Secreta do Brasil”**) e outros, os judeus começaram a se ver perseguidos em Portugal. “Sem darem qualquer motivo” – como sempre – passaram a **bodes expiatórios**. A consequência disto foram as carradas de “degredados” que começaram a vir para o Brasil. Informa Pedro CALMON (Op. cit. p. 24/25): “Entre os primeiros degredados chegados ao Brasil, incluíam-se 250 casos de desterro previstos nas Ordenações, sobretudo por judaísmo...” (A conversão, sob a forma de batismo e adoção de nome e sobrenome cristão, fora uma farsa como ocorreu, ao longo da história, em todas as ocasiões similares.)

Se arrependimento matasse, o Rei lusitano que acolheu os marranos espanhóis tinha partido desta para a melhor sem tempo para se coçar. Num piscar de olhos, a sociedade e o Estado portugueses estavam

endividados até o pescoço com os homens da prestação. Em 1506, decorridos apenas 14 anos desde a acolhida dos escorraçados da Espanha, os judeus tinham criado em Portugal o mesmo sentimento de revolta que caracterizou sua estada em outros pontos do planeta.

El Rei se livrou de muitos deles, “exportando-os” para o Brasil.

Em 1530, corsários ingleses estavam prejudicando o comércio de Fernando de Noronha. Martim Afonso de Souza para cá foi mandado com a incumbência de dar caça aos piratas. Tal como na atualidade Israel e o judaísmo-sionismo internacional se aninham sob as asas protetoras do Estados Unidos (Vide Anexo 1), também naquela época o “trust” de Fernando de Noronha se beneficiou do amparo da esquadra portuguesa. Boleslau, o Piedoso, não viveu apenas no século XIII. Vez por outra ressurgiu das cinzas para gáudio, proteção e concessão de privilégios ao “povo eleito”.

Em Portugal, a “idade de ouro” dos judeus foi curta, como se pode observar pelo clima reinante em 1506. Naquela época, o Santo Ofício já caçava os falsos conversos, e esta circunstância fez com que muitos cristãos-novos emigrassem para o Brasil. Aqui a Inquisição não os inquietava. Gustavo BARROSO afirma:

“O número e a influência dos cristãos-novos entre nós impediram o funcionamento da Inquisição no Brasil. Houve somente ‘visitações’ e quem lê seus processos fica assombrado da persistência do judaísmo nos marranos ‘convertidos’ e que viviam dentro da religião católica com o simples fito de auferir vantagens.”⁵⁴

Pedro CALMON e Gustavo BARROSO descrevem como os cristãos-novos entraram no negócio do açúcar em terras brasileiras. A sua participação nesse rendoso empreendimento atesta as características que a “**Nova Enciclopédia Internacional**” identifica nos judeus: “astúcia e perspicácia para a especulação, especialmente em assuntos de dinheiro”.

O Rei de Portugal tinha dividido o Brasil em doze capitanias hereditárias, as quais foram doadas a fidalgos e homens ilustres. Para montar a infra-estrutura de produção açucareira, muitos deles contraíram

⁵⁴ Gustavo BARROSO. **História Secreta do Brasil**. Vol. I, p. 37/38.

empréstimos com usurários judeus. Boa parte deles faliu. Vieram os credores tomar posse das plantações e engenhos abandonados, recebendo-os como parte das dívidas contraídas. Como os cristãos, além dos recursos tomados emprestados haviam colocado no negócio fortuna própria, o lucro dos que tomaram o bonde andando haveria de ser muito grande. A primeira providência tomada foi a de convencer o monarca português de que a mão-de-obra indígena era inadequada ao bom andamento da agro-indústria do açúcar. Mister se fazia encontrar uma solução, pois os silvícolas da terra, inaptos ao trabalho sedentário, e conhecedores das matas e descampados, fugiam ao menor descuido. A solução encontrada foi “importar mão-de-obra africana”. Como fazê-lo? Encarregaram-se, eles próprios, os judeus (ou cristãos-novos) interessados, de realizar o tráfico. Foram eles, os judeus – ou judeus disfarçados – que por **três séculos comandaram o tráfico, negócio por demais rendoso**, mas que envileceu a História do Brasil.

Hoje, evidenciando um cinismo extremo, ao encetarem campanhas contra o **revisionismo**, os judeus têm arregimentado em seu favor alguns órgãos de representação da etnia negra. Estes, certamente por desconhecimento histórico, têm se prestado a apoiá-los. Eis o fruto do ludíbrio: **as vítimas se aliam aos algozes!**

Felizmente, nem todos embarcam nessa canoa furada. Em meio às mentes adormecidas, surgem uns que outros dispostos a refletir criticamente e chegar a conclusões próprias. Este foi o caso da Professora Eliane Alves da Silva, **negra** – para surpresa dos críticos, que “perdeu os estribos” e disse o que a intelectualidade consciente sabe, mas não tem coragem de dizer. (Vide Anexos 3 e 4)

Às vezes, pessoas do povo, saídas do quase anonimato, manifestam suas idéias, demonstrando que nem todos os brasileiros foram definitivamente hipnotizados pelos estrategistas da mentira por mil vezes repetida. É o caso do rio-grandino, Sr. Ademar da Silva Teixeira.

CARTAS

Racismo

ADEMAR SILVA TEIXEIRA, RIO GRANDE: Há vinte anos seria preto. Não preciso que ninguém me explique o que é racismo. Sou, no entanto, um negro sem rancor. Não quero legar para meu filhos as humilhações que passei. O Brasil não foi a terra de meus avós ou bisavós, mas é a minha terra.

Quero colaborar com todas as minhas forças para que ela se torne um grande país der homens realmente livres. Eis a razão de minha carta. Acompanho, mesmo distante, a questão que existe na capital sobre um determinado livro. Não li a obra. Acho, porém, se vamos discutir racismo não podemos ficar apenas dentro da ótica judaica. Quantos judeus foram aniquilados? 3 milhões? 6 milhões? Mesmo que fossem 12 milhões, ainda assim seria um número insignificante diante do que fizeram a raça negra. Em dois séculos, 100 milhões de negros foram arrancados de seus lares e vendidos como escravos. 20 milhões que recusaram o cativeiro se mataram ou foram mortos pelos traficantes. Pelo menos outros 30 milhões morreram debaixo da tortura na América e no Oriente Médio. É o maior e mais horrendo genocídio de todos os tempos. Não há ninguém de raça

branca que possa apresentar as mãos limpas no sangue negro. Até mesmo os judeus, que agora clamam contra o racismo, participaram desse crime. Eles eram acionistas principais das companhias inglesas e holandesas que exploravam o tráfico de escravos. Ainda agora na África do Sul, a colônia judaica apóia o regime do "apartheid". O Estado de Israel é amigo e aliado do governo sul africano, para quem vende armas e segredos atômico. Nunca vi ou ouvi uma palavra de protesto de líderes, políticos ou escritores de origem judaica contra esse estado de coisas que me parece bem mais repulsivo do que um simples livro. Luta contra o racismo? Nosso aplauso e nosso apoio. Mas que seja contra todos os racismos e não apenas contra os pruridos de alguns brancos melindrosos. Como gosto por demais do RS, se essa pequena carta causar problemas ao senhor, não a publiquem. Eu compreenderei sua posição".

RS: Ademar, o dia que não tivermos condições de publicar uma carta como a sua, bela e generosa, fecharemos o nosso semanário e iremos para casa. Muito pelo contrário, queremos publicá-la para que ela fique grava no coração de todos que, como nós, lutam por um Brasil livre de todos os preconceitos e todas as mesquinhas.

Sobre a participação judaica no sistema colonial voltado para a agroindústria açucareira, assim registra Gustavo BARROSO:

“Não se vá pensar que o judeu entrou com entusiasmo na indústria do açúcar que nascia. Do mesmo modo que veio na sombra dos descobridores, examinar a terra e ver o que havia nela de mais facilmente aproveitável, esperou que o negócio do açúcar fosse desbravado e chegasse a um bom ponto. Eis como se explica a fálência dos primeiros edificadores de engenhos. Perdido o capital inicial, o judeu adquiriu os engenhos abandonados e, como neles não invertera as somas que os cristãos haviam perdido, seus lucros foram imensos. Assim agiria, mais tarde, com o ouro e as pedras preciosas; o bandeirante audaz descobriria as lavras após mil tormentos e eles se apoderariam delas, depois, pela traição. Toda a História do Brasil é assim: uma aparência – o idealismo construtor do português, do negro, do mulato e do mameluco; e uma realidade – o utilitarismo oculto do judeu, explorando as obras do idealismo alheio.”^{55 56}

Pedro CALMON (“História Social do Brasil”, Vol. I, p. 36), outro renomado historiador patricio (ex-Presidente da Academia Brasileira de Letras), mas colocado na “geladeira” pelos patrulheiros da consciência nacional, ratifica:

“A influência dos negociantes israelitas estendia-se ao engenho produtor, à firma embarcadora, ao intermediário de Lisboa a quem era consignada à mercadoria, às praças consumidoras do centro e do sul da Europa... Quando a Espanha se colocou de permeio entre os engenhos do Brasil e os compradores flamengos, estes imaginaram a organização de uma Companhia mercantil de conquista, e empreenderam a guerra de 1624-1654.”

Depois de um frustrada tentativa de ocupar a Bahia, em 1624, a Companhia das Índias Ocidentais intentou, com sucesso, a invasão de Pernambuco. Em 14 de fevereiro de 1630, uma esquadra holandesa

⁵⁵ Gustavo BARROSO. Op. cit. p. 45.

⁵⁶ As recentes transferências de empresas nacionais para o controle judaico (p. ex.: CRT, CSN e Vale do Rio Doce, etc.), não repetem a História? Mais uma vez, empresas rentáveis (pois se assim não fosse, eles não as compravam), mudam de mãos. O dinheiro público brasileiro, o trabalho de dezenas de anos, o prestígio que essas empresas adquiriram, tudo é dado de mão beijada aos tradicionais especuladores. (N.A.)

composta por mais de 60 embarcações, trazendo a bordo cerca de 7.000 homens, chegava a Olinda. Ali iriam ficar até o ano de 1654 (26 de janeiro), quando o comandante holandês Sigismund von Schkopp assinou a rendição na Campina do Taborda.

Em 1580, uma crise dinástica levava à união dos reinos de Portugal e Espanha. Felipe II (neto pelo lado materno de Dom Manuel, o Venturoso) assumiu um império que incluía Espanha, Países Baixos, regiões da Itália (como Sardenha, Nápoles e Sicília), possessões espanlhadas pelas três Américas e Portugal. De 1580 até 1640, o Brasil esteve sob o domínio espanhol, época em que os judeus (cristãos-novos) aqui residentes viveram seu inferno zodiacal. Nas colônias espanholas o Santo Ofício agia com o mesmo rigor da Europa. Muitos judeus foram presos e enviados à cidade de Lima para efeito de julgamento.

Antes da chegada dos espanhóis, a prática do judaísmo, embora proibida, corria solta sob o olhar benevolente dos administradores portugueses. Relata Rodolfo GARCIA:

“A enxurrada judaica enchera o Brasil que amanhecia, atirando-se aos negócios de mascate, de açúcar e de escravos. Dia-a-dia, o número de israelitas crescia nos primitivos núcleos da população. Suas sinagogas – que o povo denominava ‘esnogas’ – multiplicavam-se. Havia-as em casas particulares, como a de Matuim, na Bahia, na residência do cristão-novo muito conhecido Heitor Antunes. Havia-as nos próprios engenhos, como a do cristão-novo Bento Dias de Santiago, em Camaragibe, onde nas luas novas de agosto, em carros enramados, os judeus da terra iam celebrar o Yom Kippur e outras cerimônias do rito judaico.”⁵⁷

Como acontecera quando da expulsão definitiva dos mouros (1492), os espanhóis, que provaram não ter memória curta, encontraram os **bodes expiatórios** homiziados em terras da América e trataram de infernizar-lhes a vida. Boa parte deles se refugiou no território de domínio holandês. Quando da retirada destes, uma parcela considerável de judeus partiu com destino aos Estados Unidos, estabelecendo-se na região de Nova Iorque. Os que aqui ficaram não tiveram outra alternativa senão voltar à vida dupla. Definiu-os bem o poeta baiano Botelho

⁵⁷ Rodolfo GARCIA. *Os Judeus no Brasil Colonial*, p. 49.

de Oliveira (In: TAUNAY. “**Na Bahia Colonial**”, p. 291): “Os cristãos-novos tinham na mão o rosário e no coração as contas.”

Livres dos espanhóis a partir de 1640, já não se fazia necessário os cuidados que perduraram por 60 anos. Tudo voltou a ser como d’antes no Quartel de Abrantes.

TAUNAY (Op. cit., p. 327) diz que “em 1703, o tráfico judaico de escravos para o Brasil era de tal importância que, entre a Bahia e a África retomada dos holandeses, mais de 200 brigues ou bergantins nele eram empregados”.

Uma consulta à obras não comprometidas com a “verdade conveniente” põe às claras o que ocorreu no Brasil desde o descobrimento até os dias atuais. Não se tem a pretensão de analisar em profundidade, caso a caso. O leitor desejoso de aprofundar conhecimentos deve recorrer à leitura dessas obras. A bibliografia final deste livro serve como sugestão. Por ora, é o bastante citar por alto, identificando as fontes, algumas das participações judaicas, escamoteadas, depuradas de nossa História.

O Maranhão (na época, constituído pelas capitânias do Maranhão e Grão-Pará) foi vítima, durante o século XVII, do que alguns historiadores denominaram “**a ladroeira do estanco**”. A Coroa procurara estabelecer um “estanco” (monopólio organizado de qualquer ramo de comércio), o qual forneceria aos maranhenses objetos de ferro e aço, produtos manufaturados da metrópole e especiarias do Oriente, a troco de gêneros produzidos na colônia. De conformidade com Gustavo BARROSO, João Francisco LISBOA, J. M. de MACEDO, TAUNAY e outras fontes, o “estanco” foi estabelecido em São Luís pelos recursos da fraude, terror e corrupção. Segundo Gustavo BARROSO (“**História Secreta do Brasil**”, Vol. I, p. 85), “o Governador Sá e Menezes já viera de Portugal mancomunado com os judeus”. Confiantes na impunidade, pois estavam associados com o próprio Governador, os judeus tiraram grande proveito dessa empreitada. Depreciavam os preços dos produtos da terra (açúcar, cacau, tabacos e couro) e sobrevalorizavam as mercadorias trazidas do exterior. (Esta técnica decretou a dicotomia “pobres” e “ricos” ou “subdesenvolvidos” e “desenvolvidos”, ou ainda, “periferia” e “metrópole”, responsável pelo surgimento do 1º e do 3º Mundos.)

O “estanco” originou um dos primeiros movimentos nativistas da História do Brasil. Manuel Bekman (filho de alemão e mãe lusitana), apelidado de “Bequimão”, liderou uma revolta contra os exploradores e, hoje, por motivos mais do que óbvios, poucos estudantes têm a oportunidade de conhecê-lo e reverenciá-lo. Sabem os brasileiros o que aconteceu a “Bequimão” – um dos primeiros defensores da brasilidade? Depõe Gustavo BARROSO (Op. cit. p. 93): “Gomes Freire de Andrade assinou sua sentença de morte cheio de mágoa e com mão trêmula, de tal modo que a firma nem parecia ser sua. Mas o Kahal mandava e as ordens deste superpoder internacional tinham de ser cumpridas.”

Manuel Bekman – o “Bequimão”, morreu afirmando: “Morro satisfeito em dar a vida pelo povo do Maranhão.”

Em época posterior, o sacrifício ingente dos paulistas que se lançaram na busca do ouro (todo ele escoado para Portugal), reverteu na prática em proveito do judaísmo, pois a Coroa lusitana o transferiu para os bancos ingleses pertencentes a judeus. A saga do ouro, toda ela resultante do denodo e sacrifício dos emboabas, proveito algum trouxe para o Brasil. Como a História fartamente comprova, o que hoje devemos são os recursos daqui sangrados e que para cá voltaram na forma de empréstimos.

Com os diamantes brasileiros não sucedeu diferente. Os joalheiros londrinos, todos eles judeus, propalaram a mentira de que nossas pedras eram de qualidade inferior, embora elas fossem mais belas e de mais valor do que as do Oriente. Compraram-nas a custo de “bananas”, enchendo a burra às expensas de nossa ingenuidade. Apesar desse logro, alguns intermediários brasileiros viveram uma época de fausto, como na época de Chica da Silva. Segundo o Dr. José Vieira COUTO – autor de “**Memória da Capitania de Minas Gerais**” (citado por Gustavo BARROSO, Op. cit. p. 113) – “foram tantos os traficantes judeus que acorreram ao Tijuco, que a vila tomou uma fisionomia oriental”. O último contrato expirou em 1771. Um pouco antes, o contratador João Fernandes de Oliveira (amante de Chica da Silva), “cheio de dívidas para com os judeus, abandonado de seu deuses tutelares, morrera louco em Lisboa”.⁵⁸

⁵⁸ Joaquim Felício dos SANTOS. **Memória do Distrito Diamantino**, p. 135.

Na primeira metade do século XVIII, os judeus foram responsáveis por duas guerras internas: a dos Emboabas, em Minas Gerais, e a dos Mascates, no Recife. “Esses inimigos dos brasileiros – afirma Gustavo BARROSO (Op. cit. p. 116) – não eram mais do que judeus portugueses disfarçados, na grande maioria provenientes do Minho.”

Tanto os emboabas como os mascates não passavam de meros aventureiros, especuladores à procura de fortuna fácil. O próprio Marquês de Pombal confirma no decreto que aboliu as distinções entre cristãos-novos e cristãos-velhos, que foram os judeus do Minho os responsáveis por essas duas guerras.

Em Pernambuco, os mascates sedentos de fortuna “viviam a vender pelas ruas e freguesias do interior, arvorados em mandatários da Coroa, julgando-se superiores à nobreza do país; tentaram abatê-la e aniquilá-la, para só eles gozarem das honras das isenções adquiridas com o trabalho, suor e sangue dos pernambucanos”. (Fernandes GAMA. In: Gustavo BARROSO, op. cit. p. 118) Esses novos invasores de Pernambuco eram – segundo Fernandes GAMA, Marquês de POMBAL, Pedro CALMON, Gustavo BARROSO, VARNHAGEN e outros – “tão vorazes como os da Holanda, mas muito mais perigosos porque infiltrados com avenças de paz”. O comércio principal dos mascates pernambucanos residia em suprir os senhores de engenhos, vendendo-lhes a prazo mercadorias, emprestando-lhes dinheiro ou intermediando todas as vendas do açúcar na Europa. No fim das safras, cada senhor de engenho devia uma soma considerável ao mascate que o tinha suprido, e, então, este inflexível credor lhe dava duas alternativas a escolher: ou pagar no ano seguinte o **dobro** do que devia; ou entregar-lhe o pagamento em açúcar no valor de 400 réis cada arroba (que valia 1400 réis nos mercados da Europa). Qualquer destas propostas arruinaria, infalivelmente, o empresário brasileiro.

Mas não se deteve aí a ganância dos mascates. Assaltada a riqueza particular, quiseram assaltar o erário público. (O Estatuto de Kalisz foi reeditado, por diversas vezes, ao longo do tempo. Aconteceu assim na Polônia, na Espanha, em Portugal, na Rússia, na Alemanha (como será visto no capítulo seguinte) e no Brasil. Estava por vir a era Pombal – o “grande amigo dos pedreiros – livres e dos judeus”, o que significa dizer que também aqui viriam eles gozar sua “época de ouro”.) Sem

qualquer escrúpulo, apelidaram os nobres pernambucanos de “**pés-rapados**”, o que de certo modo não era sem razão: os usurários lhes haviam tomado até as botinas!

Os ânimos da gente da terra começaram a fermentar e a fazer crescer o ódio contra a opressão. Cansados da exploração, das insolência e dos insultos, os pernambucanos se sublevaram à 5 de novembro de 1710. Liderados por Pedro Ribeiro, os brasileiros expulsaram o Governador Sebastião de Castro Caldas e a mascataria, depois de derrotar as tropas do Governo. Os trânsfugas não retornaram para a Europa. Estabeleceram-se na Bahia, onde se puseram no aguardo de uma nova oportunidade. Todavia, não ficaram de braços cruzados. Montaram, logo de chegada, um “trust” de alimentos (principalmente farinha), despertando a curto prazo a antipatia e o repúdio dos baianos. Entrementes, comprando o apoio de várias personalidades do Nordeste (vide Gustavo BARROSO, “**História Secreta do Brasil**”, Vol. I, p. 116/129), tramaram a reconquista dos privilégios obtidos em Pernambuco. (Em época coincidente vários “pogroms” estouraram em Lisboa. Os historiadores portugueses afirmam que todos eles foram precedidos de “enormes carestias do custo de vida”, e que o açambarcamento dos gêneros alimentícios levava o povo à revolta contra os opressores. Como sempre, os judeus juram que não passaram de “**bodes expiatórios**”). – (Vide Anexo 9)

O poder econômico triunfou afinal sobre a honrada e ativa gente pernambucana. Os historiadores “oficiais”, todavia, difundem a versão de que a “**legalidade**” triunfou sobre os “**vadios**” e “**pés-rapados**”, recompondo a ordem em Pernambuco. O resultado foram devassas, prisões, torturas, arbitrariedades, desterramentos, extorsões aos “devedores”... Como asseveraram inúmeros historiadores, “reinou o terror judaico sobre a pobre gente dos Guararapes”.⁵⁹

A Guerra dos Emboabas (1708-1709) não foi mais do que uma disputa entre a gente da terra e os forasteiros (denominados “emboabas”), que se deslocaram para Minas Gerais gananciosos pelo ouro recém-descoberto. Já se sabe quem eram esses forasteiros hábeis em colocar-se no centro dos acontecimentos sempre que surgem

⁵⁹ Gustavo BARROSO. Op. cit. p. 128.

oportunidades de grande ganho. Muitos paulistas foram massacrados na localidade denominada Capão da Traição. O chefe emboaba prometeu aos paulistas que lhes pouparia a vida, caso se rendessem. (Estavam cercados em um capão de mato.) Entretanto, quando eles depuseram as armas, foram massacrados impiedosamente. (Esta prática foi largamente empregada pelo bolchevismo-judaísmo, como já foi visto. O massacre de Katyn e a chacina de alemães em Stanevo são exemplos de como agia essa corja sem pátria e sem qualquer consideração pelos goyns. Esses exemplos, relativamente recentes no tempo histórico da humanidade, fazem a tônica da História, e não a exceção, como deduz facilmente todo aquele que se dispõe a investigar com isenção de ânimo a marcha dos acontecimentos.)

No sul do Brasil, muitos quilômetros além de Laguna, onde o meridiano de Tordesilhas demarcava o limite meridional da colônia lusitana, a visão geopolítica da Coroa decidiu estabelecer um forte e um núcleo populacional às margens do Prata. Surgia a Colônia do Sacramento, foco de acirradas disputas entre luso-brasileiros e platinos. Estes últimos toleraram por muitos anos a intromissão portuguesa no Prata. A região onde mais tarde surgiria o Uruguai era quase totalmente desabitada e a Coroa espanhola não tinha por ela maiores interesses. A paz no Prata foi quebrada pela ingerência de “peruleiros” judeus, que resolveram instalar ali um ponto de contrabando. Diz Fernando NOBRE: “Para o mister de contrabandista, que o judeu praticava, dirigindo e estipendiando, raramente tomando parte direta por causa do perigo, eram empregados aventureiros capazes de recorrer às armas em caso extremo.”⁶⁰

Os antigos “peruleiros” entregaram-se em Sacramento ao contrabando da prata, couro, madeiras e produtos alimentícios, a salvo da Inquisição que os tangia de Lima. Enquanto luso-brasileiros e castelhanos se enfrentavam, tingindo o pampa de sangue, os espertos contrabandistas, alheios às lutas e sacrifícios, indiferente à sorte das armas, enriqueciam sem derramar uma gota sequer de suor ou sangue. (Cf. Gustavo BARROSO e diversos historiadores.)

⁶⁰ Fernando NOBRE. *As Fronteiras do Sul*, p. 33.

Como foi visto, a acumulação de fortuna pelos cristãos-novos se deu até a metade do século XVIII pelo monopólio do pau-brasil, a especulação sobre o açúcar, o tráfico negreiro, a pirataria, as companhias de comércio e navegação, o açambarcamento de gêneros, o estanco de produtos, a desapropriação forçada das minas, o contrato dos diamantes e, finalmente, pelo contrabando.

Mas, apesar das facilidades até então encontradas, à exceção dos 60 anos de domínio espanhol, trataram os judeus de importar para o Brasil a seita secreta que eles tinham implantado na Europa: a maçonaria (ou pedreiros livres, ou “judaísmo cabalista” – segundo a **“Histoire de France”**, Tomo II, p. 393).

Como foi visto nos capítulos anteriores, a conspiração judaica, invariavelmente negada e atribuída à visão lunática dos anti-semitas, é antiquíssima e permanente. Desde o cativo na Babilônia até o nascimento de Cristo, durante pelo menos cinco séculos, os judeus viveram em permanente conspiração: contra os persas, os egípcios, os sírios e os romanos. Depois da vinda de Cristo, tentaram solapar as bases do Cristianismo, tramando intrigas, alianças de conveniência (romanos, mouros, soviéticos, por exemplo), difundindo heresias, criando ideologias utópicas (marxismo, por exemplo) e fundando sociedades secretas. A obra de William SCHNOEBELEN – **“Do Outro Lado da Luz”**, recentemente editada no Brasil, parece dirimir todas as dúvidas sobre as finalidades da maçonaria, uma das obras mais nefandas do judaísmo. O autor hebreu Adolf FRANK, em **“La Kabballe”** (p. 341-353) parece ser quem melhor a define e caracteriza:

“O segredo maçônico disfarça, esconde e protege o Poder Oculto Internacional, o qual, por meio dele, vai provocando em todos os organismos governamentais e sociais as divisões de que devem resultar todas as suas fraquezas. (...) Por necessidade ou natureza os judeus sempre procuraram, utilizaram e amaram o mistério; e, desde o tempo dos romanos sempre tiveram um governo oculto organizado. (...) É a maçonaria que usa o sistema dos cabalistas talmúricos, o qual data do exílio da Babilônia. A cabala viveu e vive sempre no mais profundo seio dos mistérios da maçonaria, destinada à propagação dos seus ensinamentos. (...) O Marquês de Pombal introduziu e apoiou no reino lusitano a era dos maçons, que não passavam de cristãos-novos, tanto que as duas palavras eram si-

nônimos. No campo, pedreiro-livre era sinônimo de judeu. (...) No Brasil, as lojas maçônicas foram introduzidas nos últimos tempos do regime colonial. Algumas foram instaladas sob os auspícios do Grande Oriente português; algumas sob os da França; outras, independentes deles. Todas do rito adonhiramita. Foram fundadas inicialmente no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco. (...) A maçonaria entrou em cena na Inconfidência Mineira, disso resultando o suplício de Tiradentes em 1790. Oito anos depois, levou mais gente ao patíbulo, na Bahia, onde primeiro se estabeleceu o Grande Oriente e de onde fora mandada a prancha para a conspiração mineira.”

Gustavo BARROSO (“**História Secreta do Brasil**”, Vol. II, p. 42) afirma que foram eminentemente nativistas a guerra contra os holandeses, a reação contra os mascates, os emboabas, e contra os judeus do estanco maranhense. Ao contrário sucedeu com os movimentos de Minas, em 1789, do Rio de Janeiro, em 1794, e da Bahia, em 1798. Foram todos eles movimentos internacionais do povo maçônico – como confirma o próprio José Bonifácio. O resultado disto é que os patriotas e nativistas mortos no Capão da Traição, os pés-rapados de Olinda, Bequimão e seus companheiros, que não eram maçons e combateram a exploração judaica, foram esquecidos pelos historiadores, ao contrário do que sucedeu com os “heróis” das causas avalizadas pela judaico-maçonaria. (Ver Anexo 11)

D. Pedro I foi derrubado pela maçonaria como se depreende do relato de vários historiadores. Não foram envolvimento com a Marquesa de Santos (Domitila de Castro Canto e Melo) e a perda da Província Cisplatina as causas principais de sua abdicação. Sua queda se deu como consequência de uma grande ousadia e afronta ao poder oculto: **a ordem de fechamento de todas as lojas maçônicas existentes no país.** (Consultar Gustavo BARROSO – “**História Secreta do Brasil**”, capítulos XVI e XV; Tobias MONTEIRO – “**História do Império – A Elaboração da Independência**”; Pedro CALMON – “**História Social do Brasil**”; e “**Anais da Biblioteca Nacional**”, Tomos XLIII e XLIV.)

D. Pedro I, assumindo o Império em situação econômica desastrosa (seu pai limpava os cofres públicos quando do retorno a Portugal), caiu na esparrela, no poço sem fundo do endividamento externo. Assi-

“Os povos, na época de nossa Independência pediam cartas constitucionais; e os governos dos povos pediam dinheiro. A maçonaria elaborava as cartas e o judaísmo dava o ouro. Assim, os poderes políticos minguavam diante dos poderes secretos e dos poderes financeiros, os primeiros a reboque destes. Com o Brasil não aconteceu diferente. O Império nasceu curvado diante da internacional maçônica e da internacional bancária.”

A participação de José Bonifácio – o Patriarca, e dos principais políticos da época na maçonaria é fato incontestável, registrado até com orgulho pelos historiadores “oficiais”. O que é mascarado ou tratado por alto, é a questão de como começou nosso endividamento externo e de quem foram os abutres a nos sugar o sangue.

A obra de Gustavo BARROSO – “**Brasil, Colônia de Banqueiros**”, com cinco edições na década de 30, reeditada pela Revisão Editora Ltda, em 1989, teve esta reedição apreendida pelos guardiões da “verdade conveniente”. Circulou livremente em época que poucos liam (apesar disto, teve cinco edições). Hoje, tornou-se instrumento perigoso. Mais gente está lendo. A conscientização já não é uma simples utopia dos livros de Paulo Freire. É uma obra definitiva sobre a questão de nosso endividamento externo de 1824 no ano de 1934. Hoje, se alguém pretendesse dar-lhe continuidade, examinando essa questão de 1824 à atualidade, teria de modificar-lhe o título. Não se trata de supressões, mas de acréscimo. O trato do Governo FH para com os bancos externos (pagando-os rigorosamente em dia) e para com os internos (cobrindo os rombos de seus “administradores”), obriga a que se intitule esta obra hipotética de “**Brasil, Colônia/Paraíso de Banqueiros**”!

Não há espaço aqui para aprofundar estudos sobre o tema. O leitor interessado terá de recorrer à leitura de obras correlatas, como a acima indicada. Por ora, basta registrar como começou o inferno de nosso endividamento externo. Um decreto assinado pelo Marquês de Maricá, em 24 de janeiro de 1824, assinalou o início de nosso suplício. (A Constituição maçônica que tinha sido apresentada a D. Pedro I, foi rasgada e substituída por outra de sua própria autoria. O Imperador disse “não” aos poderes secretos, mas estendeu a mão ao ouro judai-

co.) A referida tomada de empréstimo foi de um milhão de libras esterlinas, das quais só recebemos 750 mil (as 250 mil faltantes destinaram-se a cobrir despesas e a serem repartidas entre os intermediários). O empréstimo foi concedido por um consórcio de casas judaicas: Farquhar, Crawford, Fletcher Alexander e Thomas Wilson. Em 1825, um novo empréstimo, no valor de 2 milhões de libras esterlinas, foi contraído junto a Nathan Mayer Rothschild. Desta vez, além dos descontos para satisfação de mutretas, concedemos à casa Rothschild regalias fiscais, direito de monopólio sobre mercadorias e uma série de vantagens que pai algum dispensa a filho.

Isto foi o começo. Como bola de neve que rola ladeira abaixo, os Governos do Império e da República (com raras exceções) outra coisa não fizeram senão engordar a fortuna de Rotschild, Lazzard & Brothers, Linch, Niemeyer... que seguidamente mandavam emissários para nos pôr a corda no pescoço. (Getúlio Vargas foi um dos poucos que os botou a correr. – Vide **“Diário de Getúlio Vargas”**.) Hoje já não têm este trabalho. Dispõem do Fundo Monetário Internacional (FMI) para botar na linha os “maus pagadores”.

Se a maçonaria infiltrada no Brasil agia junto à classe política, botando e tirando o Imperador (como faz hoje o Sr. Roberto Marinho em relação aos Presidentes, colocando e/ou puxando a escada na hora que melhor lhe convém – ou convém aos seus mandantes), não parou aí sua atividade deletéria. D. João VI fundara algumas faculdades de ensino superior (medicina), mas estas só passaram a conceder diplomas a partir de 1826. Universidades, o Brasil só teve a partir de 1920. É isto mesmo! Acredite quem quiser, ainda mais se considerarmos que a Espanha criou Universidades na América desde 1538! Mas é preciso considerar que a Espanha não “dava mole” aos judeus, fazendo a Inquisição funcionar a todo vapor. Aqui, a ideologia imperante era outra. Pretendia-se manter o povo na santa ignorância. Só um ou outro abastado – logo se pode imaginar quem eram! – podia se dar ao luxo de viajar para a Europa e voltar bafejado pelos ares da educação esmerada.



casamento de Leopoldo Rotschild na Sinagoga Central Londres — Gravura do "Crapavillot" de Paris, nº especial de setembro de 1936. O dote dos noivos foram títulos da Colônia do Brasil...

(Fonte: Gustavo
BARROSO. *História
Secreta do Brasil.*
Vol. VI, p. 33)

Fundou-se uma Faculdade de Direito, em São Paulo, no ano de 1827 e outra, logo depois, em Olinda. Desde logo, a maçonaria tratou de dar as cartas nessas instituições. Importou da Europa as associações secretas denominadas Burschenschaften e Bruderschaften (aqui apelidadas de “Bucha”), a fim de monitorar os cursos de Direito. A “Bucha” — de conformidade com diversos historiadores e especialistas em maçonaria — disfarçava a sua finalidade política com fins de caridade (ajuda aos estudantes pobres). O segredo que a velava era apresentado aos cate-

cúmenos sob o pretexto da mão direita não saber o que faz a esquerda. Seu mistério desfiava a curiosidade dos jovens.

Sobre os maus frutos gerados pela “**Bucha**” assim se posiciona Gustavo BARROSO:

“Sabendo-se que é das academias de Direito que saem os futuros magistrados, e que na grande maioria pertencem à ‘Bucha’, unicamente preocupada em colocar e fazer avançar seus membros, embora desprezando os princípios da moral, é óbvio que em pouco tempo a Justiça brasileira passou a ser dirigida não mais pelos interesses superiores da própria Justiça, mas pelos interesses inferiores do poder oculto. (...) Por meio de uma sociedade secreta de estudantes, aparentando coisa inocente, os formidáveis jogadores do xadrez social do judaísmo prepararam as jogadas futuras, dispondo mais adiante até de boa parte da Justiça, base de toda a vida nacional. (...) Os magistrados algemados às maçonarias e ‘buchas’ não podem, em verdade, obedecer à Lei, porque estão presos a juramentos de obediência a uma outra lei – o poder secreto. (...) O bacharelismo bucheiro nasceu no Primeiro-Reinado, cresceu lentamente através do Segundo e predominou na República... Quem plantou e quem regou sabia bem o que estava fazendo e para quem estava fazendo.”⁶¹

É ponto pacífico tanto da Filosofia do Direito quanto da Sociologia Jurídica que “a sociedade é quem faz o Direito”, e não este que a molda. Em outras palavras, o Direito nasce do *modus vivendi* de cada sociedade, fundamenta-se nas tradições culturais e nos costumes. As leis devem nascer, pois, de baixo para cima, com o objetivo de regular os comportamentos individuais segundo os padrões da *mass media*. Seria absurdo pretender-se, por exemplo, que os esquimós da Groenlândia tipificassem seus códigos segundo os padrões novaiorquinos, ou vice-versa. Não se pode imaginar legislação similar para as sociedades muçulmanas e cristãs. Mesmo dentro de um país de grandes dimensões – como é o caso dos Estados Unidos, é impensável unificar o Direito. Determinados comportamentos exigem padronização de âmbito nacional, outros não. Mesmo a cominação penal varia de região para região.

No Brasil, desde a elaboração da primeira Constituição e dos primeiros códigos, contrariou-se este princípio consagrado do Direito. As

⁶¹ Gustavo BARROSO. **História Secreta do Brasil**. Vol. II, p. 84/86.

elites – invariavelmente contando com a supremacia numérica dos **bu-cheiros** e dos **maçons** – determinaram, não como o Direito positivo deveria ser, mas como deveria comportar-se a sociedade segundo o ponto de vista e interesse dos poderes secretos dominantes. Criaram-se códigos de processos que ao invés da retilineidade e facilidade, primam pelas curvas tortuosas, pelas dificuldades, pelos labirintos só conhecidos pelos que ascendem além do conhecimento perfunctório. De tal sorte que a esmagadora maioria das sentenças não espelha o julgamento de méritos, mas premia habilidades em percorrer a cova do Minotauro.

Deixamos o curso de Direito, depois de vários semestres concluídos, quando nos deparamos com a inexistência de uma disciplina vital, indispensável mesmo, ao currículo: a Sociologia Jurídica. Só há uma razão para isto: escamotear aos futuros formandos a obtusidade de nosso Direito. Impõe-se uma obediência cega ao Direito positivo, ditado pelas elites “proprietárias do saber”, pretendendo-se que um caboclo da Amazônia siga as regras de conduta de um executivo paulista. No momento de penalizar, beneficia-se aquele que, psicologicamente, mais culpado é. A culpabilidade exige que o infrator tenha conhecimento da antijuridicidade do ato contrário ao Direito cometido e que esteja em condições psíquicas de estruturar a consciência e a vontade de acordo com o ordenamento jurídico. Pois crimes idênticos cometidos pelo caboclo amazônico e pelo executivo paulista, embora a culpabilidade do segundo seja inequivocamente comprovada e a do primeiro bastante duvidosa (por ser-lhe impossível exigir os requisitos mencionados), acarretam penas distintas. O caboclo cumprirá pena em regime comum; o executivo (por possuir instrução de nível superior) terá direito à prisão especial.

Os argumentos aqui arrolados e outros tantos que poderiam ser mencionados nos escorraçaram da Faculdade de Direito. De que vale a ilusão de buscar-se Justiça num sistema de cartas marcadas? Terá algum significado arremeter lanças, quixotesicamente, contra muralhas inexpugnáveis? Valerá a pena lutar sabendo que os resultados serão favoráveis, invariavelmente, àqueles que possuírem o trunfo do poder econômico, capaz de arregimentar os melhores advogados em prol de suas causas? Há razão de ser para atuação num sistema em que os juí-

zes não podem interferir no desenrolar do processo, instruindo as partes para explorar suas possibilidades, a fim de buscar-se a **verdade**, ao invés de promover-se uma competição de **habilidades** e “**jeitinhos**”?

O Direito brasileiro, inquestionavelmente, foi todo ele erigido para servir às elites, e não à sociedade. Desafiamos prova em contrário. Se isso ocorrer, talvez resolvamos voltar à Faculdade e concluir o curso interrompido. (Jamais fomos reprovados em qualquer disciplina. Concluímos 18 (dezoito) delas, algumas com nota máxima.)

Não sabemos dizer se a “Bucha” funciona ainda hoje. Mas podemos assegurar que seus reflexos perduram.

Retomemos o curso da História do Brasil, brevemente interrompido quando da abdicação de Dom Pedro I, escoraçado pela maçonaria.

Iniciou-se o conturbado período regencial, onde as trinas e unas, impostas pela menoridade do herdeiro, refletiram as lutas pelo poder, comandadas, de um lado, pela brasilidade e, de outro, pelo poder secreto. Este interferiu em praticamente todas as ocasiões, na tentativa de dividir o Brasil. Seus agentes insuflaram a Cabanada, a Cabanagem, a Sabinada, a Balaiada e, principalmente, a Revolução Farroupilha.

No caso da Revolução Farroupilha, que por dez anos perdurou (1835-1845), Gustavo BARROSO afirma:

“Na vastidão dos pampas da antiga Vacaria, onde fora criada a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nascera uma raça de centauros, cujo patriotismo se criara e acrisolara nas lutas contra as missões guaranis e contra a ousadia dos invasores castelhanos. (...) As forças secretas aproveitando a oportunidade magnífica que a Regência oferecia para o esfacelamento do Brasil, lançaram suas vistas para essa gente brava, desprendida, honesta, idealista, fácil de enganar, a fim de fomentar um movimento que trouxesse nos seus torvelinhos as sementes da República. (...) Atacado fortemente o extremo Norte pela revolta cabana, asoprada do fundo das lojas maçônicas e do iluminismo, era o plano atacar o extremo Sul ao influxo das sugestões e da ação da maçonaria e do carbonarismo. (...) A 19 de abril de 1936, o jornal ‘**Correio do Povo**’ publicava a seguinte manifestação do Oriente de Porto Alegre:

‘AD UNIVERSI TERRARUM ORBIS SUMMI ARCHITECTI GLORIAM! – Ao Governo, ao Povo e aos maçons de todo o Brasil e a quem mais a presente vier a conhecer. Nós, representantes legítimos de todos os maçons residentes no Oriente de Porto Alegre, sob a inspirações

do mais intenso júbilo, aqui reafirmamos no destino de nossa **Raça** (sic). E, na celebração do primeiro centenário de **um dos três maiores feitos maçônicos do Brasil** (Independência. Revolução Farroupilha e Proclamação da República), queremos abraçar fraternalmente a todos os nossos irmãos de **Raça** (sic).”⁶²

As duas colunas maçônicas do Brasão Farroupilha atestam por si só a participação das “**forças ocultas**” (lembrar as mensagens de Getúlio Vargas e Jânio Quadros) em mais uma tentativa de seccionar o Brasil.

Afirma Gustavo BARROSO:

“Nessa luta dos Farrapos contra o Império, apanhamos o judaísmo e a maçonaria: esta, preparando o terreno, criando o clima, deflagrando o movimento; aquele, através da **mão oculta** de Mauá ligada ao braço de Carruthers, de Castro & Cia, de Manchester, distribuindo o ouro que alimentava o derramamento do sangue brasileiro.”⁶³

A figura de Irineu Evangelista de Souza, Barão e depois Visconde de Mauá, a dar-se crédito à opinião de Gustavo BARROSO e outros historiadores, é figura que, tal como a de Oswaldo Aranha, está a merecer um estudo mais aprofundado. Segundo ele, Mauá “surge como caixeiro humilde da casa judaica de Ricardo Carruthers, da qual se torna gerente e sócio”, sendo que “no convívio com os judeus britânicos, perdera até os hábitos da língua pátria; só sabia contar em inglês e, quando irritado, dizer desaforos em inglês...”⁶⁴ Em sua época, o Brasil contraiu empréstimos mais desfavoráveis do que nunca, endividando-se até o pescoço. Mauá, em contrapartida, fez grande fortuna com os frutos da intermediação. Há quem o compare a Warren Hastings e Cecil Rhodes, ingleses que se notabilizaram, o primeiro na Índia e o segundo da África do Sul. (Sem ter, evidentemente, cometido os crimes daqueles.)

No ano de 1875, Mauá quebra fragorosamente. Rei morto, rei posto! Rotschild destrona Mauá e seus concorrentes em solo inglês,

⁶² Gustavo BARROSO. **História Secreta do Brasil**. Vol. IV, p. 1 / 2.

⁶³ Idem, p. 23.

⁶⁴ Gustavo BARROSO. **História Secreta do Brasil**. Vol. V, p. 71.

tornando-se, como no início do Império, o grande suserano das finanças brasileiras.

D. Pedro II, embora nunca tenha sido maçom ou mantido qualquer ligação com sociedades secretas, conseguiu reinar por 49 anos. Por que isto pôde acontecer? Porque, muito além da vontade maçônica, o Imperador sedimentava uma verdadeira mística do trono. De início – conforme os historiadores da linha de Gustavo BARROSO –, as forças secretas tentaram impedir a formação dessa onda de opinião pública em torno do Imperador-menino. Mas as correntes em contrário e o carisma de D. Pedro II eram fortes. O Imperador, formado em Coimbra, liberal como a maioria dos homens de seu tempo, parlamentar realista, objetivo, prático, pragmático e extremamente simples, levou o bucheiro Antônio Carlos a dizer ao irmão, em plena reunião ministerial, ao apresentar a demissão do gabinete: “Quem se mete com crianças, amanhece molhado...”

Em 1842, os paulistas deflagraram uma revolução “constitucionalista” (como alegadamente ocorreria em 1932). Por duas vezes – afirma Gustavo BARROSO – a “Bucha” fez os paulistas deramarem improficuamente seu nobre sangue. Coube a Caxias debelar a insurreição de 1842, tal como as que ocorreram no período regencial. (Logo depois seria enviado ao Sul para apaziguar o Rio Grande.)

D. Pedro II, além do enfrentamento das guerras contra Rosas e Solano Lopes, ambas instigadas pelas “forças ocultas” – como comprova vasta bibliografia, teve que resolver difíceis problemas como a Questão Christie (provocada pelo famigerado “Bill Aberdeen”, que se constituiu em inequívoco atentado à soberania do Brasil), a luta empreendida pela maçonaria contra a Igreja Católica,⁶⁵ o crescente endividamento externo e, finalmente, a libertação da escravatura.

Todos esses episódios tiveram a participação, ora clara, ora velada, ou dos “elaboradores de Cartas” ou dos emprestadores de ouro.

Com respeito ao endividamento externo, o que se pode dizer é que em 1843, o Governo Imperial para remir os saldos devedores de todos os empréstimos contraídos no período, contraiu junto a Rotschild

⁶⁵ Com respeito a tentativa dos maçons de destruir o catolicismo no Brasil, consultar “O Cristianismo em Xequê”, deste autor. (N. A.)

um novo empréstimo no valor de **£ 3.855.307**. O suor e o sangue de várias gerações devolveram aos cofres do banqueiro nada mais nada menos do que **£ 8.500.000**.

Sobre a vinda de cristãos-novos para o Brasil e o mascaramento de sua condição de praticantes do judaísmo, deixemos que um autor hebreu dirima as dúvidas:

“Entre todas as regiões do mundo, o Brasil foi o país que recebeu o maior número de marranos. Enquanto os que chegavam à Turquia, Marrocos, Holanda e Inglaterra proclamavam abertamente sua condição de judeus, os que vieram para o Brasil, colônia portuguesa sujeita à Inquisição, eram obrigados a conservar em segredo sua fidelidade ao credo dos seus antepassados.” (Moyses EIZIRIK. **Aspectos da Vida Judaica no Rio Grande do Sul**, p. 15)

No início do século XX, hebreus procedentes da Europa Oriental (Polônia, Rússia e Bessarábia), “fugindo aos pogrons e à estagnação econômica que afetava aquelas regiões”, vieram ocupar colônias que lhes foram designadas no Rio Grande do Sul. Antes, no final do século XIX, muitos deles se distribuíram no Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e São Paulo. Afirmam os historiadores hebreus que estes imigrantes não alimentavam pretensões de fixar-se no país. Eram, quase todos homens solteiros, que vinham aqui “com a intenção de amealhar recursos e voltar aos seus locais de origem”.

O Rio Grande do Sul, o estado brasileiro reservado à imigração de agricultores de etnia não-portuguesa, em razão do clima semelhante ao europeu e da existência de grande quantidade de áreas despovoadas, já recebera colonos de outras nacionalidades durante o Império. Para os “agricultores” de etnia hebraica, o Rio Grande do Sul pôs à disposição duas colônias: a de Philippon, em Santa Maria, com 5.767 hectares, e a de Quatro Irmãos, no município de Erechim (então pertencente a Passo Fundo), com 93.850 hectares. Na primeira colônia foram instaladas 102 famílias. Não possuímos dados concretos sobre o número de famílias que se estabeleceram em Quatro Irmãos, mas pela grande área a elas destinadas, pode-se fazer uma estimativa: o número andou em torno de 1600 famílias.

Em menos de 30 anos, tanto Philipppson como Quatro Irmãos estavam totalmente despovoadas de hebreus. Alegam estes, que as esferas governamentais brasileiras não lhes deram apoio algum. Este, aliás, foi o tratamento dado aos imigrantes alemães e italianos, que, apesar de tudo, superaram as dificuldades e conseguiram progredir. A resposta a estes procedimentos diferentes em face à situações idênticas, encontra-se na **Nova Enciclopédia Internacional**: **“Entre as características salientes da raça hebréia devemos citar: a aversão acentuada a todo trabalho material que importe em fadiga...”**

Progrediram as colônias italianas e alemãs do Rio Grande do Sul, polonesa do Paraná, japonesa de São Paulo, mas não as hebraicas do estado meridional brasileiro. Guilherme SOIBELMANN – autor de **“Memórias de Philipppson”**, diz que os escassos resultados obtidos com a agricultura, fizeram com que a maioria dos varões, filhos de colonos, procurassem outros meios de ajudar a subsistência da família. Boa parte deles – afirma a citada fonte – tornou-se **mascate**. (Sabemos todos como a mascataria, invariavelmente, progrediu no Brasil.)

Aos judeus que chegaram ao Brasil no final do século XIX e início do XX, juntaram-se judeus alemães e austríacos. Calculam historiadores hebreus que apenas no ano de 1929 teriam chegado ao Brasil 6.000 imigrantes dessa etnia. Eram recebidos por parentes, conhecidos, empresários já estabelecidos. Tornaram-se vendedores de bens de consumo; negociavam com compra e venda de roupas usadas; vendiam lápis e outras miudezas; outros vendiam gravatas confeccionadas por eles próprios... Outra vez a atividade de **mascate**. (Os judeus possuem **“excelente aptidão para o comércio; astúcia e perspicácia para especulação, especialmente em assuntos de dinheiro...”** – **“Nova Enciclopédia Internacional”**)

Afirmam os historiadores hebreus que as duas primeiras gerações enfrentaram grandes dificuldades. Mas isto não ocorre certamente com a terceira geração. Seus integrantes se apoderaram dos grandes órgãos de comunicação de massa, de uma apreciável fatia das telecomunicações, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Vale do Rio Doce, de muitos postos de primeiro escalão dos governos federal, estaduais e municipais...

A proporção entre os hebreus e os negros brasileiros é de aproximadamente 1/100. Todavia, essa maioria de brasileiros, descendentes daqueles que realmente construíram as riquezas materiais da nação, hoje parece conformar-se com a situação de desigualdade na repartição dos encargos de governo. Pedem pouco, e nem isto recebem.

Quando um ou outro “bota a boca no trombone”, é ameaçado de processo e penalização criminal. Deram-se conta disto, o sindicalista da Eletropaulo que ousou afirmar que o genro do Presidente estava **“transformando a empresa numa sinagoga”**, e a professora Eliane Alves da Silva, que reincorporou o Boca do Inferno, e disse, sem papas na língua: **“O Brasil é um país de merda, com seus governantes de merda, que venderam a Vale a um judeu safado e sem pátria.”** (Ver Anexos 3 e 4)

O ator Milton Gonçalves, talvez para não se indipor com o “Cidadão Kane brasileiro”, foi comedido, sugerindo que o Presidente FH convocasse cidadãos negros para ocupar cargos do segundo escalão do Governo Federal. (Fonte: Contigo!47 – 22/07/97-0114)

Cidadão culto e politizado que é, Milton Gonçalves sabe que os cargos de primeiro escalão ou estão preenchidos ou reservados para os que usam solidéu ou recebem ordens do FMI.

Getúlio Vargas durante o Governo ditatorial (1930-1945) tentou estancar a imigração judaica para o Brasil. Elaborou um decreto-lei proibindo sua entrada no país e ordenou a expulsão daqueles que haviam entrado ilegalmente.

Abriu exceção a um pedido de Pio XII. Sua Santidade solicitou ao Governo brasileiro a permissão para entrada no Brasil de 3.000 hebreus, **“convertidos ao catolicismo”** e que se dedicavam às **“lides agrícolas”**. Tendo chegado aqui 959 desses “judeus do Vaticano” (como eram chamados), Getúlio teve que se desculpar com o Papa e suspender a concessão de vistos. O argumento apresentado à Sua Santidade foi a de que nenhum dos 959 se dispusera a pegar na pá ou picareta, e todos, ao invés do **Pai Nosso**, continuavam recitando o **Kaddish**. (Consultar a obra do autor hebreu Avraham MILGRAM, intitulada **“Os Judeus do Vaticano”**, Rio de Janeiro, Imago, 1994.)

É extremamente difícil sintetizar em duas dezenas de páginas o tema proposto para este capítulo. O leitor interessado em aprofundar

estudos terá de recorrer à bibliotecas. Mas, há grande probabilidade de sair dali decepcionado. Seu diálogo com as inocentes e desconcertadas bibliotecárias, provavelmente será o seguinte:

- As obras de Gustavo Barroso, por favor...
- Os ratos roeram.
- De Pedro Calmon, então...
- As traças devoraram.
- Mas eles foram até Presidentes da Academia Brasileira de Le-

tras...

– Sinceramente, não sei o que houve. A verdade é que todas elas se escafederam. Não encontro nenhuma nas prateleiras...

O JUDAÍSMO NOS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES

Antes que Gaspar da Gama acompanhasse a frota de Pedro Álvares Cabral, e os portugueses tivessem descoberto o Brasil, os judeus já tinham posto os olhos nas Américas. Com a expedição de Cristóvão Colombo tinham viajado cinco judeus: Luís de Torres, como intérprete; Marco, como cirurgião; Berna, como médico; Allonso de la Calle e Gabriel Sanches. Adiantando-se ao pioneirismo de Fernando de Noronha em relação ao “trust” do pau-brasil, o judeu Luís de Torres fundou em território cubano a agro-indústria do fumo, podendo ser considerado como o patriarca do atual domínio absoluto judaico da indústria mundial do tabaco.

Em 1654, quando os holandeses foram definitivamente expulsos de Pernambuco, muitos judeus (cristãos-novos) emigraram para a colônia holandesa mais setentrional da América do Norte, onde hoje está localizada a cidade de Nova York.

De acordo com diversos historiadores, não lhes foi permitido desempenhar cargos públicos, nem exercer a mascataria. Em consequência, dedicaram-se ao comércio de exportação, do qual, graças a suas múltiplas relações européias, obtiveram o monopólio em curto espaço de tempo.

Afirma Henry FORD (“O Judeu Internacional”, p. 29): “Durante a revolução americana a maior parte dos judeus fugiram de Nova York para a Filadélfia, mas voltaram quase todos para ali na primeira oportunidade; indicava-lhes o instinto que esta povoação seria o **paraíso terrestre.**”

Hoje, ninguém desconhece que **Nova York** (e não Jerusalém ou Tel-Aviv) é o centro principal do judaísmo mundial. O referido autor complementa (p. 30/31):

“É em Nova York que se acha a grande banca (bolsa de valores) em que toda a importação e exportação aforam o Tesouro Nacional, onde todo o trabalho produzido nos Estados Unidos rende o seu tributo aos potentados financeiros do país. Quase todos os solares de Nova York são de propriedade judaica. Uma relação dos proprietários urbanos ostenta poucos nomes que não sejam de judeus. (...) Grande parte da atual riqueza dessa cidade não é de fato riqueza real, mas imensidade de valores fictícios que dependem apenas do fato de que Nova York continue a ser Nova York. (...) No decorrer de 50 anos (1880 a 1930), a população judaica dos Estados Unidos passou de 50 mil a mais de 3 milhões e 300 mil pessoas. (...) Os judeus residentes nos Estados Unidos jamais abandonaram nem sequer um átomo de suas originalidades. Não se dedicaram nem aos ofícios comuns nem à agricultura. Nunca se esforçaram por produzir objetos de uso, mas trataram de adquirir produtos feitos, para negociar com eles, segundo o costume. (...) Seus conceitos privilegiam as coisas, os objetos, e não as pessoas. Desta forma se pode explicar a existência das ‘estufas’ ou ‘potros’ de Nova York. Quando pessoas misericordiosas se compadecem dos desgraçados judeus tão vilmente explorados nessas oficinas, ignoram, em geral, que os inventores e usufrutuários dessas ‘estufas’ também são judeus.” (Recomenda-se aos leitores assistir ao filme de Sérgio Leone - **“Era uma vez na América”**, produzido em 1984, à disposição nas locadoras. A película retrata a “máfia judaica” a que Henry FORD se reporta. - N.A.)

Assim como o judeu não se assimilou com as sociedades e culturas por onde peregrinou desde Abraão, também o hebreu americano jamais quis ser “yankee”. Mas apossou-se de muitas atividades importantes à formação de opinião pública, do comércio, das artes, dos altos cargos do Governo e da Justiça. Já na década de 20, como destaca Henry FORD, a vida teatral estava exclusivamente em mãos judaicas. Desde o empresariado, a arte dos atores, até a venda de bilhetes, tudo dependia do judeu. Os grandes jornais e revistas, a indústria cinematográfica, as redes de TV a cabo, as principais editoras de livros, a indústria e distribuição de cigarros e bebidas alcoólicas, o mercado prestamista, o controle dos principais bancos e financeiras privadas, toda a fabricação de vestuário masculino e feminino, as indústrias de cosméticos, boa parte

da metalurgia, as agências de transporte, foram por eles monopolizadas nos últimos 50 anos.

Em meados da década de 30, apenas na zona leste de Nova York havia 360 sinagogas! Já naquela época, o poder judaico começava a ditar as regras de Wall Street. Hoje, ele exerce o domínio absoluto sobre a maior Bolsa do Mundo. Também nos Estados Unidos, o primeiro agente financeiro judeu foi **Rothschild**, atuando através de seu preposto **Augusto Belmont**, que para lá imigrou em 1827.

Terminada a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Presidente eleito para a Liga das Nações era judeu, assim como o Presidente de seu Conselho Superior. Outro judeu presidiu o Comitê de Averiguações da Culpabilidade da Guerra. O Tratado de Versalhes que penalizou vergonhosamente a Alemanha, e que plantou as bases para o novo conflito (1939-1945), foi elaborado e imposto por uma delegação composta maciçamente por judeus, a qual desconsiderou *in totum* os quatorze pontos apresentados à Alemanha pelo Presidente Woodrow Wilson. (Consultar obras concernentes, como “**Hitler, Culpado ou Inocente?**” e “**Getúlio Vargas Depõe: O Brasil na Segunda Guerra Mundial**”, do autor desta.)

Qualquer historiador americano comprometido com a verdade sabe que foi o judeu **Bernard M. Baruch** quem lançou os Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, apesar dos protestos de Wilson de manter o país afastado do conflito europeu. Foi **Baruch**, chamado por muitos de “**O Disraeli americano**”, quem preparou o terreno para a entrada americana na guerra. **Baruch** exerceu poderes ditatoriais, como ele próprio confessa em suas memórias. O custo de seu poder junto ao Governo americano foi o sacrifício de milhares de vidas e um dispêndio de **30 bilhões de dólares**, dos quais, **10 bilhões** em empréstimos, armamentos e suprimentos diversos ao bloco da Entente. Foi o próprio **Baruch** quem decidiu quais os homens que poderiam ser alistados nas Forças Armadas americanas. Ele determinava quais as indústrias que não eram essenciais ao esforço de guerra e entregava seus operários, aos magotes, para integrar as tropas expedicionárias. Era ele quem determinava as prioridades, os racionamentos, os preços dos produtos, os tipos e quantidades das matérias-primas que deveriam ser importadas.

O programa mundial elaborado por **Baruch** foi o único apresentado à Conferência de Paz. Foi aprovado sem modificação alguma. Diz Henry FORD (**"O Judeu Internacional"**, p. 188): "O povo francês, que com enorme estranheza observou que milhares de judeus afluíam às sessões de todas as partes do mundo, figurando como 'conselheiros eleitos dos chefes de governos e de Estados', acostumou-se a designar a Conferência de Paz por '**conferência koscher**'." Durante o desenrolar da Conferência, representantes de Estados envolvidos afirmavam: "De agora em diante o mundo será dominado pelos anglo-saxões, e estes, a seu turno, pelos elementos judeus respectivos". (Henry FORD, Op. cit. p. 189)

Os historiadores John Frederick Charles FULLER (**"A Conduta da Guerra"**), Paul JOHNSON (**"Tempos Modernos"**), Salvador BORREGO (**"Derrota Mundial"**), Raymond CARTIER (**"A História da Segunda Guerra Mundial"**), dentre uma infinidade de outros, asseguram que o Tratado de Versalhes, em razão da "paz cartaginesa", imposta aos alemães, foi o estopim da Segunda Guerra.

Diz John F.C. FULLER (Op. cit. p. 209/214):

"Em Versalhes, os 'artífices da paz' se valeram de duas estratégias. Uma solapava a resistência da Alemanha por meio do ataque psicológico. A outra, a aniquilava economicamente sob a forma de bloqueio. (...) O acordo foi aceito pela Alemanha porque seu povo estava morrendo de fome. (...) Em discurso proferido em 11 de fevereiro de 1918, o Presidente Woodrow Wilson declarou: '**Não haverá anexações, nem contribuições, nem indenizações punitivas ... a autodeterminação não é apenas uma frase de efeito. É um imperativo que os estadistas ignorarão daqui por diante por sua conta e risco.**' Negando ponto por ponto as promessas de Woodrow Wilson, os termos de **Baruch** e de sua assessoria maciçamente judaica, impuseram à Alemanha **sanções territoriais** (restituição da Alsácia-Lorena à França, cessão à Polônia da maior parte da Província de Posen - com 600.000 habitantes alemães, etc ...); **industriais** (cessão da Bacia do Sarre à França durante 15 anos, entrega das jazidas carboníferas da Alta Silésia à Polônia, etc ...); **comerciais**: entrega às Potências Aliadas de todos os navios de sua marinha mercante com tonelagem superior a 1600 toneladas brutas, da metade de seus navios entre 1000 e 1600 toneladas, de um quarto de sua frota pesqueira, de 5000 locomotivas e 150.000 vagões de estrada de ferro em boas condições; **financeiras** (confisco de todos os investimentos alemães

no estrangeiro, fixação de uma reparação no valor de **6,6 bilhões** de libras esterlinas); **militares** (desmilitarização da Renânia, proibição de a esquadra possuir encouraçados e submarinos, redução dos efetivos do Exército a um máximo de 100.000 homens, entre oficiais e praças, etc ...); **morais** (julgamento como 'criminosos de guerra' de seus chefes, inclusive a maioria de seus príncipes e generais, admissão da culpa pela guerra, etc ...). (...) John Maynard Keynes afirmaria: 'A paz cartaginesa não é, na prática, nem justa nem possível'.⁶⁶

Os resultados práticos do Tratado de Versalhes foram terríveis para a Alemanha. Não vamos aqui enumerá-los, pois isto demandaria páginas e páginas. Basta, por ora, transcrever um pequeno trecho da obra de J.F.C. FULLER - "**A Conduta da Guerra**" (p. 224):

"Em 1930, 17,5 milhões de alemães tiveram que ser socorridos pelo Governo, e, em 1931, **15 milhões** morriam praticamente de fome."

É preciso acrescentar outros dados?

Qualquer liderança política que acenasse ao povo alemão com a intenção de rompimento com as imposições draconianas urdidas e impostas por **Bernard M. Baruch** e sua camarilha de assessores, ganharia o seu apoio. Foi o que aconteceu com Adolf Hitler e o Partido Nacional-Socialista, como veremos no próximo capítulo.

Por ora, continuemos a examinar o que se passava nas fronteiras externas da Alemanha.

A consequência do cataclisma econômico sofrido pelos Estados Unidos em 1929 ("crack" da Bolsa), o qual muitos peritos atribuem à especulação judaica, ocasionou milhares de quebras e o desemprego para 11 milhões de trabalhadores. A terrível crise econômica possibilitou a vitória do candidato do Partido Democrata Franklin D. Roosevelt, cordialmente relacionado com as esferas israelitas. Assim que assumiu o poder, Roosevelt se cercou de um grande número de "colaboradores" judeus, como J. Warburg, líder do "Truste dos Cérebros", o

⁶⁶ Para conhecer a íntegra das imposições draconianas a que foi submetida a Alemanha, consultar a obra de J.F.C. FULLER - "**A Conduta da Guerra**", publicada pela Bibliex. - N.A.)

“conselheiro” Bernard M. Baruch (que não vacilou em trocar de lado), o Secretário do Tesouro, Henry Morgenthau, James P. Warburg, banqueiro, Félix Frankfurter, Brandeis e Cardozo, membros do Tribunal Supremo, Sol Bloom, membro da Comissão de Estrangeiros da Câmara, Samuel Untermyer, Presidente da Federação Mundial Econômica Judia, Sam Rosenman, rabino Stephen Wise, Sidney Hillman, John L. Lewis, Ben Gold, Abraham Flexner, David Dubinsky, Arthur J. Goldberg, Frank Rosenblum, Jacob Potofsky, Dan Tobin, Jacob Reuther, Walter Reuther, Albert Fitzgerald e daí por diante ...

O fato de Roosevelt ter-se aliado estreitamente aos judeus é a única explicação plausível para uma série de atitudes como a que sucedeu à Noite dos Cristais. (Nesta noite, o povo alemão revoltado pelo assassinato de **Ernst von Rath**, conselheiro da Embaixada Alemã em Paris, pelo judeu **Herschel Grynsman**, apedrejou as vitrinas de muitas lojas e casas bancárias judaicas espalhadas pela Alemanha.) Roosevelt que jamais se manifestara contra o assassinato de milhões de cristãos na Rússia, abriu baterias contra o Governo nacional-socialista pela depredação realizada na Alemanha. (Não é preciso relembrar que as “purgas” soviéticas foram comandadas invariavelmente por judeus. Caiu **Karensky**, assumiu **Trotsky**; substituído este, galgou o poder **Zinoviev**; caiu **Zinoviev**, assumiu **Litvinov**, depois **Kaganivich**, **Beria** e assim por diante). O ouro judaico-americano tinha levado os bolchevistas ao poder. Faltava obter o aval do Governo Roosevelt, o que certamente não foi difícil. Já em 1933 **Morgenthau**, começava a aplainar terreno para o restabelecimento das relações diplomáticas americano-soviéticas. Havia um forte motivo para isso: no final de janeiro daquele ano, Adolf Hitler e o nacional-socialismo, depois de esmagadora vitória nas urnas, tinham subido ao poder na Alemanha. O judaísmo internacional sabia qual o destino que lhe estava reservado. O livro “**Mein Kampf**” (“**Minha Luta**”), os discursos, a filosofia nacional-socialista, a ideologia partidária e a inflexibilidade de Hitler não deixavam dúvidas quanto ao futuro do “bezerro de ouro” na Alemanha. Poucos depois da subida de Hitler ao poder, o editor do “**New York Morning Freiheit**”, um jornal judaico de grande circulação nos Estados Unidos, conclamava os judeus americanos e do mundo inteiro a se unirem na **guerra contra o nazismo**. Como atestam inúmeros historiadores, o congresso judaico-

americano, tendo à frente o rabino **Stephen Wise** (um dos assessores de Roosevelt), entrou decididamente no movimento. **Wise** anunciava o início de uma “guerra santa” contra o nacional-socialismo alemão: “Eu sou pela guerra!” - afirmou em 8 de maio de 1933, conforme registra EDMONDSON em sua obra “**Eu Deponho**”, p. 195. (In Louis MARSCHALKO. “**Os Conquistadores do Mundo**”, p. 61) Antes disso, no dia 11 de fevereiro, uma dezena de dias depois da ascensão de Hitler ao poder, **Morgenthau** já fizera uma declaração de guerra ao nacional-socialismo e, em consequência, à Alemanha. Disse ele: “Os Estados Unidos entraram na fase de uma segunda guerra!” (Publicado no “**Portland Journal**”, em 12 de fevereiro de 1933.)

Se a guerra segundo os parâmetros militares não estourou em 1933, eclodiu na faceta disfarçada do embargo econômico. O próprio ex-Presidente **Getúlio Vargas** o confirma em seu Diário. Várias organizações judaicas e/ou comunistas de boicote se espalharam nos Estados Unidos como cogumelos, tramando arruinar a economia da Alemanha e, por via de consequência, apelar Hitler do poder. A análise fria dos acontecimentos históricos deste conturbado século XX, permite concluir que não foi Hitler quem provocou a guerra, pelo menos em relação aos países ocidentais. Seus intentos bélicos estiveram sempre voltados para o leste europeu, especificamente para a União Soviética. Foi o Ocidente (Inglaterra e França) que lhe declarou guerra, insuflado por aqueles que, desde o ano de 1933, tinham decidido pelo extermínio do nacional-socialismo, ideologia oposta tanto aos ideais sionistas como bolchevistas. As declarações de guerra à Alemanha pela Inglaterra e França, em 3 de setembro de 1939, apenas estenderam para a área de beligerância, um estado de guerra econômica que existia desde 1933. E era dos Estados Unidos, onde se concentrava o centro nevralgico do “bezerro de ouro”, que emanavam os sinais para o “tour de force” contra o nazismo. Sem a cobertura do grande parque industrial norte-americano, a Inglaterra e a França não teriam se jogado a uma aventura que sabiam, de antemão, perdida.

E quando Hitler se lançou à guerra que sempre quis, isto é, contra a União Soviética, foi dos Estados Unidos, país nominalmente neutro até a tragicomédia de Pearl Harbour, que partiram os imensos recursos logísticos que impediram a vitória alemã antes do inverno 1941/1942.

Os esforços para a manutenção da neutralidade, por parte de eminentes figuras da política americana, como Charles Lindbergh, Joseph Kennedy, os cardeais católicos O'Connel e Dougherty, Robert E. Wood, Burton K. Wheeler, Johnson, Hoover, Jeannette Rankin e muitos outros, não foram suficientes para impor-se aos belicistas. O "staff" que cercava Roosevelt dava as cartas e jogava de mão.

Já em 1920, Henry FORD através de artigos publicados no jornal **"Dearborn Independent"**, e mais tarde reunidos em um livro intitulado **"The International Jew"**, alertava acerca da incrível preponderância que os judeus haviam conquistado secretamente na Inglaterra, desde meados do século passado, quando **Disraeli** fora eleito Primeiro Ministro e chefe político dos conservadores. Este judeu guindado ao mais alto posto do Governo inglês plantou as sementes que seriam regadas, mais tarde, por Lord Reading, Lord Rotschild, Lord Northcliffe (Isaac Harmsworth), Harry Pollit, Arthur Horner, Norman Montagu, Sidney Silverman, Samuel Hoare (visconde de Templewood) e muitos outros. Afirmava Salvador BORREGO em sua obra (36 edições em abril de 1988) - **"Derrota Mundial"** (p. 79):

"Não era conveniente para o povo britânico – como hoje se constata claramente - lançar-se em guerra contra a Alemanha, já que o interesse desta, como era público e notório, estava voltado para a União Soviética. Mas, na verdade, sobre os autênticos interesses do povo inglês pairavam os do judaísmo. Seu objetivo era destruir o nacional-socialismo alemão, nem que para isso fosse necessário incendiar o mundo ..."

Para os que não se derem por satisfeitos com o ponto de vista de BORREGO, acrescentamos o depoimento recente de Sir Hartley SHAWCROSS (líder oficial da delegação britânica no Julgamento de Nuremberg):

"Nos Julgamentos de Nuremberg, eu e o colega russo condenamos a agressão e o terror nazista. Todavia, acredito agora que Hitler e o povo alemão não queriam a guerra. E apesar disto, declaramos guerra contra a Alemanha decididos a destruí-la, de acordo com nosso princípio de equilíbrio de forças, **e fomos encorajados pelos americanos em redor de Roosevelt.** (Quem eram os assessores de Roosevelt?) **Ignoramos o apelo de Hitler para não**

entrarmos na guerra. Agora somos forçados a reconhecer que Hitler estava certo. Ele nos ofereceu a cooperação da Alemanha; ao invés disso, estamos, desde 1945, enfrentando o imenso poderio do Império Soviético."⁶⁷

Dorothy STUART-RUSSEL, historiadora norte-americana interessada em pôr em pratos limpos a história da Segunda Guerra Mundial, afirma em razão do depoimento de Sir Hartley SHAWCROSS:

"O arrependimento tem a grande desvantagem de sempre vir depois que o prejuízo - freqüentemente irreparável - foi feito. (...) A afirmação de Sir Hartley de que a Inglaterra estava disposta a destruir a Alemanha pelo motivo de reter seu próprio equilíbrio de forças, do que por alguma razão de grande humanitarismo, não revela nada que já não se saiba - mesmo que não em todo mundo. Mas ela realmente coloca um selo de autenticidade nas fontes que deram a informação pela primeira vez que a participação da Inglaterra, em ambas as guerras mundiais, não se deveu ao altruísmo, mas aos seus próprios interesses mercenários."⁽⁶⁸⁾

A bibliografia concordante com as opiniões de Salvador BORREGO, Dorothy STUART-RUSSEL, David IRVING, Sir Hartley SHAWCROSS, Robert FAURISSON, Ernst ZÜNDEL, S.E. CASTAN, e, mais recentemente, Roger GARAUDY (com o aval do Abade Pierre, uma das mais fulgurantes personalidades do catolicismo de nossa época), é cada vez mais numerosa e consistente em apontar os inimigos do nacional-socialismo alemão como os verdadeiros responsáveis pela Segunda Guerra Mundial.

Em relação à Inglaterra há que considerar um agravante escondido sob o mais descarado cinismo. O Governo britânico declarava guerra à Alemanha em nome da "liberdade", embora mantendo sob seu domínio 470 milhões de habitantes de suas colônias. Dizia-se idealista, mas havia feito uma guerra à China para assegurar o comércio do ópio, que anualmente enriquecia os "controladores do tenebroso negócio" e, em con-

⁶⁷ O referido depoimento de Sir Hartley SHAWCROSS foi inserido no livro de Dorothy STUART-RUSSEL - "**Indictment**", publicado na Califórnia, EE.UU., em 1990 (p. 250).

⁶⁸ STUART-RUSSEL, Dorothy. **Indictment**, p. 251.

trapartida, provocou a morte de 600 mil chineses. Alegou em sua declaração de guerra que o fazia pela integridade da Polônia, e apesar disto não opôs qualquer objeção ao Governo soviético, que se apossou de metade do território polonês!

Antes, o mundo estivera à pique de adiantar de dois a três anos o início do conflito. O assassinato do famoso político espanhol José Calvo Sotelo, a mando do **Grande Oriente** reunido em Genebra, deflagrou a Revolução Espanhola e mostrou ao mundo quem estava com quem. Num primeiro momento, os “rojos” (comunistas) assassinaram 12 bispos, 7 mil sacerdotes e milhares de jovens nacionalistas. Sacerdotes foram crucificados nas portas das igrejas, freiras estupradas e degoladas. Imperou o terror com a mesma violência da época de Bela Kuhn (Cohn), na Hungria. (Consultar, dentre outras, as seguintes obras: “**A Guerra Civil de Espanha**”, de Hellmuth Günther DAHMS; “**Derrota Mundial**”, de Salvador BORREGO; “**Hitler y la Guerra Civil Española**”, de Wilfred von OVEN.)

De acordo com Salvador BORREGO (“**Derrota Mundial**”, p. 64), “como o movimento nacionalista espanhol se opunha à ‘Revolução Mundial’, todos os governos monitorados pelos judeus e pelos maçons se aprestaram a combatê-lo”. Nos Estados Unidos se formou o “Comitê Norte-Americano para Ajuda à Democracia Espanhola”. Os principais líderes do movimento foram o **rabino Louis Mann** e **Albert Einstein**. (E até hoje os americanos procuram, ou fingem que procuram, saber como os segredos atômicos foram parar na União Soviética ... O “Projeto Manhattan” teve à frente os judeus **Openheimer** e **Leo Szilard**. Um historiador francês relata que por ocasião da Conferência de Potsdam, tendo o Presidente Truman aludido à bomba atômica - a fim de que Stálin não fosse pego de surpresa, pois o projeto se desenvolvia sob o mais absoluto segredo -, “**o Homem de Aço não manifestou nenhum interesse particular, nem fez uma só pergunta sobre a natureza do engenho, limitando-se a afirmar para Truman: ‘Espero que a utilize contra o inimigo comum, isto é, os japoneses.’ ...**” (Raymond CARTIER. “**A Segunda Guerra Mundial**”, Vol. II, p. 748) Terminada a guerra, o engenho que os americanos pretendiam utilizar como instrumento de dissuasão também estava sendo fabricado pelos soviéticos. Ao invés de paz e tranquilidade, os americanos passaram a

cavar túneis e abrigos subterrâneos para prevenir-se do arsenal vermelho. Os soviéticos haviam recebido “de mãos beijadas” os resultados de uma pesquisa que custara bilhões de dólares aos americanos. Os fatos históricos comprovam que a menina dos olhos dos judeus era, na época, a “ditadura do proletariado”. Eles participaram com lideranças ativas à frente de todos os movimentos marxistas da época. Para o “Kahal”, a ideologia marxista era um maná caído dos céus. Os trabalhadores emprestavam o nome; alegadamente, para o seu benefício se realizavam as “purgas”, a reeducação dos recalcitrantes, a reorganização ditatorial do Estado. Mas os trabalhadores ficavam longe do aparelho administrativo. Uma seleta casta de intelectuais decidia o que era melhor para eles. E esta casta, como já foi visto, era constituída maciçamente de judeus ...).

Para o Governo americano, a Revolução Espanhola criou um terrível constrangimento. Meteu-o em má situação, numa autêntica camisa de onze varas. De um lado, a assessoria de Roosevelt pressionava o Presidente a apoiar a Revolução Mundial; de outro, a opinião pública pedia, maciçamente, para a não-intervenção. O Presidente tinha em vista um ideal que superava os interesses tanto da nação (como viria a prová-lo mais tarde, por ocasião da Segunda Guerra Mundial) como de seu círculo íntimo: as ambições pessoais. Ficou desta vez do lado da opinião pública, não para satisfazê-la, mas para garantir sua reeleição. Por isso, o comunismo internacional foi barrado em seu intento de dominar a Espanha.

Na França, o controle dos movimentos marxistas estiveram, em todos os tempos, nas mãos dos judeus. Seus principais líderes foram Zay, Leon Blum, Denains, Zyrowszky, Mendel-Bloch, André Gide, Henri Barbusse, Romain Roland, André Malraux, dentre outros.

Os movimentos da década de 1930 foram encobertos sob vários designativos, como: “Liga Internacional contra o Anti-Semitismo”, “Associação Cultural dos Proletários Judaicos”, etc. O Congresso Internacional de Escritores, realizado em Paris, em 1935, foi inteiramente comunista.

Nessa ocasião - segundo Louis MARSCHALKO (“**Os Conquistadores do Mundo**”, p. 45) - “o Congresso Internacional caracterizou-se pelo revezamento de escritores ‘pertencentes à mesma raça’ com o objetivo único de elogiar os sucessos obtidos na Rússia”.

Não se pense que o povo francês não estava vacinado a respeito da atividade judaica no país. Vez por outra, alguém “botava a boca no trombone”:

O Anti-semitismo

A anarquia universal na qual nos debatemos, o desaparecimento de todo senso moral, a dissolução de todos os laços sociais, a ausência de toda justiça e de toda piedade contra os fracos, a adoração única do dinheiro, a trepidação febril que sede lugar às prostrações doentias, aos torpores que nada consegue sacudir são as características sempre iguais da predominância do espírito semita personificado pelo judeu sobre o espírito ariano que teve o cristianismo sua mais sublime expressão... No século 15, Bedford governava a França com o título de Regente do Banco da França...

Os párias de outrora, que a França emancipou com um ardor funesto de generosidade, não perdem uma só ocasião de traír e desonrar o país que os fez homens e cidadãos. Rothschild intervém, por ordem da Alemanha, para fazer malograr o empréstimo russo; Isaac experimenta os fuzis Lebel contra os franceses; Dreyfus envia trigo envenenado a esses russos que morreram de fome para puni-lo por terem sido os primeiros na Europa a testemunhar-nos alguma simpatia. Os açougueiros, judeus, fornecedores de exército, que Morés descobriu dão carne a nossos soldados e põem o selo vermelho dos fornecimentos militares sobre a carne de animais doentes.

Apesar do silêncio de uma imprensa venal, malgrado a cumplicidade da Direita e da Esquerda, que se entendem fraternalmente para não o levar esses fatos a tribuna, tudo isso é sabido, contado entre franceses, e circula de boca em boca. Vi certa manhã um senhor muito pálido erguer o punho diante do hotel suntuoso de um desses judeus envenenadores de cereais, murmurando: “Miseráveis! O castigo está próximo!”

Ah, sim! O castigo está próximo e a A Livre palavra tudo o que depender dela para que ele chegue o mais breve possível. O grande esforço foi realizado; a obra de liberação está em bom caminho, a idéia impressa em todos os cérebros.

Logo todos estarão exasperados contra o judeu. As mulheres francesas irão aderir e expulsarão o invasor a golpes de vassouras. Os cachorros, inclusive, os cachorros de França, á custa de repetir sem cessar em meio a imprecações os nomes sinistros de Rothschild, dos Erlanger, dos Dreyfus e dos Isaac, também participarão e irão latir todas as vezes que se tratar de um deles. Vereis como será fácil nos entendermos entre compatriotas quando estivermos livres dessa horda de judeus vindos de Francforte, de Colônia, de Hamburgo, de todos os Meyer, de todos os Strauss, de todos os Reinach, que se divertem em nos ver lutar uns contra os outros para nos assaltar à vontade à sombra do túmulo... Vereis como todos os ressentimentos e dispersões se apaziguarão com rapidez quando tivermos compreendido a palavra de Joana d'Arc: “É preciso que o sangue da França seja senhor”, quando se tiver adotado nosso programa que se resuma numa palavra: A FRANÇA PARA OS FRANCESES.

(La Libre Parole, n.º. 1,20 de abril de 1892.)

In: FALCON, Francisco e MOURA, Gelson. **A Formação do Mundo Contemporâneo**. 8. ed. Rio de Janeiro, Campus, 1988, p. 130.

Mas como alerta o título do referido artigo, invariavelmente qualquer tipo de denúncia era tachado de **anti-semitismo**. Como sempre, também os judeus franceses se diziam “**bodes expiatórios**” da intolerância gratuita que os povos moviam contra eles.

Na Bélgica, o judeu Charles Balthasar foi o organizador do Partido Bolchevista, cujo principal suporte era uma associação denominada Gezerd.

Na Suécia, o Partido Comunista Sueco era apoiado pelo capitalista Ivar Krueger. Na Áustria, o marxismo foi inspirado pelo judeu Friedrich Adler; na Romênia, por Anna Pauker-Rabinovich; na Tchecoslováquia, por Slansky-Salzman; na Bulgária, por Jack e Prima Friedman; na Grécia, pelos jornais judaicos “**Avanti**” e “**El Tsoweno**” ...

Estes são **fatos históricos** e não a simples opinião pessoal e particular dos revisionistas.

Outro fato irretorquível: quando os Estados Unidos entraram na Segunda Guerra Mundial, **52 dos 72** conselheiros de Roosevelt eram **judeus**. Alguns nomes são bastante conhecidos, outros nem tanto, mas de qualquer modo cabe mencionar alguns:

“Rabino Wise, Sidney Hillman, Samuel Dickstein, Herbert H. Lehman, James P. Warburg, Samuel I. Roseman, Dave Stern, Henry Horner, Louis Kirstein, David J. Saposs, E.A. Goldenweiser, Rabino Samuel Margohes, A. Cohen, Gerald Shwope, Adolf J. Sabbath, Isidor Lubin Jr., Mordechai Ezzekiel, Moissaye J. Olgin, Samuel Untermayer, Benjamin J. Cardoso, F.H. La Guardia, Dave Dubinsky, Jerome Frank, Robert Moses, A. Goldman, W.C. Bullitt, A.J. Altenmeyer, L. Steinhardt, Albert Einstein, Rose Schneiderman, H. Fein, Benjamin Cohen, Nathan Margold, David E. Lilienthal, Walter Lippman, William M. Leiserson ...”⁶⁹

Os judeus e os filo-semitas haverão de questionar: alguém pode ser criticado por ser marxista, bolchevista ou comunista? Ideologias não são produtos da cultura, e, em razão disto, matéria suscetível de controvérsia?

Claro que sim!

⁶⁹ Louis MARSCHALKO. **Os Conquistadores do Mundo**, p. 73/74.

Por que então - cabe perguntar, por via de consequência -, endeusar os militantes de esquerda, **mesmo os notoriamente criminosos**, como **Olga Gutman Benario, Carlos Lamarca e Marighella**, conferindo-lhes comendas, livros, filmes laudatórios, pensões, e, em contrapartida, numa flagrante contrariedade à isonomia formal, proibir as manifestações de direita (nacional-socialistas) e até a comercialização/exibição de seus símbolos?

Chegou-se a um avanço tal do saber filosófico, que se tornou possível, hoje, banir ideologias?

Chega-se a uma conclusão que salta aos olhos. Perfilar-se com as ideologias de esquerda - como o marxismo-bolchevismo-judaico-soviético - leva à glória, à veneração dos Movimentos de Justiça e Direitos Humanos, à badalação pela “grande imprensa”, aos “casos especiais” da televisão, ao cinema ... As populações, hipnotizadas pelos meios de comunicação de massa, são levadas a venerar esses “**vultos insígnies**”, não importa os nefandos crimes que tenham cometido. (Muitos deles - ex-assaltantes de bancos, seqüestradores, guerrilheiros - conseguiram eleger-se e ocupar altos cargos do Executivo e Legislativo, sob a auréola do cárcere, do desterro, da debandada ...) (Ver Anexo 11)

Aproveita-se a memória curta ou a mente entorpecida das pessoas. Zomba-se da inteligência das massas, levando-as a ignorar os massacres e crimes terríveis levados a cabo no mundo inteiro pelo judaico-bolchevismo. Joga-se uma pá de cal sobre a “purga” soviética; sobre os massacres de Katyn e Stanevo; sobre os assassinatos perpetrados durante as revoluções espanhola, mexicana, argentina, chilena, brasileira ... Que importa se apenas na União Soviética foram mortos alguns milhões?! Essas vítimas eram em esmagadora maioria de etnia eslava, russos brancos, povos túrcicos, usbeques, casques, quirquizes, turcomanos, azerbaijanos, basquires, tártaros, fino-úgricos, estonianos, carélios, lituanos, mordovianos, letões, alemães, moldávios, armênios, georgianos, tadjiques ... Ao invés do cinema produzir filmes sobre a realidade, a “meca hollywoodiana” se especializou em inundar as poucas salas, as redes convencionais e a TV a cabo com lacrimosas produções de **ficção** - como “**A Lista de Schindler**” - a fim de amortecer o esforço revisionista e reforçar a assimilação do “martírio dos judeus pelo nazismo”.

Obra é sadomasoquista diz escritor pelotense

A voz destoante da esmagadora maioria dos que elogiam o filme de Spielberg vem do pesquisador pelotense Sérgio Oliveira, 57 anos, autor de quatro livros que tentam contestar o extermínio dos judeus por alemães durante a Segunda Guerra. Oliveira não viu o filme, mas garante que analisou detidamente o romance original em inglês de Keneally. "É uma obra de ficção. E, entre as obras de ficção do Spielberg, eu prefiro *E.T.* e *Parque dos Dinossauros*, que pelo menos não são sadomasoquistas", define.

O pesquisador, que não se considera nazista, afirma que, apesar de o livro original ser definido como obra de ficção, muitos jornais e revistas brasileiros o tratam como obra de não-ficção, "ludibriando a população". Ele diz que com o filme e com o tratamento dado ao livro, tenta-se reforçar a farsa do holocausto. O filme, que Oliveira não pretende ver por acreditar que, em sendo ficção, nada lhe acrescentará, segundo ele, foi feito por encomenda, para tentar diminuir o impacto dos movimentos neonazistas que crescem na Itália, na Alemanha e na Rússia. "No Brasil também foi assim. Quando surgiram esses movimentos, a Rede Globo colocou no ar uma minissérie sobre o assunto".

Uma das cenas mais comentadas de *A Lista de Schindler*, aquela em que um oficial condena à morte o judeu montador de fechaduras, é contestada por Oli-

veira. De acordo com ele, no livro, o judeu consegue montar uma fechadura por minuto, mas só produz dez montagens por dia, em clara atitude de sabotagem. "Crime de sabotagem, em guerra, é punido em códigos penais de vários países com a pena de morte. E isso, sob o aspecto legal, não é condenável", argumenta.

Oliveira, que é militar da reserva, diz que o número inicial de seis milhões de judeus mortos na Segunda Guerra já não tem mais sustentação. "A Imprensa já noticiou, sem estardalhaço, que em Auschwitz, um dos maiores campos de concentração, morreram 1,5 milhão de judeus e não os 4,5 milhões tão propalados inicialmente", garante. O pesquisador declara que com seus livros quer resgatar a "verdade histórica e provar que o extermínio de seis milhões de judeus durante a guerra é uma invencionice sionista".

Ele aproveita também para combater a lei que proíbe a divulgação da Suástica (símbolo do nazismo). "Ela é inconstitucional, pois contraria a igualdade de tratamento. Se o raciocínio fosse o da proibição por estar relacionado a matanças, a foice e o martelo também deveriam ser proibidos, já que Stalin matou mais de 60 milhões de soviéticos. Da mesma forma a cruz de Cristo, já que a Igreja também levou à morte milhares, com a inquisição", compara.

Ao contrário do silêncio e inércia contra o “super-poder” instalado pelos judeus dentro dos Estados que os recebem com a melhor boa-vontade, o Governo nacional-socialista alemão, sob a liderança de Adolf Hitler, decidiu pôr um basta na ingerência política e financeira desses andarilhos. Sua inflexível decisão neste sentido demarcou o início da Segunda Guerra Mundial. O “anti-semitismo” alemão poderia espalhar-se como um vírus letal sobre a face da Terra. Era preciso detê-lo ...

Hitler tomou posse como Chanceler do Reich em **30 de janeiro de 1933**.

Observe o leitor as reações imediatas, algumas já assinaladas anteriormente:

“Os Estados Unidos entraram na fase de uma segunda guerra!” (Henry MORGENTHAU - “**Portland Journal**”, **12 de fevereiro de 1933**)

“Eu sou pela guerra!” (Rabino WISE - “**New York Morning Freiheit**”, **8 de maio de 1933**)

“Desde agora, a Alemanha deverá ser estrangulada pelos embargos comerciais.” (Bernard M. BARUCH - “**New York Times**”, **20 de maio de 1933**)

“A Comissão de Comércio alemã entrou em ‘démarches’ com nossos peritos. Essas negociações chegaram ao conhecimento do Governo americano, que interpelou nosso embaixador. (...) Nossos peritos esperavam apenas a aprovação do Governo brasileiro, quando chegou a **impugnação americana**.” (Getúlio VARGAS - “**Diário**”, **28 de novembro de 1933**)

“O nosso Embaixador em Washington continua a transmitir informações sobre a pressão americana para que não aceitemos a política de compensações no intercâmbio de produtos. (A Alemanha negociava por troca, libertando-se do monetarismo internacional. - N.A.) (Getúlio VARGAS - “**Diário**” - **30 de novembro de 1933**)

“O Ministro Souza Costa (da Fazenda) continua discutindo com os ingleses. Todos com muito boa vontade ... **para nos escorchar**.” (Os negociantes “ingleses” a que se refere Getúlio VARGAS tinham os seguintes nomes: **Stephany, Linch, John Simon, Lazzard & Brothers, Clark, Niemeyer** ... - N.A.) (Getúlio VARGAS, “**Diário**”, **28 de fevereiro de 1934**)

Os registros de Getúlio Vargas obviamente não se reportam a um caso isolado. As pressões, as impugnações, as restrições para o comér-

cio com a Alemanha, não se restringiam ao Brasil, que representava quase nada em âmbito internacional. Evidentemente se estendiam a todas as economias integradas ao mundo capitalista.

O **“estrangulamento da economia alemã pelos embargos comerciais”**, proposto por Bernard M. Baruch, não se limitou ao discurso. Foi posto em prática sem subterfúgios.

Se Hitler, antes mesmo de subir ao poder, tinha decidido por um “tour de force” com os judeus, mais razão passou a ter depois que assumiu a Chancelaria. De fora da Alemanha não vinham sinais de paz ou mesmo de trégua, mas desafios, brados de guerra e ações concretas ditas pelos “senhores do mundo”.

Interrompemos por ora as ações judaico-sionistas nos Estados Unidos e no resto do mundo, para examinar, em síntese, o que se passou dentro das fronteiras nacional-socialistas da Alemanha.

Voltaremos, em seguida, com revelações estarrecedoras sobre a atividade de órgãos manipulados pelo super-poder em território americano, principalmente no período pós-guerra.

O JUDAÍSMO NA ALEMANHA NACIONAL-SOCIALISTA

A data que assinala o início do período nacional-socialista alemão é **30 de janeiro de 1933**. Neste dia, o velho Presidente Hindenburg, não podendo ignorar a esmagadora vitória do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) nas eleições para o Reichstag, convidou Adolf Hitler para assumir o cargo de Chanceler do Reich.

Não começou aí, como muitos poderiam acreditar, a questão judaica em território germânico. Desde o século XIV, muito antes de serem expulsos da Espanha, trasladarem-se para Portugal, e chegarem ao Brasil vestidos de “cristãos-novos”, os judeus tinham sido expulsos de diversas regiões e cidades do Império Germânico.

O historiador hebreu Marcos MARGULIES (“**Gueto de Varsóvia**”, p. 44) enumera os diversos locais de onde foram expulsos no inter-regno que vai de 1361 a 1499: Neisse, Estrasburgo, Glocau, Colônia, Tréviro, Viena, Colônia, Speir, Mogúncia, Augsburgo, Baviera, Hildesheim, Erfurt, Frankfurt, Bamberg, Regensburg, Magdeburg, Ulm, Windsheim, Weissenburg ...

Afirmam os malquistos que não passaram de “**bodes expiatórios**” dos semi-bárbaros germânicos. Alegam estes que os hóspedes, tal como ocorrera na Polônia de Boleslau, especializaram-se em arrancar o couro dos hospedeiros. Toda paciência tem limite, e os alemães, em determinados momentos históricos, resolveram - como os “**pés-rapados**” do Recife e os paulistas das Minas Gerais - tomar as providências que seus governos, corrompidos e subornados, transferiam para as Calendas. A coisa era invariavelmente resolvida na base da pauleira e do quebra-

quebra, isto é, da prática tornada comum em todos os lugares por onde passavam os judeus, e que a tradição e os costumes denominaram “pogron” ou “progron”.



Pogron no Gueto de Frankfurt - Império Germânico.

Fonte: Marcos MARGULIES. (“Gueto de Varsóvia”, p. 45.)

Os expulsos do Império Germânico espalhavam-se pela Polônia, Rússia, Espanha, França, Grécia e outros países do continente, espreitando o momento azado de voltar. Não eram bem-vindos, mas eram insistentes. Pareciam enfeitiçados pela pátria dos germânicos. Gostavam tanto dela que sua língua - o iídiche, não passa de uma corruptela do alemão.

Em 1920, depois das humilhações e pesados encargos impostos à Alemanha pelos mentores do Tratado de Versalhes, os judeus viviam o início de mais uma de suas “épocas de ouro” em território alemão. Disto resultou não um benefício, mas o malefício de sempre. Diz Henry FORD (“O Judeu Internacional”, p. 21):

“A causa fundamental da enfermidade do corpo nacional alemão, na década de 1920, tinha suas raízes na excessiva influência judaica. (...) Segundo a opinião de todas as classes sociais, tanto a derrota depois do armistício, como a revolução e suas conseqüências, sob as quais sucumbia o povo era obra da astúcia e de um plano premeditado dos judeus. Isso era mais do que uma simples suposição e a seu tempo a História se encarregará de comprová-lo.”

O gabinete que usurpou o Governo Imperial e substituiu o Kaiser, era dominado pelos judeus **Haase** e **Landsberg**. Compunham ainda o primeiro escalão do Governo os hebreus **Shiffer** e **Preuss**.

De um gabinete composto por **seis membros**, **quatro** eram judeus.

Este Governo se entregou afanosamente a cumprir o Tratado de Versalhes, desmontando e entregando fábricas, zonas carboníferas, locomotivas e vagões de estrada de ferro, e provocando, em conseqüência, o desemprego e a fome generalizada.

De fonte insuspeita, porque norte-americana, sabe-se que **no ano de 1931, 15 milhões de alemães morriam praticamente de fome!** (J.F.C. FULLER, “A Conduta da Guerra”, p. 224)

E isto acontecia para que os credores externos e os administradores internos **enchessem a burra!**

Alguns historiadores procuram mascarar a realidade e negam a alegada **“punhalada pelas costas”**. Mas aqueles descomprometidos com a “verdade conveniente”, asseguram:

“No momento em que estalou a Primeira Guerra Mundial, passaram todos os víveres e petrechos de guerra a mãos judaicas, e desde esse momento começou a aparecer a falta de probidade que minou a confiança dos combatentes.” (Henry FORD. “O Judeu Internacional”, p. 23)

A mesma fonte (p. 23) explica como se dava a rapina:

“Os alemães logo compreenderam que foram explorados por uma horda de judeus que haviam preparado tudo para tirar enormes proveitos da miséria geral do povo teutônico. Onde quer que se pudesse especular com as necessidades do povo, ou que se apresentasse ocasião de obter ganâncias interdiárias, seja em bancos, sociedades de guerra, empréstimos públicos, ou em ministérios que formulavam os gigantescos pedidos de apetrechos bélicos,

ali apareciam os judeus. Artigos de consumo geral, que havia em abundância, desapareceram de repente, para tornar a aparecer mais tarde, oferecidos com fabuloso aumento de preço. (...) Os judeus triplicavam os preços dos artigos que adquiriam à sombra da distribuição oficial, canalizando assim para seus bolsos abundante quantidade de ouro.”

Este é um espelho sintético dos sofrimentos e privações que os alemães tiveram que suportar no curso da Primeira Guerra. E quando esta acabou, se antes viveram no purgatório, agora se viram lançados nas chamas do inferno. Tendo o “Gabinete dos Seis” usurpado o Governo Imperial, a Alemanha viu-se rapinada interna e externamente a ponto de milhões de pessoas morrerem de fome. Este plano diabólico tinha um objetivo: “Preparar a catástrofe da Alemanha; afundar seu povo em um estado caótico que permitisse aos judeus se apoderarem integralmente do poder.” (Henry FORD. “O Judeu Internacional”, p. 23)

Foi este ambiente de grande ebulição sócio-econômica e política que gerou a fundação e crescimento do NSDAP. O partido foi fundado em 8 de agosto de 1920, tendo Adolf Hitler assumido a sua presidência no ano seguinte. Foram, pois, mais de 11 anos de espera até que o Führer se tornasse Chanceler do Reich. No ano de 1922, Benito Mussolini marchara sobre Roma e consolidara a conquista do poder pelos fascistas. Em 1923, a França ocupara o Ruhr para “ressarcimento” das indenizações de guerra em atraso. No mesmo ano, o “putsch” de Hitler e seus partidários, em Munique, fora disperso à bala pela polícia. Recolhido à prisão em Landsberg, Hitler escreve a obra “**Mein Kampf**”. Obtendo liberdade condicional, reorganiza o NSDAP e lança seu livro. Nas eleições de setembro de 1930, o NSDAP obtém 107 assentos no Reichstag. Em julho de 1932, o partido aumenta sua representação para 230 cadeiras, o que tornava o nacional-socialismo a facção política majoritária.

Mesmo enfrentando forte oposição de parte do “staff” do Presidente Hindenburg, Hitler foi nomeado Chanceler, em 30 de janeiro de 1933. (Com a morte de Hindenburg, em 2 de agosto de 1934, ele passaria a ocupar os dois cargos. Antes disso, alguns fatos importantes haviam ocorrido: o incêndio do Reichstag (27 de fevereiro de 1933), a

promulgação de lei banindo o comunismo, a declaração do NSDAP como partido único e a retirada da Alemanha da Liga das Nações.)

Uma das primeiras providências tomadas por Hitler ao assumir o poder - e que contrariou frontalmente os interesses dos financistas internacionais, foi a proclamação de que “a riqueza de uma nação não provinha da quantidade de ouro estocada, mas da capacidade de trabalho de seu povo”. O comércio alemão passou a realizar-se na base de trocas (compensações), fugindo ao controle dos intermediários e especuladores. (Ver depoimentos do Presidente Getúlio Vargas no capítulo VII - **O Judaísmo no Brasil**.)⁷⁰

Em poucos anos de Governo, o nacional-socialismo alemão realiza uma proeza ímpar no presente século: a do pleno emprego. Em toda a Alemanha não há um só trabalhador desempregado. A moeda se mantém estável, depois da inflação galopante do final da década anterior e início da de 30. Os especuladores são mandados para campos de trabalho. A balela judaica introduzida na Economia Política, segundo a qual o trabalho não passa de uma simples mercadoria, e de que o lastro em ouro é a base única das “moedas sãs”, restou desmascarada. Hitler afirmava que o capital devia atuar em favor da soberania nacional, e não converter-se em amo desta. Entendia intolerável pretender-se que o capital fosse regido por leis internacionais com o objetivo único e exclusivo de lograr o seu próprio crescimento. Dizia ele (Salvador BORREGO. “**Derrota Mundial**”, p. 87): “Nos países capitalistas, o povo existe para a economia e a economia para o capital. Entre nós ocorre o contrário: o capital existe para a economia e a economia para servir aos interesses nacionais. Em primeiro lugar está o povo e tudo demais somente existe como meio de obter-se o bem público.”

Em três anos de Governo, o nacional-socialismo alemão construiu 701.552 moradias populares ao custo mensal de uma quinta parte do valor correspondente aos aluguéis. Essas moradias não eram apartamentos (ou “apertamentos”) em blocos de edifícios, mas vivendas individuais, dotadas de jardins. Nos primeiros dois anos de Governo foram

⁷⁰ Maiores esclarecimentos a respeito do comércio sob o regime de “compensações” em “**Getúlio Vargas Depõe: O Brasil na Segunda Guerra Mundial**”, deste autor. (N.Ed.)

construídas 21.301 casas de agricultores no meio rural. Nos três anos seguintes, outras 59.000 mil.

Milhares de quilômetros de auto-estradas foram construídos. Recuperou-se o parque ferroviário e a marinha mercante esfacelados pelo Tratado de Versalhes. Devolveu-se ao povo alemão o orgulho para com seu país, a confiança nos governantes, a alegria de viver ...

De tudo isto haveria de resultar uma consequência: as minorias alemãs, separadas do Reich pela ignominiosa “vendetta” de Versalhes, começaram a manifestar seu desejo de reintegração ao lar donde tinham sido afastadas pelo arbítrio. Um plebiscito realizado no Sarre, apresentou o seguinte resultado: 477 mil eleitores votaram a favor da integração do Reich; 48 mil votaram contra. Um outro plebiscito realizado no Tirol e em Salzburgo (na Áustria), acusou: 243.848 votos em favor da reunificação com a Alemanha e 2.682 contrários. (98,9% e 1,1%, respectivamente.) Quando do “Anschluss” (anexação da Áustria), o plebiscito acusou 4.273.000 votos favoráveis à incorporação ao Reich e 11.000 votos contrários. Proporcionalmente, isto representou 99,74% e 0,26%, respectivamente!

Para os que não acompanham conscientemente o desenrolar da História, ou que se deixam levar pela propaganda judaica, “made in Hollywood”, lembramos: com respeito ao “Anschluss”, os zelosos semeadores de mentiras realizaram uma película “oscarizada” - “**A Noviça Rebelde**” (“**Sound of Music**”), onde os austríacos aparecem como vítimas da tirania nazista ao serem reincorporados ao Reich! Para os assistentes desinformados, os 0,26% de austríacos contrários à anexação tomam o lugar dos 99,74% favoráveis!

É assim que a coisa funciona, amigo leitor. Os meios de comunicação de massa, açambarcados pelos “dominadores do mundo”, trabalham incessante e afanosamente para “fazer a sua cabeça”. Em contrapartida, a opinião contrária, a tentativa de trazer à lume a verdade, é estrangulada, calada, amordaçada, impedida de externar a sua opinião e conceitos.

Resolvida a questão dos Sudetos, com manifestações de intenso júbilo na Alemanha, Inglaterra e França, restava a Hitler corrigir mais um dos monstros criados pelo Tratado de Versalhes: a separação da Prússia Oriental do resto da Alemanha e a cessão do porto de Dantzig, ambas as aberrações cometidas em favor da Polônia. (Dantzig possuía

uma população constituída de 96,5% de alemães e 3,5% de poloneses.) Hitler exigiu da Polônia a devolução de Dantzig à soberania alemã (assegurando-lhe a livre utilização das instalações portuárias), e o direito de construir uma linha férrea através do Corredor (território que lhe pertencia antes de Versalhes), a fim de ligar a Prússia Oriental ao restante do território alemão. Em contrapartida, oferecia à Polônia o reconhecimento das fronteiras do pós-guerra, abdicando, pois, dos territórios que lhe haviam sido tomados.

A pretensão alemã era mais do que razoável, mas o judaísmo internacional percebeu que este passo de Hitler para o leste seria fatal, a curto prazo, para a União Soviética. O bolchevismo era a menina dos olhos do Kahal e, para salvá-lo da destruição, todos os esforços se concentraram no intuito de forçar uma guerra entre a Alemanha e o Ocidente. Forçar Hitler a fazer a guerra que ele **não queria** gerava dois benefícios ao sionismo internacional: além de impedir que a Alemanha obtivesse relativamente fácil triunfo sobre a União Soviética, então despreparada para o enfrentamento do poderio bélico alemão, comprometia a médio prazo os Estados Unidos, inclinando o fiel da balança em favor dos inimigos do nacional-socialismo. A Segunda Guerra Mundial, ninguém desconhecia, seria ganha, afinal de contas, pela facção que dispusesse do apoio do parque industrial e recursos norte-americanos. Se a guerra se iniciasse exclusivamente entre alemães e soviéticos, seria impossível persuadir o povo americano e as demais nações não-comunistas a acudir o bolchevismo. Por outro lado, uma vez comprometidos numa guerra contra a Alemanha, ingleses, franceses e norte-americanos não rechaçariam o concurso da União Soviética na esfera dos aliados. A partir desta macrovisão da política internacional, os governos da Inglaterra e da França foram pressionados a oferecer garantias à Polônia e, em consequência, ir à guerra contra a Alemanha em caso desta iniciar um conflito com os poloneses.

A declaração de guerra de 3 de setembro de 1939, responsável pela eclosão em termos militares da grande hecatombe, não partiu da Alemanha, mas da Inglaterra e da França, encorajadas pelos Estados Unidos. Como numa briga entre garotos, o irmão mais parrudo empurrou os outros dois garantindo-lhes: vão em frente, que eu dou cobertura!

Entrementes, em território polonês a propaganda belicista afastava toda e qualquer possibilidade de acordo com os alemães. O grito de guerra era: “Até Berlim! Os alemães querem Dantzig e o direito de passagem pelo Corredor, tomemo-lhes a capital!” A população alemã de Dantzig e dos territórios anexados à Polônia começaram a sofrer sangrenta hostilidade. Em meados de agosto de 1939, mais de 70 mil alemães haviam cruzado a fronteira buscando refúgio no Reich. Como se pôde estabelecer posteriormente, cerca de 13 mil alemães foram mortos.

Não havia outra alternativa para o Governo alemão senão a guerra. E era justamente isto o que desejavam as eminências pardas que gravitavam em torno dos governos.

Hitler é ainda hoje responsabilizado pela guerra, em razão principalmente da ignorância e do embuste histórico. Mas não é apenas a massa popular que vive embalada pela desinformação. Recentemente (1989), no programa “Canal Livre”, de **Sílvia Poppovic**, da TV Bandeirantes, **um professor de História da PUC**, declarou para zombaria dos outros participantes, que **“a Alemanha declarou guerra à Inglaterra e França, sendo, portanto, responsável pela eclosão da Segunda Guerra Mundial”**. Foi socorrido em sua gafe por Bem-Abraham que, como se verá adiante, tem **boa memória** para alguns fatos e para outros não.

A análise da “questão judaica” na Alemanha nacional-socialista demandaria, se estudada a fundo, mais do que um simples capítulo. Até mesmo uma única obra seria insuficiente para descrever todos os fatos que se sucederam desde a ascensão de Hitler ao poder até o final da guerra e os “julgamentos dos criminosos nazistas” que atenderam, em boa parte, o que haviam decidido Stálin, Roosevelt e Churchill em Teerã (novembro de 1943). Circulam, hoje, ainda que sob a pressão daqueles que zelam pela continuidade da “verdade conveniente”, inúmeras obras revisionistas que desmascaram a “mentira do século”, ou seja o Holocausto judeu. Aqueles que desejarem conhecer as provas científicas e os muitos argumentos que desmentem tal acontecimento, devem ir além da leitura desta despretensiosa obra. Devem bocejar, espreguiçar-se, despertar da letargia de meio século, imposta pelos artífices do grande embuste, conhecendo a versão contrária e decidindo livremente acerca de onde está a verdade.

Quando do lançamento de “**A Lista de Schindler**”, obra do autor de “**Os Caçadores da Arca Perdida**”, “**O Parque dos Dinossauros**” e outras maravilhas da ficção, alguém nos perguntou:

“__ Como é possível duvidar do Holocausto depois de assistir a este filme de Spielberg?”

Fomos forçados a responder:

“__ Em nossa adolescência, assistimos a maravilhosa produção dos estúdios Disney - o “**Dumbo**”, e nem por isso passamos a acreditar que os elefantes voavam ...”

O cinema, nos últimos 50 anos, e a televisão nas três últimas décadas, nas mãos dos judeus, têm servido de veículo de propaganda dos deformadores da História da Segunda Guerra Mundial. A filmografia existente é extensa, variada, abrangente, consumidora de verbas elevadas. (Quanto custou “**War and Remembrance**”, de CURTIS & WOUK’S, filme com quase 20 horas de duração, elenco de astros, milhares de coadjuvantes, locações nos cinco continentes, constituições de batalhas terrestres, navais e aéreas, utilização de cenários espetaculares ...? Conceda-se aos “vilões da história” um décimo desses recursos e de tempo nos órgãos de comunicação de massa, e isto será o bastante para sepultar de uma vez por todas o caudal de mentiras. O Holocausto, por exemplo, não resiste a uma simples “regra-de-três”, quando se monta uma equação com dados referentes à população judaica do antes e do pós-guerra.)

Raros são os debates promovidos pelas redes de televisão com respeito às versões discordantes da Segunda Guerra Mundial, e quando ocorrem as partes recebem trato desigual. Examine-se, por exemplo, o debate promovido por **Silva Poppovic** (quando do centenário do nascimento de Adolf Hitler), cronometrando o tempo concedido a cada uma das partes. Além da gritante desigualdade de espaço, a produção revela inequívoca parcialidade, inserindo imagens (sem qualquer legenda explicativa) sobre “pretensas atrocidades”. É por este motivo que S.E. CASTAN tem se negado a comparecer a tais debates. (O correto seria utilizar relógios - como nas partidas de xadrez - controlando a distribuição do tempo e oferecendo as possibilidades técnicas a ambas as partes, para a exibição de imagens, gráficos, quadros, etc ...) Por outro lado, os condutores do debate deveriam colocar-se em posição de absoluta neu-

tralidade, conduzindo-o sem expor suas próprias convicções, a não ser no final.

A verdade é que os artífices da “versão oficial” da História da Segunda Guerra Mundial não desejam o debate. Eles sabem que estão caminhando sobre areias movediças, em cima de terreno minado, onde cada próximo passo está repleto de incertezas. O debate iniciado por Sílvia Poppovic teria prosseguimento, de acordo com a planificação inicial da Bandeirantes, através do programa de Nei Gonçalves Dias. Em razão das repercussões do programa de Sílvia, que apesar do claro direcionamento em favor da “versão oficial” tinha suscitado dúvidas, a emissora foi pressionada a encerrar o debate. Pôs-se um ponto final na querela. O programa de Nei Gonçalves Dias não foi ao ar porque os guardiões da “verdade conveniente” chegaram à conclusão de que o silêncio era seu melhor aliado.

A estratégia é não discutir, fugir ao debate, colocar o poder de polícia a seu serviço, apreender as obras contestatórias, processar os seus editores, enfim, calar a voz dos contrários.

No debate promovido por **Sílvia Poppovic**, o professor da USP que desconhecia quais os países que tinham iniciado a Segunda Guerra Mundial, cometeu outra gafe imperdoável: alegou que a aviação alemã tinha bombardeado Londres, iniciando o ataque aéreo a objetivos civis. Mais um equívoco desastroso e com agravante: pelo cargo que ocupa, o educador em foco deve estar transmitindo bobagens a centenas de estudantes. Diversos autores, dentre eles o francês Raymond CARTIER (“**A Segunda Guerra Mundial**”), afirmam caber a Churchill, e, conseqüentemente, à **RAF**, a primazia dos bombardeios indiscriminados sobre alvos de nenhum significado militar. Hitler utilizou a **Luftwaffe** a título de retribuição ou retaliação à barbárie inglesa. Tanto é assim que os Aliados retiraram da pauta de Nuremberg a questão dos bombardeios aéreos. Robert H. Jackson, acusador público norte-americano, confessou (In: Joe J. HEIDECKER & Johannes LEEB. “**O Julgamento de Nuremberg**”, p. 79):

Este tema, se levado à apreciação do Tribunal, seria um convite a contra-acusações que teriam representado um precedente perigoso ...”

Já nos reportamos ao assassinato do conselheiro da embaixada alemã em Paris, Ernst von Rath, episódio que deu início às manifestações públicas contra os judeus. Vejamos, agora, como se deram os fatos.

No dia 27 de outubro de 1938, o Governo polonês declarou inválidos todos os passaportes de judeus poloneses residentes no estrangeiro. Hitler às voltas com o problema de alojar milhares de alemães que fugiam das perseguições e massacres em outros países - e principalmente na Polônia, como já foi visto - tomou a decisão de expulsar os 17.000 judeus poloneses que residiam na Alemanha e que, em razão da medida tomada pelo Governo polonês, tinham se tornado apátridas. Sob a coordenação de Reinhard Heydrich, chefe da Segurança e do SD, os 17.000 judeus poloneses foram conduzidos para as proximidades da fronteira da Alemanha com a Polônia e obrigados a transpô-la.

Fica aqui uma pergunta: quem instigou o Governo polonês a assinar o ato de perda de validade aos passaportes de judeus? O certo é que os mentores da idéia sabiam que a reação alemã seria inevitável.

Quando do incêndio do Reichstag (fevereiro de 1933), as forças ocultas tinham se utilizado do comunista holandês **Marinus Van der Lubbe** para executor do ato que redundou em contra-medidas drásticas: os comunistas foram postos fora da lei e criou-se a prisão de Dachau (primeiro campo de concentração de prisioneiros políticos ou inimigos do regime).

Agora, para responder à expulsão dos judeus poloneses, o agente utilizado foi **Herschel Grynszpan**, um jovem judeu residente na França, filho de Sendel Grynszpan (um dos expulsos). O plano era assassinar o embaixador alemão em Paris, Johannes von Welczek. Herschel acabou disparando, por engano, contra o conselheiro da embaixada, Ernst von Rath. A polícia parisiense, tendo prendido imediatamente o terrorista, inteirou-se de como “desconhecidos” haviam tramado o atentado de **7 de novembro de 1938**.

Tendo a vítima falecido, na noite de **9 de novembro**, apesar das instruções baixadas à polícia no sentido de evitar saques e depredações, o povo enfurecido saiu às ruas em grande número de cidades alemãs, apedrejando vitrines e incendiando algumas sinagogas. Era tudo o que os provocadores queriam.

No dia **12 de novembro de 1938** realizou-se uma reunião, presidida por Hermann Göering, da qual participaram várias autoridades, dentre elas o Ministro da Economia, Funk, o Ministro da Fazenda Pública, conde Schwerin-Krosigk Fischboeck e o delegado das Companhias de Seguros, Hilgard. Göering disse na oportunidade (In: Joe J. HEIDECKER & Johannes LEEB. Op. cit. p. 183/184):

“Meus senhores, estou farto deste tipo de demonstrações. Não prejudicam aos judeus, mas à Alemanha ... Se hoje destróem o comércio judeu, no dia seguinte as companhias de seguros se vêem compelidas a pagar-lhes os prejuízos. Por outro lado, perdem-se bens de consumo irrecuperáveis. É uma loucura incendiar e destruir os armazéns e as mercadorias ... Os judeus na realidade não perdem nada. Quem perde são as companhias de seguros. Para evitar tais manifestações só há uma solução. Os judeus terão de ser excluídos da economia e seus bens cedidos ao Estado. **Eles serão indenizados.**”

A multa aplicada aos judeus em **12 de novembro de 1938**, correspondia ao montante dos estragos do “pogron” de **9 de novembro**; teve por finalidade transferir para eles o encargo que caberia às seguradoras. (Em outras palavras, os judeus não desembolsaram nada com a multa. O que aconteceu foi não receberem o montante do seguro.)

Nessa época, os judeus vinham sendo incentivados a deixar a Alemanha. Até mesmo um plano de emigração para Madagascar fora elaborado pelo Governo nacional-socialista. É óbvio que a efetivação desse plano exigia alta cifra em dinheiro, além, é claro, de apoio político internacional. No primeiro caso, os próprios judeus poderiam prover as despesas. Ocorre que a cúpula sionista e os banqueiros judeus tinham outras prioridades. Não havia interesse em atender às pretensões nacional-socialistas, mas manter dentro da Alemanha um pomo de discórdia, um clima de repúdio aos judeus, de modo a alimentar os sentimentos antinazistas no mundo inteiro. Roger GARAUDY (o escritor que despertou o ódio dos judeus contra si e o Abade Pierre), juntando sua opinião com as de dezenas de autores revisionistas da atualidade, afirma: “O judaísmo internacional desafiou Hitler, e sacrificou milhares de co-irmãos, com o objetivo de satisfazer o ideal sionista de criar o Estado de Israel.”

O plano Madagascar não saiu do papel porque a França e os países monitorados pelos sionistas não o quiseram.

Todos os países do mundo, inclusive os Estados Unidos, restringiram drasticamente as cotas de imigração referentes aos judeus. O Governo brasileiro, através de Getúlio Vargas, como já foi anotado no capítulo referente ao judaísmo no Brasil, proibiu a entrada desses imigrantes e ordenou a expulsão daqueles que aqui se encontravam ilegalmente.

A medida em que o Governo nacional-socialista começou a sofrer os gravames da guerra econômica movida pelo judaísmo internacional, passou a reagir internamente através da adoção de medidas coercitivas aos judeus residentes na Alemanha e, mais tarde, com a evolução da guerra, também àqueles residentes nos países ocupados e/ou aliados. Resultaram daí as Leis de Nuremberg, muito mais brandas do que as impostas na União Soviética pelo bolchevismo, mas que “escandalizaram” e ainda hoje “escandalizam” o mundo pela força da propaganda. A proibição de casamentos mistos, o isolamento cultural dos judeus, por exemplo, acusadas de medidas “racistas”, são hoje “aconselhadas” por órgãos de divulgação judaicos com o aval de entidades como a Federação Israelita de São Paulo e a Chevra Kadisha de São Paulo. (Vide as obras da Revisão Editora: **SOS para Alemanha**, de S.E. CASTAN, **Sionismo x Revisionismo** e **O Cristianismo em Xequê**, ambas do autor desta.)

Em artigo publicado em 28 de março de 1941 no “**Völkischen Beobachter**”, Alfred Rosenberg afirmava (In: Joe J. HEYDECKER & Johannes LEEB, “**O Julgamento de Nuremberg**”, p. 256):

“Para a Alemanha, o problema judaico só será definitivamente solucionado quando o último judeu tiver abandonado o território alemão ...”

Esforçou-se o nacional-socialismo para obter a emigração dos judeus de seus territórios. Esgotadas as possibilidades no sentido da emigração voluntária, apelou o Estado para a “Solução Final”. Note-se que esta medida extrema não resultou de dificuldades interpostas no pólo de saída, mas nos de entrada. Para os judeus e os historiadores “oficiais”, a “Solução Final” teve o significado de “genocídio”, de assassinato em

massa de todos os judeus residentes na Alemanha e territórios ocupados e/ou de seus aliados. Denominaram este ignominioso crime de Holocausto ou Shoa. Para os alemães (à exceção de uns poucos - como Rudolf Franz Ferdinand Höss - comandante de Auschwitz, submetido à torturas e condicionado a responder o interrogatório segundo as conveniências dos inquisidores), a “Solução Final” teve o significado de “deportação para as regiões do leste europeu”.

Não existe um único documento, uma linha sequer, confirmando o genocídio. Em outras palavras, a pecha do Holocausto, terrível acusação lançada sobre o nacional-socialismo e, em consequência, sobre o povo alemão, pois este apoiou fielmente o regime em seus 12 anos de vigência, é baseada **exclusivamente em prova testemunhal**.

Vejamos algumas luzes que piscam com frequência cada vez mais intensa sobre a veracidade do Holocausto.

O acusado-geral dos Estados Unidos, Robert H. Jackson, abrindo os trabalhos do Tribunal de Nuremberg, afirmou categoricamente (In: Joe J. HEYDECKER & Johannes LEEB, “**O Julgamento de Nuremberg**”, p. 67):

“Os documentos existentes constituem a matéria-prima para a ata de acusação... A ata de acusação não contém um único ponto que não possa ser provado concretamente por documentos. Os alemães foram sempre muito exatos e meticulosos nas suas anotações e os acusados não são uma exceção nesta paixão realmente teutônica da meticulosidade de transcrever tudo no papel.”

E, apesar desta declaração de Jackson, **sobre o Holocausto não havia uma anotação sequer!**

A prova testemunhal que consagrou a **mentira do século** - como muito bem a nominou S.E. CASTAN - vem, com o decorrer do tempo, reafirmando o brocardo jurídico de que “**o testemunho é a prostituta das provas**”! Em outras palavras, testemunha-se segundo interesse próprio ou em favor de quem melhor paga!

O depoente Rudolf Höss, atendendo o que exigiram seus algozes, afirmara em Nuremberg que em Auschwitz haviam sido assassinadas 4

milhões de pessoas, das quais os judeus constituíam maioria absoluta. (Teriam sido 3,5 milhões.)

Recentemente, em acanhadas notas, sem maiores comentários, a imprensa divulgou que as vítimas de Auschwitz não teriam sido os **4 milhões** alegados no Julgamento de Nuremberg, mas **1,5 milhões**.

ZERO HORA

20/Quinta-feira, 26 de março de 1992

VÍTIMAS EM AUSCHWITZ FORAM 1,5 MILHÃO

Documentos recém-divulgados em Varsóvia confirmam que 1,5 milhão de pessoas morreram no campo de concentração nazista de Auschwitz-Birkenau durante a II Guerra Mundial. O número contraria o total de quatro milhões de pessoas alegado pela ex-URSS. A soma oficial de vítimas ficou reduzida na verificação de arquivos devolvidos à Polónia por ex-autoridades soviéticas.

Nem por isto se refizeram os números do Holocausto. A cifra de **6 milhões** continuou inalterada, apesar da redução de **2,5 milhões** relativos a Auschwitz. (Arquivos soviéticos recentemente abertos e divulgados por M. Gorbatchev dão conta de que morreram em Auschwitz **74.000 pessoas**, número confirmado pelos registros do campo. Estes dados, obviamente, foram sonegados pela grande imprensa internacional, pois significam o fim da “**mentira do século**”.)

Ao contrário do que ocorre em relação às provas testemunhais que **confirmam** o genocídio dos judeus na Alemanha nacional-socialista, avolumam-se a cada dia que passa aquelas que cientificamente **desmentem** que tal possa ter acontecido. Não vamos examinar aqui estas pro-

vas. Outras obras da Revisão Editora e de outras fontes já o fizeram exaustivamente. Recomendamos a leitura de **“Holocausto, Judeu ou Alemão?”**, de S.E. CASTAN, **“Hitler, Culpado ou Inocente?”**, do autor desta, **“Murrieron Realmente Seis Milliones?”**, de Richard HARWOOD, dentre outras.

Limitamo-nos, aqui, a tecer algumas considerações sobre o Julgamento de Nuremberg e acerca das **“provas testemunhais”** que teimam em arrastar o mito do Holocausto por mais de 50 anos, contrariando o dito popular de que **“a mentira tem pernas curtas”**.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que juridicamente, tanto o **Julgamento de Nuremberg** (que condenou à morte 12 dirigentes e chefes militares alemães), como o de **Tóquio** (que deu igual tratamento a 7 próceres japoneses), assim como diversos outros julgamentos realizados no pós-guerra, não se revestiram do aspecto da **legalidade**, indispensável ao Direito, consistindo em autênticos **“linchamentos”**.

O chamado **“princípio da legalidade”** constitui postulado basilar do Direito, universalmente aceito. Estabelece a máxima do **“nullum crimem, nulla poena sine praevia lege”**, ou seja, **“não há crime sem lei anterior que o defina; não há pena sem prévia cominação legal”**.

Terminada a guerra, encarcerados os **“criminosos da banda perdedora”**, Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética e França (em relação à Alemanha) e os Estados Unidos (concernentemente ao Japão), estabeleceram a tipificação dos crimes de: 1) **Conspiração**; 2) **Crimes contra a paz**; 3) **Crimes de guerra**; 4) **Crimes contra a humanidade** e, complementarmente, cominaram as penas a serem atribuídas aos considerados culpados. Isto, como mesmo as pessoas não versadas em Direito percebem, contraria frontalmente o princípio da legalidade.

Além disso, o **Manual Britânico**, datado de 1929 e em vigor até **abril de 1944** (quando foi mudado por razões óbvias), rezava em seu Capítulo XIV:

“É importante observar-se que os membros das Forças Armadas que cometem violações dos regulamentos militares, desde que ordenadas por seu Governo ou pelos comandantes, NÃO SÃO CRIMINOSOS DE GUERRA E NÃO PODEM, ABSOLUTAMENTE, SER PUNIDOS PELO INIMIGO.”

Já o “**Basic Field Manual Rules of Land Warfare**”, norte-americano, preceituava:

“Os indivíduos das Forças Armadas **não serão punidos por quaisquer delitos, no caso de serem eles cometidos sob ordens ou do seu Governo ou de seus comandantes**”.

Evidentemente que as Forças Armadas alemãs eram regidas por igual regulamento. Em contrapartida, **o crime de insubordinação em tempo de guerra**, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Alemanha, no Brasil e em praticamente todos os países do mundo, é punido com a **pena de morte**.

Obviamente, os “criminosos de guerra” alemães, em sua esmagadora maioria, tinham agido no mais rigoroso cumprimento do dever legal. Qualquer deles que tivesse se rebelado contra ordens superiores, teria sido fuzilado por insubordinação e, certamente, não teria sentado no banco dos réus de Nuremberg e de outros locais onde foram realizados “julgamentos”.

Moralmente, também os vencedores da guerra - por terem cometido **crimes nefandos contra a humanidade** (como os bombardeios indiscriminados às populações civis alemãs e o lançamento de artefatos atômicos sobre o Japão), por terem atentado **contra a paz** (declarações de guerra à Alemanha), por terem perpetrado **crimes de guerra** (utilização de “comandos”, metralhamento de sobreviventes de navios japoneses postos à pique, etc ...), por terem **conspirado** (violação de acordos, elaboração de planos de invasão a países neutros - ocupação do Nordeste brasileiro, por exemplo) -, não reuniam condições de julgar e penalizar os alemães por nenhum desses crimes alegadamente cometidos.⁷¹

Nikitchenko, o principal acusador soviético em Nuremberg, a fim de impedir que os defensores dos réus alemães alegassem que a União Soviética tinha cometido agressões contra a Polônia, a Finlândia e os

⁷¹ Sobre a “conspiração” para invadir o Nordeste brasileiro, consultar a obra “**Getúlio Vargas Depõe: O Brasil na Segunda Guerra Mundial**”, deste autor. (N.A.)

Países Bálticos (Letônia, Estônia e Lituânia), e declarado guerra ao Japão (embora mantivesse um tratado de não-agressão com os nipônicos), exigiu que se colocasse uma cláusula casuística no documento definidor dos crimes de guerra. Assim, **agressão e dominação** foram definidas como **“ações realizadas pelo Eixo Europeu sobre outras nações, violando as leis e os trabalhos internacionais”**.

Apesar do casuísmo desta e de outras cláusulas reguladoras do Julgamento de Nuremberg, **Robert H. Jackson**, Juiz do Tribunal Supremo dos Estados Unidos, abriu os trabalhos da corte afirmando ao mundo inteiro que acompanhava pelo rádio (In: Joe J. HEYDECKER & Johannes LEEB. Op. cit. p. 78):

“Os crimes são crimes, sejam quem for que os tenha cometido!”

Em entrevista coletiva concedida à imprensa internacional, o acusador soviético Nikitchenko, inadvertidamente, deixara escapar a verdade sobre o “juízo” (In: Eugene DAVIDSON, **“A Alemanha no Banco dos Réus”**, p. 20/21):

“Estamos tratando aqui com os principais criminosos de guerra, que já foram antecipadamente condenados, e cuja condenação já foi anunciada pelas declarações da Criméia, Teerã e Moscou e pelos chefes de governos.”

Em Teerã, com a aprovação de Roosevelt e pálida discordância de Churchill, Stálin propusera que se **enforcassem após julgamentos sumários, pelo menos 50.000 alemães**. (Cf. Joe J. HEYDECKER & Johannes LEEB. Op. cit. p. 70/71)

Desde o Julgamento de Nuremberg - conforme atesta Eugene DAVIDSON (Op. cit., p. 32) - e depois dele, “todo e qualquer julgamento de ‘criminosos de guerra nazistas’ resultou em denúncias e produção de provas para novos julgamentos; muitas testemunhas, se não prestavam depoimentos de acordo com os interessados, transformavam-se em réus”. O referido autor acrescenta (p. 32): “Cada julgamento desencadeava uma cadeia de julgamentos de outros acusados. Nos processos era perigoso, até para um inocente, servir de testemunha.”

Um dos advogados de defesa, o Prof. Metzger, patrono de Neurath, foi subitamente preso em Nuremberg e passou seis meses em uma cela da mesma prisão de seu cliente, sem tomar conhecimento das acusações que pesavam sobre ele. Um antigo chefe da Abteilung Fremde Heere West, coronel Sottmann, telegrafou comunicando sua disposição de depor como testemunha dos preparativos para o desembarque dos ingleses na Noruega e foi imediatamente preso, pois não interessava aos acusadores que fosse revelada a verdade sobre o assunto.

As esposas do Almirante Raeder, de Fritzche, Baldur von Schirach e Walter Funk, assim como Frau Göering e sua filha, estiveram presas por longo tempo, sem que sobre elas pesasse acusação alguma.

Diversas fontes - como Joe J. HEYDECKER & Johannes LEEB, Eugene DAVIDSON e Leo KHAN - afirmam que a defesa dos réus era exercida com desvantagens de proporções monumentais. Teoricamente tinha os mesmos direitos da acusação em manusear a pilha de documentos, mas não tinha acesso ao material mais importante. Além disso, a papelada desincriminadora dos réus era retirada do acervo antes que este fosse colocado à disposição da defesa. As testemunhas "inconvenientes" eram dispensadas e, em caso de insistência, proibidas de depor e até mesmo presas.

O artigo 24º dos Estatutos do Tribunal de Nuremberg estabelecia em sua letra "d" (In: Joe J. HEYDECKER & Johannes LEEB, Op. cit. p. 79): **"O Tribunal perguntará à acusação e à defesa sobre as provas que desejam apresentar ao Tribunal, incluindo o rol de testemunhas, e este decidirá sobre a conveniência da sua apresentação."**

Os documentos eram preparados em duplicada. A coletânea colocada à disposição dos acusadores era perfeitamente organizada e catalogada para fácil localização. O acervo posto a serviço da defesa era caótico, esparso, sem qualquer organização prévia - como atestam Joe J. HEYDECKER & Johannes LEEB (**"O Julgamento de Nuremberg"**) e Eugene DAVIDSON (**"A Alemanha no Banco dos Réus"**).



**Auxiliares da defesa procuram documentos no acervo
que lhes foi posto à disposição.**

Foi um Tribunal eivado de monstruosidades jurídicas, de discriminações impostas à defesa, de cerceamento à liberdade da utilização de provas, da ameaça às testemunhas “inconvenientes” e do constante risco de prisão dos advogados de defesa, que condenou à morte os “criminosos de guerra alemães” e construiu o mito do Holocausto.

Sobre este último não vamos aprofundar considerações. Todavia, cabe tecer um rápido comentário para que o leitor tome conhecimento de alguns fatos recentes.

No final da guerra, durante o Julgamento de Nuremberg e dos que o sucederam, as testemunhas do Holocausto denunciaram a existência de câmaras de gás em praticamente todos os campos de concentração alemães. Posteriormente, provas irrefutáveis de que isto não passava de uma grande mentira, levaram - inclusive os judeus, a admitir que as câmaras de gás só haviam funcionado na Polônia, mais propriamente, nos campos de Auschwitz - Birkenau, Majdanek, Treblinka, Sobibor, Belzec e Chelmno. Durante o julgamento de Adolf Eichmann, realizado em Israel, depois que este foi raptado da Argentina, pela primeira vez foram oficialmente desmentidas as “testemunhas” de Nuremberg. (O “julgamento” de Eichmann ocorreu em 1961.)

A principal fonte de propaganda judaica - o cinema made in Hollywood - todavia, continuou ignorando o que se tornara verdade inquestionável. Citamos um exemplo. O filme “Skokie” produzido em 1981, dirigido por Herbert WISE e estrelado por Danny Kaye, Carl Reiner e Eli Wallach, **baseado em fatos reais** (como informam os créditos), narra o seguinte episódio: Em uma pequena cidade do interior dos Estados Unidos, a população luta para que não aconteça uma manifestação preparada por grupo de neonazistas.

O filme coloca mensagens positivas, como a manifestação de pensamento de um rabino, que provoca a contrariedade da maioria dos judeus de sua comunidade. Diz ele:

“É muito mais perigoso destruir as leis que permitem as pessoas falarem ... Os nazistas devem gozar da mesma liberdade de expor suas idéias do que os defensores de outras ideologias ...”

Belas palavras! Outros as repetiram aqui mesmo no Brasil, embora utilizando outros termos e, na prática, agiram como se o dito fosse “conversa para boi dormir”.

Duas “testemunhas” do Holocausto narram suas terríveis experiências nos “campos da morte”, a fim de mexer com os brios dos que postulam a tolerância. Uma delas relata a morte da mãe **na câmara de gás de Mauthausen** (Áustria)! A outra, revela não ter perdido apenas a mãe, mas esta e vários familiares **gaseados em Mauthausen e Bergen-Belsen** (Alemanha)!

Deixemos que Ben-Abrahan desmascare as referidas testemunhas com seus depoimentos à **Sílvia Poppovic e Tânia Carvalho**. Em ambas as oportunidades, ele declarou enfaticamente: **“Câmaras de gás só existem na Polônia!”**

Admitamos que se projete a Ben-Abrahan o depoimento das testemunhas de “Skokie” e se lhe pergunte: **“Elas falam a verdade ou mentem?”**

O que responderá este **“paladino da verdade”**?

Ah! As testemunhas do Holocausto ...

O próprio Ben-Abrahan se revela de pouco crédito!

No programa de **Sílvia Poppovic** afirma: **“Em Auschwitz? Em Auschwitz permaneci cinco anos e meios!”**

Um ano depois, entrevistado em Porto Alegre por **Tânia Carvalho**, responde sem pestanejar: **“Em Auschwitz estive por pouco tempo ... Duas semanas e meia ...”**

E o Holocausto continua sendo empurrado goela a baixo dos incautos ...

Por muito tempo ficamos a nos perguntar por que a Alemanha e os alemães da atual geração aceitam carregar a pecha do Holocausto sem esboçar qualquer gesto de repúdio?

Obtivemos a resposta em **“SOS para Alemanha”**, de **S.E. CASTAN**. Terminada a Segunda Guerra Mundial, os judeus viram resurgir uma nova **“idade de ouro”** em sua senda cíclica de altos e baixos. Desta vez, tomaram precauções para que o rápido sucesso pós-Versalhes não se repetisse. Cuidaram para que ele se estendesse no tempo. Tomaram providências não apenas no plano material, mas, principalmente, no psicossocial. As gerações que sucederam ao conflito foram

doutrinadas, passaram por autênticas lavagens cerebrais (com métodos importados da União Soviética), a fim de que o período nacional-socialista fosse considerado como “a página negra da História da Alemanha”. Nesta História recontada pelos “vencedores”, os traidores do regime nazista foram guindados à condição de heróis, de personalidades merecedoras da veneração pública, enquanto aqueles que se mantiveram fiéis ao regime e à pátria, foram relegados à execração, ao repúdio dos pósteros.

A situação reinante na Alemanha da atualidade é fácil de explicar, tomando como base a História do Brasil.

Admitamos que quando da invasão do Nordeste brasileiro, os holandeses tivessem triunfado sobre os portugueses e luso-brasileiros. Se isto tivesse ocorrido, hoje o grande herói nacional seria **Domingos Fernandes Calabar** (o vil traidor), enquanto **André Vidal de Negreiros**, **Henrique Dias** e **Antônio Felipe Camarão** (os líderes da resistência), estariam relegados à condição de vilões da História!

O mesmo se pode dizer em relação a **Joaquim Silvério dos Reis**, o delator da Inconfidência Mineira. Se o Brasil não tivesse conquistado a sua Independência de Portugal, a História do Brasil o apontaria, hoje, como grande herói; em contrapartida, **Tiradentes**, **Cláudio Manuel da Costa**, **Alvarenga Peixoto**, **Tomás Antônio Gonzaga** e muitos outros inconfidentes, tal como aqueles que se mantiveram fiéis ao Governo nacional-socialista da Alemanha, estariam relegados ao ostracismo, à execração das gerações subseqüentes.

É assim, prezado leitor, que se escreve e transmite a História. Heróis e vilões mudam de lado, não à luz da verdade despida de ideologias e comprometida com a análise fria dos acontecimentos, mas segundo a ótica conveniente à banda vencedora.

JUDAÍSMO-SIONISMO HOJE

A derrota de Hitler em 1945 e o infausto de Stálin, ao dar-se conta de que seu grande adversário estava certo em relação ao judaísmo-sionismo, assinalam as duas grandes vitórias conquistadas pelo superpoder no corrente século. Foram episódios históricos decisivos, mais importantes do que a criação do Estado de Israel e as vitórias conquistadas sobre seus inimigos naturais, no Oriente Médio. Sem a derrota de Hitler, Israel poderia ter sido criado, mas nunca na Palestina. Por outro lado, a repentina morte de Stálin impediu que revelações importantes sobre o plano de conquista do mundo viessem à tona. A humanidade constituída pelos goyns ficou inerte, entorpecida, convencida pela mídia de que tudo o que os Papas, os Santos da Igreja, muitos governantes, políticos, historiadores e sociedades haviam realizado contra os judeus, não passava de violência gratuita.

O fato de que tinham sido expulsos de várias dezenas de lugares, nada significava. Em todos os casos, não passaram de “**bodes expiatórios**” da humanidade ingrata ...

Os assassinatos políticos de centenas de milhares de goyns antes da vinda de Cristo (como o dos persas, pelo trio Ester-Mardoqueu-Assuero), o genocídio de cristãos, cometido por Bar Kohba e por Nero (incentivado por Popéia), os saques realizados sobre os poloneses, à época de Boleslau, os sacrifícios rituais, o envenenamento de poços, a criação e disseminação de heresias, a prática de atos satânicos ..., tudo não passa de **difamação** contra o “**povo eleito**”.

Para calar a voz dos “**maledicentes**” era preciso tomar providências. E estas foram tomadas com a criação de instituições “**anti-difamatórias**”.

O leitor tomará conhecimento de como elas surgiram, como agem e de quem as integra. A fonte a que tivemos acesso não se limita a **externar opiniões**. Apresenta **fatos**, designa **nomes**, **datas**, **locais onde se deram os acontecimentos denunciados**.

Os descrentes, os hipnotizados pelo mito do “**bode expiatório**”, são desafiados a dirimir dúvidas. A fonte de informações coloca-se à disposição de todos para prestar os esclarecimentos julgados necessários.

Por enquanto, vamos convidar o leitor para uma reflexão sobre a atualidade brasileira. Como todos os que acompanham o noticiário da mídia são conhecedores, trava-se, hoje, uma luta pelos destinos das riquezas e da economia do país. De um lado, colocam-se as forças nacionalistas, acusadas de **retrógradas**, **xenófobas**, contrárias à modernização e ao progresso; de outro, situam-se os ideólogos do **neo-liberalismo**, cuja bandeira de luta é o **entreguismo** de nossas empresas e de nossos recursos naturais.

Para que mãos estão indo as seivas do Brasil?

David FRIEDLANDER e Virgínie LEITE em artigo para a revista “**Veja**” (14 de maio de 1997), tecem loas ao “**novo Barão do Aço**” da economia brasileira. Os articulistas de “**Veja**” afirmam que “economias novas como a brasileira permitem que empreendedores saltem do chão ao espaço sideral em poucos anos”. Ambas as revistas procuram explicar como se deu o “**salto estratosférico**” do líder do consórcio que assumiu o controle da maior mineradora do mundo. Percebe-se que o fenômeno, em termos de Brasil, nada tem de excepcional. Trata-se de mais uma história de mascates bem-sucedidos, igualzinha a outras a que já nos reportamos.

No Brasil, a arte de tirar coelhos de cartola, que muitas vezes supera a maestria de Houdini e David Copperfield, anda à espera de pesquisadores e/ou de rastreadores da Receita Federal.

14 de maio, 1997 **Veja-**

Brasil

HOMEM DA VALE

Quem é Benjamin Steinbruch, o empresário que arrematou a superestatal brasileira

David Friedlander e Virgine Leite

Economias novas como a brasileira permitem que empreendedores soltem do chão ao espaço sideral em poucos anos. Mesmo assim, a ascensão de Steinbruch é impressionante, um fenômeno raro. O homem que chefiou a compra da companhia Vale do Rio Doce vem de uma família típica da classe média, uma experiência bem diferente de Antônio Ermírio, cujo pai já entrou para esse século como filho de usineiro de açúcar, com direito a educação esmerada e viagens à Europa. O pai de Benjamim, Mendel Steinbruch, que morreu de câncer em 1994, dava duro para levar o salário para casa no fim do mês. Mendel nasceu no Rio Grande do Sul, filho de um casal que havia emigrado da Bessarábia, e começou a vida em São Paulo como vendedor de aviamentos. Saía de casa com os artigos dentro de uma mala e rodava a cidade em busca de clientes. Estudava direito numa faculdade de fim de semana em Niterói. Lá ele conheceu Dorothea, hoje a matriarca dos Steinbruch. O emprego de caixeiro foi perdido depois de uma briga com o patrão. Foi aí, por conta própria, comprando tecidos no interior de São Paulo para vender na capital, que Mendel começou a se despedir da sua velha mala de amostras. Nos anos 60, a tecelagem dos Steinbruch se associou a uma fábrica de fios dos Rabinovichj, parentes distantes, para dar origem ao grupo Vicunha, que tem hoje 1,5 bilhão de reais de faturamento anual, mais de 27 000 funcionários e trinta empresas.

A Vicunha, um dos maiores grupos privados do Brasil, tem apenas trinta anos de vida, e foi nesse ninho que cresceu o jovem Benjamim, com certo pendor para boa vida. Não foi um aluno destacado no colégio onde estudou, mas brilhou em dois pontos extracurriculares: no esporte e entre as moças.

(Mais um exemplo de mascataria bem-sucedida.)

Sigilo

Francisco Schettino (presidente da Vale do Rio Doce) enviou carta a Luís Carlos Mendonça de Barros (presidente do BNDES) protestando sobre a liberação de informações sigilosas das empresas aos candidatos do leilão de privatização da estatal. Na realidade porém, o que tanto um como outro querem é que se evite vazamento de informações para opinião pública, a fim de que a sociedade fique inteiramente à parte do processo de traição nacional. O confronto entre Schettino e Mendonça de Barros é mero jogo de cena: o que não interessa a ambos, agentes do governo Fernando Henrique Cardoso no processo de dilapidação do patrimônio, é que documentos que expõem o processo de destruição da Vale - como foi divulgado por Helio Fernandes no último dia 9 - caiam em mãos contrárias aos interesses do Palácio do Planalto. (Página 6)

TRIBUNA

da imprensa

Ano 47- Nº 14.280

Rio de Janeiro

Quarta-Feira, 13 de novembro de 1996

Igreja, Forças Armadas e

Igreja, Forças Armadas e personalidades se unem contra privatização

A Igreja Católica e as forças armadas lançam amanhã em Mariana, Minas Gerais, o movimento "Ação Popular Dom Luciano Medes Contra a privatização da Vale do Rio Doce". Um abaixo assinado que pretende reunir 1 milhão de assinaturas do Norte ao Sul do país deverá ser entregue ao presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney, pedindo a retirada da empresa na lista de privatizações. Está prevista também uma marcha a Brasília no fim do mês. No dia 21, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, acontece um ato público em defesa da soberania nacional e contra o leilão da Vale, com as presenças do ex-presidente Itamar Franco, dos ex-ministros das Minas e Energias, Aureliano Chaves, e do Exército, Leonidas Pires Gonçalves. (Páginas 7)

TRIBUNA

da imprensa

ANO 47- Nº 14.278

Rio de Janeiro

Segunda-Feira, 11 de novembro de 1996

(FH, o sarcástico KANDIR e o Sr. STEINBRUCH mandaram uma "banana" a todos. - N.A.)

Se no Brasil os “saltos estratosféricos” são motivo de loas, mesmo que a fortuna provenha de negócios escusos (tráfico negreiro, açambarcamento de mercadorias, estanco, mascataria, assassinato de bandeirantes, intermediação de empréstimos no estrangeiro, etc ...), nos Estados Unidos muita sujeira começou a vir à tona, principalmente depois que homens desassombrados, como **Lyndon H. La Rouché Jr.**, postulante à candidatura à Presidência dos Estados Unidos pelo Partido Democrata, e **Louis Farrakhan**, líder da facção denominada “**Nação do Islã**”, resolveram enfrentar de peito aberto a “**Liga Anti-Difamação da B’nai B’rith**”, denunciando como se deu o enriquecimento de muitos indivíduos que souberam aproveitar as oportunidades concedidas pelas “economias novas”. É bem verdade que a economia dos Estados Unidos no início deste século já prenunciava superar as grandes potências econômicas da Europa, conquistando a posição de liderança. Havia, contudo, uma circunstância extremamente favorável às pessoas empreendedoras: a primeira emenda da Constituição, que estendia as liberdades pon-do o céu como limite.

Para evitar que venham os zelosos integrantes da “**Liga Anti-Difamação**” alegar que colocamos aqui **idéias próprias**, “**sem qualquer fundamento**”, trataremos de indicar a fonte de informação, de modo que quaisquer dúvidas possam ser sanadas, não com este autor ou seu editor, mas por intermédio do canal competente. A “**Executive Intelligence Review**” informa aos seus milhares de leitores e às pessoas interessadas que terá imenso prazer em prestar maiores esclarecimentos.

Título da Obra: “**The Ugly Truth About the ADL**”
(Disponível em espanhol - “**La Susia Historia de la Liga Antidifamación de B’nai B’rith**”)

ISBN 0-943235-12-X Copyright: 1994

Nº de catálogo da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos: 94-78176

Endereço para Informações:

Executive Intelligence Review News Service
- P.O. Box 17390

Washington, D.C. 20041-0390

EIB 94.002

As revelações contidas na obra de Lyndon H. LA ROUCHE Jr. são estarrecedoras. Põem a descoberto a fragilidade, mesmo de sociedades de primeiríssimo mundo, protegidas por órgãos de segurança como a C.I.A. e o F. B. I., ante o super-poder que domina, pouco a pouco, a totalidade do globo terrestre.

Acusações sobre o cometimento de crimes da mais variada natureza pairam, **não sobre os hebreus residentes nos Estados Unidos**, a maioria deles - como ocorre no Brasil e em todos os lugares - cidadãos cumpridores das leis e integrados à sociedade, mas sobre uma organização judaico-sionista específica: a **“Liga Anti-Difamação da B’nai B’rith”**.

O referido órgão - informa LA ROUCHE Jr. - a ADL - seria descendente da **Ordem Internacional da B’nai B’rith**, contando hoje com subsidiárias em todo o mundo. Para nós brasileiros, assim como para nossos vizinhos argentinos, há uma revelação que não chega a causar surpresa em face a fatos recentes. Diz Lyndon LA ROUCHE Jr. (p. 2):

“A ADL conta com agentes esquerdistas, como o brasileiro **Jair Krieschke** e o deputado socialista argentino **Alfredo Bravo** para defender os ‘direitos humanos’ dos narcoterroristas.”

Quem é o principal entrave ao revisionismo histórico da Segunda Guerra Mundial no Rio Grande do Sul?

Aqui, fazendo uso de cinismo extremo, tenta-se arregimentar os negros e suas entidades representativas em defesa dos interesses judeus. Nos Estados Unidos, como comprova a liderança de **Louis Farrakhan**, esta artimanha não encontra eco. Os negros americanos sabem quem foram os ‘pais’ da Ku Klux Klan e quem é responsável pela degradação dos guetos através da disseminação das drogas.

A ADL tem movido dezenas de processos contra LA ROUCHE Jr., tentando calá-lo e, preferencialmente, metê-lo entre grades. Nenhum sucesso obteve até hoje. Pelo contrário, a cada nova pendenga levada aos tribunais, avolumam-se as evidências contrárias aos interesses da **“Liga Anti-Difamação da B’nai B’rith”**.

Talvez como resultado dessas experiências desastrosas, tenham os agentes locais da **“anti-difamação”** apelado, no Brasil, para uma es-

tratégia diferente. Em primeiro lugar, acusam-se os revisionistas de **racistas**, quando eles próprios é que vêm cometendo atos de racismo. (Consultar **“Sionismo x Revisionismo”**, obra do autor desta e **“SOS para Alemanha”**, de S.E. CASTAN - N.A.). Em segundo lugar, optam pela aplicação da **“lei do silêncio”**, movimentando a Justiça e o aparato policial para seqüestrar livros, revivendo a Idade Média, o nazismo - tão condenado por eles, e a era stalinista e maoísta da **“desintoxicação cultural”**.

Mas, afinal de contas, do que Lyndon H. LA ROUCHE Jr. acusa a ADL?

A lista de acusações é longa. Vamos resumir aquilo que parece mais importante.

1) Espionagem

Em abril de 1993, a polícia de São Francisco e Los Angeles (Califórnia) deu a conhecer, através de um dossiê de 800 páginas, as atividades da ADL em operações de espionagem contra cidadãos dos Estados Unidos. Dados **confidenciais**, que estavam de posse de instituições do Estado, tinham ido parar, não se sabe exatamente como, nos arquivos do órgão subordinado à B'nai B'rith. O escândalo da costa oeste levou ao aprofundamento de investigações que constataram a ocorrência de evasão de impostos, incitação à violência e espionagem em favor do estrangeiro.

2) Reação da População Negra

O jornal **“Amsterdam News”**, provavelmente o periódico mais influente da população negra dos Estados Unidos, publicou um editorial em 24 de abril de 1993, intitulado **“A história da operação nacional de espionagem da ADL: A Liga Anti-Difamação continua reunindo informações sobre os negros e imigrantes latino-americanos.”** No referido editorial, a **“Associação Nacional para o Melhoramento da Gente de Cor”** (NAACP) e outros grupos negros afirmavam que **“a ADL era a organização judia mais poderosa e possivelmente a mais destrutiva dos Estados Unidos”**.

3) Providências da População Indígena

No estado do Colorado, o Movimento Índio Estadunidense exigiu que a polícia de Denver revisse toda sua correspondência com a polícia

de São Francisco para determinar se seus arquivos tinham sido entregues, ilegalmente, à ADL.

Fruto dessa investigação, descobriu-se que a ADL controlava **950 organizações políticas dos Estados Unidos**, e que esta “espionava” virtualmente todos os grupos ativistas do país, desde a esquerda radical até a extrema-direita.

Mais ainda: as investigações sobre a **Liga Anti-Difamação** (organização isenta do pagamento de impostos, durante oitenta anos, e que por força da lei não poderia imiscuir-se em assuntos políticos), comprovaram que a referida organização, longe de dedicar-se às finalidades afins, priorizava exatamente as ações no campo político.

4) Composição da ADL

Logo na introdução de sua obra “**The Ugly Truth About the ADL**”, LA ROUCHE Jr. enfatiza: “A ADL não é judia nem defensora dos direitos civis, mas trata-se de uma **loja maçônica** cuja pretensa luta contra o anti-semitismo serve apenas para encobrir sua longa história de atividades **criminosas e traidoras**. Entre seus amigos e partidários, assim como no quadro de funcionários, encontram-se **mafiosos, espões, terroristas, assassinos e ‘pandileros’**.” (p. 1)

E mais: “A ADL, seja nos Estados Unidos como na América Latina e Europa, representa um aparato de corrupção, que corrompe e destrói as instituições vitais do Estado: A Igreja, a educação pública, o sistema judicial, as Forças Armadas e a economia produtiva. Está decidida a destruir a tradição das sociedades cristãs.” (p. 2)

A certeza de que isto está ocorrendo é incontestável. Veja-se o que a imprensa dos judeus vem fazendo com vistas à desmoralização das principais instituições dos Estados Unidos - dentre elas as Forças Armadas. Aliás, este procedimento não se restringe à terra de Tio Sam. No Brasil, fatos bem recentes estão a comprovar a vigência desse plano diabólico. A Marinha foi acusada de contrabando; a Aeronáutica envolvida no escândalo SIVAN; o Exército acusado de realizar treinamentos desumanos ...

Vejamos um artigo recentemente publicado no jornal pelotense “**Diário Popular**”:

A queda do exército americano

■ SCHUBERT PETER

O exército norte-americano está doente. Reportagem publicada pela revista Time mostrou as transformações que ocorrem no treinamento dos recrutas. Os sargentos de instrução, por incrível que pareça, ficam humanos. Agora, antes de atacar uma base, mede-se a temperatura do ar, para ver se o esforço não será demasiado. Os tradicionais uniformes foram substituídos por confortáveis calções e camisetas, e os coturnos por tênis. Tudo para melhorar a saúde da tropa. Durante as corridas, cada um segue seu próprio passo. Isso para não magoar os que possuem menor capacidade física. Na hora da inspeção, explica-se aos soldados o porquê daquilo; para que eles sintam-se mais felizes e cumpram suas obrigações com maior afinho. Também é proibido molestar as mulheres. Todavia, no caso delas, ainda não se descobriu o que alguma que não consegue cuidar da própria segurança fará numa guerra. Talvez o inimigo seja condescendente.

Essa breve descrição parece piada, mas não é. A enxurrada de organizações que defendem o direito de qualquer coisa já atingiu o exército. Nos dias de hoje, soldado americano tem voz. Se brilhantes comandantes como Frederico II, o Grande, ou Napoleão Bonaparte, *L'Empereur*, vivesses hoje teriam conquistado a América. Com uma mão nas costas. Aláís, sobre o segundo, há uma história que ilustra bem o discutido. Durante a campanha da Itália, para impressionar uma de suas amantes, Napoleão resolveu atacar determinada posição austríaca. Seus homens avançaram. Mais de cem pereceram. Por fim, a vitória. A amante de Bonaparte ficou maravilhada, tanto que depois se separou do marido. Acabado o espetáculo, o Exército

Artigo

na apenas sob certas condições, e por poucos séculos, ou mesmo décadas. Já a famosa Democracia Grega não passava de um governo aristocrático, visto que os cidadãos eram poucos, se comparados ao total de almas existentes nas cidades-estados. E mesmo lá, depois de alguns séculos, houve perda de unidade e consequente derrocada.

Os norte-americanos estão esquecendo que a capacidade de matar e destruir é pré-requisito para viver e conquistar. Não existe, nem perdurou, nação inconstante mundialmente que conseguisse sobreviver livremente sem bons exércitos. Quando estes enfraqueceram, bárbaros tomaram o controle. E bons militares não são moldados através de tratamento macio. Afinal, em qual guerra houve tratamento salutar para a tropa? Os oficiais dirimem seus conflitos, mas os soldados sempre sofrem. O que teria acontecido na Segunda Guerra Mundial se Stalin tivesse sido humano com seus soldados? Teríamos até hoje as SS passeando por aí. E quantos homens teriam agitado os infectos anos entrados em trincheiras para atacar somente com clima propício? O exército não é uma colônia de férias, ao contrário do que pensava Quadra-de-Tênis, o agêpico, famoso personagem de uma das aventuras de Asterix, o gaúls.

Os Estados Unidos retomam seus velhos valores, ou a derrocada do Império é certa. Remarque, escritor alemão da Primeira Guerra, nas trincheiras ocidentais, da Primeira Grande guerra, dizia que soldado que não faz barbaridades não é soldado. Sem dúvida, tal afirmação não é agradável, contudo, infelizmente, a verdade quase nunca é espiritualosa.

Estudante de Jornalismo

Essa tendência de "humanizar" as forças armadas faz parte de uma série de problemas que a sociedade norte-americana vem enfrentando

o campo de batalha para fazer todo o possível para cumprir o que lhes foi determinado. Nem mais; nem menos.

Essa tendência de "humanizar" as forças armadas faz parte de uma série de problemas que a sociedade norte-americana vem enfrentando. Cada grupo social resolve lutar por seus direitos. Isso é maravilhoso na teoria. Contudo, a prática difere muito do sonho. Um país, para ser forte, precisa de unidade. Se cada ação central for barrada por ativistas não teremos nada além de anarquia: a Polónia feudal foi, por muitos anos, o melhor exemplo disso. Democracia, como conhecemos hoje, funcio-

Por vezes, alguma voz ou pena cheia de bríos, procura denunciar o que está ocorrendo. (Veja o artigo a seguir.) Mas a grande imprensa, manipulada em favor de interesses outros que não os nacionais, trata de desmoralizar essas últimas reservas, tachando-as de retrógradas. Alega-se que instituições, como as Forças Armadas estão superadas e, por isso, tornaram-se inúteis.

Alvorada

Grupo guararapes

Há esperança! Começa-se a sentir o rumor daqueles que adormecidos acordam. Há uma revolta geral e os que protestam aumentando em número, qualidade e representatividade.

Os nossos jornais apresentam artigos de profundidade. Estudam temas nacionais, particularmente, nos campos político e econômico. Temos que reconhecer os valor dos periódicos: "Cata-vento", "Farol", "Ombro a Ombro", "Inconfidência", "Letras em Marcha" e "O Arauto".

Os grupos se organizam e os documentos aumentam de valor, pois defendem com firmeza as Forças Armadas e os direitos do cidadão, não aceitando a ditadura do Executivo que infelicita o país. Cartas e manifestos, às vezes em termos duros, são enviados às autoridades, mostrando que ainda existem homens que não sabem curvar a coluna vertebral. Aqui cabe citar o amor patriótico dos clubes das forças singulares e de todos os grupos vivos, desde o Guararapes-CE, o mais antigo até o irmão mais novo, o Catarina-SC, que veio dar mais um impulso ao movimento patriótica em defesa da nação brasileira.

Temos a assinalar que aumentam os companheiros que escrevem e lutam pelos mesmos ideais que nos são comuns. Não podemos deixar de mencionar o tenente-brigadeiro Ivan Frota, processado por defender a Amazônia, o general Monção, que devolveu as suas medalhas de herói em repúdio ao episódio Lamarca; o comandante Giordano, punido por dirigir carta de protesto a superiores sobre o descabro reinante; e a atitude máscula do comandante do Colégio Militar de Porto Alegre. Além destes, grande é o número de militares que escrevem nos mais diversos jornais do país, em defesa da dignidade e da honra de farda.

O toque da alvorada já foi ouvido no Clube Militar. Ressaltasse o candente discurso do general Jonas por ocasião da reunião do Conselho de Administração com a presença do general João Baptista Figueiredo, que sai do seu merecido repouso para juntar-se aos companheiros. Há que se entender que já começam a tremer os porões ditatoriais do Executivo, a onda aumenta e a técnica do silêncio começa a fazer água. Vitória será o próximo toque - Estamos vivos!

• **Grupo Guararapes congrega oficiais das três Armas**

• TRIBUNA

• **da imprensa**

Editado por S.A. Tribuna da Imprensa

A alegação que se faz contra manifestações deste jaez, é que elas partem de "**saudosistas do autoritarismo**", de descontentes com a democratização do Estado brasileiro. A defesa dos recursos naturais do país, de sua soberania, da afirmação de seu povo como Nação livre e senhora do próprio destino são atitudes ridicularizadas. Amar à Pátria, cultivar os vultos que batalharam pela manutenção de sua integridade territorial, pela expulsão de invasores, pela defesa de seus recursos naturais contra a espoliação estrangeira, corresponde na visão dos entreguistas de hoje, em contribuir para o entrave da modernidade.

Os nomes de **Anita Garibaldi** e **Maria Quitéria**, dentre outras heroínas nacionais, serão esquecidos em breve (se já não o foram), para que no lugar deles se entronize o de **Olga Gutman Benário**!

Ao invés dos guerreiros de **Guararapes**, que prestaram desserviço à Companhia das Índias Ocidentais, e forçaram grande número de cristãos-novos a se mudar para os Estados Unidos, há que se cultivar **Lamarca** e **Mariguella**!

5) Liga Anti-Difamação da B'nai B'rith e Ku Klux Klan

A visão de mundo que tem a ADL - afirma LA ROUCHE Jr. - coincide claramente com a do judeu confederado Judah Benjamin, agente da inteligência britânica interessada na Secessão, e integrante do rito escocês da maçonaria, liderado nos Estados Unidos por **Albert Pike**. Em 1856, Benjamin afirmou (Op. cit. p. 3): “**Somente os escravos podem cultivar os trópicos**”.



En la Plaza Judicial de Washington, DC, se encuentra este monumento a Albert Pike, general confederado estadounidense, miembro del Rito Escocés de la Masonería y fundador del Ku Klux Klan.

No princípio do século XX - segundo La ROUCHE - **“foi a Liga Anti-Difamação da B’nai B’rith que reativou a Ku Klux Klan, grupo que aterrorizou e assassinou a população negra estadunidense”**. (Op. cit. p. 3/4)

A referida organização secreta começou a crescer vertiginosamente depois da Segunda Guerra Mundial, não por obra de grupos **neonazistas** (como a grande imprensa difunde), **mas através da Liga Anti-Difamação da B’nai B’rith**. (Op. cit. p. 15)

La ROUCHE relata um caso real acontecido em 16 de fevereiro de 1979, em Filadélfia, na Pensilvânia. Dias antes, **Mordechai Levy**, chefe da Organização de Defesa Judia (órgão subordinado à ADL), solicitara sob o pseudônimo de **James Guttman**, permissão para realizar um encontro. “Guttman” não apresentou a solicitação em nome da ODJ ou da ADL, mas em nome do Partido Nazista dos Estados Unidos. A polícia de Filadélfia apurou que Levy pretendia desfilar suásticas, estandartes, uniformes nazistas, cartazes de propaganda e material da Ku Klux Klan.

Na data aprazada, os manifestantes reuniram-se em frente ao Salão da Independência, lugar onde se firmou a Declaração de Independência dos Estados Unidos. Queimou-se, ali, uma cruz, e um orador afirmou: **“Hitler tinha razão: os comunistas e os judeus às câmaras de gases!”**

No mesmo dia e hora, o maquiavélico **Mordechai Levy** mobilizou os judeus e os radicais esquerdistas de Filadélfia e seus arredores para uma manifestação de protesto contra o **“ressurgimento do nazismo”**. Na oportunidade, instigou os participantes deste “meeting” a enfrentar a KKK e os “neonazistas”.

O violento confronto não ocorreu porque a polícia descobriu as maquinações de Levy e agiu a tempo. A imprensa de Filadélfia noticiou: **“O promotor do ‘meeting’ nazi é em realidade judeu.”** (Op. cit. p.79/80)

La ROUCHE relata diversos casos similares ao ocorrido em Filadélfia, comprovando a pertinácia da ADL em “fabricar” passeatas, comícios e manifestações públicas de provocação aos inocentes judeus, eternos “bodes expiatórios” da intolerância dos radicais de direita.

Em 1994, o jornalista francês Jean Paul PICAPER, publicou a obra intitulada **“Achtung, Fälschung!**, denunciando uma série de embustes,

semelhantes aos montados nos Estados Unidos pela ADL, repetidos na Europa. Eis alguns deles:

- “Em 1990, o ex-agente da KGB, Oleg Gorbiewsky, publicou suas memórias, apontando o general Agajanz como encarregado de treinamentos destinados a ‘ações anti-semitas’, as quais seriam atribuídas a ‘neonazistas’.” (p. 434) “Esses agentes eram enviados à Alemanha Ocidental para praticarem violações e pichações em cemitérios judaicos de diversas cidades.” (p. 434)

- “Também o Serviço Secreto da República Federal da Alemanha participou inúmeras vezes de encenações deste tipo.” (p. 435)

- “Em 6 de abril de 1979, a polícia surpreendeu três jovens vestindo uniformes nazistas, justamente no momento em que eram ‘entrevistados’ pelo pessoal da TV-WDR. Interrogados, os três esclareceram que haviam sido contratados pela emissora, por 250 marcos cada, e que os jornalistas tinham lhes fornecido os uniformes ...” (p. 436)

- “No dia 10 de dezembro de 1982, sinistros neonazistas apareceram em Frankfurt, distribuindo panfletos de provocação. Casualmente, estava presente uma equipe da TV-WDR, que documentou todo o acontecimento. Posteriormente, o chefe de polícia da cidade, Delegado Genner, desmascarou a armação: havia tudo sido preparado pela equipe de reportagens externas da TV.” (p. 437)

- “Em Israel, na cidade de Haifa, foram violados cerca de 300 túmulos de judeus. Inicialmente, atribuiu-se a culpa a extremistas neonazistas. A polícia local prendeu o culpado: um israelense de 41 anos, que pretendia com seu ato, ‘acordar a comunidade judaica’.” (p. 442).

Documentários falsos

Koblenz, Alemanha - O jornalista da televisão alemã Michael Born, foi sentenciado ontem a quatro anos de prisão por 17 ofensas criminais, incluindo fraude e incitação de violência racial. Born, 38 anos, vendeu a emissoras de televisão alemãs e suíças 32 documentários falsos sobre protestos e manifestações de grupos racistas, além de tiroteios, contrabando de drogas e fabricação de bombas caseiras que jamais aconteceram.

No julgamento, Born declarou-se culpado das acusações, mas defendeu-se dizendo que apenas dava às emissoras "o que elas pediam". O jornalista afirmou ainda que vários dos executivos que compraram seus documentários sabiam que alguns dos trechos dos programas não eram autênticos.

Todo o material falso foi levado ao ar pelas emissoras no início na década, em programas

para a tevê

de variedades de grande audiência como o Stern TV, do canal alemão RTL, a Spiegel TV na emissora Vox e o ZAK, transmitido pela ARD. Segundo o juiz Ulrich Weiland, os promotores - que inicialmente pediam cinco anos de prisão - provaram que os fatos sobre os quais os documentários foram feitos eram fabricados pelo jornalista. Os documentários falsos renderam a Born cerca de 225 mil dólares. ■ AE/REUTER

DIÁRIO POPULAR

Terça-feira, 24 de dezembro de 1996

A tática de **Mordechai Levy**, o esperto agente da ADL nos Estados Unidos, como se percebe, não constitui novidade. É prática de largo uso. Aqui mesmo no Brasil, vez por outra as redes de televisão apresentam programas em que "neonazistas", "cabeças-raspadas", "skin-heads" e outros grupos psicodélicos saem às ruas a fazer a saudação nazista e a bradar "morte aos judeus, aos negros e aos nordestinos".

Cada vez que isto ocorre, carrega-se a opinião pública em favor dos judeus, estes eternos incompreendidos e perseguidos!

6) A promoção da Escravidura Vigora ainda Hoje

As instituições e grupos não-governamentais ligados aos negros, aos latino-americanos, aos muçulmanos e às populações do Caribe, como a Nação do Islã (NDI), são combatidos firmemente pela ADL que não se cansa de “ameaçar franca e publicamente a qualquer funcionário eleito ou ativista político que se filie ou mesmo elogie essas organizações”. (p. 19) Os “Caça-drogas” - grupo que combate o tráfico nos bairros onde residem as populações acima citadas - são o alvo predileto dos ataques da ADL. (p. 19)

A ADL - segundo La ROUCHE - irritou-se particularmente quando alguns órgãos de imprensa elogiaram o trabalho dos “Caça-drogas”, atestando que eles, apesar de atuarem desarmados contra poderosos traficantes, haviam sido capazes de reduzir o tráfico de drogas em muitos bairros das mais importantes cidades americanas, e mesmo extingui-lo em diversos locais. (p. 20)

Hoje, apesar da franca oposição da ADL, moradores de conjuntos habitacionais de Washington, Baltimore e Los Angeles, têm solicitado a visita das patrulhas dos “Caça-drogas”. (p. 21)

Tudo isto - afirma La ROUCHE - “**comprova que a Liga Anti-Difamação da B’nai B’rith não é mais do que um aparato de proteção aos cartéis do narcotráfico**”. (p. 22) E acrescenta: “**Em comunidades onde as drogas e a AIDS são os vestígios mais visíveis da escravidura, a ADL tem demonstrado que, apesar da passagem do tempo, mantém-se verdadeiramente leal aos escravocratas.**” (p. 22)

7) Homenagem da ADL ao Crime Organizado

Em 1985, a ADL entregou, com orgulho, sua comenda “**Antorcha de la Libertad**” a **Morris Barney Dalitz**, empresário de Las Vegas. Quem é **Dalitz**? Trata-se do “braço-direito” de **Meyer Lansky**, presidente da mesa diretiva do crime organizado. (p. 25) **Dalitz**, em companhia de três outros mafiosos, **Morris Kleinman**, **Sam Tucker** e **Louis Rothkopf**, dirigiu o baixo mundo de Cleveland. Sua “**Armada Judia**” contrabandeava aguardente de péssima qualidade durante a época da “lei seca”. Documento do Governo dos Estados Unidos comprova que, durante a época da Proibição, pelo menos 34 mil estadunidenses morreram pela ingestão das bebidas preparadas no Canadá por **Sam** e **Abe**

Bronfman, e contrabandeadas para os Estados Unidos por **Dalitz & Cia.** (p. 26)



Meyer Lansky, padrinho del crimen organizado.

Wide World

Depois de levantada a Proibição, **Morris (Moe) Barney Dalitz** ampliou suas operações delituosas (casas de jogo, extorção laboral, lavagem de dinheiro e defraudação fiscal) nas cidades de Las Vegas, Miami e Los Angeles (Hollywood). Quando **Lansky** inaugurou em Cuba seu primeiro paraíso extraterritorial de jogo, estupefacientes e lavagem de dinheiro, **Dalitz** entrou como sócio privilegiado. (p. 27)

Exatamente dois anos depois da morte de **Meyer Lansky**, foi premiado pela ADL, sendo reconhecido publicamente como filantropo e grande benemérito da organização.

La ROUCHE afirma categoricamente (p. 28):

“Conforme cresceu o poder do narcotráfico nos Estados Unidos, assim também cresceu a influência política e financeira da ADL. Elementos como **Ivan Boesky, Michael Milken**, o narcobanqueiro **Edmund Safra**, e o próprio **Morris Barney Dalitz**, derramaram, regularmente, milhões de dólares nas arcas de guerra da ADL.”

8) Influência do Rito Escocês da Maçonaria e da ADL na Política Mundial

Reportando-se à história das sociedades secretas (não tão secretas, pelo que se observa) dos Estados Unidos, Lyndon H. La ROUCHE Jr. afirma que a **Liga Anti-Difamação** foi fundada no início do presente século, como ramo de “defesa judia” da B’nai B’rith, patrocinada e dirigida pelo **Rito Escocês** da maçonaria.

Em 1918, **Simon Wolf**, o representante da B’nai B’rith em Washington, entrevistando-se com o Presidente Theodore Roosevelt em Sagamore Hills (Nova York), convenceu o Governo americano a rotular o regime czarista russo de “anti-semita” e a autorizar que grandes somas - como as “doadas” por **Kuhn, Loeb & Company** - saíssem dos Estados Unidos para financiar **Lênin e Trotsky**. (p. 28/29)

Durante as duas grandes guerras do presente século, as organizações judaicas e a maçonaria dos Estados Unidos, principalmente a de Rito Escocês, cercaram os presidentes (Woodrow Wilson e Franklin D. Roosevelt), levando-os a tomar decisões contrárias à vontade do povo. Em ambas as guerras, uma minoria enquistada junto ao Governo decidiu pela sorte da Nação, levando-a a cruentos sacrifícios e dispêndio de recursos econômicos de grande monta. Num e noutro caso, o objetivo era o mesmo: atender aos interesses do super-poder, arvorado desde os tempos imemoriais em senhor das riquezas e das gentes.

9) Participação da Máfia Judaica no Tráfico de Mulheres e Crianças

Desde o ano de 1908, quando da publicação em Nova York de um artigo sobre a delinqüência estrangeira naquela cidade, na prestigiosa “**North American Review**”, o povo americano tomou conhecimento de que grupos judaicos estavam contribuindo decisivamente para o aumento da criminalidade, não apenas em Nova York, mas em diversas outras grandes cidades americanas. O artigo dava detalhes de como se

multiplicava o jogo clandestino, a prostituição, o tráfico de drogas e o tráfico de mulheres e crianças (especialmente meninas). As investigações revelaram que a participação de gangsters judeus não se limitava, no caso do tráfico de escravas brancas (mulheres e meninas) e da prostituição, de fenômeno restrito aos Estados Unidos, mas de escala mundial. (p. 31)

Em nossa obra anterior “**O Cristianismo em Xequê**”, anexamos uma reportagem da revista “**Shalom**”, de julho de 1988, relatando o seqüestro de diversas crianças de clínicas obstétricas e pediátricas de Curitiba. A reportagem em foco, como constatará o leitor, dá conta de que um dos casais que teve sua filha seqüestrada e vendida a judeus - Luís Américo e Rosilda Vasconcelos, pais de Bruna - conseguiram, depois de uma viagem a Israel e do enfrentamento de muitas dificuldades, recuperar sua filha.

Jamais se soube se as dezenas de outras crianças tiveram a mesma sorte da pequenina Bruna.

Acompanhe o relato da história que repetiu, no Brasil, as denúncias da “**North American Review**”.

julho 1988

shalom

Eliézer Strauch

Ingenuamente, os casais israelenses se deixam atrair por elementos criminosos a situações perigosas e nocivas à imagem de Israel como um país respeitador das leis.

Existe em Israel um *lobby* formado por centenas de casais que adotaram crianças brasileiras através da rede fundada em Curitiba pela falsa advogada Arlette Honorina Hilu.

Na mesma época a polícia paranaense investigava uma série de casos de recém-nascidos desaparecidos inexplicavelmente das maternidades ou das casas de seus pais. Também circulavam rumores sobre uma rede especializada em vender bebês para casais estrangeiros, a qual se valia de violência e chantagem para forçar mães de condição humilde ou

solteiras a cederem os recém-nascidos para esse tipo de comércio.

Um dos casos de seqüestro chegou a provocar grandes transtornos à comunidade judaica, pois a polícia, baseada unicamente no fato de que a criança desaparecida havia sido retirada da Clínica Paciornik, de propriedade de um conhecido médico judeu, decidiu concentrar suas investigações no meio judaico.

Nos contatos pessoais que tive com Rosilda em Curitiba, logo após seu retorno de Israel, onde a Corte Suprema de Jerusalém acabava de

lhe conceder a posse da filha, pude constatar que, longe de reconhecer a lisura com que as instituições jurídicas do Estado de Israel se tinham

portado no caso, ela voltou cheia de amargura com o tratamento que lhe foi dispensado e um sentimento de profunda hostilidade a Israel.

O lobby das adoções em Israel se dispõe a tudo para desencorajar a ação de pais que tiveram filhos seqüestrados, recorrendo inclusive a ameaças e pressões contra mães indefesas, como no caso de Rosilda Vasconcelos.

Rosilda Vasconcelos :

— Quando cheguei a Israel estava atemorizada. Pela primeira vez na minha vida eu me vi num país estranho, no meio de pessoas que falavam um idioma que eu não entendia. As pessoas me cercavam na rua e me falavam com irritação, dizendo coisas incompreensíveis para mim. De vez em quando alguém que falava português traduzia para mim e aí eu ficava mais apavorada ainda. Eu era uma mãe que tinha ido lutar pela filha que me haviam roubado, e lá todos me criticavam como se eu fosse uma criminosa.



Recebida em Curitiba como heroína popular

A “vendedora” de crianças explicou-me a razão pela qual dava preferência a casais israelenses neste tipo de negócio: “Eles pagam bem, não fazem perguntas supérfluas e saem do país sem deixar pistas”.

E o que poderia parecer um caso humano converteu-se num caso criminal e matéria de exploração anti-semita.

(É o que afirma Eliézer STRAUCH)

Quando da denúncia formulada pela “**North American Review**”, o comissário **Bingham**, da Polícia de Nova York, foi encarregado de investigar a fundo o que realmente estava ocorrendo. Imediatamente a ADL o acusou de “anti-semita”. Seu chefe de investigações - o tenente **Joseph Petrosino** foi assassinado em março de 1909. (p. 32)

Devido às ações inibidoras movidas pela **Liga Anti-Difamação**, a delinqüência organizada teve grande impulso. (p. 33)

10) **O Escândalo do American Bank and Trust Company**

No ano de 1992 estourou o caso do **American Bank and Trust Company** (ABT), uma casa bancária de Nova York em cuja nominata de administradores aparecia, como diretor, **Philip Klutznick**, comissionado nacional da ADL e **presidente internacional da B’nai B’rith**. O ABT “quebrou” quando **David Graiver**, “sórdido financista do Mossad” (Serviço Secreto de Israel), apoderou-se de todos os depósitos daquela entidade bancária. (p. 37/38)

Supostamente, **David Graiver** morreu, logo em seguida, em um desastre aéreo ocorrido no México. As circunstâncias foram tão suspeitas, que até hoje o estado de Nova York não encerrou as investigações. A polícia possui fundadas razões para acreditar em uma “armação”. (p. 38)

11) “**Rufiões**” de Hollywood

Sob o título em epígrafe, **Lyndon La ROUCHE Jr.** relata como o sindicato do crime se apoderou dos principais estúdios da meca do cinema, e de como a ADL passou a “supervisionar” a produção cinematográfica. As acusações não se limitam ao genérico. **La ROUCHE Jr.** aponta nomes, como o de **Dore Schary**, produtor de Hollywood e **presidente nacional da ADL**, amigo íntimo de Abner “**Longie**” **Zwillmann**, chefe máximo do sindicato do crime em Nova Jersey. **Dore Schary** assumiu o controle da **Metro Goldwin Mayer**.

Além de apossar-se dos grandes estúdios de Hollywood, os agentes da ADL passaram a dominar o sindicato de cinematografistas da costa atlântica. (p. 40/42)

O resultado da cartelização do cinema pelos judeus é percebida facilmente por qualquer pessoa arguta. Por exemplo, o “serial-killer” de “**Silêncio dos Inocentes**” (**Silence of the Lambs**) colecionava suásticas em seu covil. Recentemente, em “**Independence Day**”, a Terra foi in-

vadida por extra-terrestres em estágio cultural muito mais adiantado do que o dos homens. Apenas um terráqueo consegue vencê-los e livrar os humanos do extermínio. Este gênio se chama David e é judeu!

A batida cena de mafiosos italianos ajoelhados contritamente diante de altares, ou portando crucifixos pendentes de correntes penduradas ao pescoço, é infalível nos filmes do gênero “made in Hollywood”. O desvio de conduta de altos prelados e padres católicos é comum tanto no cinema quanto nas novelas de televisão e/ou mini-séries brasileiras. (Vide Anexo 12)

Em contrapartida, onde já se viu um rabino com desvio de conduta, ou mesmo um simples judeu agindo de má-fé?

Desculpe o amigo que leu uma de nossas obras anteriores - “O Cristianismo em Xequê”, pela repetição; mas faz-se necessário reincluir, aqui, um artigo de autoria do advogado pelotense, Dr. Elias Baily:

DIÁRIO POPULAR

Pelotas/Rio Grande do Sul

DIÁRIO POPULAR 2 Terça-feira,
27 de março de 1990

Kananga do Japão

● **Elias Baily**

Jornalista, advogado.

Foi um desfile de ruínas, gigolôs, cântens, remadores (aqueles tiram dinheiro com as duas mãos de mulheres idosas solitárias) e todos eles acabam casando com suas meretrizes preferidas.

No alto meio social, o adultério foi a tônica aplaudida.

Numa simbologia da união conjugal brasileira, a luz da *Kananga do Japão*, foi mostrada com Epílogo, marido - cafajeste, que tentou a sobrinha, tarado que se envolvia com “Miss corações solitários”, atacava na rua, prostitutas, arrancando-lhes peças de roupas íntimas, usava binóculo para “fretear” bordéis. Sua mulher, Josefina, francesa, fôra de vida fácil, tentara normalizar sua vida de casada e, no final, retornou aos trajes da luxúria, para ajustar-se no lar!

Depois de assistir “*Kananga do Japão*” perguntasse-se, realmente a sociedade brasileira é assim, conforme a encomenda feita pelo sr. Adolpho Bloch, para sua TV

Não entraremos no mérito da excepcional produção *Kananga do Japão* — jamais vista na televisão brasileira com tanta grandiosidade cinematográfica — mas buscaremos as interrogações deixadas em seu rastro subliminar, sensível a qualquer comunicador social.

Adolpho Bloch, aquele abraço carinhoso no JK que ilustra coluna na sua “*Manchete*”, foi longe demais na sua encomenda, para distrair os telespectadores brasileiros e, possivelmente, os estrangeiros, com exportação da aplaudida novela para países europeus, asiáticos e africanos, a exemplo dos enlatados da Globo.

Da inspiração da “*Ascensão e morte da Praça Onze*”, reduto dos malandros, sambistas, prostitutas bicheiros e “*alhures*” do Rio de Janeiro, na década de 30, valeram-se os autores da novela *Kananga do Japão*

para trazer lembretes políticos, de sábia oportunidade, como a escória do Integralismo engajado no Estado Novo, via Filinto Müller e sua polícia delinquente. Mas deixou muitas interrogações, principalmente no trato da sociedade brasileira.

Observe-se: as mulheres da novela, todas, à exceção das “*patricias*” do sr. Bloch, eram prostitutas. O fenômeno era apresentado em todas as camadas sociais. Dois grandes empresários brasileiros, o de Santos, pai da personagem Dora e o do Rio de Janeiro, industrial de renome, pai de Danilo e de Alex, são suicidas. Os únicos, de verticalidade moral comprovada: o seu Saul, dono da casa de móveis e seu sobrinho Oechua, que imigrou da Alemanha, trabalhou como mascate, motorneiro dos bondes da Light e acabou, no final da novela, como gerente da Caixa Econômica Federal. Manchete. Infelizmente, a televisão brasileira ainda não é dos brasileiros!

Se o autor do artigo em foco conhecesse alguns textos do **Talmud**, os **Protocolos** e a obra-denúncia de **Lyndon La ROUCHE Jr.**, certamente não se surpreenderia com o trato dado às mulheres em “**Kananga do Japão**”. Há autores que seguem a linha ideológica dessa e de outras novelas, movidos pela intenção deliberada de formar uma opinião pública favorável aos “dominadores do mundo”, seja porque eles próprios estão condicionados a determinadas idéias, seja porque trocaram a consciência pelo vil metal. Abundam por aí criaturas pusilânimes que se parecem, como já observamos, com o cãozinho submisso da antiga RCA Victor. Não seria surpresa se, de repente, comesçassem a abanar o rabo.

A ousadia do **Dr. Bainy** não ficou impune. Conhecido porta-voz da ADL rio-grandense, “baixou-lhe o pau” através do jornal que publicara o artigo “atrevido”, tachando-o, como não poderia deixar de ser, de “**anti-semita**”.

A tática é sempre a mesma quando se trata de calar a voz dos inconvenientes.

12) Um Pouco sobre o Tráfico de Drogas

Lyndon La ROUCHE Jr. dedica o terceiro capítulo de sua obra à análise da participação dos altos próceres da **Liga Anti-Difamação da B’nai B’rith** no tráfico de drogas.

Nomes, cargos funcionais na ADL e na vida privada, assim como suas implicações no mundo do crime desfilam acompanhados de datas e relatos de casos inquestionavelmente comprovados. (Se as acusações fossem caluniosas, o autor estaria amargando a solidão do cárcere.)

Os nomes mais importantes da “lista” de La ROUCHE Jr. são:

- **Kenneth Bialkin**, membro executivo da ADL e advogado de importantes líderes do crime organizado. Sua especialidade: livrar a cara dos implicados na lavagem de dinheiro sujo. A homenagem ao gangster **Dalitz** pela ADL (concessão da comenda “**Antorcha (Farol) da Liberdade**”), deu-se por iniciativa de **Bialkin**.

“Mas a grande façanha de **Bialkin** - afirma La ROUCHE Jr. - foi a contribuição decisiva que deu à narcotização dos Estados Unidos. Sem as manobras jurídicas de sua autoria, o Cartel de Medellín não teria encontrado as facilidades que teve para estabelecer uma cabeça de praia nos Estados Unidos.” (p. 46)

- **Edmund Safra**, presidente da divisão bancária da **Amex**. Aproveitando o delírio bancário ocorrido no primeiro Governo Carter, consolidou e reorganizou algumas das casas de corretagem mais antigas de Nova York, fazendo da economia do país um verdadeiro paraíso da especulação e da lavagem de dinheiro sujo. (p. 51/52)

- **Carl Lindner**, proprietário da **United Brands** (antigamente denominada **United Fruit Corporation**), responsável, segundo a Agência do Controle de Drogas (DEA) dos Estados Unidos, por 20% das drogas ilícitas entradas nos Estados Unidos, em 1978, provenientes da América Central e do Sul, contrabandeadas graças a **United Brands**. (p. 52)

13) Venda Elícita de Armas ao Irã

Kenneth Bialkin, além do envolvimento com o narcotráfico, apareceu enredado na negociata de armas para o Irã. Ele foi advogado de **Adnan Khashoggi** nos entendimentos para compra e embarque original de armas, e para a liberação de um refém estadunidense preso no Irã. (p. 54)

Willard Zucker, sócio da banca jurídica de **Bialkin**, **Willkie** e **Farr**, administrou em Genebra (Suíça) o dinheiro de **Richard Secord** e **Oliver North**. (p. 54)

Outro sócio de **Bialkin** em Wall Street, **Arthur Liman**, esteve integrado à Comissão do Senado que investigou o assunto Irã e os contras (na qualidade de chefe da assessoria jurídica). Contribuiu para diluir as repercussões e conseqüências legais do escândalo. Interpôs grandes obstáculos à investigação do fiscal independente **Walsh**. (p. 54)

O diretor de assuntos latino-americanos da ADL, rabino **Morton Rosenthal**, escreveu um informe em que catalogou o regime sandinista da Nicarágua de “**anti-semita**” e instigou a todos os judeus estadunidenses a apoiar a guerra secreta do Governo de Reagan na América Central. (p. 54/55)

Edmund Safra, o mesmo que contribuíra para a lavagem de dinheiro sujo proveniente do tráfico de drogas, também participou diretamente da negociata de armas com o Irã, através de sua empresa **Republic Corporate Air**, cuja propriedade compartilhava com **William Zucker**. Foram as aeronaves de **Safra** que transportaram a Teerã os traficantes de armas **Oliver North** e **Robert McFarlane**, na primavera de 1986, em seu intento frustrado de trocar armas por reféns. (p. 55)

14) Apoio da ADL a Grupos Terroristas

Em dezembro de 1985, em um discurso perante o Clube Nacional de Imprensa, em Washington, **William Webster**, então diretor do FBI, admitiu que nos doze meses precedentes, “certo movimento clandestino judaico havia se convertido em uma grave ameaça terrorista para os Estados Unidos”. Efetivamente, no transcurso de 1985, a **Liga de Defesa Judaica (JDL)** havia realizado uma série de bem preparados atentados com bombas, que deixaram dezenas de mortos e feridos, além de vários milhões de dólares em danos materiais”. (p. 75)

Na oportunidade, **Alex Odeh**, que encabeçava o ramo californiano do **Comitê Árabe-Estadunidense Contra a Discriminação**, morreu assassinado quando uma bomba explodiu nas oficinas da instituição em Santa Ana. Outras sete pessoas foram hospitalizadas em consequência do referido ataque. (p. 75)

Antes do ataque terrorista, **Mordechai Levy**, chefe da **Organização de Defesa Judaica**, grupo integrado à ADL, procedeu ruidosas manifestações públicas contrárias ao **Comitê Árabe-Estadunidense Contra a Discriminação**. (p. 76)

O FBI tem os judeus **Fuchs**, **Green** e **Manning** na lista de suspeitos por um total de 25 atentados terroristas dentro do território dos Estados Unidos. (p. 76)

Segundo **Robert Friedman**, biógrafo do rabino **Meir Kahane**, fundador da JDL, este militante grupo judeu foi governado desde sua fundação por um triunvirato secreto: **Yitzhak Shamir**, chefe de operações do Mossad e futuro Primeiro Ministro de Israel; **Geula Cohen**, parlamentar da extrema-direita de Israel; e **Bernard Deutch**, presidente da ADL do Brooklyn, em Nova York. (p. 77)

Foi em uma reunião realizada em dezembro de 1969, que a JDL decidiu empreender uma campanha de terror e intimidação aos soviéticos, para forçá-los a facilitar a emigração de judeus residentes em seus territórios. (p. 77/78)

O terrorismo político tem uma regra geral: invariavelmente, após cada atentado os autores se identificam. E isto se prende a uma razão simples: o ato terrorista visa a atemorizar o adversário; demonstrar que o autor, ou autores, dispõem de meios de retaliação.

É por isso que afirmamos em várias ocasiões que a explosão do prédio da AMIA, em Buenos Aires, um dos mais sangrentos atentados dos últimos anos, é uma história mal-contada pelos órgãos de imprensa. Talvez não lhes caiba culpa pelo embuste. É possível que também eles tenham sido ludibriados até hoje pelos verdadeiros autores. A verdade é que o MOSSAD, autorizado por Menem a investigar o ocorrido, apesar de sua alta competência e tecnologia, não conseguiu decifrar o mistério. Nenhuma organização assumiu a autoria, e tampouco o mais bem aparelhado serviço secreto do mundo identificou os autores. O mais provável é que tenham sido estes identificados, e que o Governo de Israel, conhecedor da verdade, tenha preferido escondê-la ...

O terrível ato terrorista praticado contra judeus, que buscavam assistência na AMIA, não atingiu as elites ou as lideranças judaicas - alvo muito mais provável das facções inimigas de Israel. O atentado ceifou a vida de pessoas inexpressivas e serviu de pretexto para a extrema-direita israelense pressionar o Governo contra os projetos de paz em andamento.

O prédio que explodiu levava o nome da AMIA, porém essa Associação ocupava apenas o térreo e o 1º andar; os demais andares, fato que vem sendo **ocultado ao máximo**, eram ocupados pela **DAIA, Dirección de las Asociaciones Israelitas Argentinas**. Eram portanto os **ESCRITÓRIOS CENTRAIS ISRAELITAS NA ARGENTINA**, inclusive com **IMPORTANTES ARQUIVOS**.

Lyndon La ROUCHE Jr. reforça este ponto de vista ao denunciar o apoio da ADL ao terrorismo internacional. Como se depreende do relato do referido autor, **Fuchs, Green, Manning** e outros tantos agentes do terrorismo, **integram a lista de suspeitos por um total de 25 atentados**, mas nenhum deles foi formalmente levado ao banco dos réus. De duas uma, ou mesmo ambas: agem dentro de um rígido planejamento que não deixa rastros, ou contam com a habilidade de “sumidades” como **Kenneth Bialkin** para livrar-lhes de enrascadas.

O “**bode expiatório**” é useiro e vezeiro em queixar-se das pancadas que leva, mas hábil em esconder as marradas que dá!

Isto ocorre tanto quando se trata da guerra não-convencional, praticada por terroristas bem-treinados e dificilmente pegos com a “boca na

botija” - como os citados **Fuchs, Green e Manning**, como nas guerras convencionais.

No mês de fevereiro de 1991, após algumas semanas de bombardeios que equívalem à potência de centenas de bombas atômicas (como as lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki), o imperialismo norte-americano, instigado por Israel e secundado por alguns países a ele atrelados, considerou que houvesse destruído o Iraque. Suas tropas terrestres não tiveram outro trabalho senão desfilar garbosamente por um território sem qualquer vestígio de vida, realmente “deserto de inimigos”.

Os bombardeios de 1991 mataram um número incalculável de soldados, incinerados em seus tanques, viaturas, fortificações, trincheiras e colunas errantes ... O número exato só o Governo iraquiano conhece. Por razões estratégicas, até hoje não o divulgou, mas os analistas da Guerra do Golfo calculam que as perdas do exército do Iraque passaram de 300 mil, entre mortos e feridos. As baixas civis foram de mais de 200 mil mortos e outro tanto de feridos. Os bombardeios indiscriminados de cidades, como os realizados contra metrópoles alemãs, além de ceifar a vida de grande número de inocentes, destruiu praticamente toda a infraestrutura do país.

Mas não dobrou as aspirações de liberdade dos iraquianos.

Na Guerra do Golfo, o Iraque lutava - como Hitler - pela devolução de territórios que lhe tinham sido tomados (o Kuwait).

Na versão dos “vencedores da Guerra do Golfo”, Saddam Hussein alimentava objetivos imperialistas, enquanto os que lutaram pelo domínio dos grandes lençóis petrolíferos da região foram agraciados com o epíteto de “paladinos da liberdade”.

É assim que vem sendo escrita a História ...

15) A ADL e a “Caça aos Criminosos de Guerra”

Ao mesmo tempo em que a **Liga Anti-Difamação da B’nai B’rith** se esmerava em dar cobertura ao narcotráfico, ao lenocínio, ao terrorismo e a outros tipos de crimes e contravenções e, de quebra, em “lavar” dinheiro sujo, tratava de “caçar criminosos nazistas”, seus inimigos jurados, ou “juramentados” como diria um ex-prefeito de Sucupira.

Lyndon La ROUCHE Jr. aponta alguns resultados obtidos pela ADL e pela **Oficina de Investigações Oficiais (OIE)** patrocinada pela primeira.

Foram “justiçados”:

- **Tscherim Soobzokov**, acusado de trabalhar para os nazistas na Bielorrússia, sua terra natal. Foi assassinado pela **Liga de Defesa Judaica**, por meio de uma bomba colocada em sua casa, em Patterson (Nova Jersey), em 1985. (p. 97)

- **Arthur Rudolph**, célebre cientista germano-estadunidense, expert na fabricação de foguetes, que muito contribuiu para o programa espacial dos Estados Unidos. Foi falsamente acusado pela ADL e pela OIE de torturar judeus nos laboratórios de Peenemünde (local onde os alemães desenvolviam seu projeto de foguetes). Retiraram-lhe a pensão concedida pela NASA e sua família foi jogada na indigência. Renunciou a cidadania estadunidense. Submetido a julgamento na Alemanha Ocidental, constatou-se que as acusações que lhe foram imputadas eram todas elas caluniosas. (p. 97)

- **John Demjanjuk**, ucraniano naturalizado estadunidense, jubilado da indústria automobilística, foi acusado de ser “**Ivan, o Terrível**”, um pretenso cruel verdugo de Treblinka. Foi despojado da cidadania americana e deportado a Israel para ser submetido a julgamento. Foi condenado à morte. Sua família e amigos descobriram que a ADL e a OIE haviam ocultado provas de que outro indivíduo havia sido identificado como o verdadeiro Ivan. Em 1994, ano em que La ROUCHE Jr. divulgou sua obra, o caso se encontrava pendente tanto na Corte Suprema de Israel como no Tribunal Federal de Apelações do Sexto Circuito, em Cincinnati, estado de Ohio. (p. 97/98)

16) A Liga Anti-Difamação da B’nai B’rith x Lyndon H. La ROUCHE Jr.

Em 16 de março de 1986, dois candidatos respaldados por La ROUCHE Jr. - **Mark Fairchild** e **Janice Hart** - venceram as eleições primárias do Partido Democrata em Illinois, concorrendo aos cargos de vice-governador e secretário de estado, respectivamente. A vitória dos candidatos larouchistas não chegou a constituir surpresa, pois desde o início da década de 80, os políticos respaldados por La ROUCHE Jr. vinham obtendo entre 20 e 40% dos sufrágios nas eleições primárias do Partido Democrata.

Para a ADL, todavia, a vitória da planilha de La ROUCHE Jr. foi como se uma descarga elétrica tivesse atingido a instituição. Sem perda de tempo, os círculos maçônicos e a ADL começaram a agir.

A tática inicial foi caluniar de todas as formas possíveis ao político que ousava apontar o dedo para as lideranças da ADL, e denunciar suas falcatuas e mazelas. Os epítetos mais usados foram os comuns a essas ocasiões: “**neonazista**” e “**anti-semita**”! Por via de dúvidas, acrescentaram outros, como o de “**terrorista internacional**” e “**agente da KGB**” ... Acusaram-no, também pasme o leitor! -, de ligações com o Mossad!

Segundo La ROUCHE Jr., a campanha de difamação não obteve os resultados esperados, a não ser **os efeitos um tanto severos resultantes da guerra financeira**. (La ROUCHE Jr. teve que dispende grandes somas nas batalhas judiciais. Idêntica estratégia é utilizada, no Brasil, contra S.E. CASTAN.)

Em 6 de outubro de 1986, unidades especiais de franco-atiradores do FBI e da polícia do estado de Virgínia, respaldadas por uma equipe paramilitar especial do condado de Loudon, cercaram a residência de La ROUCHE Jr., onde ele se encontrava em companhia da esposa. Nos terrenos de uma escola agrotécnica, situada nas proximidades, agrupou-se uma reserva de helicópteros, aviões e veículos blindados. Para cumprir duas ordens de busca e quatro de apreensão, montara-se uma força invasora mais poderosa do que a enviada pelo Governo dos Estados Unidos à Granada, em setembro de 1983!

Soube-se, mais tarde, que na época desta batida à residência de La ROUCHE Jr. a ADL tinha azucrinado de tal modo as esferas do Governo americano, que este esperava encontrar um acampamento de terroristas e/ou fanáticos, armados até os dentes, a proteger o “perigoso político”. (O discurso não difere de lugar para lugar. A sede da Revisão Editora é freqüentemente denominada de “bunker”.)

Em declarações prestadas em tribunal, em 24 de março de 1990, a funcionária da ADL, **Mira Lanski**, confirmou ter participado ativamente, desde o primeiro dia, da operação clandestina e ilegal do Governo que redundou na batida de outubro de 1986.

Foi apurado, também, que a “campanha difamatória e a ação policial contra La ROUCHE Jr.” tinham sido incentivadas e financiadas por

diversos órgãos de imprensa em poder dos judeus: **Rede NBC, Reader's Digest, The New Republic, Business Week e The Wall Street Journal.**

Tanto a **Liga Anti-Difamação** quanto outros grupos judaicos, como a **Cult Awareness Network (CAN)**, gastaram vários milhões de dólares tentando processar La ROUCHE Jr., comprando adesões e pressionando pessoas e empresas a suspender suas contribuições aos periódicos por ele editados.

Em maio de 1988, depois de 92 dias de julgamento, o primeiro processo federal movido contra La ROUCHE Jr. foi detido abruptamente, quando o juiz declarou **nulos todos os procedimentos**. Motivo: descobriu-se que a promotoria havia fraudado documentos, “fabricado” testemunhas, cometido perjúrio e incentivado outros a fazê-lo ... (O Julgamento de Nuremberg, com toda certeza, serviu de exemplo para os inimigos de La ROUCHE Jr. Infelizmente para eles, nem todos os juizes se põem de joelhos diante do super-poder.)

Dentre as múltiplas irregularidades cometidas nos processos movidos contra La ROUCHE Jr., merece citação a descoberta de que **Mira Lanski Boland e Sally Greenberg**, a última funcionária da ADL e a primeira advogada da instituição, haviam estado praticamente incorporadas aos fiscais federais adjuntos **John Markhan e Mark Rasch**. Estes dois fiscais admitiram, sob juramento, que tanto **Mira Lanski Boland** quanto **Sally Greenberg** haviam servido de “câmara de compensação” para “fabricar” testemunhas em todos os processos federais e estaduais movidos contra Lyndon H. La ROUCHE Jr. (p. 101/113)

Um a um, cada processo movido pela ADL contra o autor de denúncias contra ela (contra o crime organizado pelos judeus, contra a lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas e de mulheres, contra o jogo clandestino, contra o suborno à autoridades e testemunhas, contra a prática de terrorismo, contra a “fabricação” de incidentes, contra as bancarrotas fraudulentas e contra arapucas do tipo “Bônus Chatarra” ...), foi caindo por terra, porque nos Estados Unidos a justiça ainda funciona. Ali, Justiça se escreve com “J” e não com “j”. Jamais alguém que se arvorou em tutor do pensamento alheio teve sucesso em suas pretensões. A primeira emenda, que consagra a liberdade de pensamento e expressão, não sofre violências ou estupros dos manipulado-

res da retórica sofista. Nos Estados Unidos, “**prática de racismo**” está subordinada a ofensas contra **fatores biológicos**, e não a contestações de **ordem cultural**.

Por isso, as acusações de “**racismo**” ou “**anti-semitismo**” assacadas contra Lyndon H. La ROUCHE Jr. não deram em nada.

O político tido como “**polêmico**” (e certamente o é, já que se enquadra na linha de pensamento revisionista), não critica a **raça hebréia**, como aliás ocorre com todos os revisionistas, mas tão-somente aponta disfunções do aspecto cultural de uma parcela de hebreus (e mesmo de não hebreus afinados com estes). Sua crítica se volta para aspectos do **judaísmo extremado** e do **sionismo**.



Edgar Bronfman, ejecutivo de la multinacional Seagram's
y líder de la recabación de fongos de la ADL.*

* Presidente do Conselho Mundial Judaico.



Miembros de la brigada antilarouchista. Arriba: Irwill Suall y Kent Robinson. Abajo: Dennis King y Mira Lansky Boland.



Miembros destacados del cabildo zionista en los Estados Unidos: Arriba, el diputado Sidney Yates y el senador Howard Metzenbaum; abajo, el senador Richard Shelby.

Durante o ciclo de julgamentos realizados em Roanoke, Virgínia, a ADL foi surpreendida em um flagrante intento de subornar ao juiz estatal **Clifford Weckstein**. Este revelou em juízo que **Murray Janus** e outros funcionários locais da ADL haviam oferecido respaldo para que ocupasse uma cadeira na Corte Suprema do Estado de Virgínia. (p. 112/113)

17) A ADL Promove o Movimento “Nova Era”

Em nossa obra anterior, **“O Cristianismo em Xequê”**, havíamos afirmado que o movimento **“Nova Era”** resultava das maquinações judaicas com vistas à destruição do Cristianismo.

Lyndon H. La ROUCHE Jr. confirma este ponto de vista. Afirma que desde 1948, a ADL vem dedicando mais de um terço de suas ações nos tribunais a apoiar atividades que poderiam ser denominadas de **“conjuras para assassinar a memória de Cristo”**. A ADL vem intervindo, seguidamente, como *“amicus curiae”* em causas que visam a proibição da oração escolar e do ensino religioso, a eliminação das festas cristãs, a proscrição da leitura da Bíblia (Novo Testamento) nas escolas, a proibição do uso de obras de arte que tenham a ver com a religião cristã (durante as festividades religiosas ou em qualquer outro momento), e a proscrição de rezas e juramentos religiosos nos tribunais e nas posses de cargos públicos. (p. 117)

Este esforço no sentido de retirar o ensino de religião da escola pública não se restringe aos Estados Unidos. Recentemente, a revista **“Isto É”** promoveu um debate em torno do assunto, e **Dom Irineu Danelon**, bispo de Lins (SP) e coordenador do ensino religioso da CNBB, assim se manifestou: **“Os israelitas brasileiros, por exemplo, se esquecem de que o ensino religioso é obrigatório em Israel. Não sei porque se opõem que exista no Brasil.”** (Vide Anexo 13)

Todavia, enquanto concentra esforços no sentido de erradicar da vida pública as tradições da civilização cristã, expulsando o ensino religioso da escola, a ADL tem incentivado a introdução da seita **“Nova Era”**, que hoje infecta toda a sociedade.

Quando investigadores do Governo se puserem a averiguar quem dirigia a conjura **“Nova Era”**, descobriram que a campanha de paganização partia da catedral episcopalista de São João Evangelista, de Nova York, quartel-general dos cabecilhas da ADL. Informa La ROUCHE Jr.

que, embora dita catedral seja nominalmente parte do credo protestante anglicano episcopalista, em realidade é a sede clandestina do movimento satânico dos Estados Unidos. (p. 116)

Afirma La ROUCHE Jr. (p. 116):

“A Liga Anti-Difamação da B’nai B’rith não tem sido apenas parte integral da estrutura da delinquência organizada, que vem desgraçando a juventude norte-americana, através da distribuição de drogas, como instrumento que tem por objetivo converter os Estados Unidos ao paganismo. Para isso, vale-se de rótulos como: ‘humanismo secular’, ‘novas religiões’ e, mais recentemente, do movimento ‘Nova Era’.”

Durante o espaço de tempo entre 1949 e 1956, a Corte Suprema dos Estados Unidos esteve integrada por sete membros da maçonaria. Nessa época, o juiz **Hugo Black**, membro da Ku Klux Klan e maçom de grau 33, no caso “**Everson x Junta de Educação**”, tentou consagrar o princípio de que “nas palavras de Jefferson, a cláusula constitucional proíbe estabelecer religiões”. O intento de **Black** e dos juizes maçônicos era erigir um muro de separação entre a Igreja e o Estado.

Não logrou sucesso a ala maçônica da Corte Suprema. O argumento utilizado pela parte contrária foi um discurso proferido por George Washington, em 1796: “A religião e a moral são princípios indispensáveis à prosperidade política. Advirto que a moral da nação não poderá ir avante se excluir-se dela a religião.” (p. 119)

O movimento “**Nova Era**”, modelado segundo o paganismo do Oriente Médio, prega a adoração de **Bafomé**, figura satânica de diversos ritos maçônicos. (p. 123)

A ADL tem lutado com todas as suas forças para incrementar o satanismo da “**Nova Era**”, com o fito de destruir o Cristianismo.

La ROUCHE Jr. afirma textualmente (p. 130/131):

“A ADL não tem medido esforços para obstaculizar a legislação texana contra os crimes satânicos. (...) Está plenamente comprovada a participação da ADL em um dos mais espantosos exemplos de corrupção sexual de menores. O escândalo começou em Omaha, Nebraska, mas acabou por estender-se até Washington. (...) Tudo isto foi objeto de milhares de páginas de reportagens fartamente divulgadas pela imprensa, vários processos penais e

livros. Os principais processos foram: 'The Franklin Cover-up: Child Abuse' e 'Satanism and Murder in Nebraska'."

18) A Compra do Governo com Narcodólares

Oficialmente, tanto a **ADL**, como seu colaborador mais importante na corrupção do Congresso - o **Comitê de Assuntos Públicos Estadunidense-Israelita (AIPAC)**, estão impedidos por lei de envolver-se em assuntos políticos, pelo fato de serem entidades isentas do pagamento de impostos.

Todavia, não é isto que ocorre. Uma demanda judicial apresentada em um tribunal federal de Washington, em 10 de agosto de 1992, permitiu constatar que a **ADL** e o **AIPAC** tinham utilizado narcodólares para corromper e controlar o Congresso. (p. 137) (Coincidência! O autor da lei votada à toque de caixa no Congresso brasileiro, **a fim de calar S.E. CASTAN**, acabou cassado por corrupção!)

Segundo o expediente judicial, o **AIPAC** controla de forma secreta um mínimo de 27 comitês de ação política. (Alguns investigadores elevam a cifra para 59.) Milhões de narcodólares são canalizados aos congressistas que apoiam os programas políticos do **AIPAC**. (p. 137)

Essas revelações dão o que pensar quando transladadas para a realidade brasileira. Lembremos de uma afirmação de **Roberto GRAETZ**, feita em artigo publicado na revista hebraica "**Shalon**" (agosto de 1989, p. 13), e aludida anteriormente nesta obra:

"Durante os anos da ditadura (militar) tivemos 'amigos' poderosos nos centros de decisão."

Este **amigos** entre aspas dá o que pensar ... Um amigo verdadeiro não requer adornos ou sinais gráficos; um amigo de ocasião, uma amizade comprada, **SIM!**

A afirmação/acusação de **GRAETZ** é grave. O "tivemos amigos" se refere aos **judeus**.

Quais são os **centros de decisão** brasileiros?

Qualquer criança de primário sabe que os **centros políticos de decisão brasileiros** são o **Executivo**, o **Legislativo** e o **Judiciário**.

19) Os Narcodólares fazem a Farra dos Corruptos

Desde o ano de 1980, quando **Thomas Dine** e **Stuart Eizenstat** assumiram a direção executiva do **Comitê de Assuntos Públicos Estadunidense-Israelita** (AIPAC), organização que como já foi dito, é controlada pela **Liga Anti-Difamação da B'nai B'rith**, foram redobrados os esforços no sentido de conquistar o controle sobre o Partido Democrata, e eleger seus membros entre os congressistas, governadores e prefeitos. (p. 138)

Donde provêm as verbas destinadas à eleição dos “escolhidos” ou “apadrinhados” da ADL?

La ROUCHE Jr. informa: Elas provêm do crime organizado. O dinheiro gasto na propaganda desses candidatos não se origina do esforço laboral, da atividade honesta e conforme à lei. Resulta da contribuição da máfia judaica, que não faz mais do que desfazer-se de uma parcela do dinheiro mal-havido.

Eis um dado importante: “Entre 1º de janeiro de 1991 e 31 de março de 1992, **211 candidatos à Câmara e ao Senado, de 48 estados dos Estados Unidos, receberam subvenções polpudas do duo ADL-AIPAC.**” (p. 140)

20) Estrutura de Comando da ADL

Lyndon H. La ROUCHE Jr., juntamente com o líder negro **Louis Farrakhan**, representa, na atualidade, uma das vozes mais importantes na luta contra o intento de dominação mundial do judaísmo-sionismo.

Como de resto ocorre em todo o mundo, a minoria que se arvorou em senhora dos povos, em “etnia eleita por Deus” para o mando e desmando sobre os goyns, tratou de comparar La ROUCHE Jr. a Santo Agostinho, a Torquemada, a Hitler e a Stálin desperto das ilusões.

Repetindo táticas das quais são useiros e vezeiros, tentaram difamá-lo. Vendo baldado este intento, abriram dezenas de processos contra ele.

Nada deu certo. La ROUCHE Jr. sobreviveu ileso de todas as arapucas armadas pela **Liga Anti-Difamação da B'nai B'rith** e seus órgãos associados.

Apesar das somas multimilionárias colocadas à disposição do suborno, ainda que remando contra a correnteza da grande imprensa,

tanto **La ROUCHE Jr.** como **Farrakhan** vêm conquistando um número cada vez maior de adeptos e impedindo que os Estados Unidos sejam conquistados de uma vez por todas pelo seu mais poderoso inimigo.

Sem sombra de dúvida, é ali que se trava a batalha decisiva deste final de milênio. Conquistado o centro nevralgico da política e economia internacionais, o domínio do mundo, aspiração milenar do judaísmo-sionismo, estaria grandemente facilitado.

Concluindo este último capítulo de nossa obra, cabe nominar a estrutura de comando da **Liga Anti-Difamação da B'nai B'rith**, assim como apontar seus **contribuintes principais**, a fim de que os leitores os conheçam. Da relação destes últimos constam inúmeras empresas que mantêm filiais no Brasil e que, provavelmente, financiam a “**caça às bruxas**” aqui em andamento.

Eis os quadros-demonstrativos organizados por La ROUCHE Jr. (relativos a 1994):

Estructura de mando de la ADL

Comité nacional

Presidentes y vicepresidentes honorarios



Kenneth Bialkin



Edgar Bronfman



Philip Klutznick



Sen. Howard
Metzenbaum



Ex senador
Rudy Boschwitz

Max Kampelman

Diputado Sidney R. Yates

Miembros

Meyer Eisenberg (ex abogado auxiliar
de la Comisión de Valores y
Cambios)

Murray Janus (Richmond, Va.)

Irving Shapiro

Burton Joseph (Cartel cerealero de
Minneapolis)

Arnold Forster

Justin Finger

Theodore Silbert (Banco Sterling
National)

Personal de la ADL



Irwin Suall

Mira Lansky Boland
31 oficinas regionales
4 oficinas en el
extranjero

Contribuyentes principales

Robert O. Anderson (Atlantic Richfield)

Stephen Kay (Goldman Sachs)

Donald Keough (Coca Cola)

Dwayne Andreas
(Cartel cerealero
Archer Daniels Midland)



Lane Kirkland
(líder de la
AFL-CIO)



J. David Barnes (Banco Mellon)
Roger E. Kirk (Merrill Lynch)
Edgar Bronfman (Seagrams)
Charles L. Brown (Telefónica AT&T)
Willard Butcher (Banco Chase Manhattan)
Alvah Chapman (Editora Miami Herald)
Peter A. Cohen (Shearson American Express)
Lester Crown (Corp. Material Services)
Justin Dart (Industrias Dart)
Marvin Davis (20th Century Fox)

Robert Ferguson
(First National
Bank of
New Jersey)



Randolph Hearst (Corporación Hearst)
Samuel Higginbottom (Rolls Royce)
Amory Houghton, Jr. (Corning Glass)

John Kluge (MetroMedia)
Ralph Lazarus (Federated)
John Loeb (Shearson Leav Rhoades)
J. Willard Marriott (Corp. Marriott)
Paul Miller (Corp. First Boston)
Franklin Murphy (Periódicos Times Mirror)
Andrall Pearson (Pepsico)
Lester Pollack (United Brands)
Victor Posner (Sharon Steel)
Abram Pritzker (Hyatt)
James D. Robinson (Amex)
Steven Ross (Warner Communications)
William Schereyer (Merrill Lynch)
Arthur Ochs Sulzberger (New York Times)
Alfred Taubman (Corp. Taubman)
S.P. Thomas (Sears Roebuck)
Robert Van Fossan (Mutual Benefit)
Gordon Wallis (Irving Trust)
John Welch (GE)
Walter Wriston (Citibank)

Fonte: La ROUCHE Jr., Lyndon. **La sucia historia de la Liga Antidifamación de B'nai B'rith.** Washington, D.C., Executive Intelligence Review, 1994.

CONCLUSÃO

Sentença prolatada em 14 de junho de 1995, **absolveu** o historiador e editor S.E. CASTAN da acusação de “editar e distribuir, de forma reiterada e sistemática, obras de autores nacionais e estrangeiros, que abordam e sustentam mensagens anti-semitas, racistas e discriminatórias, procurando com isso incitar e induzir à discriminação racial, semeando sentimentos de ódio, desprezo e preconceito contra o povo de origem judaica”.

A Exma. Dra. Juíza de Direito fundamentou sua absolvição no art. 386, I, do CPP, visto que “os textos dos livros publicados não implicam induzimento ou incitação ao preconceito e discriminação étnica do povo judeu”. “Constituem-se - prossegue a referida autoridade - em manifestação de opinião sobre fatos históricos contados sob outro ângulo (...) simples opinião, no exercício constitucional da liberdade de expressão.”

O ponto de vista da Exma. Dra. Juíza **foi acatado pelo Ministério Público, que não recorreu da sentença.**

Recorreram apenas os **assistentes.**

É, pois, a patrulha **Anti-Difamação** que prossegue na tentativa de impor aos brasileiros seus pontos de vista!

Em novembro de 1995, em artigo escrito para a revista “**Atenção!**” (Ano I, nº 1, p. 11), a jornalista Clarinha GLOCK, de Porto Alegre, dizia: “Num processo inédito na América Latina, o editor Siegfried Castan Ellwanger (sic) está sendo julgado pela incitação ao ódio racial através da publicação de uma ampla bibliografia com trechos discriminatórios aos judeus. (...) A **comunidade judaica** e os **movimentos de direitos humanos** protestaram.”

Pois em 31 de outubro de 1996, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul reformou a sentença absolutória de primeira instância, e condenou S.E. CASTAN a dois anos de reclusão, com *sursis* por quatro anos.

Este fato inédito na América Latina - como bem observou a jornalista anteriormente citada - há de ter enchido de júbilo a **Liga Anti-Difamação da B'nai B'rith**. Seus agentes (ou agente, no Brasil, como denuncia Lyndon H. La ROUCHE Jr.) conseguiram uma proeza que nem mesmo **Kenneth BIALKIN, Irwill SUALL, Kent ROBINSON, Dennis KING, Myra Lanski BOLAND** e mais uma dezena de advogados famosos tinham logrado, mesmo com o apoio dos senadores **Howard METZENBAUM** e **Richard SHELBY** e do deputado federal **Sidney YATES**.

Belo exemplo dará o Brasil se S.E. CASTAN não lograr êxito em sua apelação à terceira e última instância!

Se a justiça brasileira, contrariando a unanimidade dos sociólogos e antropólogos culturais, afirmar que **a manifestação de opinião sobre aspectos culturais** - como **sionismo e judaísmo** - constitui **prática de racismo**, o mundo inteiro vai zombar de nós. Teremos o privilégio de reformar um conceito hoje tão sólido como a teoria de Copérnico!

Certamente quem se encherá de razão será a professora Eliane Alves da Silva!

Enquanto tudo isto ocorre, confirmando a realização *ipsis litteris* da conspiração contida nos Protocolos, os brasileiros são convidados a chorar o martírio dos judeus, sob a "batuta" de Spielberg e outros experts em fazer da ficção a realidade dos ingênuos.

BIBLIOGRAFIA

01. ANAIS da **Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
02. BARROSO, Gustavo. **Brasil - Colônia de Banqueiros**. Porto Alegre, Revisão Editora, 1989.
03. BARROSO, Gustavo. **História Secreta do Brasil**. 6 Vol. Porto Alegre, Revisão Editora, 1990/1993.
04. BARROSO, Gustavo. **Os Protocolos dos Sábios de Sião**. (Texto completo e apostilado por Gustavo BARROSO.) Porto Alegre, Revisão Editora, 1989.
05. BEEK, M.A. **História de Israel**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
06. BEZIMENSKI, L. **O Militarismo Alemão Com/Sem Hitler**. 2 Vol. Rio de Janeiro, Saga, 1967.
07. BORMANN, Martin. **Testamento Político de Hitler**. São Paulo, Exposição do Livro, s.d.
08. BORREGO, Salvador E. **Derrota Mundial**. 36. ed. México, Direitos e Edição reservados ao Autor, 1988.
09. BULLIT, William C. **A Ameaça Mundial**. Lisboa, Bertrand, 1937.

10. BURDEN, William A.M. **The Struggle for Airways in Latin America**. New York, Council on Foreign Relations, 1943.
11. CALMON, Pedro. **História Social do Brasil**. 2 Vol. São Paulo, Nacional, 1937.
12. CAMPORA, B. Caviglia & RIXTEL, Antonio van. **Tercer Milenio - El Misterio del Apocalipsis**. Buenos Aires, Caviglia & Rixtel, s.d.
13. CARTIER, Raymond. **A Segunda Guerra Mundial**. 2 Vol. 3. ed. Rio de Janeiro, Primor, 1977.
14. CASTAN, S.E. **Holocausto - Judeu ou Alemão?** 26. ed. Porto Alegre, Revisão Editora, s.d.
15. CASTAN, S.E. **SOS para Alemanha**. Porto Alegre, Revisão Editora, 1990.
16. CASTAN, S.E. **A Implosão da Mentira do Século**. Porto Alegre, Revisão Editora, 1992.
17. CASTAN, S.E. **Acabou o Gás! ... - O Fim de um Mito**. Porto Alegre, Revisão Editora, 1989.
18. CODEX. **A Segunda Guerra Mundial**. 144 fascículos. Buenos Aires, Editorial Codex, 1976.
19. CONN, Stetson & FAIRCHILD, Byron. **The Framework of Hemisphere Defense of the Army**. Washington, Department of the Army, 1960.
20. COMTE, Arthur. **Yalta - A Partilha do Mundo**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1986.

21. CRISTALDO, Janer. Intifada Pode. In: **RS - Jornal do Jockymann**. Porto Alegre, 16 de setembro de 1989.
22. DAHMS, Hellmuth Günther. **A Guerra Civil de Espanha**. Venda Nova - Portugal, Editorial Ibis, 1964.
23. DAHMS, Hellmuth Günther. **A Segunda Guerra Mundial**. 2 Vol. Rio de Janeiro, Editorial Bruguera, 1968.
24. DAVIDSON, Eugene. **A Alemanha no Banco dos Réus**. 2 Vol. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
25. DELARUE, Jacques. **História da Gestapo**. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, s.d.
26. EDMONDSON. **Eu Deponho**. New York, Royal'Books, 1933.
27. EIZIRIK, Moyses. **Aspectos da Vida Judaica no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul, UCS, 1984.
28. FALCON, Francisco & MOURA, Gelson. **A Formação do Mundo Contemporâneo**. 8. ed. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
29. FEST, Joachim. **Hitler**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976.
30. FILHO, Solidônio Leite. **Os Judeus no Brasil**. Rio de Janeiro, Leite & Cia., 1923.
31. FORD, Henry. **O Judeu Internacional**. Porto Alegre, Globo, 1935.
32. FRANK, Adolf. **La Kabballe**. Paris, Hachette, 1843.
33. FREIXINHO, Nilton. **O Poder Permanente da História**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1994.

34. FRIEDLANDER, David & LEITE, Virgínia. O Homem da Vale - Quem é Benjamin Steinbruch, o empresário que arrematou a superestatal brasileira. In: Revista "Veja", São Paulo, Abril Cultural, 14 de maio de 1997.
35. FULLER, John Frederick Charles. **A Conduta da Guerra**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1966.
36. GARCIA, Rodolfo. **Os Judeus na História do Brasil**. São Paulo, Uri Zwerling, s.d.
37. GÉRIN-RICARD, L.D. **História do Ocultismo**. Rio de Janeiro, Bloch, 1966.
38. GUIMARÃES, Argeu. **Os Cristãos-Novos Portugueses na América Espanhola**. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, s.d.
39. GUIMARÃES, Argeu. **Os Judeus Portugueses e Brasileiros na América**. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, s.d.
40. HARWOOD, Richard. **Murrieron Realmente Seis Millones?** 2. ed. Buenos Aires, Editorial Revision, 1986.
41. HEYDECKER, Joe J. & LEE, Johannes. **O Julgamento de Nuremberg**. 6. ed. Venda Nova - Portugal, Editorial Ibis, 1967.
42. HERZ, Daniel. **A História Secreta da Rede Globo**. 14. ed. São Paulo/Porto Alegre, Ortiz, 1991.
43. HERZL, Theodore. **O Estado Judaico**. São Paulo, Pioneira, 1959.
44. HIGGINS, Trumbull. **Hitler e a Rússia**. São Paulo, Ibrasa, 1969.

45. IZECKSOHN, Isaac. **Os Marranos Brasileiros**. São Paulo, Editora do Autor, 1976.
46. JOHNSON, Paul. **Tempos Modernos - O Mundo dos Anos 20 aos 80**. Rio de Janeiro, Bibliex/Instituto Liberal, 1994.
47. KAHN, Leo. **Julgamento em Nuremberg**. Rio de Janeiro, Renes, 1973.
48. KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo/Rio de Janeiro, Schwarcz/Bibliex, 1996.
49. LA ROUCHE Jr., Lyndon H. **The Ugly Truth About the ADL** (La sucia historia de la Liga Antidifamación de B'nai B'rith). Washington, DC, Executive Intelligence Review, 1994.
50. LEOTO, Sérgio. **Nova Era - De Volta ao Passado**. Vídeo produzido pelo Instituto Cristão de Pesquisas.
51. LIDER, Julian. **Da Natureza da Guerra**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1987.
52. MANVELL, Roger. **Os Conspiradores - Atentado contra o Führer**. Rio de Janeiro, Renes, 1974.
53. MARGULIES, Marcos. **Gueto de Varsóvia**. 2. ed. Rio de Janeiro, Documentário, 1974.
54. MARSCHALKO, Louis. **Os Conquistadores do Mundo**. Porto Alegre, Revisão Editora, s.d.
55. Mc CANN Jr., Frank D. **Aliança Brasil x Estados Unidos - 1937/1945**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1995.
56. Mc INNIS, Edgar. **História da Segunda Guerra Mundial**. 6 Vol. 3. ed. Porto Alegre, Globo, 1953.

57. MELGUNOV, S.P. **La Terreur Rouge en Russie**. Paris, Payot, 1927.
58. MILGRAM, Avraham. **Os Judeus do Vaticano**. Rio de Janeiro, Imago, 1994.
59. MONNET, Jean. **Memórias - A Construção da Unidade Europeia**. Brasília, Universidade de Brasília - UnB, 1986.
60. MONTEIRO, Tobias. **História do Império - A Elaboração da Independência**. Rio de Janeiro, Briguiet, 1927.
61. NOBRE, Fernando. **As Fronteiras do Sul**. São Paulo, Civilização Brasileira, 1922.
62. OLIVEIRA, Sérgio. **O Massacre de Katyn**. Porto Alegre, Revisão Editora, 1989.
63. OLIVEIRA, Sérgio. **Hitler - Culpado ou Inocente?** Porto Alegre, Revisão Editora, 1989.
64. OLIVEIRA, Sérgio. **Sionismo x Revisionismo (Fantasia x Realidade)** Porto Alegre, Revisão Editora, 1993.
65. OLIVEIRA, Sérgio. **A Face Oculta de Sacramento**. Porto Alegre, Revisão Editora, 1993.
66. OLIVEIRA, Sérgio. **Getúlio Vargas Depõe: O Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre, Revisão Editora, 1996.
67. OLIVEIRA, Sérgio. **O Cristianismo em Xequê**. Porto Alegre, Revisão Editora, 1996.
68. PALTRINIERI, Marisa (Org.). **Stálin - Pró e Contra (O Julgamento da História)**. São Paulo, Melhoramentos, 1975.

69. PERRAULT, Gilles. **A Orquestra Vermelha**. São Paulo, Nova Época, s.d.
70. PETER, Schubert. Guerra em Israel e A Queda do Exército Americano (Artigos). In: Jornal "**Diário Popular**". Pelotas, DP, 06 e 18 de agosto de 1997.
71. PICAPER, Jean Paul. **Achtung, Fälschung!** Paris, Blanche et Noir, 1994.
72. PINAY, Maurice. **Complô contra a Igreja**. 4 Vol. Porto Alegre, Revisão Editora, 1994.
73. PONCINS, Leon de. **As Forças Secretas da Revolução**. Madrid, Fax, 1983.
74. PRANAİTIS, I.B. **El Talmud Desenmascarado!** Lima, La Verdad, 1981.
75. PRITCHARD, R. John. **O Incêndio do Reichstag**. Rio de Janeiro, Renes, 1976.
76. RATH, Ralph. **Nova Era - Um Perigo para os Católicos**. 2. ed. Rio de Janeiro, Louva-a-Deus, 1994.
77. ROMAND, David. **O Que é o Talmud**. Rio de Janeiro, Biblos, 1962.
78. SÁA, Mário. **A Invasão dos Judeus**. São Paulo, Nacional, 1935.
79. SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memória do Distrito Diamantino**. Rio de Janeiro, Tipografia Americana, 1978.

80. SOIBELMANN, Guilherme. **Memórias de Philippson**. São Paulo, Canapus, 1984.
81. SOLJENITSIN, Alexander. **Arquipélago Gulag**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1976.
82. SOLJENITSIN, Alexander. **O Primeiro Círculo**. 2. ed. Rio de Janeiro, Bruguera, s.d.
83. STUART-RUSSEL, Dorothy. **Indictement**. Califórnia, Omni Pubs., 1990.
84. THEOBALD, Robert. **O Verdadeiro Segredo de Pearl Harbour**. Chicago, Illinois'Books, 1953.
85. TREMAIN, Rose. **Stálin**. Rio de Janeiro, Renes, 1975.
86. TREPPER, Leopold. **O Grande Jogo**. Lisboa, Portugalia, s.d.
87. VARGAS, Getúlio. **Diário**. 2 Vol. São Paulo/Rio de Janeiro, Siciliano/Fundação Getúlio Vargas, 1995.
88. Von OVEN, Wilfred. **Hitler y la Guerra Civil Española**. Buenos Aires, Editorial Revisión, s.d.
89. WALTERS, Vernon. **Misiones Silenciosas**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1986.
90. WELLES, Summer. **Seven Decisions that Shaped History**. Nova York, Harper, 1951.
91. WISE, Herbert. **Skokie**. Película produzida em 1981. Hollywood, Califórnia. Estrelada por Danny Kaye, Carl Reiner e Eli Wallach.

92. WOUK'S, Herman & CURTIS, Dan. **War and Remembrance**.
Película produzida em Hollywood, Califórnia.
93. WRIGHT, Quincy. **A Guerra**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1988.
94. WYKES, Alan. **Hitler**. Rio de Janeiro, Renes, 1973.
95. ZEITLIN, Solomon. **Who Crucified Jesus?** Nova York, Bloch
Publishing, 1964.

ANEXOS

Resolução da ONU não convence Netanyahu

KATZRIN, Golán - O primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu afirmou ontem que a resolução da ONU para deter a colonização nos territórios palestinos será esquecida rapidamente.

“Em cinco a dez anos, todo o mundo não falará mais na resolução das Nações Unidas, enquanto que o bairro judeu Har Homa de Jerusalém será uma realidade vivente”, declarou Netanyahu durante um encontro com colonos nas colinas de Golán, conquistadas da Síria em 1967.

Netanyahu se referia ao novo assentamento judeu que o Estado hebreu começou a construir dia 18 de março na colina de Abu Ghneim, no setor árabe anexado de Jerusalém.

Este projeto chegou a provocar o congelamento dos acordos de paz palestino-israelenses. Terça-feira, a Assembléia Geral das Nações Unidas reco-

mendou aos Estados membros que “desestimulassem com vigor as atividades que contribuíssem diretamente para a construção e o desenvolvimento das colônias israelenses em territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém”, mas não falou em sanções.

Uma esmagadora maioria de 131 países votou a favor da resolução e apenas três se opuseram (Israel, Estados Unidos e Micronésia). A Assembléia da ONU já adotou dia 25 de abril uma resolução na qual exige de Israel a paralisação das obras de construção em Abu Ghneim, depois que os Estados Unidos por dois votos se opuseram à decisão do Conselho de Segurança neste sentido.

Israel não levou em conta esta resolução, assim como todas as anteriores condenações pronunciadas pela ONU contra o Estado hebreu, e prosseguiu as obras de colonização. ■ AFP

● **DIÁRIO POPULAR**, sexta-feira, 18 de julho de 1997

Observação: A resolução de aplicar sanções ao Iraque, votada no final da Guerra do Golfo Pérsico, não obteve 3 (três) votos contrários, mas mais de duas dezenas. Apesar disso, foi posta em prática. Milhares de iraquianos estão morrendo por falta de alimentação e remédios devido aos embargos econômicos. (NA)

(Cont. ANEXO 1)

Com respeito ao que se passa no Iraque a grande imprensa nacional e internacional não faz alarde. Pelo contrário, silencia criminosamente, contribuindo para mais um genocídio deste século.

Onde se encontram as lideranças dos Movimentos de Justiça e Direitos Humanos?

Neste caso, a omissão é facilmente explicável. A B'nai B'rith aprova a “vendeta” contra o povo cujo governo ousou bombardear Tel-Aviv.

Que importa se crianças que nem sequer haviam nascido na época da guerra estão morrendo aos magotes?

Repete-se no Iraque o drama da Alemanha dos dois pós-guerras. Sacrificam-se milhões de inocentes em prol de interesses egoístas. Aplaca-se a fúria de Maloch.

As notícias a respeito do que se passa no Iraque, quando publicadas são tímidas, escondidas em um canto de página, para que poucos às leiam.

OMS alerta para o Iraque

A Organização Mundial de Saúde (OMS), órgão da ONU, informou ontem que, durante os cinco anos em que estão em vigor as sanções contra o Iraque, o sistema de saúde daquele país do Golfo Pérsico regrediu “meio século” e que a maioria dos iraquianos está, desde a Guerra do Golfo, de 1991, sobrevivendo com uma ração diária insuficiente. Além disso, a mortalidade infantil no país duplicou, sendo que a de crianças com menos de cinco anos sextuplicou. A OMS recomenda que a comunidade internacional reconsidere as implicações do embargo financeiro e comercial que impôs ao Iraque.

Jornal “Gazeta Mercantil”, São Paulo,
26 de março de 1996.

Israel tenta evitar isolamento mundial

Jerusalém — Israel, tão isolado quanto antes de iniciar o processo de paz, começou uma campanha diplomática contra um novo projeto de resolução das Nações Unidas (ONU), contrário à colonização dos territórios palestinos, a ser debatido na terça-feira, em Nova Iorque. Voltamos ao período anterior à negociação de paz, quando a crise nas relações árabe-israelenses fazia Israel ficar em uma posição de "acusado", afirma um alto responsável pelas Relações Exteriores israelenses, Yitzhak Lior.

Lior dirige a delegação que está na ONU neste final de semana, tentando fazer frente ao novo projeto de resolução elaborado pelos países árabes. O porta-voz da organização, Fred Eckhardt, confirmou que a sessão desta terça-feira será extraordinária e de emergência, tendo como objetivo examinar a negativa de Israel em congelar a colonização nos territórios ocupados. O Estado judeu, disse a rádio pública israelense, está satisfeito por ter convencido os 15 países membros da União Européia a solicitarem aos países árabes que moderem o tom do projeto. Lior enfatiza que o grupo árabe nunca teve dificuldades para conseguir o apoio

de uma maioria de Estados membros na Assembleia Geral. Mas a questão fundamental é saber quantos membros importantes votarão esse texto e como será redigida a resolução.

A versão inicial do projeto árabe prevê que a ONU imponha sanções econômicas a Israel, como a suspensão de qualquer relação comercial com suas colônias. No entanto, as resoluções aprovadas pela Assembleia Geral não exercem qualquer tipo de pressão legal. Mesmo assim, durante as últimas semanas, os embaixadores israelenses em todo o mundo tentaram convencer seus aliados potenciais de que o conflito palestino-israelense não poderia ser solucionado nas Nações Unidas.

Internamente, o governo do premiê Benjamim Netanyahu, com sua posição intransigente no processo de paz, é reprovado pelos opositores, devido aos prejuízos que causou à imagem do país no exterior, à economia nacional e às relações com os EUA. Israel conta tradicionalmente com Washington para rechaçar os ataques do Conselho de Segurança da ONU, mas até as autoridades norte-americanas esmaíram com Bibi Netanyahu.

(Correio do Povo - Julho/1997)

ANEXO 3

UFF é acusada de racismo

. O Departamento de Cartografia da UFF nomeou comissão para investigar denúncia de racismo contra a professora Eliane Alves da Silva, afastada das salas de aulas. Segundo o aluno Alexandre Ferreira da Costa, a professora teria feito várias agressões aos judeus durante uma aula, entre elas dizer que "o holocausto foi pouco". Ela também **xingou os presidentes do IBGE e da Vale do Rio Doce, ambos judeus.** Página 17.

Quarta-feira, 25 de junho de 1997

O GLOBO

Estudante universitário acusa professora de racismo contra judeus em sala de aulas

UFF instaura sindicância para apurar a denúncia, que motivou abaixo assinado

Aydano André Motta

A venda da Vale do Rio Doce virou pano de fundo para uma história de racismo que mexe com a Universidade Federal Fluminense (UFF). O estudante Alexandre Brandão da Costa, de 26 anos, frequentador de sinagogas e a caminho da conversão ao judaísmo, acusa a professora de cartografia Eliane Alves da Silva, do curso de geografia da UFF, de atacar os judeus em geral, começando pelo presidente do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce, **Benjamin Steinbruch, e o presidente do IBGE, Simon Schwartzman.**

O relato de Alexandre, que procurou a Federação Israelita do Rio de Janeiro para denunciar o preconceito, des-

creve a aula do dia 2 de junho. Diante de 25 alunos. Eliane teria manifestado sua revolta com a privatização da Vale atacando os judeus. **"O Brasil é um país de merda, com seus governantes de merda, que venderam a Vale para um judeu safado e sem pátria. O presidente do IBGE é um judeu safado e canalha. (...) O holocausto foi pouco, não deveriam ser 6 milhões de mortos, mas 20 milhões",** foram algumas frases da professora, segundo o aluno.

Universitário diz que é perseguido

A história caiu como uma bomba na rotina da UFF. Alexandre conta ter tentado argumentar com a professora, mas diz ter sido atacado também. "Sabia que ele era

judeu". teria dito Eliane. O estudante denuncia ainda ter sido prejudicado em notas e perseguido por colegas.

- Já encontrei escrito na minha carteira coisas como "Judeu safado" - conta Alexandre.

De qualquer jeito, ele e alguns colegas correram um abaixo-assinado pela universidade. Com 150 assinaturas e dois testemunhos - dos alunos Flavio Guimarães e Romildo Fernandes - o documento foi entregue à direção do Departamento de Cartografia da UFF. O órgão afastou a professora da sala de aulas e nomeou uma comissão de sindicância para apurar a história.

A professora Marta Figueiredo, chefe do Departamento de Cartografia, explica que o afastamento de Eliane foi

Cont. ANEXO 3)

uma medida cautelar, e não uma punição. Presidente da Comissão, ela espera resolver tudo em 15 dias.

- Vamos apurar com todo o rigor e sem corporativismo. Ela foi afastada como manda a lei nesses casos - disse.

Eliane Alves da Silva está fora do país. Funcionária do IBGE, ela viajou para

Estocolmo, onde participa de um congresso, e só volta ao Brasil dia 4 de julho. A Federação Israelita vai acompanhar a investigação. O presidente da entidade, Roberto Stryger, disse que pretende ainda processar Eliane por racismo. Elogiando a postura da universidade.

- "Eles até agora estão fazendo tudo certo" -, Stryger atacou Eliane.

- O absurdo é que se trata de uma educadora. Ela tem que ter uma punição exemplar, criticou o presidente da Federação Israelita.



◻ ESTUDANTE ALEXANDRE da Costa, autor da denúncia:

ANEXO 4

O GLOBO (Recebido 08.07.97)

Professora acusada de racismo pode sofrer vários processos

Aluno diz ter duas fitas com ameaças de Eliane contra ele

Aydano André Motta

O mundo começa a cair sobre a cabeça da professora Eliane Alves da Silva, acusada por um aluno de ter atacado os judeus, com ofensas e frases de apoio ao holocausto, durante uma aula do curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). De todos os lados, surgem protestos e ameaças de processo contra Eliane. Além da sindicância na UFF, a professora está sob ameaça de processo por crime de injúria étnica e pelo anti-semitismo das declarações. Ela também poderá responder a um processo movido pelo presidente do IBGE, Simão Schwartzman, que também teria sido atacado pela professora, funcionária da entidade. Um detalhe, divulgado somente ontem, aumentou o espanto geral: Eliane é negra, o que motivou o presidente da Federação Israelita do Rio, Roberto Stryjer, a convocar seu colega do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (Ceap), Ivanir dos Santos, para uma reunião. Os dois reafirmaram a intenção de ver a história apurada.

- Caso seja comprovado o fato, vamos exigir que ela se retrate publicamente - garantiu Ivanir.

- Uma pessoa de uma etnia tão discriminada não pode ter preconceito - sustentou.

Roberto Stryjer voltou a afirmar que a Federação Israelita vai acompanhar a apuração - uma sindicância foi instaurada na UFF - para depois decidir como será conduzida a questão na Justiça.

- Não há chance de essa história acabar em pizza - avisou.

O estudante Alexandre Brandão da Costa, autor da denúncia, revelou ontem ter gravado a aula seguinte a do dia 2 de junho (quando teriam ocorrido as ofensas). Segundo ele houve ameaças e coações da professora. O estudante entregou as fitas à professora Marta Figueiredo, presidente da comissão de sindicância.

Professora dará palestra hoje, no congresso de Estocolmo

Eliane continua em Estocolmo, participando da 18ª Conferência Internacional de Cartografia. Hoje, ela tem palestra marcada para o meio-dia, com o tema "Alternativas Cartográficas da Amazônia". Antes de viajar, Eliane participou de uma reunião no Departamento de Cartografia, no dia 11, junto com Alexandre, Marta e outros professores. Ela negou ter ofendido os judeus, mas ainda assim a sindicância foi instaurada.

- Vamos ouvir os envolvidos e as testemunhas - informou à Marta Figueiredo, chefe do Departamento de Cartografia, que considerou "significativo", o abaixo-assinado

de 200 alunos, pedindo providências. - Foi muito saudável eles terem feito isso. Um educador se manifestar com preconceito é grave. O pior é quando trata-se de uma mulher e negra - admirou-se Marta. Os processos contra Eliane não param na UFF e na Federação Israelita. O presidente do IBGE, Simão Schwartzman - que teria sido chamado de "judeu safado e canalha" -, cogita acionar a professora judicialmente, por injúria. No IBGE, alguns colegas de Eliane dizem que os problemas começaram quando lá Schwartzman negou, pelo segundo ano, o patrocínio para ela ir ao congresso.

- Ela está lá de férias - explica o presidente do IBGE.

O rabino Henry Sobel, presidente do rabinato da Congregação Israelita Paulista, avisou que a comunidade judaica vai cobrar em peso a apuração dos fatos.

- Há muito preconceito, em geral, no Brasil e no mundo. Coisas como essa são sempre inaceitáveis - criticou o rabino.

Para completar, o ex-vereador Ronaldo Gomlevsky disse que vai acompanhar as investigações. Dependendo do que for apurado, ele acionará o MEC, pedindo a cassação do registro de Eliane.

Geógrafa e engenheira cartógrafa com mestrado na UFRJ e cursos na Escola Superior de Guerra, Eliane Alves da Silva tem 41 anos e dá aula na UFF há 15. Ela retorna ao Brasil dia 4.

"ZERO HORA"

PORTO ALEGRE, TERÇA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 1996

GERAL

IMPrensa

FH assina documento que defende liberdade de expressão

A declaração de Chapultepec assegura a manifestação do pensamento

O presidente Fernando Henrique Cardoso assina hoje a Declaração de Chapultepec, documento elaborado em março de 1994 pela Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão que assegura o direito de todo o cidadão manifestar seu pensamento sobre qualquer assunto sem sofrer represálias. A cerimônia de assinatura será realizada no Palácio do Planalto durante audiência com o presidente da Associação Mundial de Jornais (Fiei), Jayme Sirotsky, que é também presidente do Conselho de Administração da RBS. Ao assinar o documento, o presidente Fernando Henrique compromete-se com a comunidade internacional a não propor nem sancionar qualquer lei contra a liberdade de expressão no país. A declaração, elaborada no castelo de Chapultepec, na Cidade do México, foi resultado do trabalho de escritores, jornalistas, diretores de jornais e juristas preocupados em estabelecer princípios fundamentais na ao funcionamento de uma imprensa livre nas Américas. A conferência foi promovida pela Sociedade Internacional de Imprensa (SIP). A declaração de Chapultepec já foi assinada por chefes de Estados de vários países, entre eles o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, e da Argentina, Carlos Menem.

A declaração fundamenta-se no princípio básico de que uma imprensa livre é indispensável para a solução dos conflitos sociais. O documento no castelo de Chapultepec, em 1994, é taxativo: os meios de comunicação não podem ser controlados, punidos ou censurados pelo Estado em hipótese alguma.

A censura prévia, as restrições à circulação dos meios de comunicação ou à divulgação suas mensagens, a imposição arbitrária de informação e as limitações ao trabalho dos jornalistas devem ser banidos da legislação.

A declaração de Chapultepec também defende o livre acesso as informações do setor público e condena o assassinato, o terrorismo, o seqüestro, as pressões, a prisão injustas de jornalistas, a destruição natural dos meios de comunicação e qualquer tipo de violência contra a liberdade de expressão.

A censura prévia e as restrições à circulação dos meios de comunicação devem ser banidos

ARGENTINA

Substituído ministro de passado pró-nazista

por Jorge Luiz de Souza
de Buenos Aires

A Argentina escapou de uma grave crise com a comunidade judaica do país trocando o ministro da Justiça. Segunda-feira, pouco antes de o presidente da Argentina, Carlos Menem, iniciar viagem oficial aos EUA, assume o cargo Elías Jassan, argentino de origem judaica, até aqui o vice-ministro dessa pasta. Substitui a Rodolfo Barra, argentino de origem espanhola e titular da pasta desde junho de 1994, mas que recentemente teve seu passado publicado nos jornais: na adolescência foi militante de uma organização estudantil de direita, ultranacionalista e pró-nazista.

A comunidade judaica de Buenos Aires é a segunda maior das Américas – perde apenas para a de Nova York – e, além disso, na Argentina também se

espalhou para o interior. O novo ministro é da província argentina de La Rioja, na fronteira com o Chile, a mesma onde nasceu o presidente Menem, cuja família é de origem árabe e muçulmana.

Já o ministro que sai é considerado “um soldado de Menem”, e o acompanha desde o início do seu primeiro governo, em julho de 1989, quando assumiu o cargo de vice-ministro de Obras Públicas. Depois, Menem o premiou com uma indicação para juiz da Suprema Corte, antes de chamá-lo de volta para a equipe do Executivo.

Com os protestos da comunidade judaica por causa da divulgação de seu passado, comportou-se como “fusível” para o presidente e pediu demissão anteontem à noite. Com isto, evitou a formação de uma ofensiva de congregações judaicas que se preparava para pedir sua renúncia. ■

Crise derruba gabinete de fujimori

Presidente peruano na pior situação em 7 anos de poder. Sucessão de erros leva o povo a protestar

Lima - Diante de uma onda de manifestações populares em Lima e outras cidades peruanas contra o governo, o gabinete de 15 ministros de presidente do Peru, Alberto Fujimori, pediu ontem demissão. O ex-presidente do conselho de Ministros, Alberto Pandolfi, anunciou ter renunciado diante de Fujimori, mas não apresentou detalhes sobre os motivos de sua atitude. No Peru, a renúncia de líder do Conselho de Ministros leva à demissão automática de todo gabinete.

Analistas dizem que a saída de Pandolfi ocorre num momento em que o governo Fujimori enfrenta sua maior crise desde sua chegada ao poder, há sete anos. As manifestações populares começaram semanas atrás, quando o Congresso, controlado por govenistas, destituiu três membros do Tribunal Constitucional que questionaram a postulação de Fujimori para uma segunda reeleição consecutiva na eleição de ano 2000.

Os protestos continuaram quando os militares acusaram a TV independente Freqüência Latina de orquestrar uma campanha para desprestigiar-los. O governo, então, advertiu o dono da TV, o

empresário israelense Batuch Ivcher de que sua nacionalidade peruana poderia ser cassada. Com isso, Ivcher perderia o controle do canal, pois a legislação do Peru determina

que apenas cidadãos peruanos podem ser proprietários de meios de comunicação. Um dia depois de o governo ter cumprido a ameaça, anulando a cidadania peruana do empresário, militares de pessoas fizeram uma ruidosa manifestação em frente à sede da TV.

Entre os manifestantes, encontravam-se donas-de-casas, políticos, jornalistas e estudantes. Durante passeata até a sede da emissora, um dos temas era **"Baruch é peruano, Fujimori é japonês!"**. O governo alega irregularidade no processo de concessão de nacionalidade peruana a Ivcher, realizado há 12 anos.

A anulação, contudo, coincide com a denúncia feita pela Freqüência Latina sobre a existência de uma rede de espionagem telefônica, que teria sido montada pelo Serviço de Segurança Nacional (SIN). A emissora diz ter fitas cassete com 197 gravações de conversas de empresários, políticos e até,

jornalistas de oposição feitas pelo SIN. A notícia chocou país, provocando na terça-feira, o anúncio de uma greve nacional, paíra a próxima semana, por parte dos trabalhadores da construção civil.

No comunicado **"Os ataques contra a imprensa independente deve terminar"**, o Conselho de Ministro classificou como grotesca e ilegal a anulação da cidadania de Ivcher. Se Fujimori não se pronunciar, diz o texto, demonstrará que optou por acabar com liberdade de expressão.

Reveladas as contas na Suíça

Jornais e Internet divulgam lista com dois mil nomes de titulares

Genebra - A lista de titulares de contas inativas publicada quarta-feira revela surpresas - como a presença de ex-nazistas, de ex-franquistas, de pessoas que moravam na Europa durante a segunda guerra mundial ou de empresas ainda existentes - que poderiam rapidamente comprometer a vontade de apaziguamento dos bancos suíços.

Vinte e quatro horas depois da publicação, em 60 jornais e na Internet, de dois mil nomes, a presença nesta lista destes ex-nazistas, ou ex-franquistas, de um colaborador da Alemanha hitlerista ou de pessoa que não residiam no continente europeu durante a guerra poderia criar uma nova polémica.

Em Genebra, certos banqueiros já criticaram seus colegas por não terem rastreado severamente os nomes constantes da lista.

Em Viena, o Centro Simon Wiesenthal informou que o ex-primeiro-ministro eslovaco empossado pelos alemães entre 1939 e 1945, Vojtech Tuka, estava na lista. Porém, foi condenado a morte em 1946 em Bratislava e executado por ter sido o responsável pela deportação de 100 mil judeus da Eslováquia, acrescentou o centro.

Em Los Angeles, o Centro Wiesenthal disse que na lista poderiam figu-

rar altos dignatários do regime nazista, como Willy Besser, um colaborador de Adolf Eichmann, Hermann Esser, vice-presidente da Reichstag e Heinrich Hoffmann, um assessor de Hitler.

Em Madrid, o jornal El País entrevistou o ex-chanceler e cunhado do general Franco, Ramón Serrano Suñer, cujo nome também foi publicado.

Serrano Suñer, 96 anos, explicou que se trata de "contas inativas" abertas durante a Segunda Guerra Mundial e nunca canceladas.

"Mantinha meus filhos na Suíça para que aprendessem francês e complementassem seus estudos. Deposei quantias mínimas nessas contas", acrescentou o ex-dignatário franquista.

O general Queipo de Llano, que morreu em 1951, estava encarregado durante a guerra civil (1936-39) das operações militares no sul do país, onde tinha realizado uma dura repressão. Passou a história como o homem que deu a ordem de fuzilar o poeta espanhol Federico García Lorca.

Outros nomes conhecidos, como os de grandes famílias nobres europeias ou de grandes fortunas de antes da guerra, também foram publicados.

Presença de ex-nazistas e ex-franquistas surpreendem o mundo

"Nunca tive nada a ver com o assunto dos judeus, nunca recebi nada deles, e também nunca dei nada a eles", afirmou Serrano Suñer.

Outro nome célebre na Espanha depois da guerra, o de "Queipo de Llano y Fernandez F. I.", cuja relação de parentesco com o general Gonzalo Queipo de Llano, um dos autores do golpe de estado de 1936, ainda que não tenha sido estabelecida de maneira formal, também figura na lista.

O diário suíço Neue Zürcher Zeitung se perguntou por que os bancos não tiveram a iniciativa, ao ver os nomes conhecidos, de investigar por si mesmos.

O jornal destaca que certo número de possuidores de contas ou poderes sobre elas estavam, segundo a lista, domiciliados nos Estados Unidos, pessoas que certamente "não morreram no Holocausto".

Além disso, figuram nomes de donos de contas que estavam morando em Xangai, Ekaterinburgo ou Rostov do Don, áreas que eram então da União Soviética. ■ AFP/DP

12. DIÁRIO POPULAR CIDADE • Terça-feira, 5 de agosto de 1997

Viúva relata fuga da Alemanha nazista

Frida diz que o marido veio a Pelotas após fugir a caminho do campo de concentração

■ JARBAS TOMASCHEWSKI

Editora de Cidade

Pelotas foi a última parada do judeu alemão Ernesto Levy, nascido em 22 de setembro de 1910, que fugiu da Europa na Segunda Guerra Mundial para não ser morto em campo de concentração nazista. Sua história faz parte do drama de milhares de sobreviventes, que precisaram abandonar tudo, refugir-se em outros países e reconstruir nova vida.

A viúva de Levy, Frida Abramson Levy, falou ao Diário Popular sobre a fase mais difícil na Alemanha. Segundo ela, o marido foi preso ainda jovem, em uma praça nos arredores da cidade de Bohn. Os nazistas o acusaram de ter assassinado uma mulher. Preso com outros cinco colegas, eles planejavam a fuga na cadeia. Um deles fingiu estar doente e atraiu a atenção dos guardas, conta. Desesperado, Levy arrastou-se sobre rolos de arames farpados, escondendo-se à noite em cima de uma árvore. "Os alemães saíram atrás com cachorros forejadores e ele ficou lá no topo, pedindo a Deus que o cão não olha-se para cima. Se isso acontece-se, ele estaria morto". De acordo com Frida, o destino do marido seria o campo de concentração que outros presos acabaram sendo levados. Sua cunhada, da mesma forma, precisou abandonar tudo e deixar os filhos com vizinhos. Durante as rondas policiais, as crianças eram escondidas no porão da casa. Após o final da guerra, ela voltou ao local e recuperou os filhos. Levy chegou à residência de um barão, conhecido por esconder e ajudar judeus. Disfarçado, trajando smoking e com algum dinheiro, embarcou para o Brasil. No Rio de Janeiro, sem falar português, carregou tijolos em construções e lavou pratos em restaurantes, em troca de comida. Ele passou ainda para São Paulo e Curitiba. "Na estrada, chegou a usar pedra como travesseiro para conseguir dormir", relata.

Instalado em Pelotas, começou a trabalhar como mascate, vendendo mercadorias para as famílias do interior, em cima de um burro que era alugado. "Nas colônias muitos ainda se lembram dele. Certa vez, um morador contou à minha filha que, na época da chuva, ele descia e empurrava o burrinho nas subidas".

Foi dessa forma que Ernesto Levy firmou-se no município, conseguindo economizar dinheiro e melhorar de vida. Alguns anos depois, reencontrou o irmão na Argentina, na Venezuela e em Nova Iorque.

Frida guarda todos os documentos do companheiro que a acompanhou por 40 anos, como o Salvo Conduto 2.768, concedido pela repartição central de polícia, e o certificado de naturalização. Ela mostra também as passagens da viagem do casal à Alemanha, em 1976. Na época, Levy surpreendeu os amigos de infância, que tinham como morto. Ele morreu em Pelotas sete anos depois.

(Cont. ANEXO 9)

Algumas inferências, normalmente passadas despercebidas pelos leitores penalizados com as desventuras dos “**bodes expiatórios**”, podem ser retiradas da reportagem em foco:

1 - O Sr. Ernesto Levy não foi aprisionado “**gratuitamente**”; pesava sobre ele uma acusação de assassinato. Se era fundada ou não, é um outro caso. (Os judeus do NKWD/KGB, em território soviético, costumavam forjar provas. Na Alemanha nazista, até prova em contrário, isto não ocorria.)

2 - Os judeus não se dedicaram à lucrativa atividade de **mascate** apenas na aurora de nossa História. Repetiram-no em pleno século XX, com absoluto sucesso, como confirma a depoente. Enquanto milhões de brasileiros que mourejam a vida inteira, não conseguem sequer visitar o Beto Carreiro, o Sr. Levy com duas décadas de mascataria, visitou a Argentina, a Venezuela, os Estados Unidos e a Alemanha. (Isto que chegou aqui sem um vintém no bolso, utilizando pedras como travesseiro.)

3 - Como seus amigos de infância julgavam-no morto, por certo seu nome fora incluído na lista das “**vítimas do Holocausto**”. O Sr. Levy deve ter sido retirado dela como os “**ressuscitados**” pela lista divulgada pelos bancos suíços. (Vide Anexo 8)

4 - O fato de que o Sr. Levy se reencontrou com os amigos de infância, põe em xeque a tese de que a “**solução final**” dizimou com todos os judeus residentes na Alemanha. Restaram vivos os que fugiram - como o Sr. Levy e os titulares das contas suíças -, e mesmo os que nem de lá saíram, como os amigos que receberam o mascate pelotense que fez fortuna (como os de Recife, os “**agricultores**” que vieram para o Rio Grande do Sul e os 959 “**judeus do Vaticano**”...).

5 - A sorte da cunhada que voltou à Alemanha após a guerra e recuperou os filhos ... etc.

Projeto limita o uso dos clubes pelos policiais

Brasília - O Governo quer enquadrar as associações e clubes das Polícias Militares impedindo que elas sejam utilizadas como entidades sindicais, a exemplo do que ocorreu na maioria dos Estados onde a greve das PMs surgiu com força. Ontem, o ministro da Justiça, Iris Rezende, defendeu a tese de que elas não podem atuar como sindicatos, fazendo reivindicações salariais e organizando greves. "O que nós precisamos evitar é que as associações militares se transformem, como tem acontecido, em associações políticas", declarou o ministro.

A questão das associações de PMs, que estão usadas para fins considerados "ilícitos" pelo Governo, será um dos principais temas da reunião do presidente Fernando Henrique Cardoso com os ministros da Justiça e da Casa Militar, Alberto Cardoso, além do secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, na terça-feira. O Ministério da Justiça criou um grupo de trabalho para estudar a reestruturação da segurança pública no País. A proposta de restringir a atuação das associações de PMs, que vem sendo discutida pelo grupo, agradou às Forças Armadas, governadores e até comandantes das PMs.

O artigo 5º da Constituição, que trata dos direitos individuais, estabelece que a criação de associações independe da permissão ou autorização. Outro inciso do artigo diz ainda que as associações só podem ser dissolvidas e suas atividades suspensas, por decisão judicial, o que se tornou um grande complicador.

Para as Forças Armadas e comandos das PMs, associação para fins lícitos visa, por exemplo, ao lazer, ou organização em cooperativas para aquisição de casa própria. Os militares advertem que elas não podem ser transformadas nunca em uma espécie de sindicato camuflado.

Na área militar, os oficiais ressaltam que a revolução de 1964 teve início, justamente, com uma associação de cabos e soldados, no Rio de Janeiro. Os próprios comandantes das PMs advertem que a desmilitarização das Polícias Militares, com a existência deste tipo de associação, é muito perigoso. A avaliação é de que é impossível segurar uma corporação armada e fardada quando ela passar a seguir determinação de uma central sindical. ■ AE

291

A legenda correta para o ato seria: "O Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, recebe as "dicas". (N.A.)

Projeto acaba com casas militares dos estados

Governo pretende criar Secretaria Nacional de Segurança

Brasília - O grupo de trabalho do Ministério da Justiça criado para planejar a reestruturação das polícias do País decidiu sugerir a extinção de todas as casas militares dos governos estaduais, o fim da Polícia Ferroviária Federal e a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública. A comissão propôs também a proibição de greve de policiais. Não tratou, porém, de reajustes salariais, principal reivindicação da categoria.

As sugestões foram entregues ontem pelo secretário Nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, ao ministro da Justiça, Iris Rezende. O estudo do grupo de trabalho será levado por Iris ao presidente Fernando Henrique Cardoso hoje, em reunião que terá também a presença do chefe da Casa Militar do Palácio do Planalto, general Alberto Cardoso, do ministro da Administração, Luiz Carlos Bresser Pereira, e de Gregori.

As medidas propostas pelo grupo de trabalho do Minis-



■ ARQUIVO/DP
GREGORI apresenta propostas

rio da Justiça são controversas. Por exemplo: o fim das casas militares dos Governos Estaduais pode ferir cláusulas pétreas do artigo 60 da Constituição - aquelas que nunca poderão ser mudadas, nem por emenda constitucional. É que uma destas cláusulas visa justamente a garantir o princípio federativo. A proibição taxativa de greve, que consta dos pontos do grupo de trabalho, é inútil, porque este movimento já é hoje vetado -

e não impediu a paralisação dos PMs em vários estados.

Participaram da comissão 20 representantes da sociedade, entre eles militares e secretários de segurança pública de estados. O secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, José Fernando Eichenberg, abandonou a comissão nos últimos dias, por não concordar com os pontos de vista do ministro da Justiça sobre a segurança pública.

CONSULTA - O presidente Fernando Henrique Cardoso só anunciará medidas emergenciais para a reformulação da estrutura das polícias militares após consultar os governadores. O porta-voz Sérgio Amaral descartou ontem a possibilidade de que sejam anunciadas hoje medidas de impacto na área de segurança. "Nenhum anúncio deve sair amanhã na medida em que o presidente receberá, pela primeira vez, as sugestões do Ministério da Justiça", justificou. ■ AE

(“Desmoralizar as Forças Armadas, as polícias e os órgãos de segurança; retirar-lhes o poder de decisão; minar a confiança da população; forjar incidentes ...” - Estratégias previstas pelos Protocolos.)

(Cont. ANEXO 10)

É óbvio que ninguém de sã consciência defende a arbitrariedade. Mas também não se pode concordar com o ode ao bandido, ao fora da lei.

O que se vê na atualidade, sob o monitoramento da grande imprensa escrita e dos principais canais de comunicação de massa?

Desmoraliza-se o Exército, a Marinha e a Aeronáutica - enfim, as Forças Armadas. Equipara-se as polícias militares estaduais às quadrilhas de bandidos.

Exemplos recentes de orquestração da mídia:

- Envolvimento da Aeronáutica nos escândalos SIVAN;
- Mordomias desfrutadas pelos oficiais superiores da Aeronáutica;
- Contrabando realizado pela Marinha;
- Arbitrariedades perpetradas por policiais militares de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e outros estados da Federação;
- Culto à personalidade de foras-da-lei, como Carlos Lamarca e Olga Gutman Benário;
- Total indiferença aos muitos sacrificados em defesa do Direito, da legalidade e da segurança pública;
- Achatamento salarial das Forças Armadas e das polícias militares estaduais, com o fito de desagregá-las e de desinteressá-las do cumprimento do dever legal. (Concede-se salários compensadores à cúpula para amortecer as reivindicações dos quadros subalternos.);
- Silenciamento dos que apontam a farsa que se trama contra a sociedade brasileira.

Opinião

"Tribuna da Imprensa" - 12/11/96

Ameaça e desrespeito

Wilson Leite Passos

Uma gesto insano, praticado, concedeu indefinição as famílias de terroristas que mataram, que praticaram crimes de toda a espécie contra aqueles que defendiam a ordem legal e que pretendiam impedir que o nosso país caísse sob o guarda do comunismo. Esse ato insano continua a repercutir negativamente em toda a nação, em numerosos setores. É uma das manifestações mais expressivas da repulsa deste ato impatriótico está no gesto nobre do general Carlos Eugênio Monção Soares a Cruz de Combate de Primeira Classe e a Medalha Sangue do Brasil, por ele obtida depois de combate nos campos de batalha na Segunda Guerra Mundial.

A repercussão desse gesto ativo do general Carlos Eugênio Monção Soares, que é expressivo da atual reação existente nas Forças Armadas, justificou artigo publicado na TRIBUNA DA IMPRENSA, órgão que honra nossa pátria, de autoria do general Tasso Villar de Aquino, nos seguintes termos: "O gesto do general Carlos Eugênio Monção

Soares, devolvendo ao exército as cruz de Combate de Primeira Classe e a Medalha Sangue do Brasil, por ele conquistada com valor e honra na guerra contra o nazi-fascismo, é de rara dignidade e altivez nos dias nefastos que se vive no Brasil atualmente, dominado pela omissão, covardia moral, pelo servilismo e oportunismo vergonhoso. Brasil (...) sob o guante perverso da esquerda radical deletéria e revanchista. Brasil, que recompensa o crime e pune a virtude, negocia a soberania nacional por regalias, homenagens, privilégios os detentores do poder (...) Brasil, que entrega para o capital sem pátria, perverso e cruel, o fruto do trabalho honesto e produtivo dos brasileiros à ganância extrema o patrimônio nacional, inclusive territorial (reserva ianomâmi), e sabota iniciativa salvadoras, como o Projeto Calha Norte, por exemplo (...)."

Como disse o general Tasso Villar de Aquino, a reação do general Monção é exemplo a ser seguido por todos aqueles que

têm civismo, por todos aqueles que destinam a sua vida ao país. Representa, sem dúvida, a manifestação clara da repulsa, no seio da Forças Armadas, assim como no meio civil, de todos os que, pensando em primeiro lugar no Brasil, não podem concordar com o ato com o ato insano praticado ao se conceder indenização às famílias de terroristas.

Lembro que se encontra nesta Casa projeto projeto de minha autoria que concede indenização também às famílias dos que lutam pela ordem, pela legalidade e defesa do Brasil contra o comunismo. Estou na expectativa de que, em algum instante, esta Casa fossa justa a esse patriotas, aprovando esse projeto. Por fim, sr. Presidente, solicito a V. Exª que seja transcrito na íntegra nos anais da Casa o mencionado artigo.

Discurso proferido pelo deputado federal Wilson Leite Passos (PFB-RJ) contra o pagamento de indenização às famílias de Carlos Lamarca e Carlos Marighella.

(O projeto de autoria do Deputado Federal Wilson Leite Passos não tem qualquer chance de aprovação. Os que "lutaram pela ordem, pela legalidade e pela defesa do Brasil contra o comunismo" são equiparados a Bequimão, aos pés-rapados de Olinda, aos chacinados pelos emboabas. Nesta terra de fancaria, herói vira bandido, e fora da lei, assassino e importador de ideologias exógenas (desde que não seja o nazismo), é reverenciado e entronizado no panteão dos veneráveis.)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

II CONCURSO NACIONAL DE MONOGRAFIAS

Prêmio: "OLGA BENÁRIO PRESTES"

Tema : "A Mulher Presa e a Mulher do Preso"

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA do Ministério da Justiça, no cumprimento de um de seus objetivos - estimular e promover a pesquisa criminológica" (art. 64 da Lei de Execuções Penais) - e dando sequência ao Concurso Anual de Monografias, instituído em 1996, torna pública a realização do II Concurso Nacional de Monografias destinado a alunos de graduação em cursos universitários na área de ciências humanas.

O tema escolhido é "A Mulher Presa e a Mulher do Preso", como uma das metas do Programa de Defesa à Presa e a Mulher do Preso, aprovado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Neste ano, o CNPCP homenageia a memória de Olga Benário Prestes, mulher, esposa e mãe, que conheceu de perto as agitações do cárcere, sem que fosse acusada de qualquer crime.

(Exemplo de como os órgãos oficiais do atual Governo distorcem a História. A agente internacional do bolchevismo, que para aqui veio clandestinamente ("sem lenço e sem documentos" - como diz Caetano), com o objetivo claro de promover a luta fratricida entre os brasileiros, tem sua memória homenageada por concurso promovido pelo Ministério da Justiça. Quem terão sido os inspiradores da idéia?)

XICA DA SILVA

O outro lado da novela.

Cruzada contra a Manchete

Cenas em que noviças atacam os homens do Arraial provocam indignação e ameaças de boicote da Igreja Católica

Dentro de mais alguns dias, *Xica da Silva* irá mostrar uma sequência simplesmente explosiva. Enfeitiçadas por Fausta (Lu Grimaldi), as noviças do Arraial do Tijuco sairão seminus pelas ruas, agarrando todos os homens que encontram pela frente. Se essas cenas não vão causar indignação e protestos da Igreja Católica? Já estão causando! Durante a última semana, vários religiosos mostraram-se tão revoltados que, inclusive, chegaram a falar em boicote contra a Manchete.

No Rio de Janeiro, o diretor-geral, Walter Avancini, bem que tentou abafar o escândalo. Deu entrevistas afirmando que, no texto, fica bem claro que as noviças foram hipnotizadas. Portanto, não podem responder pelos próprios atos, pois são vítimas de uma circunstância. Tais palavras, contudo, não serenaram os ânimos de Dom Estevão Bitencourt, teólogo e diretor da Faculdade Eclesiástica de Filosofia João Paulo II, da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Ele

considerou tudo isso lamentável, falou que talvez a Igreja soltasse uma nota de repúdio, e, nas entrelinhas, conclamou o público a não assistir a *Xica da Silva*.

Em São Paulo aconteceu uma reação semelhante. O padre César Moreira, diretor da Rede Católica de Rádio, também colocou a Manchete entre a cruz e a espada. Registrou que essa história de noviças taradas visa mesmo atingir a Igreja e comentou que jamais havia visto um caso igual a esse em 25 anos de sacerdócio. De quebra, partiu para a retaliação:

— *Discordo quando dizem que se deve fazer boicote e deixar de acompanhar a novela. Para moralizar o horário basta boiar o patrocinador contra a parede. O público precisa mandar cartas ameaçando não comprar mais os produtos. Sem patrocinadores fortes, a emissora não sobrevive.* ■

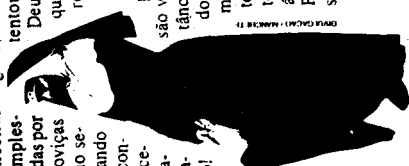
conting 32 (25/03/97 - 0114)

MANCHETE



“Os telespectadores devem colocar os patrocinadores contra a parede. Sem eles a emissora não sobrevive”

PADRE CÉSAR MOREIRA



POLÊMICA

A escola pública deve ensinar religião?

SIM



DOM IRINEU DANELON
Bispo de Lins e coordenador
de ensino religioso da CNBB

“A maioria dos alunos apóia as aulas de religião, que servem para unir as pessoas, os povos e as culturas”

As aulas de religião não representam uma imposição do clero. De acordo com uma pesquisa do DataFolha, 60% dos alunos da rede pública de São Paulo são favoráveis ao ensino religioso, que já é uma realidade em praticamente todo o território nacional. Faltam apenas São Paulo e Tecantins, que já se preparam para efetivá-lo. Conforme a Constituição, ele é obrigatório às escolas, mas facultativo aos alunos. O principal é que deve respeitar o pluralismo das religiões, que existem para unir e promover as pessoas, os povos e as culturas.

Este fato não apaga uma verdade incontestável. Ninguém discorda que a matriz cultural brasileira recebe grande influência do catolicismo há quase 500 anos. Como ignorar essa realidade histórica? É claro que as minorias religiosas têm direitos, mas é óbvio que a

maioria católica deve ser respeitada. Os israelitas brasileiros, por exemplo, se esquecem de que o ensino religioso é obrigatório em Israel. Não sei por que se opõem que exista no Brasil. A adoção do catecismo nas escolas, porém, não é motivo para desavenças. Temos exemplos práticos da convivência entre as religiões na sala de aula em Santa Catarina, onde as denominações cristãs coordenam em conjunto o conteúdo das aulas. A experiência é muito bem-sucedida. Em 1995, comemoramos 25 anos de convivência ecumênica em Santa Catarina. Provamos que ninguém é deixado à margem.

Aqueles que argumentam contra o catecismo se esquecem que o ensino religioso se caracteriza como mediador da busca do sentido mais profundo da existência. Como não de viver os valores se não há quem os anuncie e testemunhe aos alunos? Por que tanto medo em preparar os caminhos de nossos jovens para o encontro com Cristo, sabendo que Ele é, pelo menos, o mais perfeito dos homens?

NÃO



ROBERTO ROMANO
professor do departamento
de filosofia da Unicamp

“Impor uma crença é retirar do cidadão a livre escolha de seu destino. A escola não é lugar para a intolerância”

O Estado democrático jamais impõe um culto. A imposição de uma crença retira do cidadão a livre escolha de seu destino, na vida e na morte. O poder político deve respeitar todas as igrejas e negar privilégios às maiorias religiosas conjunturais. Só assim ele evita as guerras civis que dizimaram povos, desde o século XVI até nossos dias. A escola é o lugar para se aprender tolerância e civilização.

As religiões têm a sociedade inteira para pregar suas idéias. Que elas respeitem a escola como lugar público, onde ninguém possui primazia étnica, ideológica ou religiosa. Infelizmente, no Brasil, a Igreja Católica recusa estes postulados democráticos e pressiona as autoridades laicas para obter privilégios, inclusive em detrimento de suas concorrentes. Sabe-se que os demais cultos estão aliçados das aulas de religião até porque não têm quadro de professores para oferecer às escolas. Foi graças às pressões dos católicos que o ensino religioso foi incorporado à Constituição de 1988 como uma imposição às escolas. Com isso, o País regrediu para antes do II Império – vale lembrar que, durante o reinado de D. Pedro II, o catecismo se fazia fora das horas em que funcionavam as demais classes.

As manobras políticas do clero são velhas conhecidas dos historiadores. Para impor o catecismo na Constituição de 1988, a Igreja mobilizou 250 aparelhos de telex, um boletim distribuído em cinco mil locais do País e martelado por 200 emissoras de rádio. Propaganda grossa. Os católicos se iludem quando pensam reconquistar hegemonia deste modo. Lembremos aos bispos: “Daí a César o que é de César, a Deus o que é de Deus.” Se eles escolhem César, como o fazem hoje, o povo procura Deus em outra parte. Esta lição de antropologia religiosa deve ser aprendida para sempre.

Ponto de vista**Guerra em Israel****■ SCHUBERT PETER**

Com o atentado a bomba da última semana, onde dois jovens com explosivos no corpo mataram 13 pessoas em Israel, as negociações para conseguir paz no Oriente Médio novamente estagnaram. Entre os motivos para este ataque, destaca-se o desrespeito pelos símbolos alheios. Há pouco uma ativista judia desenhou, e distribuiu, panfletos retratando Maomé, o Profeta, como um porco, animal considerado impuro por muçulmanos e judeus. Já uma revista científica israelense publicou uma foto-montagem da Virgem Maria com cabeça de vaca, isto teria ofendido os palestinos da mesma forma, visto que alguns professam o cristianismo. Esses dois fatos podem ter influência nos atos terroristas que os seguiram temporalmente. Todavia, há naquela região algo muito maior do que simples estripulias e desrespeito pela crença alheia.

Em primeiro lugar, seguindo a situação nos moldes atuais, outra guerra se

Cada vez que o Oriente Médio se agita, o preço do petróleo dispara

aproxima. Apesar das conversações que visam acabar com confrontos, o governo de Bibi, primeiro-ministro de Israel, adota uma política baseada na força - exatamente o contrário do que fez a esquerda, de Shimon Peres. Propaganda na televisão, no estilo "nós resistiremos", abunda. Também referências sobre a melhoria na segurança dos judeus. Tais atos ajudam a acalmar esta parte da população, exaltada com os últimos acontecimentos. Mas, em compensação, aumentam o rancor dos palestinos. Como dizia Cícero, não há dominação que possa durar quando só há temor.

Potencializadas as inimizades, novamente haverá choques armados na região. Israel se apóia em um histórico de esmagadoras vitórias, nas últimas décadas. Entretanto, no Líbano, em 82, seus exércitos foram derrotados. Há quem afirme interessar a Israel uma certa dose de tensão, para obter mais dinheiro dos EUA. É, aparentemente, especulação. Não vi os dados. Contudo, evitar esta guerra é um problema mundial, principalmente para os países desenvolvidos. Cada vez que o Oriente Médio se agita, o preço do petróleo dispara. Pequenas pendengas podem, a qualquer hora, detonar graves guerras, prejudiciais ao comércio. Duro admitir, porém a verdade é que todo o temor gira apenas sob o eixo da economia global.

O ponto principal desse momento consiste nas maneiras através das quais será possível a coexistência entre os habitantes daquela região. A maior liberdade e autonomia para os palestinos, pregada como o melhor caminho, deixa a desejar embora contribua, a longo prazo, para tornar aqueles povos mais tolerantes uns com os outros. Todavia, outras tentativas poderiam ser empreendidas. Uma delas procurar melhorar sua qualidade de vida. Além das idéias religiosas, a situação econômica influencia muito. As pessoas costumam ser radicais quando têm pouco a perder, porém nem as maiores promessas paradisíacas convencerão um homem de posses a arriscar tudo o que tem. Falta, num primeiro momento, ajudar no desenvolvimento econômico dos palestinos. Essa atitude, misturada com um pouco de aceitação mútua, contribuirá para acabar, ou pelo menos atenuar, as inimizades entre aqueles dois povos.

Estudante de Jornalismo

Parem o trem, por favor! (Último)

Luigi Pellicano

Fernando Henrique Cardoso é um homem inteligente, não é ingênuo, sabe o que faz e o que diz. Por que, então, na entrevista concedida à "Folha de São Paulo" no dia 13 de outubro (furo espetacular da TRIBUNA, do dia 30 de outubro, com artigo de Geraldo Luís Lino), por que, repito, se despediu de todo o qualquer disfarce e admitiu sua total admiração aos ditames da Nova Ordem Mundial?

Suas diretrizes apontam para a "globalização" da economia, para a manutenção das desigualdades sociais, com o fortalecimento do domínio das elites, "uma re-luzida casta de privilegiados e de seus serviços", em detrimento dos interesses reais da "esmagadora maioria da população". Nem Hitler, em seus dias de maior loucura nazista, teria chegado perto de afirmar uma blasfêmia dessa ordem. Prever, desejar, considerar como fato consumado, a existência dessa Nova Ordem Mundial - que colocaria todos os países do mundo, portanto, também o Brasil, a serviço de uma minoria de privilegiados - que para manter seus privilégios se julgam no direito de explorar os demais países, suas riquezas, suas matérias-primas, suas minérios (fontes de mão-de-obra barata). De escravizar tais povos, só por que eles julgam ter chegado a uma civilização superior e ter direito de desfrutar de tudo que existe no mundo que possa servir-lhes - isto é realmente demais, é uma loucura, é um crime contra a humanidade. Quem pensa assim, ou é louco, ou é criminoso.

No dia da II Guerra Mundial, se falou tanto da loucura nazista, se crimes hediondos cometidos contra

*Os países ricos
não têm o direito de
explorar os pobres*

povos indefesos, nos 6 milhões de judeus mortos e cremados, nos 10 milhões de russos eliminados por Stálin para manter a sua ditadura, mas nunca se chegou a pensar no domínio e exploração, de todo o resto do mundo, por uma minoria que se diz civilizada e que pertence ao pequeno grupo dos Estados Unidos e dos G-7! É um sonho tão lunático e tão criminoso que só olhar para ele como possível e desejar que se realize, já seria o bastante para a pessoa ser internada num manicômio, ou em uma prisão de segurança máxima.

No entanto, foi isso que Fernando

Henrique Cardoso fez. Como não constata que seja louco, ou que lhe falte inteligência, algum motivo deve ter tido para dar aquela entrevista. Será que se submeteu a um ato de fé, como acontecia no tempo da Inquisição, reafirmando sua obediência cega a seus donos? Será que, como a mídia é controlada pelos mesmos donos, esperava que nem uma palavra da sua entrevista seria publicada ou comentada? As hipóteses podem ser muitas, de acordo com a imaginação de cada um. Para mim, quero acreditar em outra explicação, mais romântica, mais humana. Gostaria de acreditar que FHC, ao aflorar na sua consciência de um último sentimento de bondade, esquecido lá no fundo e,

TRIBUNA
de imprensa

*FHC, enfim, disse
ao que veio: vender
o país ao estrangeiro*

sabendo que não poderia voltar atrás, ou mudar de rumo, tenha querido mandar uma mensagem subliminar a todos os brasileiros, no sentido de alertá-los sobre o perigo iminente. Quero crer que FHC, como maquinista inexperiente, chamado a dirigir um trem, tenha subido na locomotiva e acionado o mecanismo para dar a partida, mas, impossibilitado de controlar o trem, diminuir a sua velocidade, ou mesmo, pará-lo, tenha por meio da entrevista, querido alertar a Nação e seus irmãos brasileiros para que sejam eles a parar o trem, que ele tinha colocado em movimento e não podia mais parat.

FHC, como pessoa inteligente que é, sabe perfeitamente que a nossa Constituição prevê salvaguardas, do Poder Judiciário e das Forças Armadas, para que ela não seja ignorada ou rasgada. Se o povo brasileiro e os seus Poderes constituídos não querem usar dos meios de que dispõem para evitar a perda que se aproxima do país, com certeza, pensará ele, que todos estão satisfeitos e, portanto, coniventes com a desgraça e entrega do Brasil.

A minha parte eu já fiz. Deve estar pensando o nosso presidente Fernando Henrique Cardoso: "Qualquer um pode entender que para mim é impossível mudar de rumo, eles têm os meios para impedir que eu pressiga obedecendo às diretrizes e exigências dos banqueiros internacionais que me elevaram. Se não o fizerem, a responsabilidade será deles não minha". Portanto, o apelo subliminar do meu artigo: parem o trem, por favor!

Luigi Pellicano é empresário

Quarta-feira, 1º de outubro de 1997 • EXTERIOR -

DIÁRIO POPULAR • 23

Igreja católica pede desculpas aos judeus

Paris - Com meio século de atraso, a igreja católica francesa entouou ontem seu "mea culpa" aos judeus por causa do silêncio que manteve perante as perseguições anti-semitas durante a Segunda Guerra Mundial.

O bispo de Saint-Denis (arredores de Paris), monsenhor Olivier de Berranger, leu, em nome de todo o episcopado francês, uma declaração de "arrependimento" pela atitude da Igreja durante o governo de Vichy, que colaborou com a ocupação nazista.

"Inúmeros sacerdotes ofenderam a Igreja e a sua missão com seu silêncio apesar da amplitude do drama e do caráter inaudito do crime. Confessamos que este silêncio foi um erro", proclamaram os bispos.

Os bispos da região de Paris, com o cardeal Jean-Marie Lustiger, arcebispo de Paris, à frente e todas as dioceses que, durante a guerra, abrigaram campos de prisioneiros dirigidos por Vichy, estiveram presentes na cerimônia.

Este gesto simbólico, muito bem acolhido pela comunidade judaica apesar de considerado tardio, teve lugar em Drancy, ao norte de Paris, onde 76 mil judeus foram deportados para os campos de extermínio.

"Esperávamos esta declaração há dez anos", disse o presidente do Conselho Representativo das Instituições Judaicas (Crif), Henri Hajdenberg, "mas o arrependimento da Igreja é um ato capital".

A Igreja escolheu o 57º aniversário das leis anti-semitas do governo do marechal Petain, que contava com a aprovação da hierarquia católica, para dar um passo que os dirigentes franceses já deram em 1995.

O presidente gaullista Jacques Chirac, ao contrário de seu predecessor socialista, François Mitterrand, reconheceu pela primeira vez a "falta" do Estado francês na deportação mais numerosa de judeus feita em Paris em 1942. ■ AFP

■ JACK GUEZ/AFP/DP

Quinta-feira, 6 de novembro de 1997

24 • DIÁRIO POPULAR

Holocausto: pedida a reabertura de arquivos

Roma - O diretor do Centro Wiesenthal, Shimon Samuels, pediu em Roma que a Igreja abra seus arquivos sobre o período do holocausto, por ocasião da realização do seminário sobre o anti-semitismo cristão, no Vaticano, de 31 de outubro a 1 de novembro.

O encontro, que vai girar sobre as “raízes do anti-semitismo em meios cristãos, não cumprirá seu objetivo se forem viradas rapidamente as páginas relativas ao período do holocausto”, declarou Samuels em entrevista à Imprensa.

Em carta dirigida ao papa João Paulo II, Samuels afirmou que “o Vaticano é uma das últimas instituições que não permitem o acesso a toda a sua documentação” sobre a época. O diretor do Centro Wiesenthal pediu basicamente a abertura dos arquivos do papa Pio XII.

Samuels expressou desejo de que o Vaticano esclareça a missão da Igreja na fuga de criminosos nazistas ao final da guerra e a utilização de conventos e seminários como refúgio de ex-nazistas.

João Paulo II afirmou a respeito que “a atitude da Igreja ante o holocausto judeu é clara”, mas recordou que não se devem esquecer outros crimes contra a humanidade.

O papa receberá as 60 pessoas que participarão do seminário, que se realizará a portas fechadas. ■ AFP

A Igreja continuará admitindo seus erros sem contra-atacar? Aceitará a atitude imposta pelos judeus de renegar o passado, admitindo culpas de Santos e Papas?

Não basta João Paulo II tergiversar, aludindo a “**outros crimes cometidos contra a humanidade**”. É preciso nomear estes crimes para que o mundo tome conhecimento de quem são seus autores.

A generalização é estratégia perigosa. Ela semeia a dúvida. Mais que isso, demonstra temor. Os cristãos do mundo inteiro, e principalmente os católicos, irão perguntar: “Por que Sua Santidade se cala? Terá a Igreja Católica, de alguma forma, contribuído para com o Holocausto, ou para a proteção de seus autores?”

João Paulo II está desafiado a tomar uma decisão alicerçada em argumentos mais consistentes do que o subterfúgio. Do contrário, contribuirá para o desgaste da história da Igreja, bastante comprometida desde o “mea culpa” da Nostra Aetate e do Concílio Vaticano II. (N. do A.)